

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Yara Landre Marques

**ESPAÇOS LUMINOSOS E OPACOS:
SIMULTANEIDADE E TEMPOS NO URBANO NA RMBH**

Belo Horizonte
2022

Yara Landre Marques

**ESPAÇOS LUMINOSOS E OPACOS:
SIMULTANEIDADE E TEMPOS NO URBANO NA RMBH**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof^a. Beatriz Alencar d'Araújo Couto

Belo Horizonte
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

M357e

Marques, Yara Landre.

Espaços luminosos e opacos [manuscrito] : simultaneidade e tempos no urbano na RMBH. / Yara Landre Marques. - 2022.

216 f. : il.

Orientadora: Beatriz Alencar d'Araújo Couto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Paisagem urbana - Teses. 3. Desenvolvimento urbano - Teses. 4. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) - Teses. I. Couto, Beatriz Alencar d'Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ESPAÇOS LUMINOSOS E OPACOS: SIMULTANEIDADES E TEMPOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE"

YARA LANDRE MARQUES

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **quatro de outubro de dois mil e vinte e dois**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Glauco José de Matos Umbelino

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Reginaldo Luiz Cardoso

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Beatriz Alencar D'Araújo Couto - Orientadora

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco José de Matos Umbelino, Usuário Externo**, em 12/12/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Myriam Bahia Lopes, Professora do Magistério Superior**, em 15/02/2023, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Villefort Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 16/02/2023, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo Luiz Cardoso, Usuário Externo**, em 17/02/2023, às 04:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Alencar D Araujo Couto, Professora do Magistério Superior**, em 18/02/2023, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1948323** e o código CRC **4F9587D0**.

AGRADECIMENTOS

“Gracias a la vida que me ha dado tanto”, citando o poema de Violeta Parra, sinto que abarco a minha gratidão durante esse percurso.

Esses versos, a memória de meus amigos e de minha família se fundem no sentimento de latino americanidade que sinto e que foi aprofundado no desenvolver desse trabalho. Temas afins? Não, somente o perceber das nossas particularidades que se refletem no nosso espaço construído e no desconstruído, em nossos abismos e nas nossas possibilidades.

Vou citar algumas pessoas que imagino representar todas aquelas a quem sou grata. Meu amigo, que já não está entre nós, Mario Coyula Cowley, é alguém a quem agradeço muito por ter me descortinado tantos caminhos.

Minha orientadora Beatriz Alencar d’Araújo Couto, outra que abriu caminhos, teve paciência indescritível para com minhas idiossincrasias, as que já possuía e as agravadas pela tal pandemia (permitam-me tratá-la por tal a essa pandemia da qual já me libertei).

Victória Maria de Leon Grego é outra que tem sido um porto seguro nos tropeços com os caminhos burocráticos que a academia nos envolve.

E à Beatriz Marinho Gomes pela força quando eu já nem tinha mais fôlego...

Minha família nuclear muito pequena foi um norte e muitas vezes uma bússola louca. Esse espaço primeiro me ensinou a guiar-me pelo fio em caso de labirinto. De minha mãe fica a imensa saudade, de meu pai a obstinação, de minha irmã e irmão o aprendizado do repartir. De minha filha Isabel, fica esse assombrar continuo com a alteridade e aprender que há coisas para as quais não há fio, porque não é um labirinto, mas uma construção a cada momento, todos.

De minha amiga Maria Eugênia Dias de Oliveira veio a admiração pela firmeza e generosidade. Através dela eu represento os incontáveis amigos e amigas que estiveram comigo com igual firmeza e generosidade.

Não posso deixar de citar esses patudos que estão sempre ao redor de minha cadeira na frente do computador.

Agradeço à universidade pública gratuita, no caso a UFMG, na qual sempre estudei e me senti em casa.

Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto.

RESUMO

O trabalho aborda de forma multidisciplinar os diferentes tempos presentes nas regiões metropolitanas, bem como as simultaneidades desses tempos, dos territórios e dos espaços percebendo-se de que maneira no capitalismo esses elementos criam, a cada momento, uma inserção diferente e particular no processo de metropolização modificando a estrutura da metrópole e suas possibilidades de inserção em contextos de globalização podendo facilitar a inclusão ou determinar a exclusão nesse contexto, o que levaria então a uma posição periférica. Busca-se delinear contornos espaciais adequados aos contextos e às diferentes áreas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, dessa forma os conceitos de território e territorialidade são importantes referências para o trabalho. Os diversos tempos serão abordados em categorias que se aproximam do que denominaremos “territórios luminosos” e “territórios opacos”, onde os primeiros asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia e os opacos, resistiriam aos setores hegemônicos, dada sua organicidade. As situações às quais se aplicariam os conceitos foram identificadas através de pesquisa de campo e fontes secundárias. Os conceitos foram ampliados no momento em que as situações em campo mostraram que assim se obtinha uma leitura mais representativa da realidade. Ao final do trabalho verifica-se que a ruptura ocorrida após a modernidade produz o que, no momento, poderia tratar-se de espaços dentro de um processo da fragmentação, onde o tempo também pode ser modificado.

Palavra-Chave: Simultaneidade de tempos; simultaneidade de espaços; territorialidade; rugosidades; região metropolitana; tempos opacos; tempos luminosos; fragmentação.

ABSTRACT

This work approaches, in a multidisciplinary way, the different eras present in the metropolitan regions, as well as the simultaneities of these eras, territories and spaces, realizing how in capitalism these elements create, at each moment, a different and particular insertion in the process of metropolization, modifying the structure of the metropolis and its possibilities of insertion in contexts of globalization, which may facilitate inclusion or determine exclusion in this context, which would then lead to a peripheral position. It seeks to delineate spatial contours appropriate to the contexts and to the different areas in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. Thus the concepts of territory and territoriality are important references for the work. The different eras will be approached in categories that are close to what we will call "luminous territories" and "opaque territories", where the former ensure the global functioning of society and the economy and the latter resist the hegemonic sectors, given their organicity. The situations to which the concepts would apply were identified through field research and secondary sources. The concepts were expanded when the situations in the field showed that in this way a more representative reading of reality could be obtained. At the end of the work, it is verified that the rupture that occurred after modernity produces what, at the moment, could be spaces within a fragmentation process, where time can also be modified.

Keywords: Simultaneity of eras; simultaneity of spaces; territoriality; roughness; metropolitan region; opaque times; luminous times; fragmentation.

Passei anos me procurando por lugares
 nenhuns. Até que não me achei – e fui salvo.

Manoel de Barros

Iniciamos pedindo licença ao Orixá Iroko, o Orixá Tempo, principalmente nas casas tradicionais de nação queto, corresponde ao Inquice Tempo na nação Angola ou Congo.

“SENHOR DO CÉU ROSADO
SENHOR DAS TARDES ENIGMÁTICAS
SENHOR DAS NUVENS CARREGADAS
SENHOR DO ARCO-ÍRIS!

SENHOR DAS POSSIBILIDADES
DAS VANTAGENS E DOS CAMINHOS
DO ENCANTAMENTO E DA BELEZA
DA ALEGRIA, DA FELICIDADE
E DO TEMPO QUE TUDO ASSISTE E VÊ PASSAR!

SENHOR DOS SENHORES DAS BRUMAS
DISSIPE AS NUVENS DOS MEUS CAMINHOS

PODEROSO PRÍNCIPE,
INVOQUE A FORÇA DO TEMPO
INVOQUE A FORÇA DOS VENTOS AO MEU FAVOR
QUE A CHUVA ME CUBRA DE PROSPERIDADE
QUE A SUA COROA CUBRA O MEU DESTINO!

PODEROSO PRÍNCIPE, PAI DO OCULTO,
QUE EU SEJA O SEU FILHO PERDIDO
E BENDITO EM SUAS GRAÇAS!

QUE A NÉVOA QUE EXISTE HOJE EM MEUS PASSOS,
COM O TEMPO
POSSA SER LÍMPIDA AMANHÃ!”

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|--|----|
| Figura 1: | Municípios da RMBH..... | 23 |
| Figura 2: | Vetores de Expansão da RMBH. | 24 |
| Figura 3: | Representação esquemática das rugosidades. | 31 |
| Figura 4: | Município de Baldim. | 51 |
| Figura 5: | Município de Capim Branco. | 53 |
| Figura 6: | Esquema estrutural do conceito de Lugar..... | 55 |
| Figura 7: | Comunidades quilombolas da RMBH..... | 57 |
| Figura 8: | Comunidades tradicionais em Minas Gerais. | 57 |
| Figura 9: | Localização da Comunidade Quilombola do Arturos – Contagem. | 60 |
| Figura 10: | Comunidade Quilombola dos Arturos, Festa 13 de maio. | 62 |
| Figura 11: | Vizinhança direta dos Arturos, em frente à entrada do quilombo. | 63 |
| Figura 12: | Campo de futebol do espaço central dos Arturos e ao fundo edificações circundantes ao terreno ocupado por eles. | 64 |
| Figura 13: | Antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1920 - Contagem..... | 67 |
| Figura 14: | Igreja Nossa Senhora do Rosário - Contagem, 2014..... | 67 |
| Figura 15: | Portão de entrada da comunidade Quilombola dos Arturos..... | 68 |
| Figura 16: | Cruzeiro que marca a entrada do espaço dos Arturos. | 68 |
| Figura 17: | Fundo do vale com edificações comunitárias e de valor simbólico (casa inicial/patriarcal). | 69 |
| Figura 18: | Morador participa do processo de nova construção..... | 70 |
| Figura 19: | Ocupação da encosta. | 70 |
| Figura 20: | Fragmento de representação do espaço dos Arturos. | 71 |
| Figura 21: | Capela da Comunidade dos Arturos. | 71 |
| Figura 22: | Interior da Capela..... | 72 |
| Figura 23: | Festa de expulsão do João do Mato. | 72 |
| Figura 24: | Vô Mário, o patriarca dos Arturos..... | 74 |
| Figura 25: | A festa/transmissão cultural. | 74 |
| Figura 26: | Missa Conga, entrega das coroas congas no altar. | 76 |
| Figura 27: | Grupo convidado fazendo sua entrada para a missa conga. | 77 |
| Figura 28: | Construção estrutura do Lugar..... | 79 |
| Figura 29: | Vetores de crescimento da RMBH. | 83 |
| Figura 30: | Hierarquia das centralidades da RMBH. | 84 |
| Figura 31: | RMBH: dinâmica e Imobiliária - PDDI (2010). | 86 |
| Figura 32: | Mapa de evolução de Parcelamentos na RMBH..... | 87 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 33: | Representação esquemática do sistema de dolinas. | 89 |
| Figura 34: | Unidades Geoambientais no Contexto da RMBH. | 91 |
| Figura 35: | APA Cárstica..... | 92 |
| Figura 36: | Porção Norte da RMBH - Expansão Urbana 2000 e 2016 Simulação 2020 e 2030. | 94 |
| Figura 37: | Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 1995..... | 95 |
| Figura 38: | Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 2000..... | 96 |
| Figura 39: | Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 2005..... | 97 |
| Figura 40: | Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 2010..... | 98 |
| Figura 41: | Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 1991..... | 99 |
| Figura 42: | Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 2000..... | 100 |
| Figura 43: | Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 2010..... | 101 |
| Figura 44: | Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 2016..... | 102 |
| Figura 45: | Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - Simulação 2020. | 103 |
| Figura 46: | Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - Simulação 2030. | 104 |
| Figura 47: | René Couzinet. | 107 |
| Figura 48: | Fábrica de aviões em Lagoa Santa..... | 109 |
| Figura 49: | Texan 6, conhecido como T-6 e popularmente como Celacanto. | 109 |
| Figura 50: | O Celacanto. | 110 |
| Figura 51: | Grafiti citando o Celanto no Rio de Janeiro..... | 110 |
| Figura 52: | Aviões produzidos na fábrica de Lagoa Santa em 1950. | 111 |
| Figura 53: | Intervenções no Vetor Norte da Região Metropolitana de BH..... | 113 |
| Figura 54: | Vetor Norte, Instituto Horizontes. | 116 |
| Figura 55: | Vetor Norte, Proposta da Jurong Consultores..... | 117 |
| Figura 56: | Rodoanel Norte. | 117 |
| Figura 57: | Catedral Metropolitana Cristo Rei. | 119 |
| Figura 58: | Catedral Metropolitana Cristo Rei. | 120 |
| Figura 59: | CIAAR, Lagoa Santa. 2018. | 120 |
| Figura 60: | Planta de localização do CIAAR. | 121 |
| Figura 61: | Localização proposta para o CTCA..... | 121 |
| Figura 62: | Investimentos no vetor Norte da RMBH. | 127 |
| Figura 63: | Variáveis restritivas e estimuladoras para a expansão urbana, Vetor Norte. | 128 |
| Figura 64: | Sub-bacia do Ribeirão da Mata..... | 130 |
| Figura 65: | Localização da região arqueológica de Lagoa Santa..... | 131 |
| Figura 66: | Arthur Bispo vestindo o seu Manto da Apresentação..... | 138 |

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 67: | Município de Vespasiano. | 142 |
| Figura 68: | Boi de manta, 2018, Bairro da Glória, Vespasiano. | 144 |
| Figura 69: | Sede das primeiras Guardas de Congo e da capela de N. Sra do Rosário, Vespasiano. | 144 |
| Figura 70: | Marinheiros de São Jorge - Bairro Célvia - Vespasiano, 2016. | 145 |
| Figura 71: | Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário, 2018, Vespasiano. ... | 145 |
| Figura 72: | Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário, 2018, Vespasiano. ... | 146 |
| Figura 73: | Associação Guarda Congo de Nossa Senhora do Rosário e Guarda Marinheiros do Divino Espírito Santo, 2018, Vespasiano. | 146 |
| Figura 74: | Guarda de Moçambique de São Benedito, rua Bahia - bairro Celvia, Vespasiano, 2015. | 147 |
| Figura 75: | Guarda de Marinheiros, Vespasiano, 2017. | 148 |
| Figura 76: | Área Central de Vespasiano. | 149 |
| Figura 77: | Nova Pampulha, Vespasiano. | 149 |
| Figura 78: | Casa à venda, Jardim Daliana, Vespasiano. | 150 |
| Figura 79: | Condomínio Gran Park, Vespasiano. | 150 |
| Figura 80: | Mudança de padrões de ocupação na região impactada pelo Centro Administrativo (Nova Pampulha), Vespasiano. | 151 |
| Figura 81: | Conjunto Morro Alto e Serra Verde. | 151 |
| Figura 82: | Município de Pedro Leopoldo. | 152 |
| Figura 83: | Fábrica de tecidos. | 153 |
| Figura 84: | Fazenda Modelo Pedro Leopoldo (casa Dr. Joviano). | 154 |
| Figura 85: | Corporação Musical Cachoeira Grande, 1924. | 155 |
| Figura 86: | Boi da Manta, Pedro Leopoldo. | 155 |
| Figura 87: | Vista parcial de Pedro Leopoldo, na década de 70 (família Kuchenbecker). | 156 |
| Figura 88: | Capela do quilombo Pimentel. | 157 |
| Figura 89: | Comunidade Quilombola do Pimentel. | 158 |
| Figura 90: | Comunidade Quilombola do Pimentel. | 158 |
| Figura 91: | Corporação Musical Cachoeira Grande. | 158 |
| Figura 92: | Sede Pedro Leopoldo. | 159 |
| Figura 93: | BEMO OFFICE, proposto para Pedro Leopoldo. | 159 |
| Figura 94: | Casa da Quinta do Sumidouro no Distrito de Fidalgo em Pedro Leopoldo - MG. | 160 |
| Figura 95: | Arraial do Sumidouro e adjacências à época da ocupação inicial. | 161 |
| Figura 96: | Mapa das entradas, caminhos e bandeiras. | 162 |
| Figura 97: | Recorte entradas e bandeiras. | 162 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| Figura 98: | Quinta do Sumidouro e parte do Fidalgo (novo). | 163 |
| Figura 99: | Congado Sumidouro. | 164 |
| Figura 100: | Congado Sumidouro, andor vazio pelo roubo da imagem. | 165 |
| Figura 101: | Matinas, Congado do Sumidouro. | 165 |
| Figura 102: | Sítio na beira da Lagoa de Fidalgo. | 166 |
| Figura 103: | Festa de Nossa Senhora do Rosário, Fidalgo, 2014. | 166 |
| Figura 104: | Lagoa do Sumidouro. | 167 |
| Figura 105: | Lagoa do Sumidouro e arraial do Fidalgo (novo), ao fundo, 2014. | 167 |
| Figura 106: | Lagoa de Santo Antônio, 2012. | 168 |
| Figura 107: | Lagoa de Santo Antonio, 2021. | 168 |
| Figura 108: | Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo, Lagoa de Santo Antônio. | 169 |
| Figura 109: | Guarda Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo, Lagoa de Santo Antônio, 2015. | 169 |
| Figura 110: | Condomínio na Lagoa de Santo Antônio. | 170 |
| Figura 111: | Igreja Nossa Senhora do Rosário, Vera Cruz de Minas. | 171 |
| Figura 112: | Igreja São Sebastião, Vera Cruz de Minas. | 171 |
| Figura 113: | Capela São Vicente de Paula, Vera Cruz de Minas. | 172 |
| Figura 114: | Congado Vera Cruz de Minas, 2012. | 172 |
| Figura 115: | Festa Nossa Senhora do Rosário, Vera Cruz de Minas, 2017. | 173 |
| Figura 116: | Festa Nossa Senhora do Rosário, Vera Cruz de Minas, 2017. | 173 |
| Figura 117: | Guarda de São Benedito, Vera Cruz de Minas, 2019. | 174 |
| Figura 118: | Boi da Manta, Vera Cruz de Minas, 2015. | 174 |
| Figura 119: | Igreja São João Batista, da localidade Dr. Lund. | 175 |
| Figura 120: | Município de Lagoa Santa. | 175 |
| Figura 121: | Lagoa Santa, Lagoa principal, 2013. | 176 |
| Figura 122: | Capela da fazenda São Sebastião. | 177 |
| Figura 123: | Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Morro do Cruzeiro. | 178 |
| Figura 124: | Largo Matriz Nossa Senhora da Saúde, hoje, Praça Dr. Lund. | 178 |
| Figura 125: | Casa do Dr. Lund. | 180 |
| Figura 126: | Banda de música Santa Cecília, data possível 1919. | 180 |
| Figura 127: | Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 2020. | 181 |
| Figura 128: | Missa conga na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 2009. | 181 |
| Figura 129: | Lagoa Santa - Festa de agosto de 1930. | 182 |
| Figura 130: | Imóvel residencial, posto à venda no Bairro de Lundicéia, 2022. | 183 |

| | |
|---|-----|
| Figura 131: Igreja do Rosario - Lapinha | 184 |
| Figura 132: Missa Conga, Distrito da Lapinha, 2014..... | 185 |
| Figura 133: Festa de Nossa Senhora do Rosário - Distrito da Lapinha 2018. | 185 |
| Figura 134: Localização Município de Confins..... | 186 |
| Figura 135: Quermesse de São José - Confins, sem data..... | 187 |
| Figura 136: Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Confins..... | 187 |
| Figura 137: Guarda Conga de Confins, 2013..... | 188 |
| Figura 138: Guarda Conga de Confins, 2013..... | 188 |
| Figura 139: Localização do Município de São José da Lapa. | 189 |
| Figura 140: São José da Lapa. | 190 |
| Figura 141: Igreja de São José, São José da Lapa, 2021..... | 190 |
| Figura 142: Quermesse na praça em frente à igreja de São Jose, abril 2022. | 191 |
| Figura 143: Vista de São José da Lapa, 2019. | 191 |
| Figura 144: Mineração em São José da Lapa, 2017..... | 192 |
| Figura 145: Vista de São José da Lapa, 2017. | 192 |
| Figura 146: Vista de São José da Lapa, 2020. | 193 |
| Figura 147: Comemoração de Corpus Christi, São José da Lapa, 2022. | 193 |
| Figura 148: Festa de Reis, São José da Lapa, 2020. | 194 |
| Figura 149: Distrito Inácia de Carvalho, 2022. | 194 |
| Figura 150: Cartaz Cavalgada saindo de Dr. Lund até o distrito de Inácia de Carvalho, 2019..... | 195 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|--|
| AITN | Aeroporto Internacional Tancredo Neves |
| BRT | <i>Bus Rapid Transit</i> [Transporte Rápido por Ônibus] |
| CAMG | Cidade Administrativa de Minas Gerais |
| CIAAR | Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica |
| CODEMGE | Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais |
| CODEMIG | Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais |
| CRQs | Comunidades Remanescentes de Quilombos |
| CTCA | Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial de Minas Gerais |
| EA-UFGM | Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais |
| EFCB | Estrada de Ferro Central do Brasil |
| FEBEM | Fundação Estadual do Bem-estar do Menor |
| FIPE | Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas |
| FAB | Força Aérea Brasileira |
| IEPHA | Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| LARA | Laboratório Nacional de Referência Animal |
| LANAGRO | Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais |
| PACPS | Programa Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável |
| PDDI | Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PPP | Parceria Público-Privada |
| PROMORAR | Programa de Erradicação da Sub- Habitação |
| RMBH | Região Metropolitana de Belo Horizonte |
| SEDE | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais |
| SFH | Sistema Financeiro de Habitação |

SUMÁRIO

| | | |
|--------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 | OBJETIVOS | 21 |
| 2.1 | <i>Objetivo geral</i> | 21 |
| 2.2 | <i>Objetivos específicos</i> | 22 |
| 3 | A RMBH | 23 |
| 3.1 | O ESPAÇO METROPOLITANO E SEUS TEMPOS DIVERSOS | 25 |
| 4 | TEMPOS E CAMINHOS PERCORRIDOS, ESTRADAS E ENCRUZILHADAS | 27 |
| 5 | REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS | 30 |
| 6 | BREVE INSERÇÃO EM RELAÇÃO AO CONTEXTO FILOSÓFICO E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA | 35 |
| 7 | ABORDAGEM METODOLÓGICA E DELIMITAÇÃO DO CASO | 45 |
| 7.1 | ABORDAGENS EM CAMPO: ESPAÇOS OPACOS | 49 |
| 8 | DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS OPACOS | 51 |
| 8.1 | A ESCOLHA DO CASO | 51 |
| 8.2 | A COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS | 58 |
| 9 | DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS LUMINOSOS | 80 |
| 9.1 | O VETOR NORTE | 88 |
| 9.2 | O DESENVOLVIMENTO DA OCUPAÇÃO URBANA NO VETOR NORTE 93 | |
| 9.2.1 | Empreendimentos propostos para o Vetor Norte | 119 |
| 9.2.2 | Patrimônio Ambiental..... | 128 |
| 9.2.3 | Uso do solo e mercado imobiliário..... | 133 |
| 9.3 | SEDES MUNICIPAIS E NÚCLEOS URBANOS | 136 |
| 9.3.1 | Vespasiano | 142 |
| 9.3.2 | Pedro Leopoldo | 151 |
| 9.3.3 | Distrito Fidalgo/Sumidouro | 160 |
| 9.3.4 | Distrito Lagoa de Santo Antônio | 167 |
| 9.3.5 | Distrito de Vera Cruz de Minas..... | 170 |
| 9.3.6 | Lagoa Santa | 175 |
| 9.3.7 | Distrito da Lapinha..... | 183 |
| 9.3.8 | Distrito Lagoinha de Fora | 186 |
| 9.3.9 | Confins | 186 |
| 9.3.10 | São José da Lapa..... | 189 |
| 9.3.11 | Distrito Inácia de Carvalho..... | 194 |
| 10 | ESPAÇOS LUMINOSOS E ESPAÇOS OPACOS: COTEJAMENTO DAS DUAS CONDIÇÕES EM BUSCA DE UMA SÍNTESE | 196 |
| 11 | CONCLUSÕES | 199 |
| | REFERÊNCIAS | 203 |

1 INTRODUÇÃO

O trabalho proposto para o doutorado no Programa Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS), na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) parte da abordagem dos diferentes tempos e simultaneidade presentes nas regiões metropolitanas, em particular na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e como os processos interferem nas condições de inclusão ou exclusão de partes dos territórios das regiões metropolitanas na globalização, notadamente naqueles aspectos econômicos, sociais, culturais e de tomada de decisões.

Manteve-se a linha da proposta apresentada por ocasião da admissão no programa de doutorado do PACPS, embora metodologicamente tenha sofrido muitas alterações:

A relação centro periferia está no eixo da percepção de como os diferentes tempos interferem nas possibilidades de inclusão socioeconômica e política. No entanto, buscar-se-á identificar a articulação entre os diversos tempos, o que se daria através de sua simultaneidade, de forma que essa percepção possa contribuir para o debate das formas de planejamento, gestão e delimitação, bem como ao reconhecimento de identidades que estão intimamente ligadas ao cotidiano dos habitantes e de sua condição de inserção metropolitana.

Assim, busca-se- demonstrar que o espaço metropolitano em sua totalidade, bem como a sua estratégia de concentração populacional não se constituiriam mais numa vantagem quanto à inserção numa economia globalizada, onde a especialização de partes desiguais do território, ou seja, a fragmentação, passaria a ser a forma mais apropriada de inserção num contexto de globalizado. Nesse momento, as grandes metrópoles periféricas atuais apresentariam aspectos de obsolescência em grandes porções de seu território, ampliando as desigualdades socioeconômicas já existentes.

A elaboração ocorre principalmente a partir dos conceitos de tempo e simultaneidades, bem como com a definição de regiões metropolitanas. O caso a ser tomado é a RMBH. A abordagem específica do tempo nas áreas metropolitanas é escassa, assim, esse estudo pode aportar contribuições relevantes sob tal enfoque ou abrir interrogações interessantes acerca das regiões metropolitanas.

O trabalho é interdisciplinar, dado que abordar tal temática não seria possível se não fosse dentro dessa premissa. Se o tempo tem sido historicamente tratado pelos mais diversos pensamentos, particularmente os filosóficos e históricos, o espaço da cidade ampliada (região metropolitana), fenômeno recente, e sua abordagem, embora igualmente interdisciplinar, é igualmente recente. Trata-se de um processo em curso com rápidas alterações tanto da forma, como das externalidades.

O trabalho tem um aspecto peculiar. Num primeiro momento, quando da elaboração inicial do projeto de tese com base em Milton Santos e foco maior nas noções de espaços luminosos e opacos, formulou-se um marco teórico, que posto em confrontação com as abordagens de campo, mostrou serem necessárias alterações para que as situações encontradas pudessem ser avaliadas numa dimensão mais ampla que a simples aferição da validade ou não de determinada postura metodológica. Dessa forma o marco teórico e a abordagem de campo caminharam “pari passu”, num processo que enriqueceu o marco teórico e permitiu um leque maior de análises.

A pandemia da Covid-19, que se instalou no país durante o transcurso do trabalho, também implicou em mudanças metodológicas, já que os trabalhos de campo tiveram de ser interrompidos na segunda fase da elaboração.

Essa inflexão, provocada pelas condições de trabalho sob as limitações impostas pela pandemia, levou a diferenças metodológicas na abordagem do vetor Norte da RMBH, onde desenvolvemos a parte do trabalho relativa aos espaços luminosos; em seguida, cotejamos as duas condições, opacos e luminosos, e ainda, uma terceira opção: aquela que apreende a convivência não dicotomizada entre esses dois aspectos, e por fim, à fragmentação urbana dos processos ligados aos espaços luminosos e opacos, em consequência da fragmentação do próprio espaço metropolitano.

As abordagens se somam na busca das conclusões e recomendações.

Esse trabalho foi elaborado numa fase muito específica da evolução histórica do espaço tanto global quanto local, em meio a transformações tecnológicas radicais, mudanças econômicas e dos mercados, sistemas produtivos e das redes e conexões entre os espaços, numa nova organização dos sistemas de comunicação, que assumem grande importância nas configurações espaciais atuais.

As evoluções metodológicas no percurso do trabalho serão abordadas ao longo das discussões, já que são parte e consequência das situações encontradas no desenvolvimento do estudo.

As abordagens históricas acerca das metrópoles não cabem aqui, já que a configuração espacial do que chamamos região metropolitana é um fenômeno urbano mundial amplo, que surge, no caso brasileiro, a partir da segunda metade de século XX, vinculado às formas de produção de uma etapa do capitalismo, quando o espaço se apresenta-se como mediação entre as diversas ordens que o compõem.

Não podemos pensar o espaço sem incluir o tempo e suas variáveis, onde velocidade e tecnologia instrumentalizam a noção de temporalidade e organizam o próprio tempo e o espaço. As ideias de território e territorialidade nos possibilitam traçar contornos que delimitam e identificam áreas objeto de análise.

As metrópoles mudaram radicalmente, não só na sua forma, mas, de maneira destacada, na sua função, em razão de novas formas de produção que já não se apoiam mais na produção industrial, como anteriormente, mas em novas tecnologias e novos atores econômicos que redesenham o espaço das atividades metropolitanas.

Carlos (2007, p. 16) nos diz:

Isto significa dizer que o momento atual sinaliza uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole hoje, contemplando a passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário revelando que a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto “produto imobiliário”. Esse processo requer uma outra relação Estado/espaço pois só ele é capaz de atuar no espaço da cidade através de políticas que criam a infraestrutura necessária para a realização deste “novo momento do ciclo econômico”. Por outro lado, só o Estado pode dirigir o investimento para determinados lugares na cidade sob o pretexto da “necessidade coletiva”. Neste sentido, a reprodução do espaço se realiza em um outro patamar revelando o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro.

Poderíamos dizer que há uma guerra, quase planetária, onde todas as metrópoles ou mesmo cidades isoladas, buscam garantir sua condição de produção e inserção no mundo globalizado. Ao lado disso, há espaços que manifestam tempos, que podem ser tidos como “arcaicos”, inseridos nos espaços metropolitanos e, muitas vezes, dão suporte àqueles inseridos de forma mais visível na globalização.

Carlos (2007, p. 17) observa ainda:

Deste modo, constitui-se uma nova relação espaço-tempo como produto do processo que se revela enquanto ruptura, em que os

referenciais se diluem no espaço da metrópole e com ele os traços, nos quais se baseiam a construção da identidade (que é produzida pelas relações entre os habitantes). Neste contexto, a aceleração do tempo das transformações urbanas, torna a cidade obsoleta sem que esta sequer tenha envelhecido, o que é a expressão de um processo autofágico.

O processo de globalização abarca populações “opacas”, que poderiam ser inseridos no processo global, não como consumidores, mas como objeto de consumo da indústria do turismo. Nesse caso há um impacto na cultura e na produção local.

O tempo e suas simultaneidades no espaço urbano foram tomados como objeto dessas reflexões preliminares por estar aí a espinha dorsal da abordagem pretendida.

A existência da diferenciação e das simultaneidades de tempos nos espaços urbanos parecem ser uma condição objetiva e universal, embora nem sempre impliquem em dualidades.

Os processos urbanos são irreversíveis no Brasil e em muitos países emergentes, bem como naqueles que se denominam de modo geral como centrais. A natureza dos processos urbanos nessas situações é bastante diversa no caso dos emergentes embora haja uma grande taxa de urbanização, as metrópoles são mais vulneráveis em termos de sua inserção nas estruturas globais, da fragilidade de suas conjunturas locais. Ampliar o conhecimento acerca das metrópoles periféricas e de sua ligação em relação às estruturas globais é fundamental para a busca de inclusão e justiça social de suas populações.

Da mesma forma, conhecer suas especificidades e seu funcionamento também se insere nos pressupostos para o seu planejamento, gestão, principalmente sob o enfoque das ações socioeconômicas e ambientais.

No caso brasileiro não há, no campo das normas urbanísticas, um aprofundamento correspondente ao forte caráter metropolitano dos espaços onde vive a maior parte da população urbana do país. O recorte institucional reforça a presença de tempos diversos em áreas fronteiriças dos municípios conurbados. As contribuições quanto ao cotidiano das regiões metropolitanas são, por certo, muito bem-vindas, num pensamento prospectivo de correção das desigualdades.

2 OBJETIVOS

Busca-se nesse trabalho uma apreensão sensível do espaço urbano, onde convivem processos aparentemente apartados, mas movidos pelos mesmos tensionamentos, parte-se dos conceitos de tempo e simultaneidades dos espaços, das diversas condições de inserção espaços urbanos num contexto de globalização da produção as quais advêm de suas condições sociopolíticas, tecnológicas e culturais particulares. A redefinição da forma e da importância das metrópoles para alcançar esse objetivo busca surpreender novas configurações urbanas, bem como cotejá-las com as existentes, identificando suas relações e dependências mútuas.

2.1 *Objetivo geral*

O trabalho proposto busca abordar os diferentes tempos e simultaneidade presentes nas regiões metropolitanas e a forma como esses aspectos interferem nos processos de inclusão ou exclusão de partes dos seus territórios nos processos globalizados, notadamente naqueles aspectos econômicos, sociais e de tomada de decisões.

A relação centro/periferia está no eixo da percepção de como os diferentes tempos interferem nas possibilidades de inclusão. No entanto, buscar-se-á identificar a articulação entre esses diversos tempos, o que se daria através de sua simultaneidade local, de forma que essa percepção possa contribuir para o debate das formas de gestão e delimitação, bem como ao reconhecimento das diversas identidades que estão intimamente ligadas ao cotidiano dos habitantes e da sua condição de cidadania metropolitana. Assim, buscar-se-á demonstrar que o espaço metropolitano em sua totalidade e sua estratégia de concentração populacional não se constituiriam mais numa vantagem da magnitude como se eu no auge da industrialização quanto à inserção numa economia globalizada, onde a especialização de partes de seu território, ou seja, a fragmentação passaria a ser a forma mais apropriada de inserção num contexto de globalizado. Nesse contexto, a grande metrópole atual apresentaria aspectos de obsolescência em grandes porções de seu território, ampliando as desigualdades socioeconômicas já existentes.

2.2 *Objetivos específicos*

- Verificar as possibilidades de classificação de territórios da RMBH quanto aos tempos e simultaneidades;
- Identificar e avaliar, através de estudos de caso, processos de mudança em curso quanto aos tempos e simultaneidades na RMBH;
- Avaliar as várias perspectivas da RMBH, sob o recorte temático, na ótica da globalização.

3 A RMBH

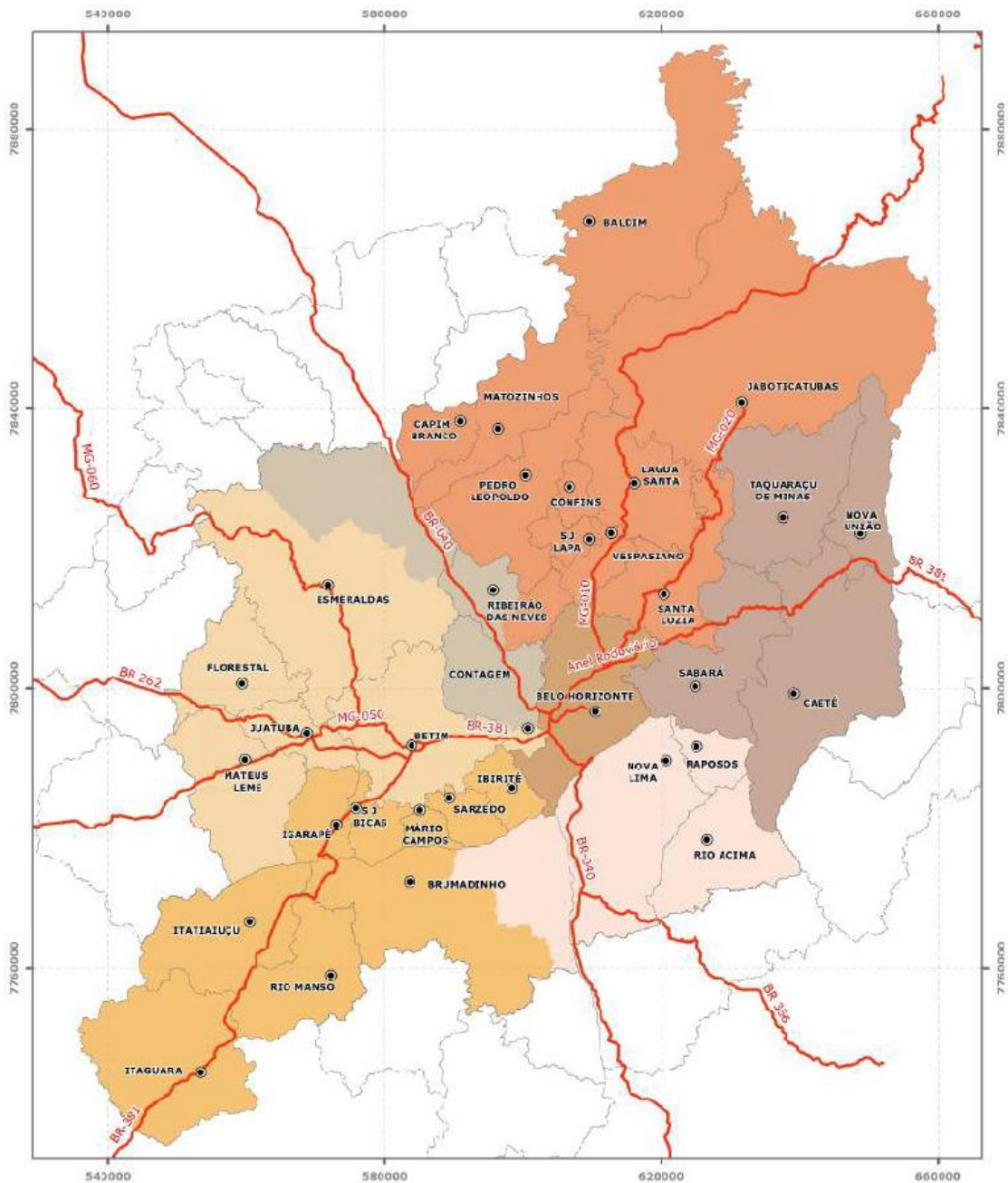
A área onde se busca identificar espaços opacos e espaços luminosos, conceitos postos por Milton Santos e centrais nesse trabalho, é a RMBH, representada nas Figura 1.

Figura 1: Municípios da RMBH.

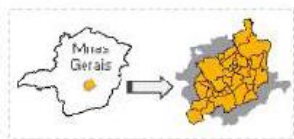


Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002).

Figura 2: Vetores de Expansão da RMBH.



MACROZONEAMENTO RMBH:
Vetores de Expansão da RMBH



PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS: SIRGAS 2000.
Projeção UTM, Fuso 23 Sul.
FONTE: IBGE, MZRMHB.
ELABORAÇÃO: Equipe MZRMHB.
MAIO / 2014



Vetores de Expansão RMBH

- CENTR
- LESTE
- NOROESTE
- NORTE
- OESTE
- SUDOESTE
- SUL

● Sedes Municipais RMBH

- Limites Municipais RMBH
- Limites Municipais Color RMBH
- Rodovias Principais



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014, p. 20).

3.1 O ESPAÇO METROPOLITANO E SEUS TEMPOS DIVERSOS

O processo urbano atual não nos permite pensar o espaço deslocado do tempo, onde se inclui a velocidade, e da tecnologia que instrumentaliza a noção de temporalidade e organiza o tempo e o próprio espaço. A atual estrutura de produção globalizada, que atenua e dilui as diferenças regionais e locais, notadamente nas regiões periféricas, coloca em competição metrópoles, regiões, ou mesmo cidades isoladas que buscam garantir sua condição de produção e inserção na economia dita globalizada. Ao lado disso, há espaços, com tempos que poderíamos denominar obsoletos, inseridos nos espaços metropolitanos, que sobrevivem e muitas vezes dão suporte àqueles inseridos de forma mais visível na globalização.

O desenvolvimento desse trabalho se choca com as definições formais e legislativas do que seja o metropolitano no Brasil e em Minas Gerais, já que essas definições partem de delimitações das chamadas funções metropolitanas. A região metropolitana assim entendida é um recorte espacial advindo da condição de compartilhamento entre municípios de funções públicas destacadas como metropolitanas nos termos da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Esse trabalho poderá ultrapassar os limites do espaço atual e oficial da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros momentos pode estar aquém destes contornos, uma vez que a definição oficial é feita a partir das funções metropolitanas, que refletem o funcionamento da região e aqui se privilegia a noção de espaço e territórios, como já foi dito anteriormente.

Inicialmente se pergunta nesse trabalho, como roteiro metodológico:

- O que é o tempo no espaço urbano atual?
- O que é simultaneidade no espaço urbano atual?
- Há simultaneidade de tempos e espaços na RMBH?
- Essa simultaneidade seria explicável pela existência de espaços opaco, e espaços luminosos?
- O que é um espaço opaco?
- O que é um espaço luminoso?
- Existiriam relações entre espaços luminosos e espaços opacos?
- Qual o papel da cultura na formação do espaço urbano atual?
- O trabalho se pergunta ainda se haveria o que poderíamos chamar de Tempo Metropolitano, finito e moldável como o próprio fenômeno metropolitano?

- Seria o tempo cultural também uma variável formadora da condição metropolitana?
- Seriam as regiões de agitação e fragmentação máximas também regiões que parecem melhor preparadas para sobreviver na globalização?
- As afirmativas feitas no tempo presente são verdadeiras quando apontam sentidos para o futuro?
- Quanto ao futuro, no mundo globalizado onde a luz é um sonho: quem pode sonhar? No mundo de quem não sonha globalizado, o céu é de estrelas mesmo. As cidades apagam as luzes das ruas, a conta é muito cara. No pós-mundo, as lanternas são aplicativos de celulares. Seriam espaços/ fragmentos: quais fios os articulam?

4 TEMPOS E CAMINHOS PERCORRIDOS, ESTRADAS E ENCRUZILHADAS

É preciso que falemos também não só dos tempos conceituais, teóricos, buscados pelo trabalho, mas do tempo medido pelos passos percorridos e sua sequência de percalços, sendo que, estes últimos, os percalços nos fizeram avançar mais do que previsto inicialmente. Poderíamos falar que em muitos momentos foi um trilhar no estado da arte e que em outros o fio se rompeu. Vamos apresentar aqui, resumidamente o percurso. Queríamos um caminho com menos sinuosidades, mas o que encontramos foi o que descrevemos a seguir. Antes que alguém diga, é um caminho barroco, mas há que se alertar: mas o que escapa ao barroco nessas Minas Gerais, que o digam as linhas modernistas do nosso Oscar.

No primeiro momento, na Introdução apresentamos tudo com seria na nossa ideia inicial de abordagem da temática, que além de impregnada pelos ensinamentos do mestre Milton Santos, trazia também a nossa própria experiência de trabalho com o tema metropolitano, e em particular da RMBH. Desse nosso ponto de partida, sentíamos algumas lacunas em grande parte das abordagens consultadas, embora seja preciso ressaltar que algumas nos levaram a importantes reflexões, era como se areia ou água escapassem entre os dedos. Tivemos essa sensação em muitos momentos em que nem sequer podíamos “googlear” em busca de informações, elas não existiam mais, como que ironicamente tragadas pelo tempo. Essa sensação foi mais forte quando trabalhámos durante a pandemia que nos levou a mudar os métodos da pesquisa, já que o contato direto não foi possível. Foi o momento em que percebemos que as informações formais, os registros e até mesmo lugares estavam se evanescendo.

Percorremos suavemente e como previsto, a introdução, objetivos, as observações e caracterizações acerca da RMBH.

Em seguida, vem a revisão bibliográfica, sob a perspectiva do tema trabalhado e considerações acerca do recorte adotado. A partir do trabalho de campo, foram feitas inclusões de novas referências que acompanham o recorte feito.

Quanto aos referenciais teóricos, inicialmente exigidos pelo recorte do objeto, aborda-se o tempo, espaço, simultaneidades e as diferentes velocidades numa visão histórica, buscando-se identificar as inflexões atuais mais importantes, para, em seguida, focar a condição dos parâmetros sob análise. Aborda-se ainda os ritmos

e a questão da simultaneidade. A territorialidade é abordada como um aspecto sem o qual as análises não poderiam ser feitas.

No tópico seguinte, trabalhamos uma inserção em relação ao contexto filosófico da noção de tempo e também acerca da produção científica associada à temática. Busca-se referenciar antecedentes históricos que evoluíram e deram suporte às formulações mais recentes, trata-se, não obstante, de um recorte, dada a abrangência da matéria. Esse momento busca ser também mais um suporte para o desenvolvimento do trabalho. Embora muito exaustivo em termos de análise e seleção de informações, foi um tópico que seguiu a direção que inicialmente nos propusemos.

Em seguida, vem o tópico acerca da metodologia e delimitação do caso. esse é o momento em que a abordagem se divide em dois caminhos diferentes: o da abordagem em campo e informações de fontes secundárias, e aquela através de fontes primárias existentes e o aporte de nossos trabalhos anteriores desenvolvidos na região norte da RMBH. Essa fusão se deu em razão das restrições sanitárias impostas pela prolongada pandemia da Covid-19.

A parte relativa à identificação e escolha de caso relativa aos espaços opacos e seu desenvolvimento, baseada nos referenciais teóricos e trabalho de campo, já estava pronta no momento em que não mais se podia ir à campo. Estávamos começando a questão dos espaços luminosos. Optamos por desenvolvê-la a partir de fontes secundárias e de nossa experiência profissional anterior na área escolhida como caso: Vetor Norte.

Tínhamos duas pesquisas com metodologias diversas, as quais teríamos de trabalhar separadamente, para então cotejar as conclusões e apresentá-las coerentemente com a nossa intenção inicial. Acrescentamos naquele momento, aos nossos procedimentos metodológicos iniciais, novas formulações, às quais podemos chamar de sinuosidades. Todas nossas razões e decisões está detalhada no início do tratamento dos espaços luminosos. Foi um procedimento rico, embora tenhamos toda a consciência da não linearidade do caminho tomado considerando que ele implicou na alteração dos procedimentos correntes no desenvolvimento de trabalhos como o que nos propusemos fazer aqui.

Seria o fim das sinuosidades? Ainda não, pois a abordagem dos espaços luminosos da forma vetorial que o tipo de crescimento parecia apontar constituiu-se numa primeira opção metodológica, que se mostrou ainda insuficiente para o entendimento pretendido, obrigando que a territorialização se somasse à visão vetorial

inicialmente adotada. Partimos então para a abordagem dos espaços municipais e dos distritos, que constitui a última parte antes de caminharmos para as conclusões finais.

Foi com o reconhecimento das divisas políticas municipais que o trabalho fez o sentido pleno naquilo que buscávamos. Encontramos os espaços opacos nas suas diversas gradações, apreendemos o processo de desaparecimento de parte deles, a incorporação de outra parte aos processos de desenvolvimento urbano em curso, e a identificação daqueles que se apresentavam ímpares e brilhavam de forma diferente daqueles que inicialmente se denominou luminosos, mas que brilhavam.

Percebeu-se que se tratava de um tecido único, esgarçado em alguns pontos, acrescentado por novas partes, portador da simultaneidade que buscávamos.

Dando sequência ao trabalho, apresentamos um texto que encaminhamos para a síntese possível, e por fim, as conclusões.

Temos de apresentar muitos pedidos de licenças poéticas e o fazemos.

5 REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS

A produção dos autores de orientação marxista é fundamental para abordagem do tema no recorte dado por esse trabalho, Entre esses autores, Henry Lefebvre é fundamental por ter sido um formador do pensamento acerca produção do espaço urbano no contexto capitalista.

Lefebvre (2013, p. 87) em “A produção do Espaço”, considerou a simultaneidade como elemento relativo à forma do urbano no espaço moderno, necessário para a reprodução da sociedade capitalista. Assim, a simultaneidade seria uma forma de ampliação do espaço e ainda implicaria nas formas de desigualdades espaciais e sociais.

Outro importante pensador, sob o ponto de vista de nossa abordagem, é David Harvey (1989, p. 207) quando distingue as concepções de espaço absoluto (cartesiano), espaço relativo (a partir de Albert Einstein) e o espaço relacional (que nos interessa). Acrescenta o autor e esse caso não é inédito nesse pensamento, que há uma compressão espaço-temporal, ou seja, compressão do espaço e aceleração do tempo, geradora de um grande impacto nas práticas político-econômicas, no equilíbrio do poder de classe e na vida social e cultural, que se constituiria num processo de aniquilação do espaço por meio do tempo que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista.

Santos afirma que: “O tempo pode ser encarado das mais diversas maneiras; eu, como não sou filósofo, repito, apenas vou tomar alguns filósofos como ponto de partida, como ajuda na minha conversa.” (SANTOS, 1989, p. 2).

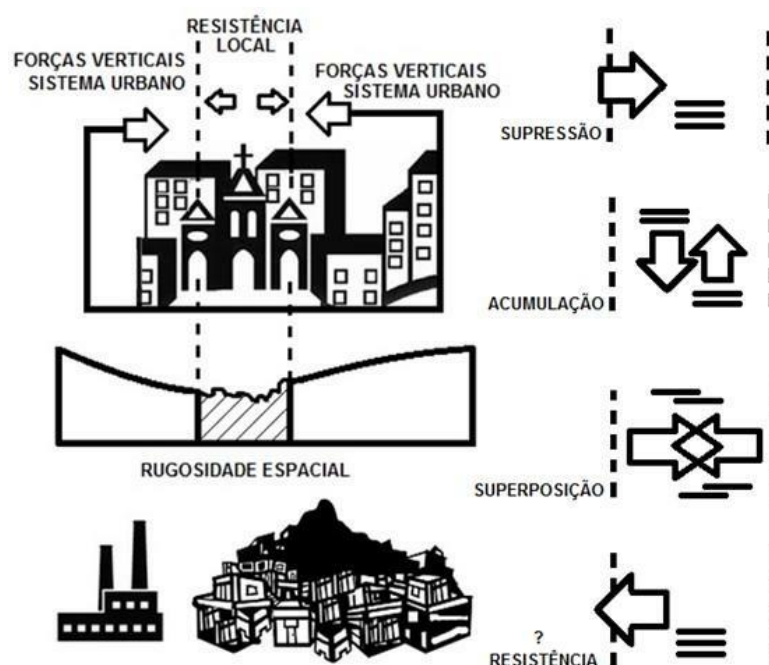
É ainda Santos que nos lembra o filósofo Berdiaeff (1938), que divide o tempo em três tipos: o tempo cósmico, o tempo histórico e o tempo existencial. O tempo cósmico, da natureza, objetivado, sujeito ao cálculo matemático; o tempo histórico, objetivado, pois a História o testemunha, mas no qual há cesuras, em vista de sua profunda carga humana; e o tempo existencial, tempo íntimo, interiorizado, não externado como extensão, nem objetivado, é o tempo do mundo da subjetividade e não da objetividade. Esses tempos todos se comunicariam entre si, na medida em que o tempo é social (SANTOS, 1989, p. 1).

Santos diz ainda que o espaço impede que o tempo se dissolva e o qualifica de maneira extremamente diversa para cada ator. O que parece ser uma influência clara de Heidegger, já que ainda no mesmo texto, Santos se apoia em Heidegger, para

quem sem o homem não há tempo, é desse tempo do homem, o tempo social contínuo e descontínuo que não flui de maneira uniforme de que vamos tratar, Santos em seu artigo e eu, nessa proposta de trabalho. Prossequindo e acompanhando Santos (1989), os diversos tipos de tempo convergem e divergem. Convergem na experiência humana e divergem na análise. As partes do território dotadas de informação em consonância com a produção tecnológica mais recente “competem vantajosamente com as que dela não dispõe” (SANTOS, 1996, p. 194). Os primeiros seriam os luminosos e os outros, os opacos, distinção central notadamente nesse trabalho.

Santos, ainda na mesma obra, se apoia também no pensamento do filósofo argentino, Bagú, que distingue entre o tempo como sequência -o transcurso -, o tempo como raio de operações – o espaço –, e o tempo como rapidez de mudanças, como riqueza de operações. O tempo aparece como sucessão, permitindo uma periodização; depois aparece também como raio de operações. Conforme comenta Santos, para o filósofo Bagú, há uma ordem do tempo que é a das periodizações, o que nos permite pensar na existência de gerações urbanas, em cidades que se sucederam ao longo da História (SANTOS, 1989, p. 1)

Figura 3: Representação esquemática das rugosidades.



Fonte: Oliveira (2015, p. 5).

Santos introduz também o termo rugosidade, que se refere à situação das funções de formas dispostas no território serem refuncionalizadas, ou seja, passarem

a ter funções diferentes da “original” criada, e, com isso, a forma “abriga” uma “nova” função.

[...] o que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2002, p. 140).

Santos (2002, p. 140) diz ainda: na realidade, a paisagem é toda ela passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também. Esse é um dos impasses do trabalho proposto para a tese de doutorado, a abordagem do presente, da forma presente é o limiar do passado, então pensar o que viria desse presente seria uma prospecção, um exercício de se imaginar o futuro.

A rugosidade poderia ser, a nosso ver, também o lugar do esquecimento, não só opaco, mas também invisível.

Santos (1989, p. 3) diz também que a cidade nos traz, através de sua materialidade, dado fundamental da compreensão do espaço, a presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas.

As abordagens sob esse prisma nos evocam também periodizações que permitem reconstituir a acumulação de tempos desiguais, que é a paisagem urbana, de que maneira ela chega até nós, permitindo também passar dos tempos justapostos aos tempos superpostos.

Santos (1989, p. 3) completa: “Esse momento no qual vivemos, [...], é de uma sociedade sincrônica, integral, na qual o homem vive sob a obsessão do tempo, sociedade essa que é, ao mesmo tempo, cronofágica”.

E ainda:

O espaço é tempo, coisa que somente é possível através desse trabalho de empiria que nos é admissível, concebendo a técnica como tempo, incluindo entre as técnicas, não apenas as técnicas da vida material, mas as técnicas da vida social, que vão nos permitir a interpretação de contextos sucessivos (SANTOS, 1989, p. 3).

Rogério Haesbaert é um autor cuja obra, além de dialogar bem com as abordagens de Santos, é importante para o enfoque atual do território. Ele nos ensina que:

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Complementando a ideia território, e nesta mesma linha de Haesbaert, Santos apresenta o que seria uma variação de escala, o lugar:

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo (SANTOS, 1996, p. 29).

Carlos (2007, p. 49), ensina que

A memória articula espaço e tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Produz-se pela identidade em relação ao lugar, assim lugar e identidade são indissociáveis. O histórico tem suas consequências, o diacrônico, o que se passa modificando lugares inscrevendo-se de outra forma no espaço. O passado deixou traços, inscrições, escritura do tempo. Mas esse espaço é sempre hoje como outrora um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões em ato. A memória liga-se decididamente a um lugar.

Em outro momento, Carlos (2007, p. 17) diz:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Nesse ponto voltamos a Harvey, que ensina que, no capitalismo, a reprodução da vida cotidiana está vinculada às condições materiais produzidas através das relações sociais que, por seu turno, vinculam-se às mercadorias produzidas colocadas continuamente em circulação (HARVEY, 2005, p. 129)

Bauman, um autor controverso, mas no referente ao tema muitas vezes pertinente, diz que:

[...] a modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação, [...] Graças a sua flexibilidade e expansividade recentemente adquiridas, o tempo moderno se tornou, antes e acima de tudo, a arma na conquista do espaço (BAUMAN, 2001, p. 115).

Para Bauman, “fluidez” ou “liquidez” são metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase da modernidade, ou da pós-modernidade, como denominam a fase atual um grupo expressivo de autores. Na obra citada, o autor dedica uma categoria ao tempo e espaço (BAUMAN, 2001, p. 9). Assim, Bauman (2008, p. 46), traz o conceito de tempo pontilhista, onde esse é único e descontínuo, é o momento, sem passado, nem futuro, da instantaneidade do consumo, assim como sua inevitável descartabilidade, embora também com referências identitárias, dentro de uma visão de mercado.

Outra referência importante na abordagem proposta é o pensador atual Castells (1996-2000) que, em a “Sociedade em Rede”, em seu capítulo “O espaço de fluxos”, afirma que o espaço e o tempo são as duas dimensões materiais da vida humana, e que tanto tempo como espaço estão sob os impactos das tecnologias da informação. Isso levaria o tradicional espaço de lugares a uma relação dialética com os espaços dos fluxos, advindos da expansão da organização em redes, ensejadas pelas tecnologias da informação. Ainda segundo o autor:

A transformação é profunda: é a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal, utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno (CASTELLS, 1999, p. 460).

Por fim, há que se considerar que, no ciclo atual do capital, os indivíduos já não são rentáveis e nem necessários como força de trabalho de reserva, são expulsos da produção formal, relegados ao mercado informal e precarizado nas periferias das cidades, particularmente das cidades da periferia global, como ensina Carlos:

É nesse contexto que a análise da metrópole de São Paulo aponta um cenário de crise como produto do próprio processo de expansão do capitalismo e sob seu comando que, mundializado, produziu a contradição entre espaços integrados/desintegrados ao capitalismo mundial redefinindo, neste movimento, os conteúdos do desenvolvimento desigual –uma dialética que se desloca do tempo para o espaço (CARLOS, 2007, p. 75).

6 BREVE INSERÇÃO EM RELAÇÃO AO CONTEXTO FILOSÓFICO E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O tempo é uma palavra do nosso cotidiano que adquiriu vários significados na nossa fala. Filosófica e historicamente, o tempo tem sido vivenciado e abordado de maneiras diferentes, que vão desde a consideração de deus caráter divino tomado, à cada época e à cada comunidade, em alguns momentos como sendo o próprio deus. Em outros momentos aproxima-se mais das ciências, até o Renascimento quando há uma ruptura mais acentuada com o caráter divino do tempo; e finalmente o pensamento positivista dá-lhe contornos mais próximos da maneira como foi tratado no modernismo. No modernismo a visão se amplia e volta, no que chamamos de pós-modernismo, a nova inflexão ligada às formas de produção e às novas tecnologias.

Como o tempo é um de nossos objetos de estudo, nesse capítulo, buscamos fazer um apanhado breve do que tem sido o tempo no ocidente, o que é também uma forma o reverenciar, ligando o momento atual aos que nos antecederam.

Iniciando essa breve reflexão temos a citação de Delgado (2011), “apesar de aparentemente abstrato, o tempo é uma vivência concreta e se apresenta como categoria central da dinâmica da História”.

No presente trabalho, a abordagem do tempo se dá no tempo e espaços atuais. Esse é um recorte importante, já que tempo e espaço estão em constante modificação e essa condição tem se acelerado nos atuais processos produtivos globalizantes.

Dessa forma, aqui se busca contextualizar a abordagem de tempo usada no trabalho. Buscamos inicialmente a noção de tempo nas raízes gregas vem que o termo possui uma multiplicidade de formas que correspondem à diversidade de sua ocorrência, onde podemos destacar ao menos três: aiôn (Αἰών), cronos (Κρόνος) e kairós (καιρός). Os três são representados por mitos, sobre os quais, pela brevidade de nossa abordagem nesse trabalho, não discorreremos.

Aiôn, ou éon, é relativo à “o que é para sempre”, um período longo de tempo ou a eternidade. Poderia ser traduzido por “tempo de vida”, “força vital”, ou mesmo vida. É um tempo ligado ao divino. Platão considera esse era o mundo eterno das ideias. Para ele, este mundo estava “atrás” do mundo perceptível.

Não trabalhamos aqui com esse sentido de tempo, porém, cronos e kairós estão no âmbito de nossa abordagem, sendo que o primeiro se refere ao tempo cronológico que pode ser medido, que tem uma sequência. O segundo refere-se ao

“o momento certo” ou “oportuno”, não sequenciado, o melhor no instante presente, ligado à qualidade do tempo. Se Cronos é sequenciado, Kairós é tempo oportuno, um lapso de tempo, um momento indeterminado e não previsível, complexo e dependente da cultura. Para os gregos, somente Kairós poderia combater Cronos e vencê-lo (na nossa análise não há o embate entre um e outro, mas sua soma ou junção).

Elisabete Soja de Lepera (2004, p. 18) nos ensina que, na mitologia grega, o deus Kairós possuía pés alados, que lhe permitiam andar em muitos níveis de consciência. Era o deus que representava o princípio da sincronicidade.

Para Heráclito (540-480 a.C.), o universo se encontra numa eterna e contínua transformação, ou seja, o universo é um eterno ‘vir-a-ser’ ou ‘devir’, pensamento esse que pode se aproximar de nosso pensamento contemporâneo que é constituído, em muito, pela contribuição da matemática e da física.

Aristóteles de Estagira considerava a existência uma fonte de movimento, enquanto a própria existência permaneceria imóvel. Seria a divindade última e imutável que colocaria em movimento todos os outros seres «em resultado do amor». Para o pensador grego, o tempo é medido quando se numera o movimento e para que isso fosse possível, seria necessária a existência de uma alma, ou seja, deve haver alguém para numerar o tempo e todo movimento tem relação com o tempo. Para o filósofo, o movimento não seria o tempo, mas liga-se a ele, sendo algo que nos permitiria compreendê-lo. “O movimento está no corpo movido, corpo esse que não se encontra no movimento”, diz Aristóteles. Deus, ou o Primeiro Motor, anterior às outras substâncias, é que explica a eternidade do Universo e seu movimento constante. Assim, Aristóteles relacionou o tempo ao movimento e também à alma.

Para ele seriam quatro os tipos de movimentos: o movimento substancial: mudança de forma, nascimento e morte; o movimento qualitativo: mudança de propriedade; o movimento quantitativo: crescimento e diminuição; e o movimento espacial: mudança de lugar, condicionando todas as demais espécies de mudança. Já o espaço é definido como sendo o limite do corpo, ou seja, o limite imóvel do corpo.

Outro pensador importante foi Plotino (205-270 d.C.), nascido em Licópolis, Egito, de educação segundo o pensamento grego, particularmente da filosofia helênica. Em 247 ele se estabeleceu em Roma, onde viveria para o resto de sua vida.

Plotino é autor da doutrina bastante difundida das três hipóstases: o Uno, a Inteligência e a Alma (Noûs), sendo que essa última não tem tradução equivalente no

português, e significaria atividade do intelecto ou da razão em oposição aos sentidos materiais¹.

Pois bem, o pensamento de Plotino, posterior a Aristóteles, é importante para a compreensão do neoplatonismo que veio depois dele, bem como para a obra de Santo Agostinho. Também o idealismo alemão e o romantismo devem muito ao pensamento desse filósofo. Plotino apoia-se em Aristóteles, embora também venha a contradizê-lo em alguns momentos, afirmando que “segundo o que dizem os filósofos, o tempo ou é um movimento, ou algo movido, ou algo próprio do movimento” (PLOTINO, 1965, p. 193). O κόσμος, ou o mundo sensível, ou mundo ordenado, não costuma ser considerado uma hipóstase pelos estudiosos do autor, já que o κόσμος é composto, constituído por mais de um elemento, em contraste com as outras hipóstases que no seu todo são idênticas à sua substância.

O que o filósofo mostra é que tempo e movimento seriam coisas distintas. Seria da alma que surgiria o mundo sensível, ordenado, o κόσμος, de natureza corpórea, e onde todas as coisas são temporais, passageiras, por estarem submetidas à temporalidade. Não podemos, no entanto, confundir a hipóstase alma com a alma humana ou individual que, digamos assim, está dentro do corpo. Nessa hipóstase, o corpo está dentro da alma.

Está claro que a esfera das estrelas fixas é a mais rápida porque percorre uma distância maior, e ainda a maior possível, em um tempo menor. As outras, por sua vez, são mais lentas porque gastam mais tempo em percorrer uma parte daquela distância (PLOTINO, 1965, p. 194).

A luz dessa obra, podemos entender que ele diz haver tempos diferentes e ele conclui também que o movimento indica a presença do tempo. Ele observa que se os movimentos são infinitos, e os intervalos também seriam igualmente infinitos e, conclui a partir daí que, seriam os tempos infinitos. O que divide o tempo em antes e depois aparentemente é o agora, segundo o Plotino.

O tempo é uma característica necessária do movimento da hipóstase Inteligência que se torna Alma. O futuro tem muita importância para Plotino. O tempo

¹ A palavra Hipóstase vem do grego antigo: ὑπόστασις - hypostasis, “substância, o termo Hypostasis ainda é utilizado em grego moderno com o significado de “existência”, juntamente com o termo ὑπαρξις (hýparxis) e τρόπος ὑπάρξεως (tropos hypárxeos), este último significando “existência individual” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

não acontece meramente numa linha passado-presente-futuro. O futuro é o que “puxa” o tempo. O futuro é desejo, é impulso que move a Alma.

Podemos entender que para Plotino, o tempo é o movimento da Alma (Noûs). Seguindo com nossa abordagem, temos que nos tempos seguintes, principalmente o Medieval, muito se tratou do objeto e do movimento, pensadores tais como Filopono, Avicena, Buridan, Nicole d’Oresme são muito importantes nesse sentido.

De Aristóteles a Newton a evolução das ideias passou pela marcante Teoria do Impetus desenvolvida na Idade Média pré-galileana.

O trabalho não aborda essa época riquíssima pois se constituiria num desvio da temática proposta para ele. Seguindo o nosso fio condutor, destacamos Agostinho de Hipona, que viveu no século IV, nasceu no ano 354 d.C. na cidade de Tagaste, na Numídia (território da Argélia atual), morreu no ano 430, aos 76 anos de idade, em Hipona (território da atual Argélia).

Aurélio Agostinho, o Santo Agostinho de Hipona, é sempre lembrado quanto ao pensamento filosófico acerca do tempo. O que se sabe é que Agostinho conheceu Platão através do trabalho elaborado por Plotino.

Agostinho faz a seguinte indagação: O que é tempo? E ele mesmo responde: Se ninguém me perguntar, eu sei; mas, se alguém me puser a questão e eu quiser responder, já não sei (AGOSTINHO, 1980, XI, 14-17).

Para o pensador, o tempo não tem realidade em si, é uma invenção do homem, constituído por três nadas: o passado, que não existe mais; o futuro, que ainda não existe; e o presente, tão fugaz que é uma mistura de passado e futuro, onde o futuro seria o lugar onde estão prontos todos os fatos que presenciaremos quando esse período de tempo vier a transcorrer.

Para ele, há que se pensar o tempo não em termos espaciais, mas através da linguagem e da fala e não se poderia pensar um sem o outro, que se articulariam mutuamente, assim, uma ação acabada passa inteiramente para o domínio da memória. A percepção do tempo estaria ligada à intenção e à espera, de forma que o tempo poderia ser uma *distentio animi*, ou “extensão da alma”; também essa subjetividade não será abordada aqui.

Agostinho diz também: se fosse sempre e não transcorresse para o passado, não seria mais tempo, mas eternidade. Para o filósofo o tempo histórico diferencia-se do tempo natural. Assim, a geologia, astronomia ou história natural nos dá uma visão

da “história” do Universo, do planeta Terra e das formas de vida que se desenvolveram nesse mesmo planeta e que são temas que estão ligados à noção de tempo natural.

Para Agostinho, o tempo do homem é medido pela alma e para nós existe um passado e um futuro porque somos seres mutáveis e não podemos viver em um eterno presente. O passado é uma memória guardada na alma e o futuro é a alma que espera os acontecimentos. O presente é um constante deixar de ser tanto do futuro como do passado, é uma intuição. O passado seria como uma forma particular de presente, afinal quando nos lembramos de algo passado, estamos no presente. Assim, o passado é presente quando nos lembramos dele.

Existiriam, pois, três tempos presentes, o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro.

Sem citar explicitamente o tempo, há que se destacar a importância de Descartes (La Haye em Tourraine, 1596/Estocolmo, 1650) que, retirando “deus” das análises, instituiu a dúvida: só se pode dizer que existe aquilo que puder ser provado, sendo então fundamental o ato de duvidar e questionar.

Para o autor, a matéria seria a extensão em movimento tendo em vista sua distinção entre corpo e alma, constituindo-se esse fenômeno no Dualismo, que levaria a um outro princípio fundamental: a identificação entre espaço e matéria que, por seu turno, levaria à concepção cartesiana de movimento.

A importância de Descartes é muito grande para o ocidente, mas nesse trabalho não vamos desenvolver o tema, embora ele necessite ser destacado.

Seguindo, vemos que em outros momentos muito se tratou do objeto e do movimento; pensadores tais como Filopono, Avicena, Buridan, Nicole d’ Oresme são também muito importantes nesse sentido. Seguindo na condução de nossa linha temática, temos Immanuel Kant (1724-1804), nascido em Königsberg, na Prússia Orientaum, um dos eixos principais da filosofia alemã moderna, com seguidores tais como Fichte, Hegel, Schelling e Schopenhauer. Kant foi uma figura central do Iluminismo europeu e estadunidense e publicou a obra “O que é o Iluminismo?”.

Kant (1983, p. 54) nos diz na Crítica da Razão Pura: “Claro que o tempo é algo real, a saber, a forma real da intuição interna”. Para autor, o tempo é uma noção a priori que não designa nada além de determinada característica do nosso modo humano de receber informações através dos sentidos, o que se depreende é que essa seja uma negativa do tempo como uma realidade per si, mas constitui-se numa informação da nossa intuição. Acrescenta ele: “as condições necessárias formais da

sensibilidade são o espaço e o tempo” e “as sensações sem o espaço e o tempo são vazios” (KANT, 1983, p. 54).

Para o autor, o tempo e o espaço são valores lógicos e grandezas vetoriais.

Assim, podemos exemplificar como ele coloca o tempo e o espaço nessas duas afirmativas, ambas feitas na Crítica da Razão Pura (KANT, 1983, p. 39): “O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal de relações das coisas em geral, mas sim uma intuição pura”. Mais adiante ele reforça: “O tempo não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal, mas uma forma pura da intuição sensível” (KANT, 1983, p. 47). Para Kant a estrutura do tempo tem o papel de sistematizar as categorias.

Adicionalmente, para o autor, “[...]a geometria é uma ciência que determina as propriedades do espaço de maneira sintética, mas também a priori.” (KANT, 1983, p. 75).

David Hume foi um autor com o qual Kant dialogou e de quem em muitos momentos discordou. Hume (2002, p. 72) assevera: “as ideias de espaço e de tempo não são, portanto, ideias separadas ou distintas; são unicamente as ideias da maneira ou ordem na qual os objetos existem”. Aqui há a explicitação de sua diferença em relação a Kant, que pensa haver um espaço a priori e um tempo a priori, sem existências reais e objetos empíricos.

O tempo vinha historicamente sendo tratado como único, talvez monolítico, um fenômeno que abarcaria a todos igualmente, havendo no século XIX, após Marx, Einstein e outros, se afastado de medidas parametrizadas, abrindo-se para um leque de possibilidades. Não há como estabelecermos o ponto de inflexão, já que essas várias abordagens convergem nessa direção na modernidade.

Henri Bergson (Paris, 18 de outubro de 1859 - Paris, 4 de janeiro de 1941, francês, pais judeus, a mãe de procedência inglesa e o pai polonês, diplomata), sobrepõe seu ponto de vista biológico à tradicional concepção materialista da Ciência e da Metafísica: suas ideias se coadunam perfeitamente com o Positivismo vigente no século XIX.

Na filosofia moderna, Bergson contestou o conceito científico do tempo. Segundo ele, o tempo da ciência é espacializado, e, por isso, não tem nenhuma das características que a consciência lhe atribuiu. Bergson pensa o tempo, o espaço e a própria causalidade no que ele denomina de duração. Perceptível através de imagens intuitivas, é aquilo que, dentro de um tempo e de vários espaços, compreende a vida

de um ser humano. Trata-se de um conceito fluido, acessível a partir da intuição, considerando-se a relatividade do tempo estimado e sua fragmentação, dada a sua natureza.

O autor nos diz que quer o deixemos em nós ou que o coloquemos fora de nós, o tempo que dura não é mensurável. Simultaneamente Bergson incorporou a ciência ao seu pensamento, o que se pode perceber ao discutir a natureza do tempo com Albert Einstein, em sua palestra em Paris em 1922, relatada por Barreto:

[...] O que eu quero estabelecer é simplesmente o seguinte: uma vez admitida a relatividade como teoria física, nem tudo está terminado. Resta determinar o significado filosófico dos conceitos que ela introduz. Resta descobrir até que ponto ela renuncia à intuição e até que ponto ela permanece atada à intuição: resta fazer a parte do real e do convencional nos resultados aos quais ela chegou, ou, principalmente, nos intermediários que ela estabeleceu entre a posição e a solução do problema. Ao fazer este trabalho, no concernente ao tempo, perceberemos, creio, que a teoria da relatividade nada tem de incompatível com o senso comum. (BERGSON *apud* BARRETO, 2005, p. 1).

Ao que Einstein respondeu:

A questão se coloca então assim: o tempo do filósofo é o mesmo tempo do físico? [...] Ora, o tempo físico pode ser derivado do tempo da consciência. Primitivamente os indivíduos têm a noção da simultaneidade de percepções; eles podem se entender entre eles e concordarem sobre qualquer coisa que percebem; esta seria uma primeira etapa em direção ao tempo objetivo. Mas existem eventos objetivos independentes dos indivíduos e, da simultaneidade das percepções, nós passamos às dos eventos propriamente ditos. E, de fato, aquela simultaneidade não conduziu à nenhuma contradição durante longo tempo devido à grande velocidade da luz. [...] Não há, portanto, um tempo dos filósofos; apenas existe um tempo psicológico diferente do tempo dos físicos (EINSTEIN *apud* BARRETO, 2005, p. 1).

Barreto faz a seguinte reflexão a respeito do episódio:

[...] a observação feita pelo filósofo francês no debate de 1922 procurava mostrar o que há de intuição na inteligência e o que há de duração no tempo da relatividade. Infelizmente, assim como as origens metafísicas do conceito de força à distância de Newton perderam-se na poeira levantada pelo triunfo do mecanicismo, a questão bergsoniana foi ofuscada pelo mito de Einstein (BARRETO, 2005, p. 3).

Barreto segue suas observações considerando que a multiplicidade do tempo na relatividade é análoga a diferentes contrações da duração bergsoniana. E mais, “Bergson não via nada de estranho nas diferentes medidas de tempo para diferentes referenciais na teoria de Einstein.” (BARRETO, 2005, p. 3).

A partir desse “embate”, ainda em 1922, Bergson escreve uma de suas obras mais polêmicas: *Durée et Simultanéité*. Buscando conciliar os dois pensadores, Barreto pondera em relação à Einstein:

Ao remeter o tempo para um plano inacessível à nossa experiência imediata, mas consistente em sua formulação matemática, ou seja, ao atribuir à realidade uma quarta dimensão temporal, o cientista alemão resolveu os problemas da física no início do século XX. No entanto, é preciso notar que, a partir dos artigos de 1905, o senso comum começa a acreditar que a relatividade veio dar ao tempo um significado filosófico que Santo Agostinho já procurava na Idade Média: a relatividade parece ter revelado o que realmente o tempo é (BARRETO, 2005, p. 3).

Barreto ainda também observa: “Bergson não rejeitou a relatividade. Ao contrário, ele percebeu na linguagem simbólica da teoria algo ressonante com sua própria filosofia e reconheceu o valor científico desta criação da inteligência humana.” (BARRETO, 2005, p. 3).

O momento do breve diálogo entre Bergson e Einstein parece-me ser emblemático de um certo desencontro entre a ciência e filosofia; mesmo em momentos em que se aproximam, as linguagens podem parecer incompatíveis, quando não o são: diferente nesse caso é o lugar de onde cada um está falando.

Pode-se dizer que, para Bergson, o tempo tem o aspecto de uma duração e não há nenhuma ruptura entre o passado-presente-futuro, trata-se de um pleno continuum do tempo. Se o pensamento de Bergson é muito importante para o século XX e o presente trabalho não tem como objetivo abordá-lo, aqui é feita numa referência modesta no sentido de traçar uma linha condutora sobre a nossa temática.

Martin Heidegger (26 de setembro de 1889 - Friburgo em Brisgóvia, 26 de maio de 1976) é outro filósofo cuja obra se liga, entre outras, a temática do tempo e do ser. O tempo lhe parece ser a questão mais intimamente ligada à existência. Para esse filósofo, o ser não tem forma, só o ente (o que é) tem forma. Essa forma flutua no oceano ilimitado do ser. A forma possui a qualidade de ser. A forma é. O ente (entendido como tudo aquilo que é) cuja essência (ser) coincide com a existência, é nesta que seu ser se realiza.

Heidegger diz que a tradição filosófica desde os gregos sempre identificou o ser com a presença no mundo. Segundo o autor, isso seria um equívoco, porque se entende por “presença” a possibilidade de ocupar lugar no espaço e no tempo, o que é uma resposta que pode servir, quando muito, para o ser dos objetos meramente materiais.

Continuando, existimos sempre em um mundo, o homem é um ser-no-mundo sendo essa um traço fundamental do ser homem (HEIDEGGER, 2009, p. 179).

Seguindo, destacamos Bachelard (1994, p. 87), quando diz que não há um único tempo válido em todas as situações. Para ele, o tempo tem várias dimensões; o tempo tem uma espessura. Só aparece como contínuo graças à superposição de muitos tempos independentes”: existem a espessura e as lacunas. O tempo do pensamento é verticalizado em relação ao tempo comum das coisas, que é horizontal. A descontinuidade seria caracterizada não pela fragmentação da continuidade, mas, pela repetição dos instantes, formando ritmos e haveria uma clara distinção entre o tempo vivido e o tempo pensado.

O conceito de descontinuidade histórica posto pelo autor dialoga criticamente com o conceito de duração oriundo do pensamento de Bergson. É a partir da crítica que Bachelard estabelece para o conceito de duração que ele elabora a sua perspectiva do tempo descontínuo. Em outro momento, em sua obra *Poética do Espaço*, Bachelard (2008, p. 200) diz que “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa. [...] Aqui o espaço é tudo, porque o tempo não mais anima a memória.”. Mais adiante, diz ele “[...] a casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico.” (BACHELARD, 2008, p. 227).

Por fim, já trabalhamos, no caso dos espaços opacos, com territórios onde vivem populações afrodescendentes, o que nos leva a acrescentar algumas considerações, ainda que breves, acerca do Tempo, Irôko, também conhecido por Gentilheiro, que é um orixá muito respeitado dentro do candomblé, pois todos os barracões precisam tê-lo. O respeito se deve ao fato de que todos os pedidos, trabalhos e oferendas são feitos no tempo sendo então necessária a permissão do Orixá para que coisas ocorram no seu tempo, seja curto ou longo, o Tempo não pára e muda a qualquer tempo/ momento.

Waldik Moura (2012) afirma em seu blog que: “É também a permanência dentro da impermanência e impermanência na permanência. O ciclo vital, que não muda com o transcorrer da eternidade. O tempo dá, o tempo tira, o tempo passa e a folha vira”.

Irôko/Tempo representa a ancestralidade, os nossos antepassados, pais, avós, bisavós. Ele é equilíbrio e desequilíbrio, simultaneamente. Ele é o segundo, o minuto, a hora.

Segundo Tonin,

Iroko está, também, associado à escala do desenvolvimento e do crescimento; por isso, sua ferramenta é uma escada com uma lança voltada para cima, em referência ao próprio Tempo e à evolução material e espiritual.

Iroko é o protetor da natureza, dos animais e da ancestralidade, aqui no Brasil sua presença encontra-se na árvore Gameleira Branca, ou Figueira Branca, como respeito e sinal de sua energia, é de costume amarrar um ojá – fazer um laço com um tecido branco – em seu tronco (TONIN, 2020, p. 2).

A natureza da temática, como se depreende dessas várias visões aportadas aqui e que, embora sumárias, apontam uma sinuosidade que veremos adiante foi acentuada pelas condições em que se deu o desenvolvimento dos trabalhos. Assim, esse texto não apenas parece um mosaico, ele é um mosaico, onde podemos perceber como a ideia acerca do tempo tem acompanhado a humanidade durante o seu percurso no planeta e quanto nos tem intrigado, levado nosso olhar a céus estrelados, e nos posto perguntas sobre quem somos. A cada momento uma resposta, uma nova pergunta ou mesmo, uma nova forma de perguntar nos surpreende.

7 ABORDAGEM METODOLÓGICA E DELIMITAÇÃO DO CASO

O desenvolvimento do trabalho se dá por intermédio da dedução (lógica dedutiva) e da indução e mantendo-se uma linguagem a mais próxima possível, através da qual se delinea a situação encontrada, onde guiado pelos conceitos iniciais foi importante o diálogo com as situações empíricas.

O trabalho proposto busca aproximar-se da produção do espaço urbano, não obstante continuar sendo uma representação, um recorte. Se as formulações acerca do tempo e sua simultaneidade no espaço urbano não forem verdadeiras, as discussões sobre o próprio espaço poderão ser úteis, mesmo que não se articulem exatamente da maneira proposta num primeiro momento de formulação.

Seria possível uma prospecção a partir das análises feitas?

Há que se fazer as interrogações corretas e mais que isso, nos lugares corretos. Essa foi uma busca inicial que demandou esforços significativos nas primeiras abordagens de campo. Estávamos buscando que tipo de espaço opaco? Qual deveria ser sua contextualização? A que tipo de pressão estariam resistindo num contexto metropolitano? O mesmo tipo de questões se colocava igualmente para os espaços considerados luminosos. As respostas não vieram de pronto e, ao lado das colocações conceituais, foi necessário encontrar áreas que evidenciavam os conceitos e ofereciam algum nível de resposta.

É importante ressaltar que a escolha dos locais a serem trabalhados faz parte da metodológica do trabalho, tanto quanto o que se quer buscar nos lugares escolhidos ou às comparações a serem feitas.

Para os estudos de caso, a escolha inicial se deu em relação aos extremos de cada parâmetro analisado, ou seja, casos paradigmáticos em relação aos espaços opacos e aos espaços luminosos. Lembrando Santos (1999, p.194), territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais seriam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização e são denominados territórios luminosos. Os espaços onde não se encontram essas características estariam incluídos nos chamados de territórios opacos. Essas duas condições refletem a distribuição desigual dos recursos tecnológicos no espaço global e a capacidade de inserção vertical numa economia globalizada, em contraste com a manutenção de características horizontais, ligadas ao cotidiano.

Para a delimitação do estudo de caso dos espaços opacos foi feita uma abordagem através do método de aproximações por etapas num esforço teórico-empíricos interativos para ser alcançada.

As investigações inicialmente se deram em sedes municipais que não participam da estrutura produtiva de caráter metropolitano e em territórios historicamente tradicionais, entre os quais, os quilombos que são exemplos desse tipo de situação, além de possuírem, em sua maioria, registros bibliográficos consistentes.

No desenrolar do trabalho, visando o cotejamento, a condição dos espaços opacos voltou a ser abordada quando da escolha relativa aos espaços luminosos, uma vez que os espaços potencialmente luminosos são aqueles produzidos pelas ocupações mais recentes por sua visibilidade atual e força do discurso neoliberal e deixar poucas margens para a identificação de condições que divirjam daquelas postas pelos atores envolvidos e produzidas em suas representações. A organização vetorial típica das análises das áreas metropolitanas não se mostrou, em termos de informações disponíveis, a mais adequada para as análises iniciais que abordaram os espaços opacos. O desenvolvimento urbano atual o qual se deu a partir de grandes investimentos públicos e privados que o direcionam em novas configurações estruturais observamos que a divisão política/administrativa dos municípios se mostrou mais adequada para as identificações buscadas. A identificação de espaços opacos e suas práticas não figuram nos discursos oficiais e suas representações, quando muito, são registrados como festas nos calendários culturais. A percepção dos opacos, no vetor que abrigaria os luminosos, valeu-se das divisões municipais para identificar as condições da presença das comunidades mais tradicionais, notadamente aquelas com práticas culturais afrodescendentes.

A diferença entre as duas abordagens das fronteiras municipais ficará mais clara nas análises, já que exigiram momentos distintos dentro dos procedimentos metodológicos. No primeiro, buscávamos um caso exemplar diante do marco conceitual, no segundo buscávamos testemunhos, mesmo que fragmentários, de espaços da mesma natureza que o tomado como referência inicial.

A busca por esses espaços opacos no segundo momento se deu a partir de bases de informações municipais antigas, relatos das próprias comunidades e da imprensa.

A escolha dos territórios luminosos, embora possa parecer mais fácil, não foi no caso da RMBH. Devido à forte presença do estado como indutor de crescimento

urbano e econômico, teríamos para tal escolha territórios nos vetores Sul e Norte de desenvolvimento metropolitano. Na verdade, talvez, na RMBH, o possível luminoso coincide sempre com a presença de intervenções do estado na sua promoção.

Os dados para tais estudos foram primários, através de reconhecimento de campo e, secundários, produzidos por agentes públicos ou literatura temática.

Entrevistas com profissionais e moradores envolvidos nas áreas em estudo ou o acompanhamento de matérias publicadas na imprensa também foram utilizadas nos limites impostos pelas restrições sanitárias.

As escolhas metodológicas iniciais não se mostraram de todo suficientes quando confrontadas com as situações de campo, o que fez com que buscássemos ampliar a metodologia proposta assim temos um referencial teórico inicial, acrescido de outros parâmetros em função das necessidades verificadas em campo. Os primeiros espaços com características opacas foram identificados, mas descartados. Embora atendessem a característica primeira da opacidade, não se revelaram sob pressão, condição basilar de nosso estudo, que busca aferir a capacidade de resistência oferecida por esses espaços. No caso dos luminosos, há uma certa migração das condições auferidas até recentemente pelo vetor sul da RMBH, para o seu vetor norte.

O conceito cria uma categoria abstrata e genérica e esta seria sua função. Não obstante, quando cotejado com uma realidade ou uma percepção da realidade, implica em uma correspondência exata entre uma condição abstrata e a empírica que lhe corresponderia, pois são de natureza diversa e essa diferença deve ser analisada. Entender os desvios e os redirecionamentos são requeridos e importante nos processos da produção científica.

Reforçando as observações desse tópico, trazemos uma citação de Michel Foucault:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Aqui, cabe também a consideração feita por Nogueira (2013, p. 24), quando diz: “A pesquisa poderá ser compreendida como um jogo. Mas não se sabe, antecipadamente, aonde se chega; e as regras são criadas enquanto se joga.”.

Outra questão que se mostrou importante para a condução dos trabalhos foi a situação sanitária causada pelo vírus da Covid-19. A pandemia, de caráter global, foi reconhecida no país pelo Decreto nº 10.308, em 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020), quando se “estabeleceu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).”.

Os trabalhos de campo estavam em curso quando foram interrompidos pela natureza dos cuidados ensejados pela situação sanitária; para contornar essa situação, a parte do trabalho relativa aos espaços luminosos foi desenvolvida, em grande parte, a partir de dados secundários e dados primários coletados pela autora em outros trabalhos anteriormente desenvolvidos por ela na RMBH. Sendo assim, a abordagem foi diferenciada em relação ao que já estava realizado. Buscou-se que essa diferença na base de dados não impedisse o cotejamento das situações e as conclusões: os dados foram organizados de maneira a permitir a continuidade dos trabalhos.

A condição excepcional do trabalho imposta pela situação sanitária fugiu, em muitos momentos, do que seria considerado a lógica da produção acadêmica em padrões usuais. Por consequência, optamos por manter na narrativa a sequência em que a coleta de dados e análises foram feitas, já que esse encadeamento esclarece várias opções feitas. De início, nossa expectativa era de um procedimento metodológico onde a presença do pesquisador fosse mais discreta, mas a mudança nas condições de desenvolvimento do trabalho levou a que a própria metodologia fosse mais flexível, que pudesse incorporar acidentes de percursos, construindo uma narrativa que incorpora o caminho percorrido como elemento a ser analisado. Mais que observador de uma realidade dada, a situação nos levou à busca da própria realidade objeto e atuar nos seus recortes e bordas. Surpreendentemente, a abertura para estes imprevistos, a serem apresentadas, parece ter acrescentado perspectivas teórico-práticas mais do que reduzido as perspectivas inerentes à pesquisa.

Em relação à “Pandemia”, como a temos chamado, porque essa é a nossa pandemia, a do momento atual, temos de considerar sua materialidade nas cidades e nos espaços metropolitanos brasileiros e alguns elementos são importantes de serem

observados. Como ensinam Couto e Mendes (2020, p. 58) e se desenvolvem, dentro das peculiaridades de cada condição urbana, diante da

- Formação histórica e territorial das diferentes regiões brasileiras, cujas cidades e espaços metropolitanos decorrentes desse processo tendem a expressar certas tendências na produção e organização de seus espaços;
- Nível de inserção das cidades e das aglomerações metropolitanas brasileiras na lógica de produção capitalista nacional e internacional;
- Particularidades e singularidades na produção e organização dos espaços intraurbanos no Brasil.

Um estudo comparativo das regiões metropolitanas no curso da pandemia seria um tem interessante a ser desenvolvido em outro trabalho, à luz dos dados do próximo censo.

7.1 ABORDAGENS EM CAMPO: ESPAÇOS OPACOS

As primeiras abordagens em campo nos indicavam que a opacidade e mesmo a rugosidade, como consequência, não são fenômenos prioritariamente culturais e ensejadores da simultaneidade, como pensávamos a princípio, pois têm grande participação do suporte físico do lugar, como topografia, localização/ acessibilidade. Em outras palavras, é a exclusão do lugar em termos da possibilidade de ser atrativo ao mercado e às possibilidades de transformá-lo em produto que reforçam sua opacidade e aumentam sua fricção em relação à sua inserção no que poderíamos chamar de luminosidade de novos processos globalizantes.

A organização social em torno de atributos da ancestralidade poderia ser uma condição em que se preservassem os aspectos culturais de populações, mesmo em sua relação com os processos globais, ainda que periféricos. A organização político/social, poderia assim se apresentar como fricção. Os processos atuais de reconhecimento e empoderamento de minorias podem modificar as relações com a globalização e de aniquilamento das peculiaridades das populações, esta seria uma trincheira de luta permanente. O tempo e a simultaneidade não são condições iniciais suficientes para a manutenção de uma heterogeneidade ou de uma heterotopia, que só poderia ser garantida no espaço desse embate político social que enfrenta a própria exclusão.

O conceito de territorialidade foi agregado às análises, já que se percebeu nas abordagens em campo que o pertencimento a uma determinada territorialidade se

fazia presente em todas as situações trabalhadas e poderia acrescentar um elemento complementar ao que inicialmente se propôs no trabalho.

É bom lembrar que o nosso trabalho não consiste em evidenciar a condição de territórios opacos, mas verificar se essa situação é ensejadora de alguma resistência em relação aos processos ligados à novas técnicas e tecnologias, bem como às investidas de um mercado imobiliário neoliberal financeirizado.

Foram trabalhadas inicialmente várias situações da RMBH que poderiam ser avaliados como opacos sob as perspectivas propostas, em busca de se definir a amostra a ser definida. Alguns desses espaços se mostraram adequados, mas se tratava de espaços isolados fisicamente, sem nenhuma pressão externa que estivesse atuando ali. Optou-se então pela busca de espaços pertencentes ou articulados a um mesmo vetor de crescimento da RMBH onde esta pressão estivesse internalizada. O processo de determinação das áreas a serem objeto de aprofundamento nos termos em que se propõe pode ser resumido nessa sequência:

- Sedes municipais da RMBH não vinculadas fortemente ao processo metropolitano (no caso, as sedes abordadas foram Capim branco e Baldim);
- Perímetros urbanos anteriores à RMBH e à própria cidade de Belo Horizonte, culturalmente expressivos.
- Territórios quilombolas da RMBH foram considerados como propícios ao que se queria investigar.

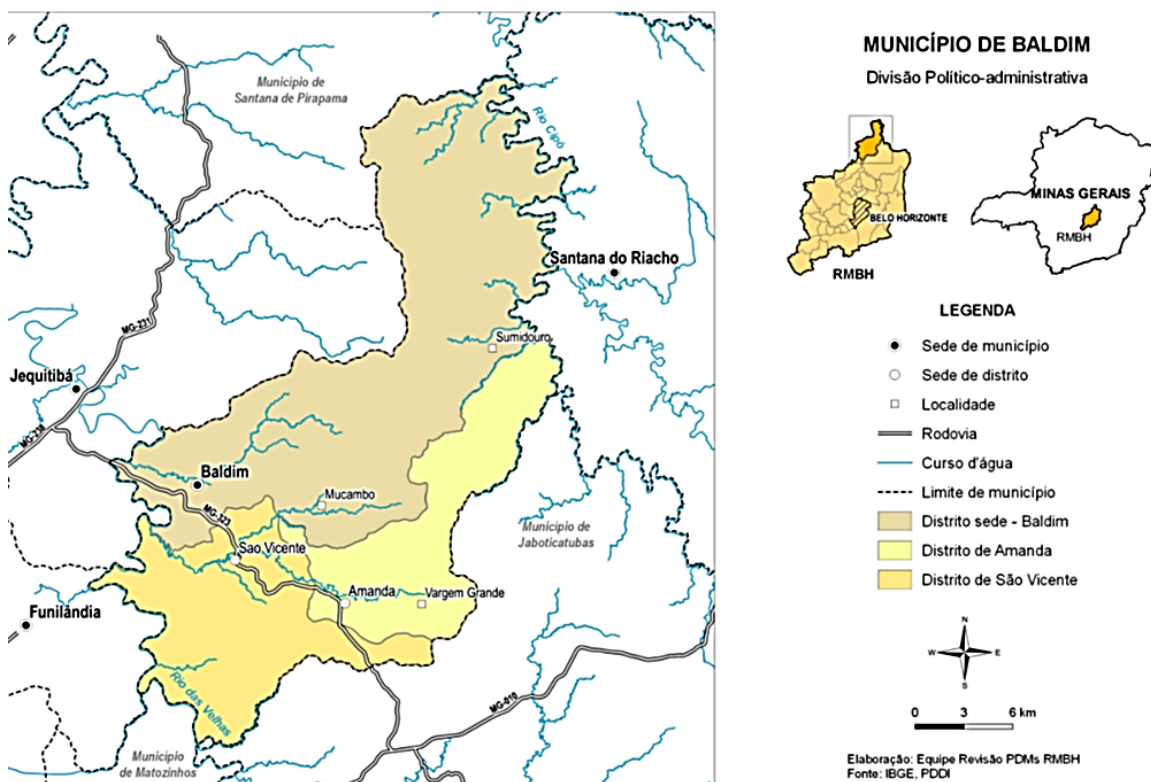
8 DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS OPACOS

Em relação aos trabalhos de campo, optou-se por iniciá-los investigando-se aquelas situações em que pudessem ser identificados espaços opacos segundo os conceitos postos como premissas.

8.1 A ESCOLHA DO CASO

A primeira abordagem prospectiva, em campo, onde se buscou investigar um lugar opaco foi a sede do município de Baldim que, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2011) foi incorporado à RMBH em 2002, juntamente aos municípios de Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos e Nova União. O município possui três distritos: Baldim, Amanda e São Vicente.

Figura 4: Município de Baldim.



Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2017b).

A relevância de Baldim evidenciou-se em razão do relativo isolamento desse município e por existir aí parte de sua população que vive da extração e comercialização do *Rhinodrillus alatus*, o popular minhocuçú, espécie ameaçada de

extinção e endêmica no município. Em termos técnicos, a extração do minhocuçu se dá, de maneira geral, em condições muito primitivas, próximas à dos primeiros extratores da nossa história. A existência desses extratores nos deu a ideia inicial de que aí encontraríamos um caso adequado ao nosso estudo.

No distrito de São Vicente em Baldim comemora-se o festival folclórico onde são apresentadas manifestações da cultura afrodescendente do distrito e também de outros distritos e localidades do entorno como Folia de Reis e Pastorinha da comunidade de Mocambo. As atividades ligadas ao Congado e Boi de Manta acontecem em outras partes do município.

Essas atividades são ali classificadas pela administração municipal como folclóricas e não como específicas das práticas culturais de grupos das comunidades do município. O apoio a tais atividades é dado pela Secretaria Municipal de Cultura, vereadores e até mesmo por igrejas evangélicas.

Não se identificou nenhuma manifestação institucional relativa aos coletores de minhocuçu, que foram objeto de nossa atenção inicial. As comunidades ligadas à essa prática estão dispersas pelas áreas de ocorrência do minhocuçu, em sua maioria na zona rural. Há um conflito expressivo entre esses grupos e o IBAMA, já que o *Rhinodrilus alatus* é considerado espécie ameaçada. A prática de manejo sustentável tem sido incentivada pelo Instituto, mas não encontramos em campo nenhuma atividade ligada a esse manejo.

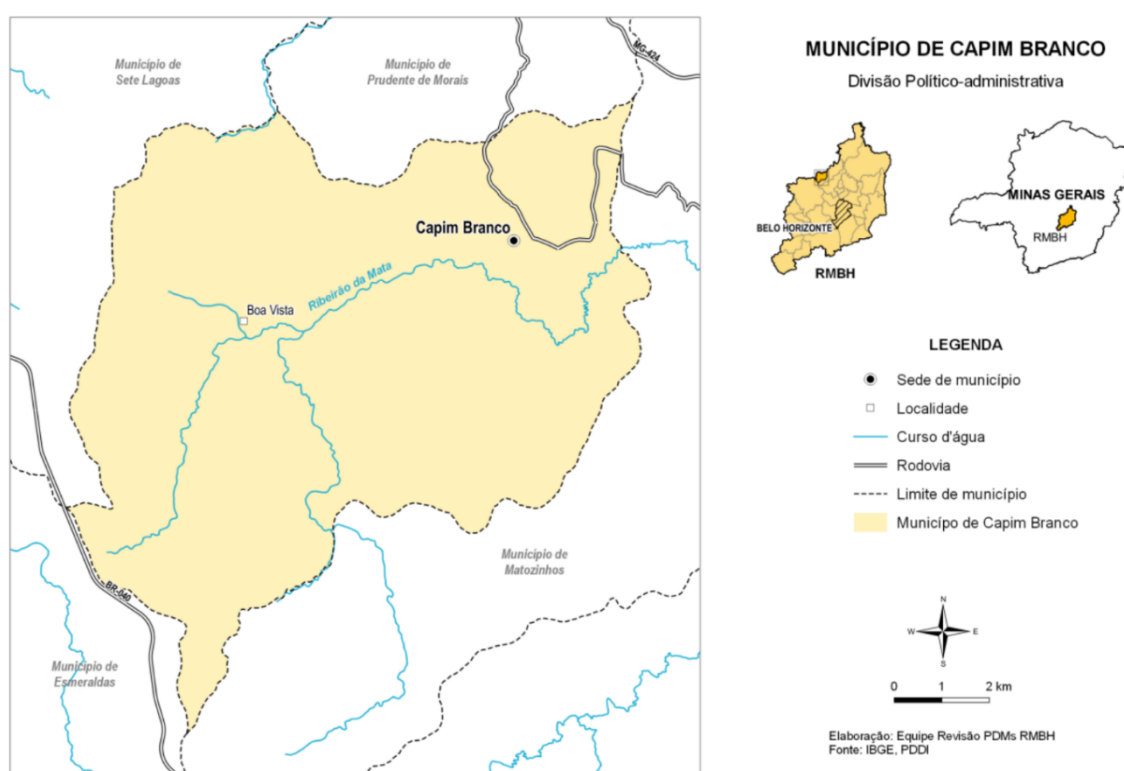
Os registros municipais de práticas culturais não mencionam esses grupos, as atividades de planejamento também não o fazem, o registro importante é dado somente em comunidades técnicas ligadas à biologia.

Não há dúvida de que o município de Baldim conteria populações que poderiam ser classificadas como opacas, no sentido que é dado por Santos, mas não constituem, a princípio, territórios consolidados e a atividade ligada ao extrativismo, que nos pareceu quase invisível à esfera da gestão do Município e à revisão do Plano Diretor. Não há processo de pressão devido a expansão imobiliária, mesmo que de caráter local, na região onde essa população se encontra.

O que se verificou em Baldim foi um desejo de ultrapassar as atividades pouco reconhecidas no contexto produtivo atual e resguardar aquelas que poderiam ser vistas como apropriadas para o turismo cultural o que não se aplica à exploração do minhocuçu. Dessa forma, o município de Baldim foi descartado como caso a ser desenvolvido na presente pesquisa.

O município seguinte foi o de Capim Branco, que se localiza a noroeste de Belo Horizonte, integrando a Região Metropolitana e abrangendo uma área de 94,147 km². O atual município de Capim Branco teve sua origem administrativa a partir do desmembramento de parte do território de Pedro Leopoldo, do qual fazia parte como Distrito. Do ponto de vista de sua formação político-administrativa, o município pertenceu aos territórios de Santa Luzia, Pedro Leopoldo e Matozinhos antes de sua instalação, em 1954 e da Revisão Plano Diretor do Município de Capim Branco (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017c).

Figura 5: Município de Capim Branco.



Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2017c).

Ainda segundo a Revisão do Plano Diretor:

São previstos novos empreendimentos industriais e produtivos ao longo dessas vias ligados à dinâmica que emana de Sete Lagoas, mas também aquelas induzidas pela presença do complexo ligado ao Aeroporto bem como a outros empreendimentos públicos e privados como a SIX Semicondutores às margens da BR-040 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017c).

As visitas ao município e leituras técnicas nos levaram à consideração de que a sede municipal de Capim Branco não se enquadrava no perfil buscado na nossa pesquisa, pois além de não se apresentar como espaço opaco, possuía uma dinâmica econômica ligada fortemente à cidade de Sete Lagoas e à RMBH.

Essas duas experiências não se coadunaram com o esperado e a partir delas identificou-se a necessidade de uma ampliação da metodologia, com a agregação de novas variáveis para além das já postas. O vetor de crescimento foi uma dessas, tanto para espaços opacos, que no caso estariam sob pressão de crescimento, e obviamente para os espaços luminosos.

Outra variável destacada agregada nesse momento foi o território, tanto funcional, como simbólico, que se mostrou muito importante para o estudo principalmente dos espaços opacos. Para explicitar nossa busca, citamos ensinamento de Santos (1999):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 7).

Ao pensamento de Santos, aqui citado, soma-se, em nossa abordagem o de Haesbaert em dois momentos:

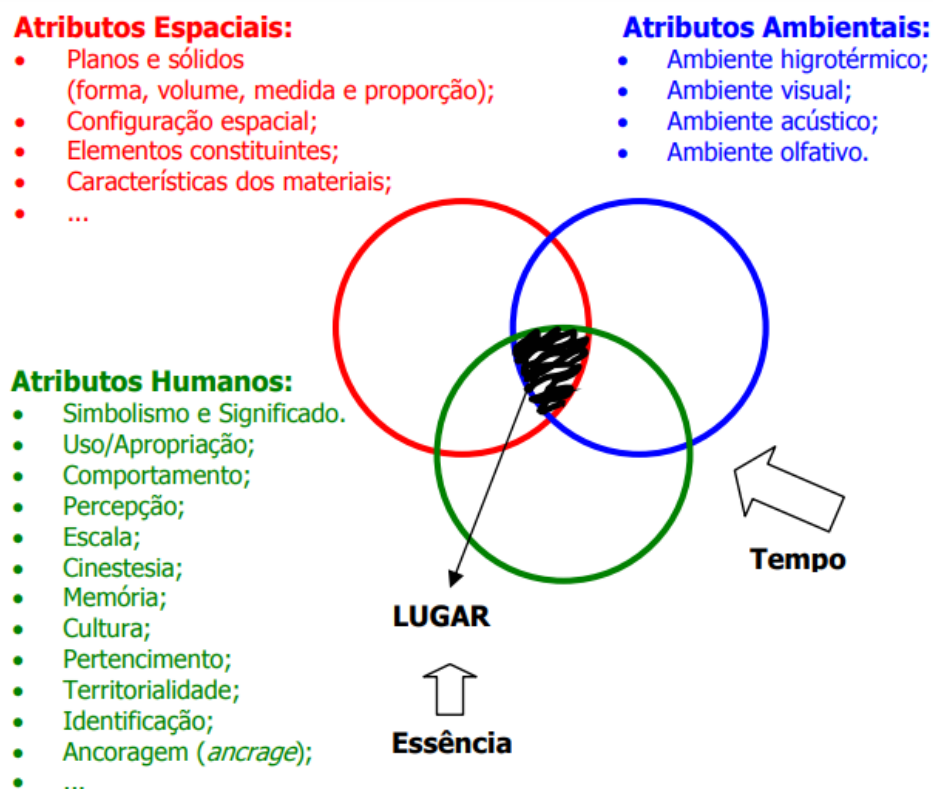
Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Em outro momento, Haesbaert afirma que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

O conceito de lugar tomou particular importância no desenvolvimento do trabalho, para facilitar a identificação de nossas referências em campo, apresentamos o seguinte esquema:

Figura 6: Esquema estrutural do conceito de Lugar.



Fonte: Reis-Alves (2006, p. 14)

Diante dessas especificações, pareceu-nos que os territórios quilombolas seriam adequados para pesquisa, já que a territorialidade seria uma de suas referências.

Segundo Suely Virgínia Santos (2016, p. 105) a palavra “Kilombo referia-se às antigas lutas de expansão e assentamentos territoriais assumidos por povos de fala banto.”

A Fundação Cultural Palmares² define que:

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Informa ainda a referida Fundação que:

² O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Desde então, foram emitidas 3.271 certificações para comunidades quilombolas; este documento reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal (BRASIL, 2003).

As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente (BRASIL, 2003).

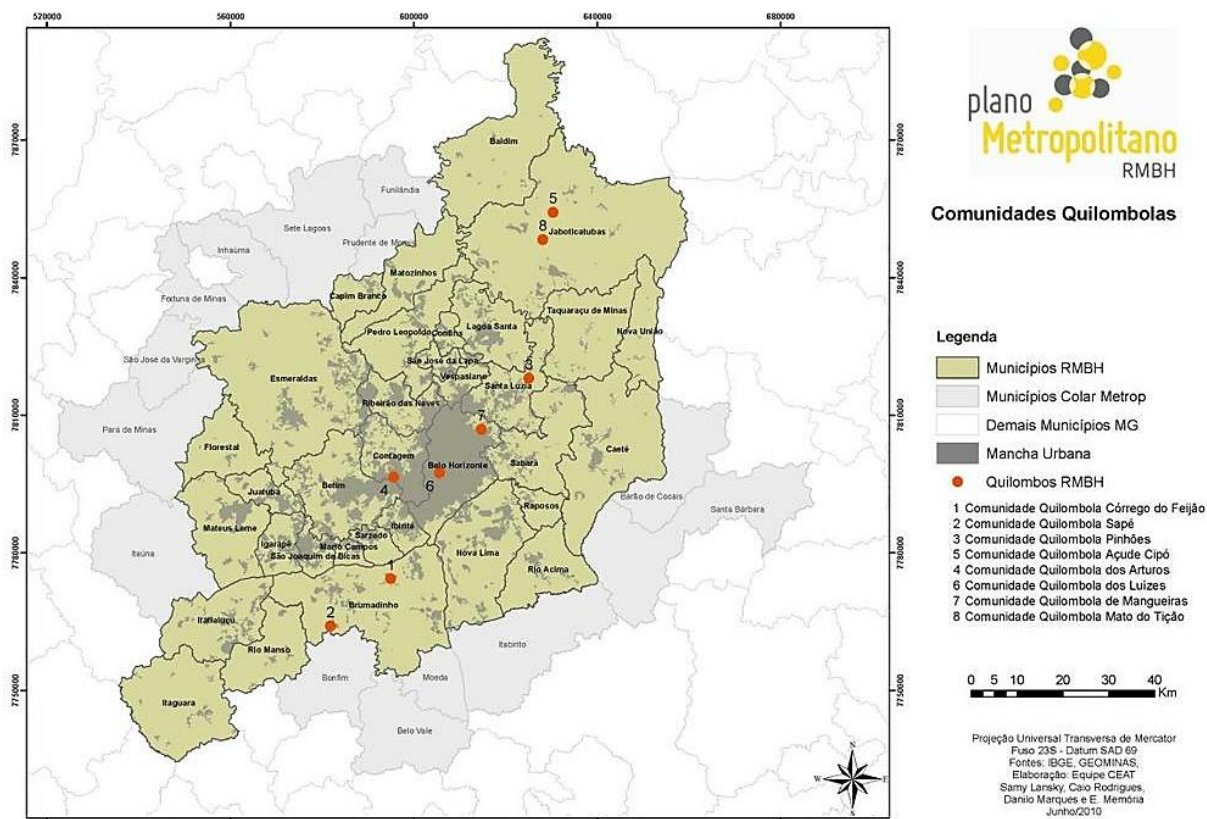
Diante dessas informações, os territórios de origem quilombola se enquadrariam, à princípio, como espaços/territórios opacos e foi com base nessa perspectiva que a fase seguinte do trabalho passou a investigar comunidades quilombolas da RMBH.

Existem na RMBH as seguintes comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares:

- Arturos - Contagem - 25/05/2005
- Açudes - Jaboticatubas - 27/01/2006
- Boa Morte - Belo Vale - 15/04/1998
- Chacrinha dos Pretos - Belo Vale - 18/01/2007
- Irmandade do Rosário de Justinópolis - Ribeirão das Neves - 10/02/2015
- Luízes - Belo Horizonte - 25/05/2005
- Mangueiras - Belo Horizonte - 05/12/2005
- Manzo Ngunzo Kaiano - Belo Horizonte - 16/04/2007
- Marinhos e Rodrigues - Brumadinho - 15/09/2010
- Mato do Tição - Jaboticatubas - 01/02/2006
- Povoado do Pimentel - Pedro Leopoldo - 07/03/2010
- Pinhões - Santa Luzia - 05/04/2017
- Ribeirão - Brumadinho - 13/09/2010
- Sapé - Brumadinho - 23/08/2005

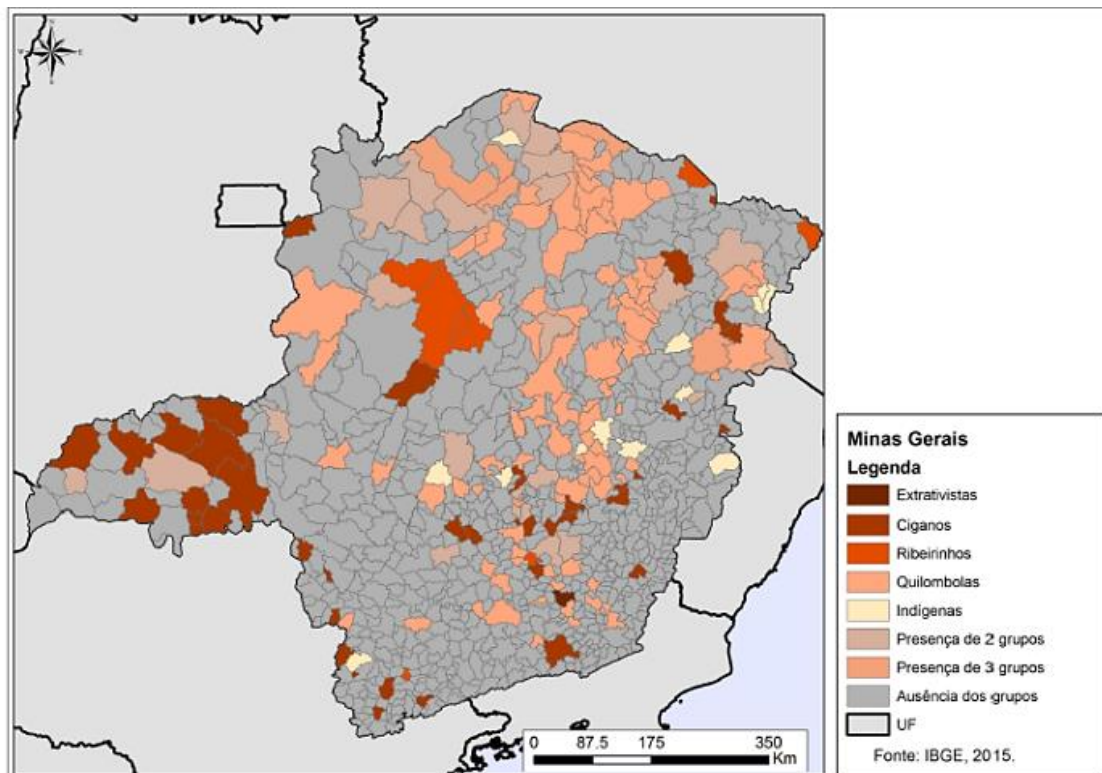
Fonte: Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), atualizada até a publicação da Portaria nº 104/2016 (BRASIL, 2016).

Figura 7: Comunidades quilombolas da RMBH.



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2011).

Figura 8: Comunidades tradicionais em Minas Gerais.



Fonte: Koga (2016, p. 39).

A busca pela determinação de caso continuou procurando-se então entre as comunidades quilombolas as que mais se adequavam ao estudo.

Nessa sequência do trabalho, o estudo da Comunidade Quilombola dos Arturos, no município de Contagem, mostrou-se adequado, como será descrito. A área situa-se a 2,5 km do centro da cidade de Contagem.

8.2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS

Sob o abrigo de Irôko e seu ritmo cultural diferente do dos tempos ocidentais tradicionais, essa comunidade acumula algumas condições que a destacam sob os aspectos buscados, já referidos anteriormente na nossa pesquisa: está situada num vetor de crescimento, tem territorialidade e identidade fortemente conhecidas. O quilombo foi reconhecido como Patrimônio Imaterial de Minas.

Os quilombos, principalmente os Arturos, têm informações e documentações organizadas em alguns órgãos públicos, como secretarias de cultura, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação Palmares.

O IEPHA registra no Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos:

[...] foram identificadas 564 referências, em 332 fontes, a pesquisa foi realizada em mais de 18 acervos com características diversas. A documentação levantada é constituída por jornais, revistas, teses, dissertações, monografias, textos técnicos, vídeos, fotos, áudio, revistas e outros. A produção encontrada ratifica a importância da Comunidade dos Arturos e sua dimensão dentro do cenário artístico, político, acadêmico, cultural e social (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2014, p. 6).

A origem dos Arturos, segundo o site da Prefeitura de Contagem é:

A comunidade negra Arturos descende de Camillo Silvério da Silva que, em meados do século XIX, chegou ao Brasil num navio negreiro vindo de Angola. Do Rio de Janeiro, Camilo foi enviado a Minas Gerais para trabalhar num povoado situado na Mata do Macuco, antigo município de Santa Quitéria, hoje Esmeraldas. Neste povoado, trabalhou nas minas e como tropeiro nas lavouras. Casou-se com uma escrava alforriada chama Felismina Rita Cândida. Dessa união nasceram seis filhos.

Entre os irmãos, Arthur Camilo Silvério foi o que mais prosperou. Nasceu em 1885, época da Lei do Ventre Livre e casou-se com Carmelinda Maria da Silva. Os dois tiveram 11 filhos e vieram morar em Contagem, na localidade conhecida então conhecida como

Domingos Pereira, onde adquiriram a propriedade na qual ainda vivem seus descendentes.

Hoje, em sua quinta geração, fazem parte da comunidade 80 famílias, cerca de 500 pessoas. A comunidade oferece um retrato da identidade cultural e das tradições dos negros africanos trazidos para o Brasil no período escravagista, bem como da miscigenação com a cultura portuguesa, que deu origem a um sincretismo que ora se comemora isoladamente, ora em companhia das comunidades que vivem a seu redor.

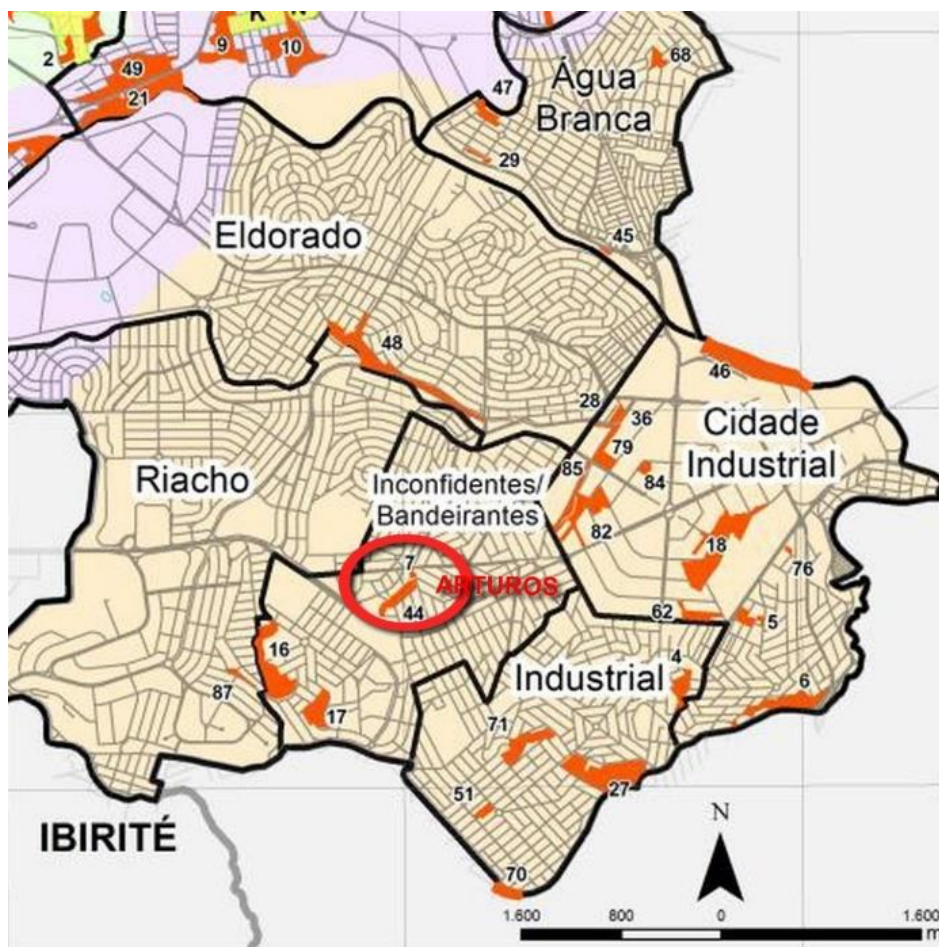
O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (2013) relata acerca do patriarca dos Arturos que, depois de muitas agressões sofridas, Arthur Camilo Silvério foge para outra fazenda e se casa com Carmelinda Maria da Silva. Nessa época, começa então a formar sua família na Fazenda do Macuco, em uma região próxima ao atual município Esmeraldas/MG. O casal teve onze filhos e por volta da década de 1940 se transfere para o Sítio Domingos Pereira, propriedade herdada de seu pai Camillo Silvério, congadeiro que tinha forte relação com a Irmandade do Rosário de Contagem e com o Reinado de Nossa Senhora, participando ativamente dos festejos (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2013, p. 13).

Os Arturos são donos de suas terras e segundo Karla Costa, registra-se que:

Entre as fontes pesquisadas estão uma transcrição da certidão de pagamento extraída dos autos de arrolamento dos bens deixados por Camilo Silvério da Silva e Felisbina Rita Cândida passada para seus herdeiros, entre os quais constava o nome de Arthur Camilo. Consta do documento que os 6,5 hectares “de terras e campo de cultura, mais ou menos, situados no lugar denominado Domingos Pereira, na zona suburbana de Contagem, foram adquiridos por título particular datado de 2 de novembro de 1888” (GOMES; PEREIRA³, 2000, p. 165 apud COSTA, 2013).

³ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

Figura 9: Localização da Comunidade Quilombola do Arturos – Contagem.



Fonte: Modificado pela autora a partir do Plano Diretor do Município de Contagem - Anexo 7A - Áreas de Interesse Social (2017).

Há que se destacar a importância do calendário de eventos e festas religiosas mantido pelos Arturos onde, mesmo aqueles ritos ligados às práticas agrárias e que já não vinham sendo praticados, têm sido resgatadas.

As festas e eventos principais são:

- Folia de Reis
- Festa da Abolição: comemora a Abolição da Escravatura e acontece no dia 13 de maio e em datas próximas, é uma manifestação muito importante para os Arturos e também uma ocasião de interação com a comunidade do entorno e outros interessados. Conta com a apresentação do Congado da comunidade e de outros grupos convidados. Possui diversos ritos preparatórios e também desenvolvidos junto às apresentações.
- 13 de maio
- Expulsão do João do Mato (Batuque):

João do Mato: Segundo a lenda, se até a passagem do dia 23 para 24 de dezembro o escravo não capinasse sua roça, o “João do Mato” ali amarrava seu cavalo e era o sinal de que aquele era um “escravo preguiçoso” e nada ali prosperaria

- Reinado de Nossa Senhora do Rosário Outubro:

Acerca dessa festa, Costa (2013, p. 45) diz: “A Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário representa para os Arturos a concentração festiva da comunidade. Esta festa dura três dias, sendo considerada por eles como a *Grande Festa*.”

Prossegue Costa (2013, p. 46):

A festa nos Arturos dura três dias com intenso trabalho para a comunidade. Há o levantamento do mastro avisando que a festa se aproxima no sábado.

No domingo a festa da matina, o cortejo, a visita aos reis festeiros, a missa conga, o grande almoço, o pagamento da promessa e a procissão com os andores dos santos.

Na segunda-feira, se coroam os novos reis, descem-se as bandeiras e se encerra o reinado.

Esta festa tem algumas particularidades como a visita à casa dos reis festeiros e a Missa Conga, que se configuram como etapas que complementam a festa de cortejo.

Silva observa que

A Igreja Católica, ao permitir que a missa conga seja celebrada em seu espaço, reconhece o papel do Reinado e tenta redimir pelo tratamento dado aos negros escravizados no Brasil Colonial. Na missa é celebrada a Paixão de Cristo unida à memória da escravidão do povo negro e propõe um diálogo entre a liturgia católica e a religiosidade de matriz africana (SILVA, 2018, p. 124).

Figura 10: Comunidade Quilombola dos Arturos, Festa 13 de maio.



Fonte: Acervo Liliane Pelegrini (2006).

As idas a campo, consultas à Casa de Cultura de Contagem e entrevistas com técnicos que trabalharam na área mostram que, do ponto de vista da territorialidade simbólica, os Arturos são muito expressivos e reconhecidos entre seus vizinhos, autoridades públicas de todos os níveis, intelectuais de várias áreas de formação, além da atenção constante da imprensa. Os Arturos são também uma referência para outras comunidades quilombolas.

A organização do espaço dos Arturos contém uma hierarquia interna que é rígida e observa a valorização dos membros mais idosos como detentores dos saberes ancestrais.

Se as atividades ligadas à religiosidade e festividades estão bastante presentes em termos funcionais, a área apresenta alterações em outras atividades descritas quanto aos tempos passados. As atividades ligadas à agricultura perderam sua importância relativa quanto à subsistência dos membros da comunidade e a inserção no mercado de trabalho formal e informal apresenta-se uma alternativa importante. No entanto, os antigos ritos agrários são lembrados pela comunidade.

Segundo João Augusto Silva (2018, p. 30/31):

Os Arturos são estimulados por uma memória atrelada ao passado de submissão, sofrimento e exploração, mas também 31 de resistência, o que os leva a se manterem firmes na luta contra a opressão da contemporaneidade. Somados a isso, os exemplos deixados por seus ancestrais quanto a resistência e liberdade são lembradas e comemoradas em festas, contribuindo para o maior fortalecimento na luta cotidiana na busca por seus direitos.

A integridade territorial da área da fazenda inicial dos Arturos está preservada, embora venha sofrendo um processo de transformação interno tais como a inserção de traçado viário de malha ortogonal e construções novas inseridas na área, havendo também a pavimentação de vias e implantação de infraestruturas urbanas.

Figura 11: Vizinhança direta dos Arturos, em frente à entrada do quilombo.



Fonte: Acervo da autora (2020).

Uma questão merece destaque: é que os Arturos agora têm vizinhos e bem próximos, o que modifica a relação deles com o urbano. Não são mais isolados, não apenas tem vizinhos, mas agora são protagonistas de uma nova etapa de sua história: existem para os outros, mostram-se para os outros, não apenas têm práticas internas à comunidade, apresentam-se para os outros e são representantes simbólicos de práticas afrodescendentes. As áreas quilombolas se mostram, a princípio, como

territórios ocupados por representações singulares, a inserção urbana e a vizinhança introduzem aí alguns aspectos plurais.

Em dois outros quilombos do vetor oeste, Sapé e Marinhos, visitados por ocasião do desastre da Vale em Brumadinho, encontramos situações de alguma forma similares, embora os dois não tenham a dimensão dos Arturos e incorporem em suas estratégias de sobrevivência um nível de articulação com o museu Inhotim, facilitada por serem os dois territórios localizados no município de Brumadinho, como o museu.

Como foi dito anteriormente, o espaço dos Arturos não apresenta uma ruptura no tecido urbano, ele é envolvido por seu entorno. São dois tempos diversos entre si, que se justapõem com a suavidade que é possível.

Figura 12: Campo de futebol do espaço central dos Arturos e ao fundo edificações circundantes ao terreno ocupado por eles.



Fonte: Acervo da autora (2020).

Os Arturos foram envolvidos pelo aglomerado metropolitano, embora não necessariamente tivessem ou tenham a dimensão metropolitana, no sentido de que o metropolitano estaria ligado aos processos produtivos formadores do espaço nomeados como metropolitanos. Não nos parece que o território dos Arturos possa ser classificado com exatidão no que Santos (2002, p. 140) denomina de rugosidades,

conforme citado anteriormente às páginas 27 e 28 do presente estudo, quando da revisão da bibliografia e marcos teóricos.

Santos (1996, p. 67) nos diz que: “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única”.

No caso, espaço resultante é a síntese, ainda que provisória, entre o conteúdo social e as formas que configuram o espaço.

Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas (SANTOS, 1996, p. 71).

Continua Santos (1996) afirmando que quando em um lugar a essência se transforma na própria existência, o processo trará também os símbolos, onde cada um deles guardará a mesma identidade em qualquer contexto, mesmo em situações de movimento e mudança.

Além da titularidade da terra, o espaço do quilombo tem sua preservação reforçada pela legislação de proteção às áreas quilombolas e ainda o tombamento pelo IEPHA. O contexto sociocultural atual resgata, destaca a importância das culturas afrodescendentes e suas estratégias de sobrevivência num contexto escravagista, assim a maioria das representações está marcada pelas antigas estratégias de escamotear as contradições e a repressão ou de submissão das mesmas, em função de sua origem histórica e por pertencerem a comunidades periféricas. Os pactos com a igreja católica, através das Irmandades, facilitaram esse processo que embora tenham se dado no contexto de dominações e contradições, também possibilitaram novas estratégias por parte dos negros.

Silva (2018, p. 39) diz que: “Os grupos étnicos/procedência e as devoções católicas se articulavam no Brasil colonial para dar a essa geração de escravos nascidos na África um lugar próprio no universo da sociedade colonial.”.

Segue o autor: “Se, no entanto, a igreja oficial forçava o culto aos santos católicos, isso não impediu em momento algum a resistência dos negros em buscar todas as formas possíveis e secretas de devoção a seus santos negros.” (SILVA, 2018, p. 41).

A importância da Irmandade deve ser destacada no caso dos Arturos segundo Gomes e Pereira⁴ (2000 apud SILVA, 2018, p. 46) diz que:

[...] a Irmandade do Rosário de Contagem seguia o estatuto supracitado redigido no século XVIII. Aos negros “Irmãos” seriam destinados somente os cargos não deliberativos, como rei, rainha, juíza e outros.

A exclusão se mostrava nas disposições aparentemente democráticas do Compromisso, como assinala o Capítulo 3º, art. 21, parágrafo 2º: Ao juiz compete [...]: Promover religiosamente o culto divino, afervorar a devoção do Santo Terço nas primeiras domingos de cada mês; fazer que a eleição dos Juízes, que se faz para tal fim recaia em pessoas devotas, e que possa fazer as despesas.

[...] o negro escravo podia ser votado para cargo de menor relevância, mas era impossibilitado de eleger-se para os cargos de 46 maior importância. Na maioria das situações ele não era inserido entre as pessoas devotas com possibilidade de arcar com as despesas.

Segundo Nélio Santos (2011, p. 26),

A Igreja do Rosário foi construída em 1869. Seu estilo era semelhante ao da antiga Igreja da Matriz de São Gonçalo. A Igreja do Rosário sempre foi utilizada para as celebrações das festas de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Santos venerados pela Comunidade Negra dos Arturos que ali celebravam também a festa da abolição da escravatura do dia 13 de maio. Nos dias santos eram celebradas as Missas Congas. Os vigários de então demonstravam uma certa restrição ao congado, levados a estes cultos pela tradição africana.

A primeira Igreja do Rosário era muito semelhante nas formas à Matriz de São Gonçalo no centro da sede de Contagem e foi demolida em 1973. Em seu lugar foi construída a edificação atual.

É interessante observar que, não obstante a semelhança entre as duas edificações, a primeira foi demolida e substituída por nova edificação, enquanto a matriz foi preservada e teve o espaço ao seu redor requalificado, o que revelaria uma valoração diferenciada entre as duas igrejas.

Silva (2018, p. 43) informa, que

Segundo o Jornal do Commercio, edição de 1928, a Igreja foi construída, tendo por consequência a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito a necessária independência para, no cultuamento aos seus oragos, dar expansão aos seus sentimentos de piedade, procurou a respectiva administração ampliar a obra, cujo êxito era francamente auspicioso, adquirindo de João Barbosa

⁴ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

Calheiros, por escritura de 10 de dezembro de 1744, no cartório do tabelião Francisco Xavier da Silva, oito braças de chão pela quantia de 300\$000 (JORNAL DO COMMERCIO⁵, 1928, p. 3 apud SILVA, 2018, p. 43).

Figura 13: Antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1920 - Contagem.



Fonte: Museu Histórico de Contagem (2022).

Figura 14: Igreja Nossa Senhora do Rosário - Contagem, 2014.



Fonte: Batista (2014).

O espaço dos Arturos não se incluiu no contexto de expansão do mercado imobiliário, mas isso não impede que sua terra e propriedades tenham um valor que

⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Memórias: sôbre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro. Publicada na edição especial do “Jornal do Commercio”, comemorativa do Ano Santo, 1928.

é modulado pelo mercado, embora com algumas restrições representadas pelas questões culturais.

A entrada do espaço da comunidade é destaca-se simbolicamente pelo portão e o Cruzeiro, que simbolicamente marcam a diferença dessa transposição entre a cidade e espaço específico da comunidade (figuras 15 e 16).

Os principais espaços da comunidade não são visíveis desse ponto.

Figura 15: Portão de entrada da comunidade Quilombola dos Arturos.



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 16: Cruzeiro que marca a entrada do espaço dos Arturos.



Fonte: Acervo da autora (2020).

As áreas vazias estão sendo ocupadas pela própria dinâmica de aumento da população e novas organizações e expansões da família, entre outras. O sistema viário interno é constituído por uma via principal, que vai desde a entrada da comunidade até o fundo do vale onde abre-se uma grande área comunitária e as principais ocupações de caráter simbólico e utilitárias também, conforme Figura 17.

Em parte do terreno esboça-se uma malha retangular mais nova, que adota parâmetros semelhantes ao entorno (Figura 18).

Figura 17: Fundo do vale com edificações comunitárias e de valor simbólico (casa inicial/patriarcal).



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 18: Morador participa do processo de nova construção.



Fonte: Acervo da autora (2020).

No fundo de vale ficam, conforme já ressaltado, as residências mais antigas da comunidade e também algumas edificações de apoio à atividade comunitária. Uma via perpendicular ao vale corta também encosta subjacente e dobra-se à direita em cota mais alta, onde também se situam várias habitações (Figuras 19).

Figura 19: Ocupação da encosta.



Fonte: Acervo da autora (2020).

O espaço central, com a capela e campo de futebol, a estrada/caminho liga o terreno dos Arturos ao bairro e ocupação, no fundo do vale, onde está a casa patriarcal, original estruturam o espaço da comunidade podem ser visualizados nas figuras 19, 20 e 21.

A Figura 20 mostra uma representação afetiva do espaço ocupado pela comunidade.

Figura 20: Fragmento de representação do espaço dos Arturos.



Fonte: Vieira (2003, p. 14).

Figura 21: Capela da Comunidade dos Arturos.



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 22: Interior da Capela.



Fonte: Acervo da autora (2020).

No interior da capela há uma representação muito interessante, sob nosso ponto de vista. Seu fundo azul cheio de nuvens nos leva a um tempo que não está aqui, utópico, inalcançável e nos remete a outras representações religiosas desde as barrocas de Ataíde, até a moderna catedral de Brasília, de Niemeyer. A frente desse fundo etéreo, firmemente pousadas sobre uma grande superfície coberta do rosa simples, está uma diversidade de santos que nos contempla com firmeza, intermediação entre céu e terra (Figura 22).

Se no passado a área de produção agrícola era suficiente para seu sustento, isso não ocorre mais, embora ainda exista algum nível de atividade agrícola ela é residual, os trabalhadores da comunidade exercem suas atividades fora da sua área, principalmente no comércio e serviços do município.

Figura 23: Festa de expulsão do João do Mato.



Fonte: Leonardo Curi, EM (2019).

A festa de expulsão do João do Mato celebra um passado agrícola da comunidade e é repetida como uma forma de manter o calendário de festividades na sua integridade inicial.

O território dos Arturos é lugar da memória, da manutenção de práticas culturais transmitidas principalmente através da oralidade: é opaco, se nominado em termos da produção calcada nas tecnologias mais recentes, porque é o lugar de memória, da identidade, da afirmação de práticas afrodescendentes para além do lugar. Mas essa também é uma questão política da afirmação dessa população em busca da ampliação de sua visibilidade e cidadania. Ali há um destaque à oralidade na transmissão dos aspectos culturais e na repetição dos ritos com um forte sentido de manutenção e continuidade, não se deixando uma lacuna, uma ruptura com um passado no qual as especificidades daquela comunidade se apoiam. Há que se considerar também o alerta de Santos ao costume e, conseqüentemente, a lei própria do lugar, e as famílias acabam conduzindo ou se relacionando a um tipo de organização do território e de suas práticas.

Suely Santos (2016, p. 120) ensina que: “A oralidade foi fundamental para os processos de construção das subjetividades que designam os Quilombos, porque conduziu os negros aquilombados à sua totalidade humana.”.

Quanto à importância da oralidade e mesmo dos silêncios na transmissão da cultura e identidade dos Arturos temos uma observação importante de Santos (2016, p. 105): “A *fala* é o principal recurso de transmissão da oralidade africana, mas também possui um poder mágico e sagrado. Por isso, o silêncio foi o modo que os negros encontraram de reverenciar o caráter sagrado da *fala*.”.

Figura 24: Vô Mário, o patriarca dos Arturos⁶.



Fonte: Acervo da autora (2020).

Figura 25: A festa/transmissão cultural.



Fonte: Acervo da autora (2020).

⁶ Vô Mário Brás faleceu em decorrência da Covid-19, em 6 de maio de 2021 (MÁRIO..., 2021). O contato da autora com Vô Mário foi antes da pandemia.

A festa é um momento importante da transmissão da cultura, da identidade, da inserção do indivíduo na comunidade: a Figura 25 mostra a integração das crianças nas festividades, o que, certamente, é um elo importante nesse processo cultural da comunidade.

Quanto mais forte, numa área, é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem (SANTOS, 1996, p. 117).

O território quilombola dos Arturos é hegemônico em termos de divisão do trabalho, de baixa densidade e inserção espacial, o que significa que apresenta pouca atratividade para os processos produtivos de uma economia que requeira complexidade técnica/tecnológica e processos complementares.

Milton Santos (1996, p. 117) nos ensina que:

Se os atuais sistemas técnicos são invasores, sua capacidade de invasão tem limites. Esses limites são dados pela divisão do trabalho e pelas condições de criação de densidade. Quanto mais forte, numa área, é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem.

Lefebvre (2006, § 72, V) nos ensina que “o diferente é o primeiro excluído”, e o espaço quilombola dos Arturos seria, nas circunstâncias usuais, o diferente, devido à sua formação histórica e cultural e por isso não poderia ser assimilado pela cultura hegemônica sem algum tipo mediação. No caso de sua identificado como lugar da memória, testemunho de lutas passadas e não uma arena de lutas presentes seria através desse processo de mediação que se daria, paradoxalmente, uma diluição da luta, ao mesmo tempo em que ela passa a incorporar-se nas pautas identitárias. Lefebvre (1967, p. 309) diz: “qualquer sistema totalizante deixa um resíduo que lhe escapa e que lhe é resistente”.

Uma das formas de inclusão/mediação é a participação fundamental da Irmandade nos ritos dos Arturos, na missa conga, por exemplo, as coroas dos reis e rainhas do congado são depositadas no altar, em representação a uma hierarquia e reconhecimento do Cristo Crucificado, o que pode ser visto na Figura XX.

Figura 26: Missa Conga, entrega das coroas congas no altar.



Fonte: Acervo da autora (2020).

Aqui abre-se a possibilidade paradoxal de se restabelecer um lugar de luta, que o próprio processo de assimilação da manifestação quilombola desarticulou. A luta identitária alcançaria, de forma não beligerante, os espaços políticos/culturais além daqueles que se apresentam na sua condição horizontal/cotidiana. Os Arturos assumem importante papel de referência entre seus pares, bem como para as lutas socioculturais como um todo.

Na Figura 27 podemos ver um grupo convidado adentrando ao espaço de celebração das festividades.

Figura 27: Grupo convidado fazendo sua entrada para a missa conga.



Fonte: Acervo da autora (2020).

Assim, aquele lugar não pode ser ocupado pela luminosidade no sentido que Santos lhe atribui, pois ali está ocupado pelos Arturos, seu tempo e suas tramas, que lhes dão visibilidade e que permitem possa ser consumido por outros sujeitos. O motivo da manutenção do lugar não seria sua opacidade, mas sua visibilidade.

É uma vitória da narrativa dos Arturos e de seu território, essa é sua luminosidade particular, onde a cultura substitui o domínio de novas tecnologias, ampliando as possibilidades do conceito apresentado por Milton Santos, conforme identificamos e que propomos a reconceituação de forma ampliada.

Ali apresenta-se a possibilidade de se restabelecer um lugar de luta que o próprio processo de assimilação quilombola desarticulou. A luta identitária alcançaria os espaços políticos/culturais, além daqueles que se apresentam na sua condição horizontal/cotidiana. Ao Arturos assumem importante papel de referência entre seus pares, bem como para as lutas socioculturais como um todo.

Buscando Lefebvre (1975, p. 9), em seu Manifesto Diferencialista, há uma abordagem muito apropriada para essa situação:

Essa noção expressa alguma coisa naquilo que se refere ao passado; ela significa alguma coisa no que se refere ao possível. Quem difere de quem e do que? O que é diferenciar? Somos nós destinados (você e nós, você e eu) a perder nossas diferenças; a nos bater por uma sombra, a nossa? Não devemos ganhar em luta de morte, aquilo que nós somos? Nossa diferença? É um ato ou um direito, uma certeza ou uma sorte?

O tombamento pelo IEFHA da Comunidade Quilombola dos Arturos em 2014 e sua inscrição como Bem Imaterial do Estado de Minas Gerais reconhece essa luta, vê a importância como lugar que a área e as práticas dos Arturos adquiriram. Diz o Dossiê de Tombamento (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2014, p. 148):

A identidade étnica dos Arturos, portanto, foi favorecida por dois motivos opostos e convergentes: a situação de conflito originada por uma sociedade rural hierárquica e a posse legal do terreno comunitário – uma das poucas aberturas que o sistema escravista permitiu, mas que, no entanto, foram poucos os alforriados que conseguiram esse privilégio da posse de um terreno, que normalmente era obtido com o consentimento de seu senhor.

Nesse sentido, preocupado com as consequências de um mundo cada vez mais globalizado e virtualizado, Castells⁷ identifica, em todas as sociedades do final do século XX, as comunas territoriais como formas de reação a três tipos de ameaças fundamentais: a globalização, “que dissolve a autonomia das instituições”; a formação de “redes” que “individualizam as relações sociais de produção e provocam a instabilidade estrutural do trabalho, do tempo, e do espaço”; a “crise da família patriarcal” que transformam as relações pessoais mantenedoras da personalidade.

A linguagem da tradição, inscrita nos corpos e na alma, escapam do que Castells chama de “fluxos desprovidos de história” da rede informacional da contemporaneidade e de seus diferentes valores morais. Nesse sentido a manutenção da tradição pode se perder apenas quando não houver mais a tradição histórica, no sentido de uma herança valorativa estruturante do pensamento e da fé. A comunidade afetiva dos Arturos está em plena atividade quando se constata a manifestação de sua crença em ritmos e cores: é o Congado servindo como elo de comunhão comunitária, em detrimento aos projetos individuais.

O Dossiê acrescenta:

⁷ CASTELLS, Manuel. Paraísos Comuns: Identidade e Significado na Sociedade em Rede. In: CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2. p. 24.

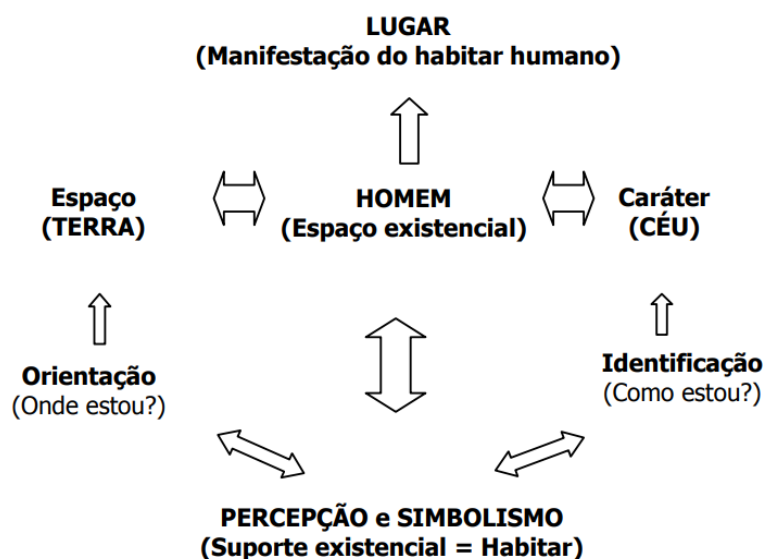
Por conseguinte, a Comunidade dos Arturos é um lugar privilegiado entre tantas outras comunidades negras. Isso porque em seu território legalizado abriga sua identidade étnica, assim como suas manifestações de matriz africana e de cunho tradicional, constituindo um lugar para sua adequada expressão, sem maiores conflitos. (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2014, p. 150)

Considerando o apresentado no Dossiê de Tombamento, conforme a citação anterior, podemos acrescentar que: “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar, como ensina Carlos (2007, p. 17).

Nossa tentativa de identificação empírica do espaço opaco, feita através de observação inicial da comunidade ligada à extração do minhocucu e uma aproximação mais detida de Quilombo dos Arturos nos obrigou a uma especificação teórica da formulação de Milton Santos, pressuposto necessário da identificação que se fará dos casos finalmente eleitos. Em especial, ressaltamos a não atualidade dos processos de resistência ativa comum às duas situações. Destacamos que esse processo se revelou de suma importância para a análise feita e para o refinamento da percepção empírica dos espaços opacos.

A Figura 28 apresenta um esquema gráfico para a construção estrutural do Lugar, segundo Reis-Alves (2006), e podemos perceber que a figura do tombamento, como realizado pelo IEPHA, coaduna-se com a representação.

Figura 28: Construção estrutura do Lugar.



Fonte: Reis-Alves (2006, p. 11).

9 DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS LUMINOSOS

Ao abordarmos esse item, contraponto estrutura dos espaços opacos, há que se fazer uma contextualização mesmo que breve, dos espaços metropolitanos nas últimas décadas, para que possamos identificar o que e quais seriam os espaços luminosos. Mais ainda, já que não são fenômenos de natureza isolada, há que se identificar de que maneira acontecem ou aconteceram e também que tipo de relação poderiam estabelecer com os espaços opacos.

Se os espaços opacos podem ocorrer numa escala menor, como é o caso das rugosidades já citadas anteriormente, o mesmo não se daria no caso de um espaço luminoso, que deveria pertencer ou comportar um processo de reestruturação de uma porção maior do espaço urbano, ou mesmo de um processo de expansão urbana, ligado a uma tendência existente ou ensejado por intervenções do poder público, ou ainda, à combinação dessas duas condições.

Na formação da estrutura social brasileira ocorrida nas últimas cinco décadas, temos como aspecto marcante a reprodução da ordem urbana das nossas metrópoles a partir do controle do território pelas classes proprietárias de parcelas expressivas do capital econômico/financeiro, social, político e cultural (RIBEIRO, 2016, p. 16).

Sobre essas condições, Ana Fani Carlos (2006, p. 45) diz:

As políticas urbanas privilegiando a abertura de avenidas e a construção de túneis visando à ampliação da circulação viária se assentam na integração submissa à lógica capitalista que impõe o produtivismo, o qual reforça a tendência a reduzir “espaço-tempo” à sua abstração total; neste caso o tempo se reduz a uma expressão quantitativa, enquanto o espaço se torna simples elemento da circulação do capital reduzido ao tempo de percurso, isto é, de desvalorização do capital. Nessa perspectiva, anula-se o espaço transformando em tempo, mas mais do que isso, na prática esse processo revela a usurpação do uso da cidade para a realização da vida humana. A imposição dessa nova relação espaço-temporal (construída enquanto abstração) não se fará sem problemas, ou melhor, sem aprofundar as contradições.

Mais adiante, no mesmo documento:

Portanto, o processo de urbanização atual se explica pelo movimento de passagem do capital produtivo para o capital financeiro, havendo, assim, desconcentração do processo produtivo industrial com centralização financeira. Desse modo, a mobilização dos negócios com o solo urbano redefine o conteúdo da urbanização (CARLOS, 2006, p. 85).

A “metrópole como negócio” é, destarte, um momento central da reprodução cuja lógica é questionada pelos movimentos sociais urbanos contrários à realização das “renovações/operações urbanas” na metrópole (CARLOS, 2006, p. 84).

E pouco adiante (CARLOS, 2006, p. 86):

As transformações que dão novo conteúdo ao urbano se inscrevem num conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial que converge para a segregação (no espaço) a partir da destruição da morfologia da cidade que ameaça/transforma a vida urbana reorientando usos e funções dos lugares da cidade.

No limite das condições atuais, podemos concordar com o autor Ribeiro (2016, p. 22) na seguinte afirmação:

Os problemas urbanos deixam de ser reconhecidos como integrantes da questão social e passam a ser explicados como decorrentes do suposto divórcio entre a cidade e os imperativos da ordem econômica global, e o saber e a ação urbanísticos são mobilizados para fazer coincidir a cidade com o mercado.

No caso da identificação de espaços luminosos, a partir das premissas inicialmente colocadas, utilizamos a noção de vetores urbanos, que identifica o sentido e as características das dinâmicas urbanas na RMBH. Essa identificação vetorial dos processos metropolitanos vem sendo usada tanto em abordagens acadêmicas, como no próprio planejamento e gestão oficial do espaço metropolitano.

Para Souza (2008, p. 115), no espaço metropolitano identifica-se sete vetores de urbanos, observação com a qual concordamos.

Descrevemos esses vetores de forma sumária:

- Belo Horizonte, o núcleo da RMBH.
- Oeste: onde se deu a primeira frente de expansão da RMBH, nos anos 1940, tendo sido seu processo de ocupação direcionado inicialmente pela abertura da Avenida Amazonas, pela alteração da divisa municipal entre Contagem e Belo Horizonte e o município de Contagem, integrando-se a Contagem os terrenos destinados à implantação do Distrito Industrial Juventino Dias;
- Norte Central: que se instala nos anos 1940, a partir da abertura das avenidas Antônio Carlos bem como implantação do Complexo Arquitetônico da Pampulha e Aeroporto e posteriormente da Avenida Cristiano Machado com a abertura do túnel na década de 1970 que permitiu uma importante articulação urbana. Seguem-se a implantação de grandes unidades industriais em Santa Luzia e Vespasiano e, marcadamente à explosão de periferias em Ribeirão das Neves nas décadas 80 e 90, com a prevalência de parcelamentos informais.

- Norte: processo que envolve os municípios diretamente localizados ao norte do vetor Norte Central, ainda associado a avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado e implantação da Via Norte, e ainda, do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em 1985.

Ocorre ainda a implantação, em Lagoa Santa, de parcelamentos voltados para a população de classe média e alta, inicialmente, como segunda moradia.

- Leste: formado pelos municípios de Sabará e Caeté, teve sua expansão inicial dificultada pela barreira formada pela Serra do Curral, e sua expansão ampliada abertura da avenida Cristiano Machado, implantação de grandes conjuntos habitacionais, posteriormente por parcelamentos destinados para às populações de baixa renda, onde predominou também alto nível de informalidade.

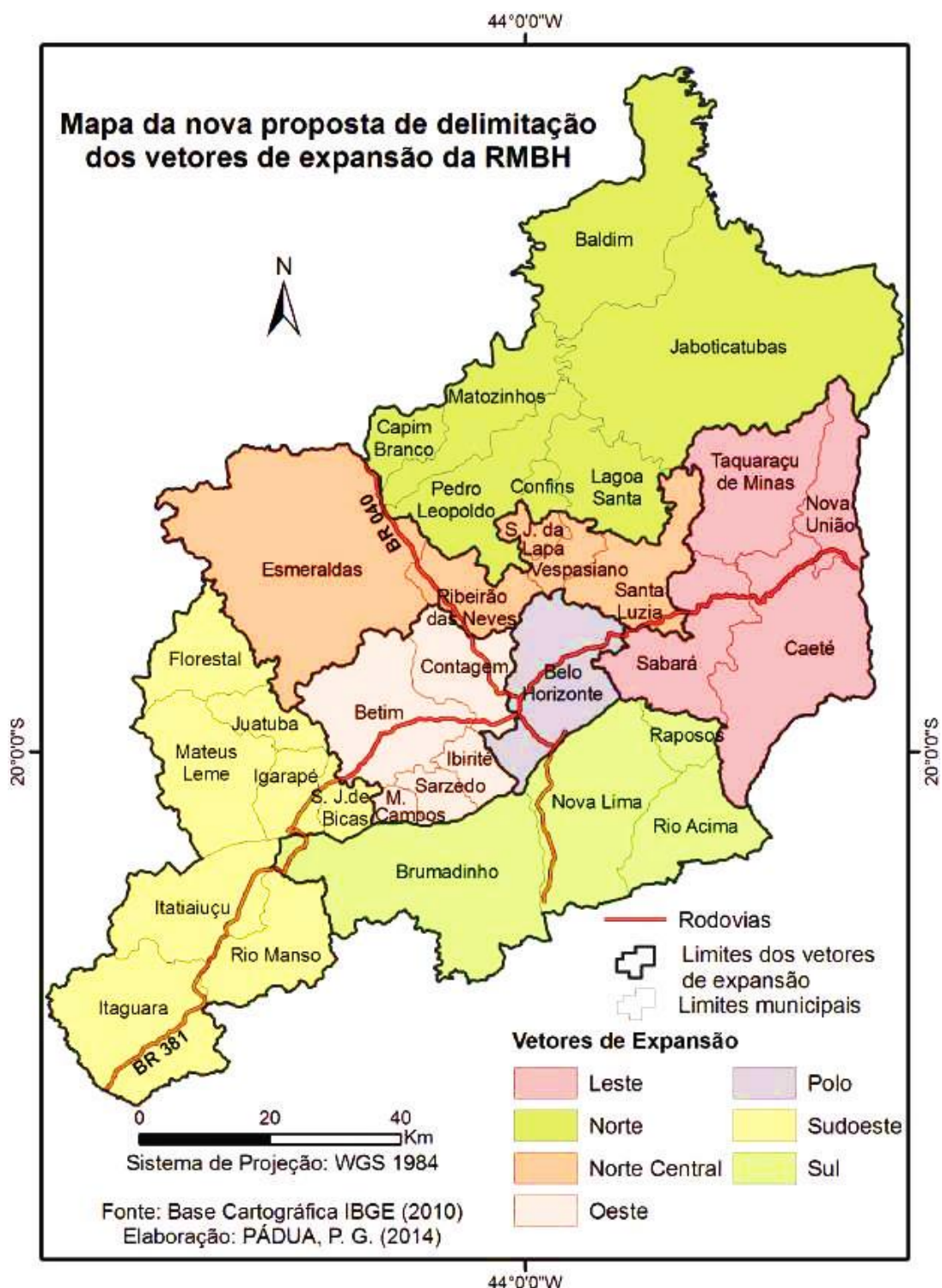
- Sul: Expansão tem sua expansão inicial a partir da construção da Br-040, pela construção posterior do BH Shopping, implantação da MG-30, pelo intenso processo imobiliário de parcelamento de grandes áreas, até então reservadas e de propriedade das grandes mineradoras, processo esse voltado para a população de rendimentos mais altos. Esse processo foi acelerado com a implantação do chamado Belvedere III, com a construção de torres altas, introduzindo uma nova tipologia na região, onde predominava o unifamiliar e lotes individuais maiores que os padrões praticados no restante da região.

O parcelamento Vila da Serra amplia o efeito do Belvedere III. Essas ocupações adquirem uma força simbólica importante para as populações de renda mais alta.

A implantação dos parcelamentos em torno de represas lindeiras à Br-040, consolida esse processo. A intensão de implantação de atividades de tecnologia de ponta em área ligada ao Alphaville e pertencente ao empreendimento da incorporadora CSUL aponta a tendência de presença de atividades dessa natureza na região. Parte da região está inserida na APA-Sul, área de proteção do aquífero sul da RMBH.

- Sudoeste: esse é um vetor de expansão de formação recente, cujo processo foi catalisado por parcelamentos populares nos municípios de Esmeraldas, Igarapé e Matheus Leme, nos anos 1990.

Figura 29: Vetores de crescimento da RMBH.



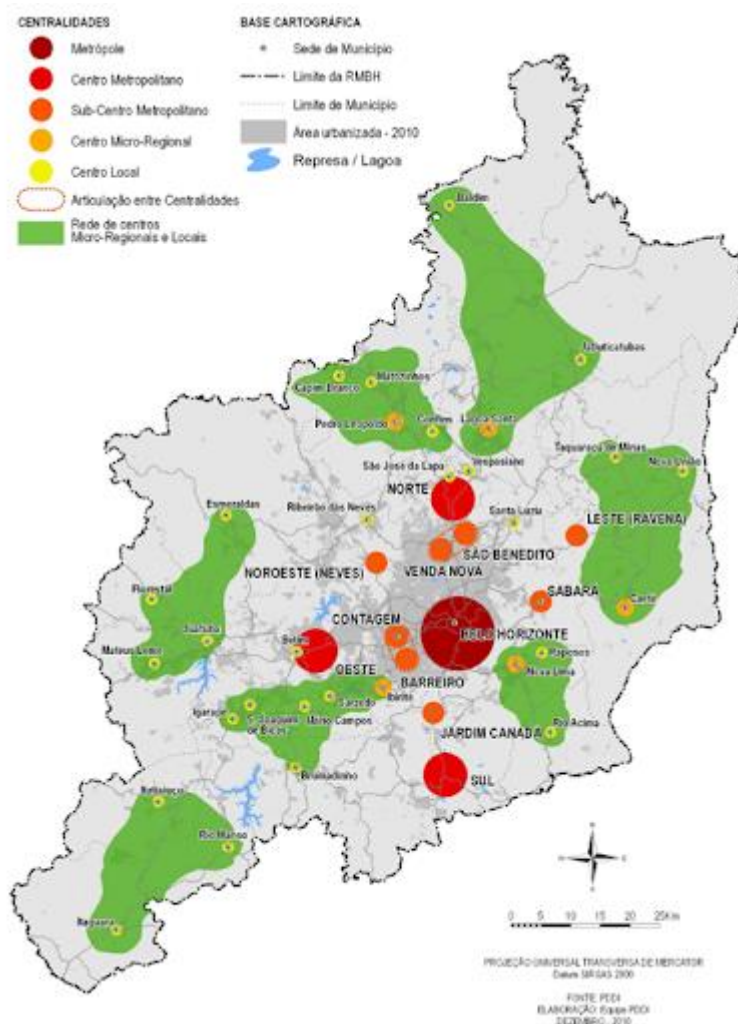
Fonte: Diniz e Mendonça (2015, p. 36).

O PDDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2015) em seu diagnóstico identifica centralidades de várias hierarquias de abrangência na RMBH e quando de suas proposições desenha uma rede de centralidades que modificariam a situação atual de uma centralidade maior, Belo Horizonte e, três centralidades

regionais, Oeste, Sul e Norte, para uma rede mais diversificada e abrangente que a encontrada no diagnóstico.

A estrutura urbana da RMBH está articulada por esses vetores, centralidades e inserção desses na estrutura de produção.

Figura 30: Hierarquia das centralidades da RMBH.



Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2011, p. 217).

Segundo Mendonça, Diniz e Andrade:

O Censo de 2010 revela que, pela primeira vez na história, a população dos demais municípios da RMBH superou a população do município de Belo Horizonte, [...]. Ao longo das últimas décadas, Belo Horizonte tem apresentado trocas migratórias líquidas negativas com os demais municípios metropolitanos, com destaque para aqueles vinculados aos Vetores Oeste (eixo industrial) e Norte Central. Tais processos estão diretamente associados à evolução do mercado imobiliário em Belo Horizonte, marcado por substantiva valorização, o que acabou por expulsar segmentos de média e baixa. (MENDONÇA; DINIZ; ANDRADE, 2015, p. 22).

O Relatório Governança Metropolitana de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresenta a seguinte situação:

De acordo com dados da Diretoria de Regulação da Agência RMBH, no período de 2011 a 2013, 61 novos loteamentos receberam anuência prévia à aprovação municipal, sendo que mais da metade destes se localiza no vetor norte, o que confirma a ideia amplamente disseminada, principalmente pelos veículos de comunicação, de ser este o grande vetor de crescimento da RM. Ele concentra 87% da área total de novos loteamentos e de fato tem sido a nova fronteira de desenvolvimento imobiliário. [...] O vetor sul apresentou um crescimento de 1,81%, valor muito próximo ao apresentado pelo vetor norte, com 1,77% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015, p. 7).

Segundo Tatiana (2013), entre os empreendimentos imobiliários seriam os condomínios os mais valorizados na RMBH. A autora diz ainda que:

Nos últimos dois anos, os preços dos imóveis em condomínios registraram valorização de 15% a 20%. Naqueles localizados em Lagoa Santa, o valor do m² variou de R\$ 120,00 a R\$ 500,00; em Nova Lima, a média foi de R\$ 400,00 (TATIANA, 2013).

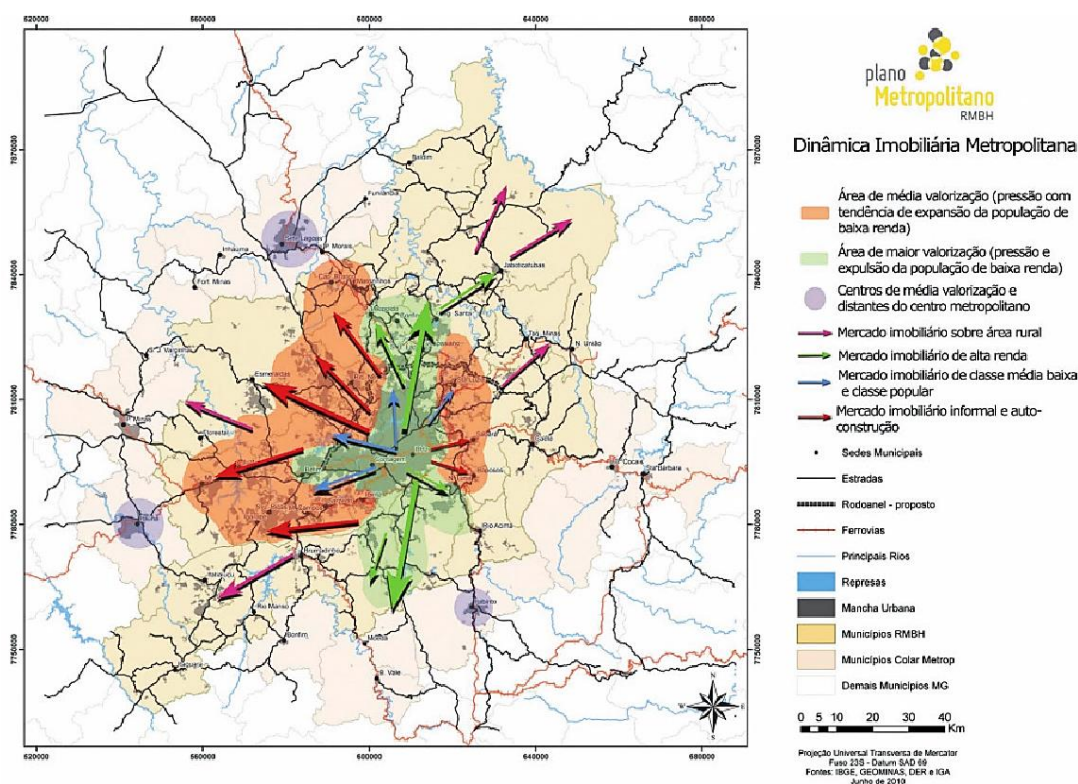
O comportamento do mercado imobiliário na RMBH e alteração da estrutura urbana do Aglomerado Metropolitano refletem a atuação direta do poder público em grandes investimentos que priorizaram o Vetor Norte. Essa ação direta do poder público na configuração espacial da RMBH não é nova, repetindo seu comportamento da quando da implantação da Cidade Industrial, que se manteve com base na sua participação enfática, quando da segunda industrialização da RMBH na década 1970, que consolidou, à época, o setor metal/mecânico na RMBH (MARQUES, 2013).

Os investimentos públicos no Vetor Norte, principalmente na região do Aeroporto Internacional de Confins, com chamada Via Verde e construção do Centro Administrativo de Minas Gerais, na região do Serra Verde, são uma estratégia da ordem citada por RIBEIRO (2016, p. 50), “Trata-se de estratégia orientada pela construção da imagem de uma cidade informacional e de exportação de serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento).”.

O município de Belo Horizonte vem, desde a década de 1940, direcionando parte de seu crescimento para a direção norte, com a implantação da Avenida Antônio Carlos, Complexo da Pampulha, Campus da Universidade Federal de Belo Horizonte, Estádios Mineirão e Mineirinho e Avenida Cristiano Machado, que foram seguidas pelas intervenções na região de Venda Nova.

As mais recentes intervenções na região de Venda Nova foram principalmente a ampliação do sistema viário e da rede de saúde com o Hospital Metropolitano Risoleta Neves, implantação da estação Vilarinho, alargamento da Avenida Antônio Carlos com implantação aí do *Bus Rapid Transit* [Transporte Rápido por Ônibus] (BRT) e a implantação ainda do Shopping Venda Nova, que articulado com a estação Vilarinho consolidam no nível municipal as intenções de consolidação de uma nova dinâmica para o Vetor Norte. A proposta da Operação Urbana da Avenida Antônio Carlos, feita pelo Município de Belo Horizonte, deixa de forma explícita os interesses que a região Norte passa a representar como catalizador de empreendimentos e do mercado imobiliário no vetor.

Figura 31: RMBH: dinâmica e Imobiliária - PDDI (2010).

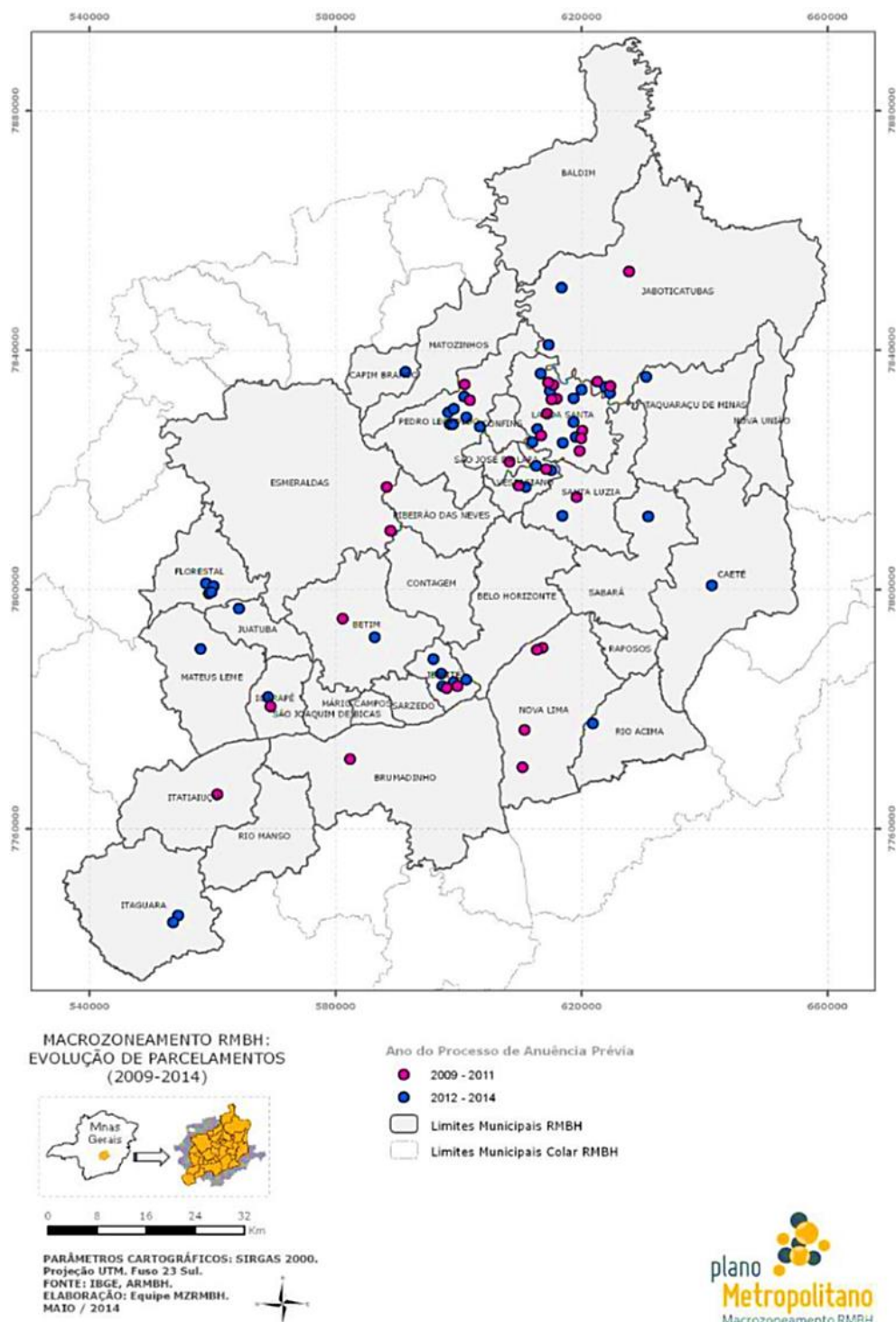


Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2011, p. 57).

Assim, quando da opção por espaço luminoso a ser estudado na RMBH, a escolha recaiu a forma vetorial e de início, consideramos forma abrangente os vetores Norte Central e Norte por apresentar uma dinâmica nova na região metropolitana e apresentar, ao que parece, maior vigor nesse momento. Não dividimos, para efeitos desse estudo, o vetor nas duas partes acima citadas, já que, apesar, de terem sido desencadeados por níveis diferenciados do poder público, o Estado e o Município de Belo Horizonte, as intervenções interagem e se complementam. Chamaremos de

Vetor Norte ao conjunto constituído por essas partes. Consideramos que em termos metropolitanos essa denominação é mais coerente com o processo histórico de formação da região.

Figura 32: Mapa de evolução de Parcelamentos na RMBH.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014, p. 31).

O vetor Sul, pensado inicialmente como estudo de caso, mantém-se num ritmo de desaceleração na conjuntura atual, enquanto a região do Aeroporto mantém algum nível de dinamismo, o que pareceu mais proveitoso para nosso estudo.

9.1 O VETOR NORTE

Embora abordagens mais recentes dividam a área estudada em Norte Central e Norte, optamos por considerar o Vetor Norte tal como definido no Decreto Estadual nº 44.816, de 21 de maio de 2008 (MINAS GERAIS, 2008), versa em seu Art. 1º:

Compõem a área territorial do vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte os Municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Confins, Capim Branco, Jaboticatubas e os bairros localizados na área de influência das Administrações Regionais de Venda Nova e Norte do Município de Belo Horizonte.

O “Programa de Ações Imediatas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte” define o Vetor Norte como:

[...] a área que engloba as regionais Pampulha, Venda Nova, Leste, Norte, Noroeste e Nordeste do município de Belo Horizonte, somadas aos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia (especialmente o distrito de São Benedito), Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Capim Branco, Confins, Lagoa Santa, Jaboticatubas (parte do município junto ao rio das Velhas), Esmeraldas, Betim, Contagem e Sabará - estes três últimos apenas nas áreas cortadas pelo futuro Rodoanel (INSTITUTO HORIZONTES, 2006, p. 6).

Nem todas as áreas do vetor tomado são contempladas nessa análise, mas apenas aquelas que compõe o eixo nítido de investimentos do poder público na região, bem como áreas diretamente impactadas por tais investimentos.

Buscou-se também na região onde o novo processo de ocupação se estabelece, identificar a presença de situações que poderiam ser denominadas como “opacas” nos padrões anteriores do trabalho e se haveria ou não interações entre as duas condições.

Como a noção de vetor está ligada principalmente à direção (vetorial), estabelecer limites rígidos não seria compatível com essa definição.

A RMBH desenvolve-se em áreas de três complexos ambientais: o Quadrilátero Ferrífero, a Depressão de Belo Horizonte e a Bacia Sedimentar (PLANEJAMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 1986). O vetor Norte está

em parte na Depressão Belo Horizonte, na área de transição dessa para a Bacia Sedimentar e na Bacia Sedimentar propriamente dita.

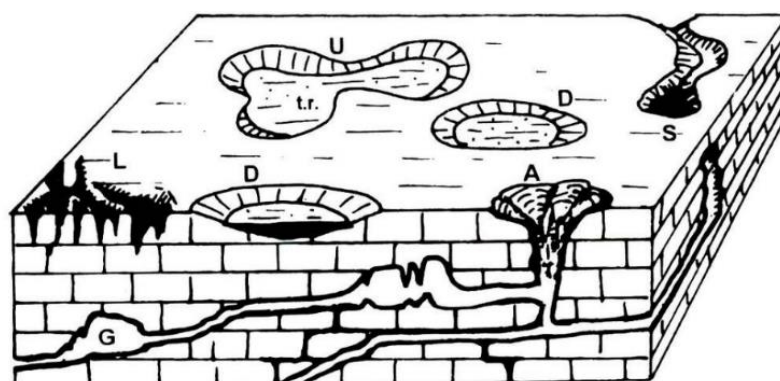
A Bacia Sedimentar apresenta uma configuração peculiar. A área, com solos calcáreos, apresenta o sistema de drenagem em parte superficial e em outra subterrâneo, formando um sistema de canais interligados e lagoas pertencentes à bacia do Rio das Velhas. Na superfície, um sistema de dolinas, formações do sistema Cárstico, semelhantes à uma colina invertida, tendo pelo menos em uma das laterais um paredão calcáreo e ao fundo um sumidouro, fruto de um processo erosivo que resulta numa abertura que interliga a lagoa ao sistema ao aquífero subterrâneo (na ilustração, as do tipo D dão predominantes na região). Dessa forma, o aquífero subterrâneo está todo interligado.

Segundo Edgar Shingato (1998, p. 10):

As dolinas distribuem-se esparsamente e, principalmente, nos planaltos cársticos que ocorrem na parte central da APA. Possuem pequena extensão onde dominam os Cambissolos Gleicos eutróficos de textura muito argilosa. Encontram-se geralmente ocupadas com culturas, destacando-se as capineiras destinadas à pecuária leiteira. A ocorrência de pontos de surgência e ressurgência caracteriza essas áreas como de alta fragilidade ambiental, por se tratar de áreas de recarga de aquífero.

Assim sendo, os sistemas de água de superfície e subterrânea apresentam, no Carste, uma complexa inter-relação, o que torna a região da APA bastante susceptível à contaminação hídrica, à medida que a expansão urbana, o desmatamento e o uso do solo em atividades agropecuárias potencializam os riscos de poluição dos cursos d'água, lagoas e dolinas e, conseqüentemente, dos aquíferos cársticos, através do lançamento de esgotos e efluentes, e do aporte de sedimentos e resíduos de agrotóxicos.

Figura 33: Representação esquemática do sistema de dolinas.



Fonte: Sampaio ([ca. 2017]).

A drenagem superficial é feita por apenas dois cursos d'água, o Ribeirão da Mata e o Córrego Samambaia. A formação calcárea e os paredões são ricos em representações de arte rupestre primitiva, registros arqueológicos e paisagens notáveis.

O relevo dessa área é chamado de Cársico⁸ (com várias grafias conhecidas e admitidas). A Bacia Sedimentar é bastante sensível às intervenções antrópicas que podem comprometer de forma irremediável suas condições, por essa razão em 25 de janeiro de 1990, foi criada ali a APA Carste. Sua área abrange terras dos municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos e definida como de proteção especial.

As regiões cársicas apresentam características especiais do ponto de vista geomorfológico e hidro geológico, ressaltando-se que muitos aspectos do funcionamento dessas características na região não são de todo conhecidas.

Costa e Silva (2000) resume as condições:

- ocorrência de depressões/ dolinas cuja drenagem é subterrânea;
- existência de cavidades no subsolo pelas quais circulam correntes de água subterrânea interligadas;
- presença pequena de escoamento superficial;
- presença de extensas zonas sem cursos de água superficial;
- grande permeabilidade, com rapidez de infiltração das chuvas e outras águas superficiais;
- grande variação dos valores de transmissividade e coeficiente de armazenamento;
- complexa rede de água subterrânea; e,
- existência de zonas com vegetação escassa.

As lagoas constituem formações características e de grande expressão na região, devido às características de seu relevo e ao tipo de ocupação que ensejaram.

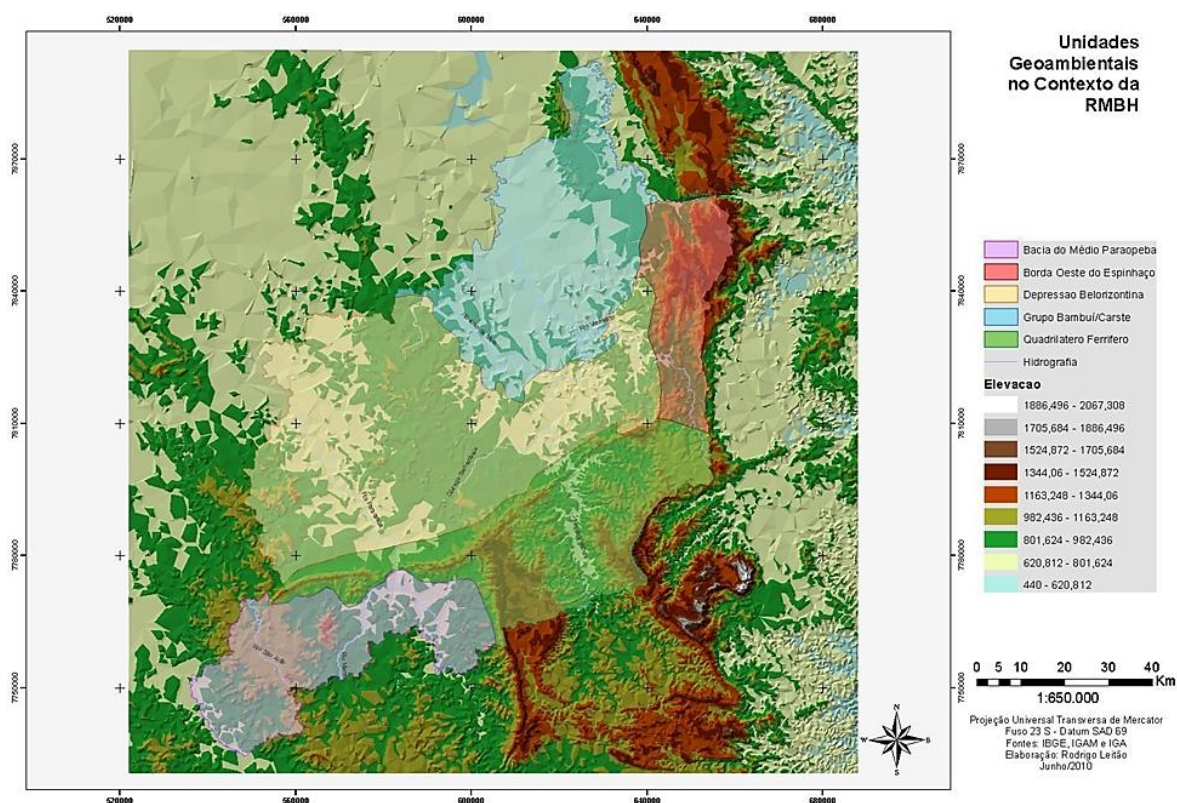
A lagoa do Sumidouro, é alimentada pelo córrego Samambaia, é o principal corpo lacustre da região, não sendo perene, apresentando ciclo plurianual, conforme publicação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (1998, p. 25).

⁸ O termo "carste" é oriundo da região de Karts, na Iugoslávia, onde pela primeira vez foi estudado esse tipo de relevo. Entretanto, esse mesmo fenômeno é encontrado em Carso (Itália), Causes (França), Altamira (Espanha), Kentucky e Flórida (Estados Unidos) e em muitos outros lugares do mundo.

Outro corpo lacustre expressivo é a Lagoa dos Mares, situada na área adjacente ao ribeirão da Mata. Trata-se de uma lagoa perene, cujas águas drenam subsuperficialmente para uma ressurgência próxima ao ribeirão da Mata. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 1998, p. 25).

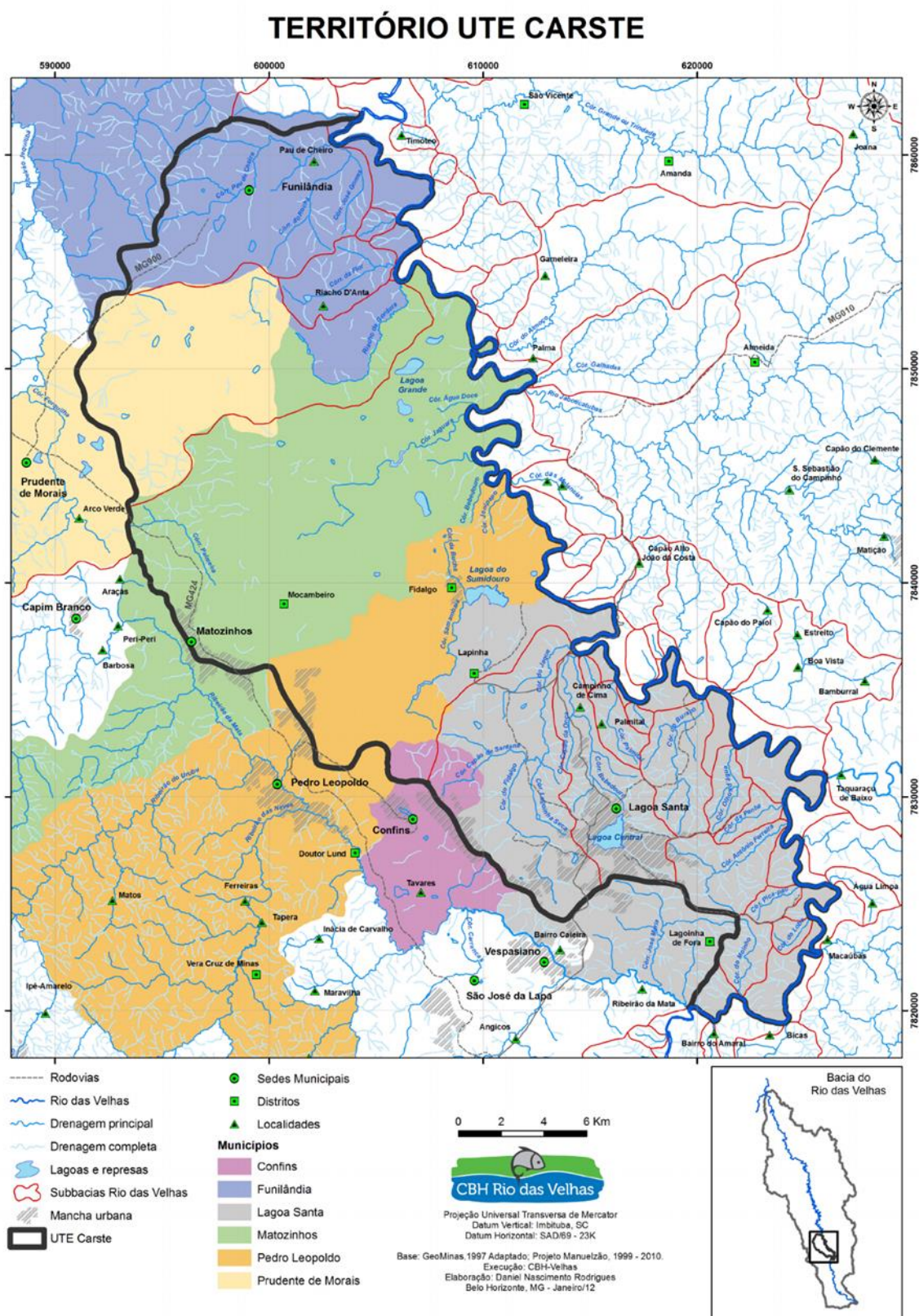
Com relação às demais lagoas, observa-se que têm sofrido alteração em seus regimes hídricos em virtude das diversas atividades antrópicas, sobretudo minerárias. Segundo CPRM & IBAMA (1998), a lagoa do Santo Antônio teve seus sumidouros tamponados por um aterramento causado por uma mineradora, provocando elevações de nível d'água. As lagoas situadas no município de Confins, do mesmo modo, também têm sofrido alteração de nível, possivelmente associada à implantação do sistema de drenagem superficial do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (SOUZA E SILVA, 2003, p. 73).

Figura 34: Unidades Geoambientais no Contexto da RMBH.



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2011, v. 3, p. 612).

Figura 35: APA Cárstica.



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (2013, p. 2).

9.2 O DESENVOLVIMENTO DA OCUPAÇÃO URBANA NO VETOR NORTE

Do ponto de vista da ocupação, o vetor norte, como já mencionado, passou inicialmente pela expansão de Venda Nova, no município de BH por e sobre os municípios limítrofes, o que provocou uma mancha de ocupação contínua abrangendo Ribeirão das Neves/Justinópolis, Vespasiano e Santa Luzia/São Benedito. Essa mancha conurbada inclui também extensas áreas periféricas marcadas por carências no que diz respeito a serviços urbanos básicos. A sequência de figuras que mostram imagens da intensidade luminosa na região dá uma dimensão do processo de expansão urbana no vetor.

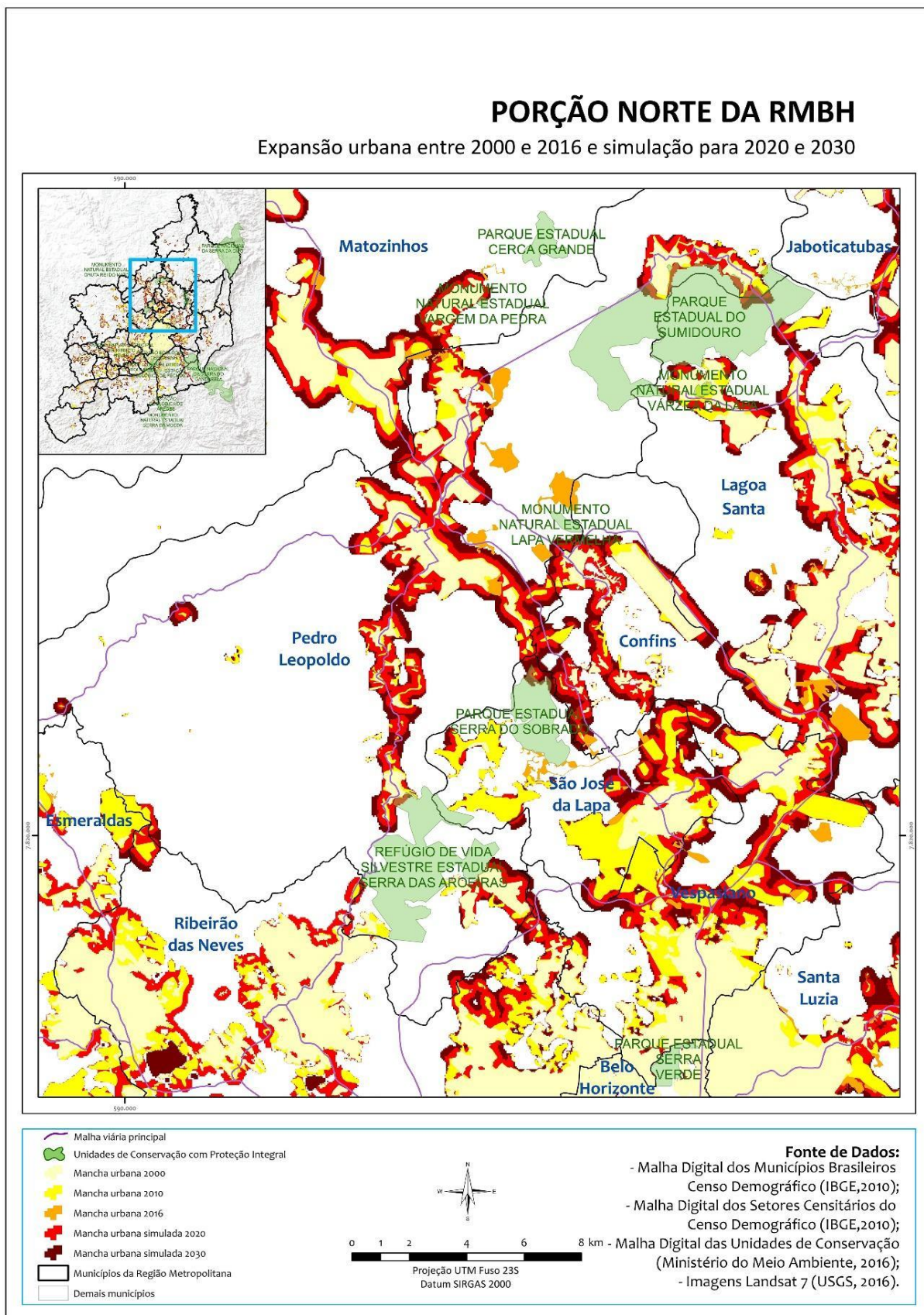
Cotejando a primeira imagem, 1995, com a última, 2010, se na primeira imagem os núcleos urbanos estão isolados, percebe-se que as manchas luminosas ao longo do sistema viário articulador constituído pela Linha Verde interligaram-se em 2010, resultando-se numa mancha contínua, num ambiente urbano conurbado de grande intensidade. Vespasiano, São José da Lapa, Confins e Lagoa Santa, nessa situação, não apresenta mais nenhuma ruptura em relação a Belo Horizonte. A ligação entre Lagoa Santa, Confins, Pedro Leopoldo ainda não é tão enfática.

Uma grande mudança pode ser percebida entre 2005 e 2010, quando se percebe que o vetor passa a ter mais vigor.

Como se vê, o crescimento recente do vetor norte não se deu por substituição e adensamento de áreas ocupadas, mas, principalmente, pela ocupação de espaços vazios que não pertenciam à malha urbana, manteve também o caráter vetorial, pois esse processo foi ensejado pelos investimentos do poder público articulando-se através de poderoso sistema viário, além da modernização do Aeroporto de Confins e a Inserção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais nos extremos desse vetor.

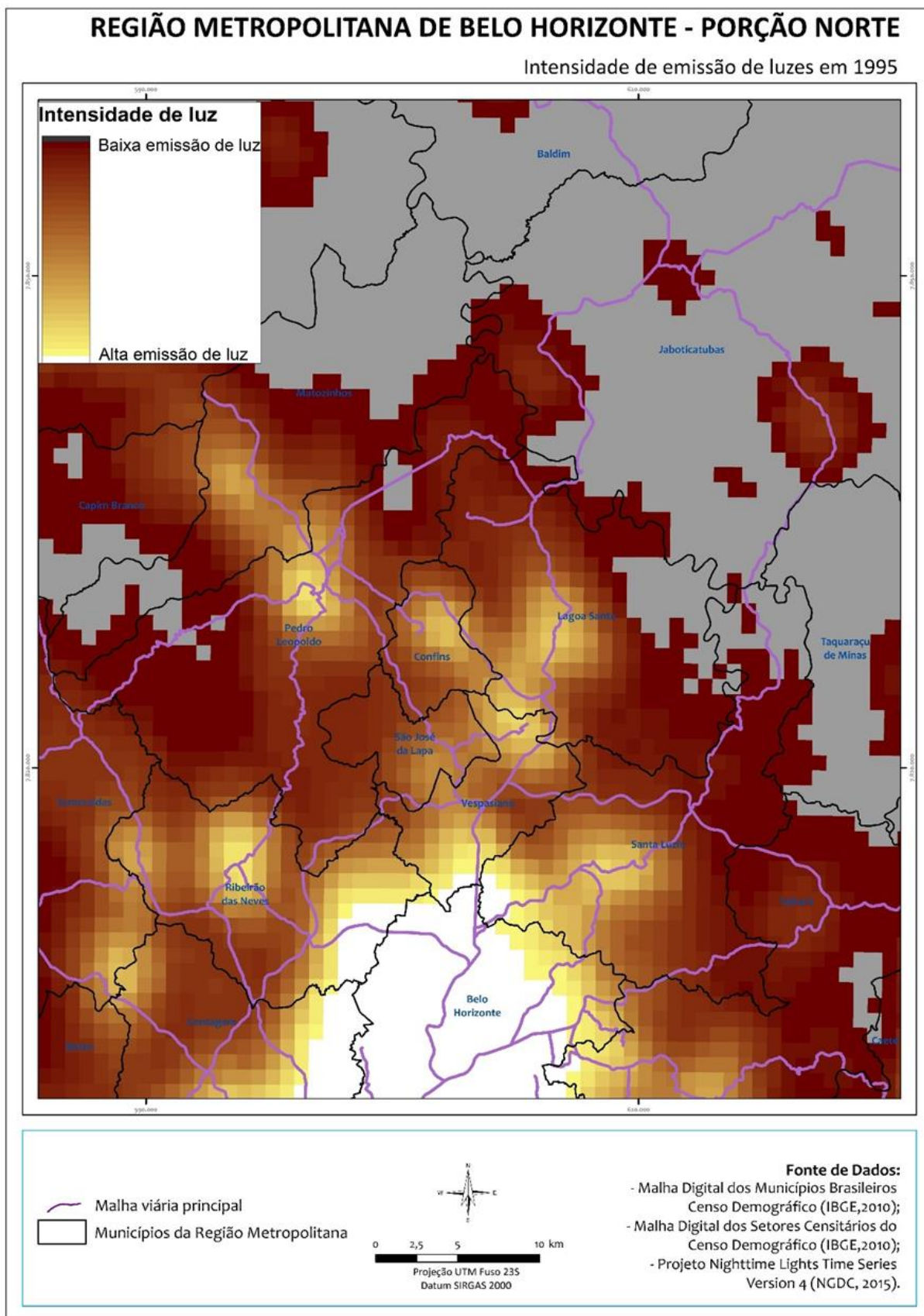
As figuras referentes à evolução da mancha urbana e de intensidade luminosa estão inseridas na sequência para facilitar a comparação entre elas.

Figura 36: Porção Norte da RMBH - Expansão Urbana 2000 e 2016 Simulação 2020 e 2030.



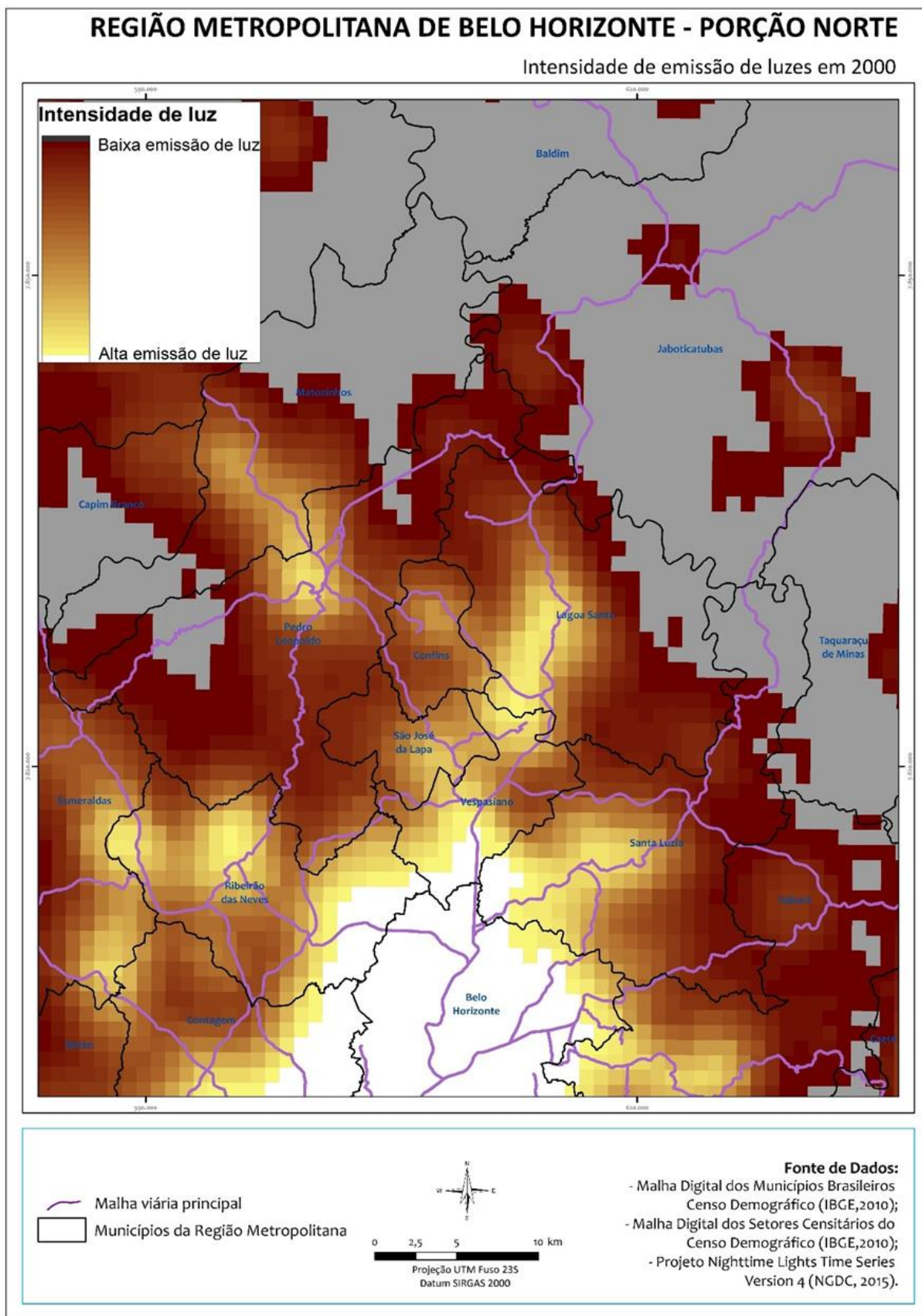
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE e USG (2016).

Figura 37: Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 1995.



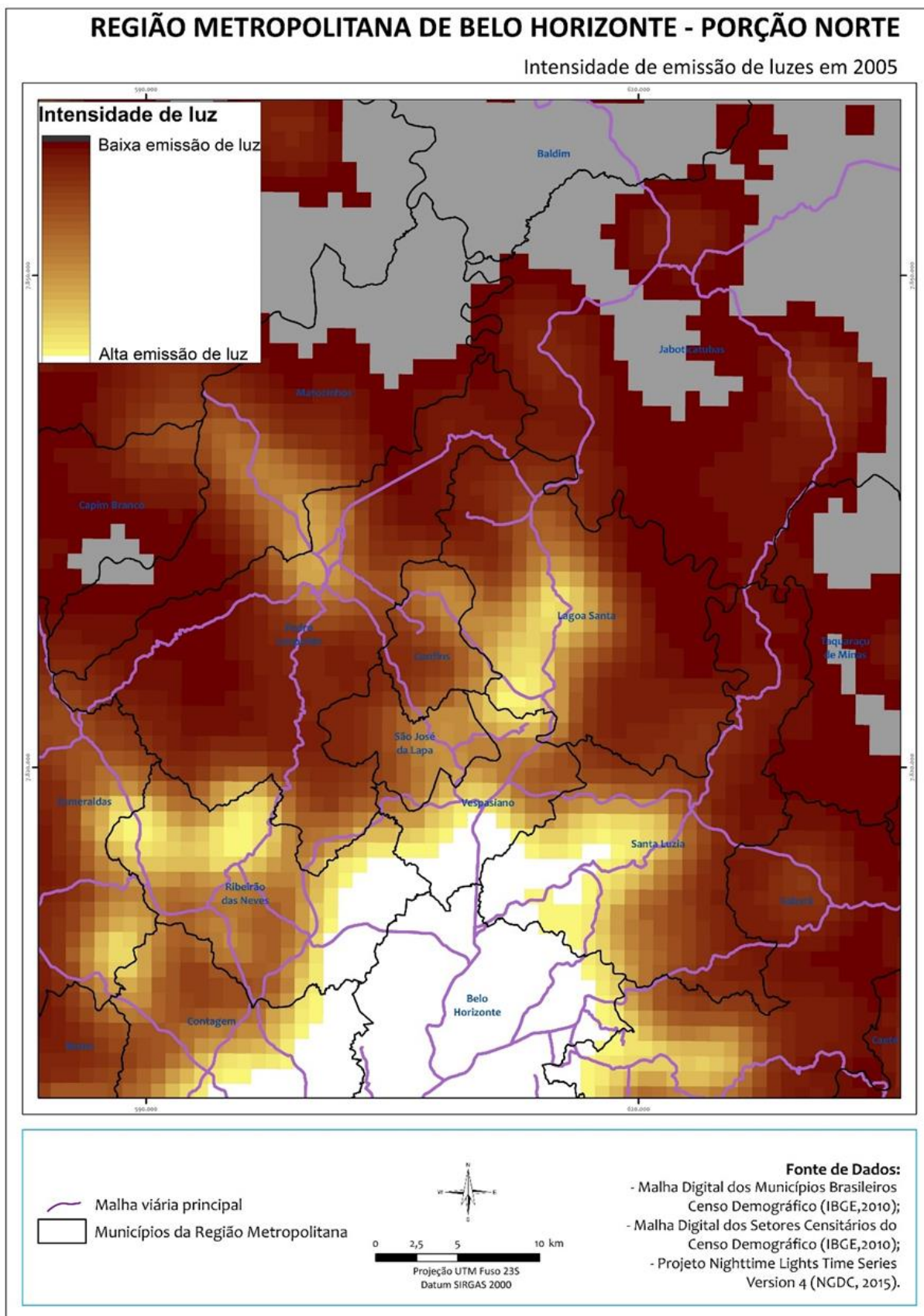
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e NGD (2015).

Figura 38: Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 2000.



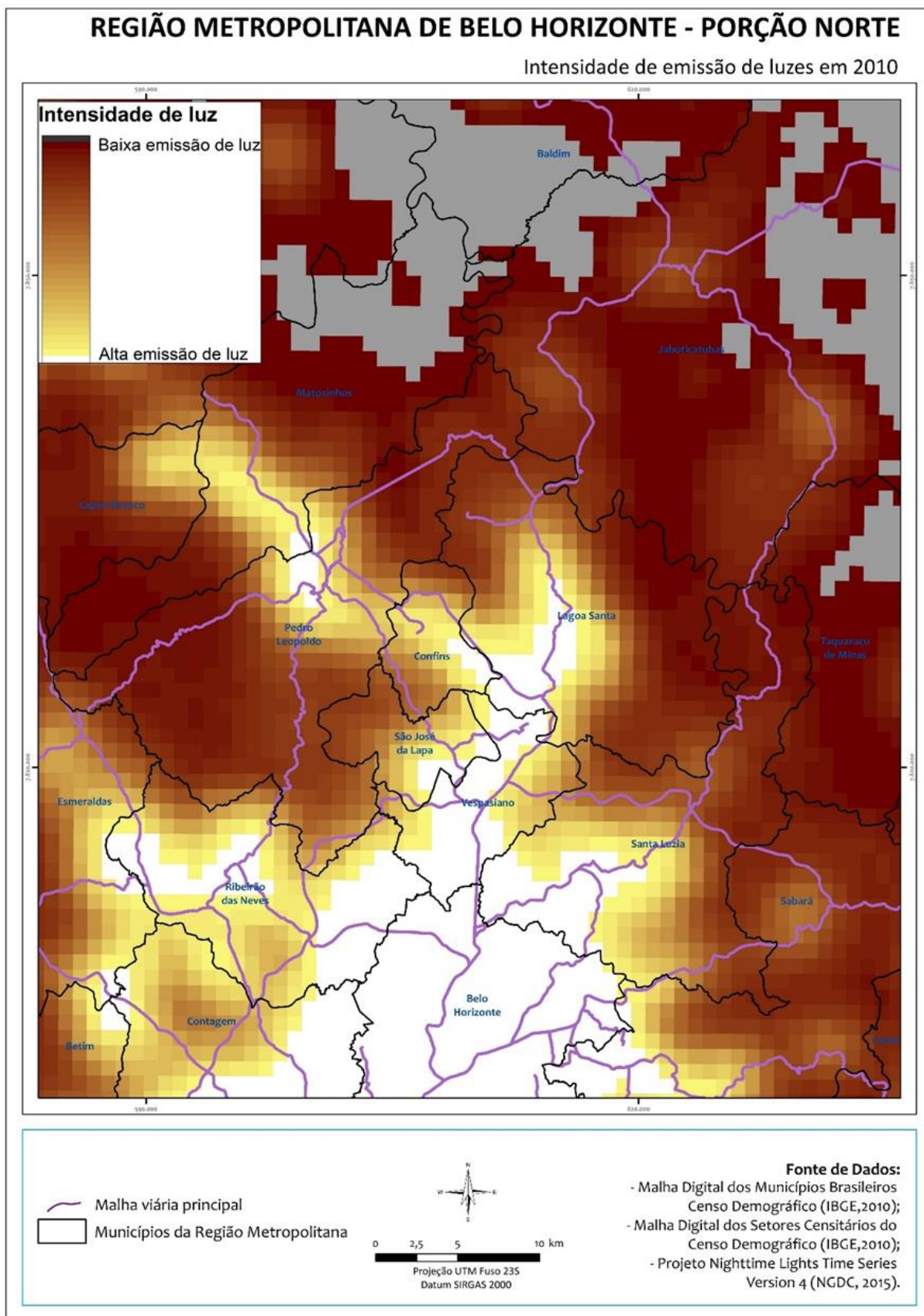
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e NGD (2015).

Figura 39: Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 2005.



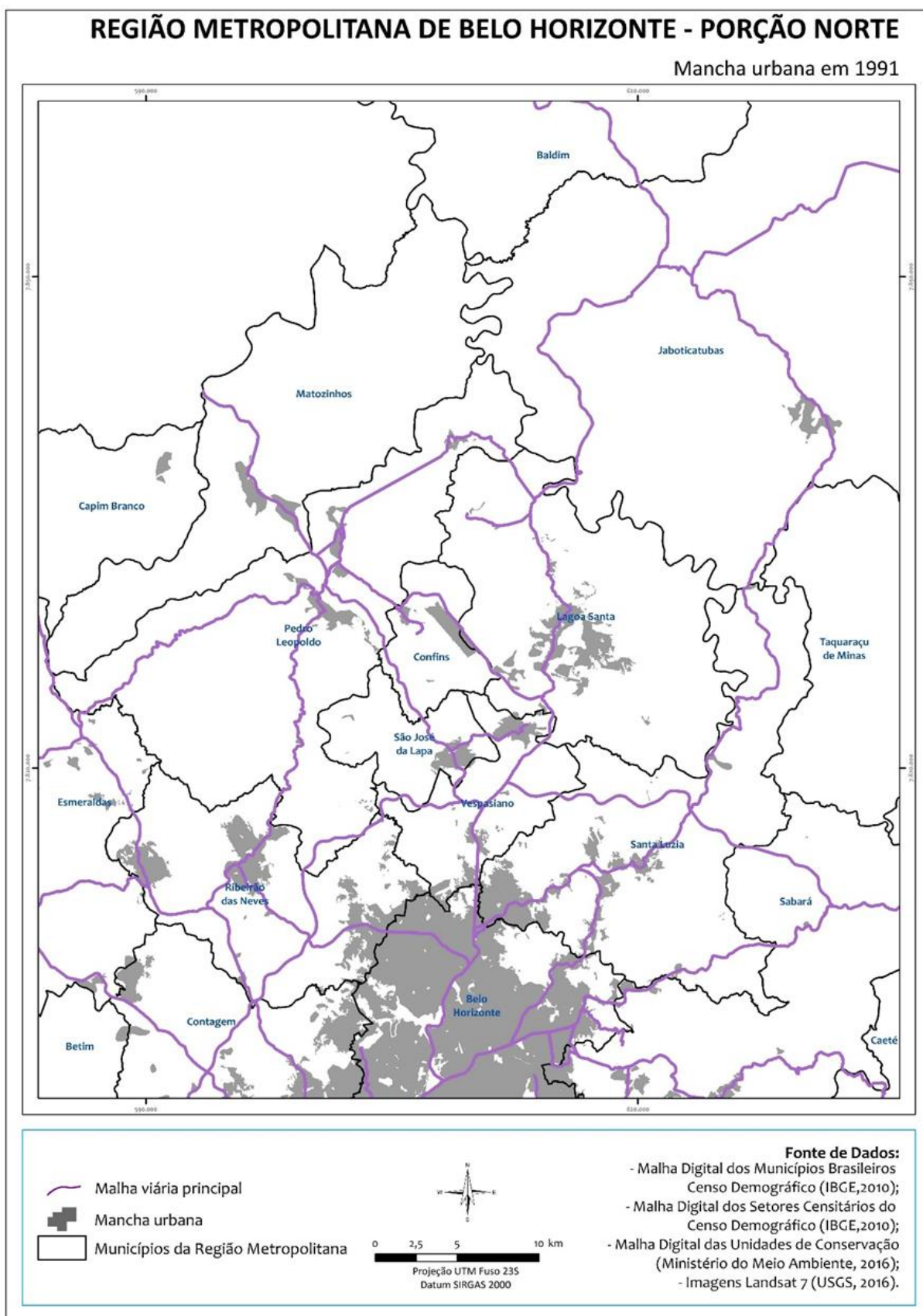
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e NGD (2015).

Figura 40: Intensidade de luz na Porção Norte da RMBH - 2010.



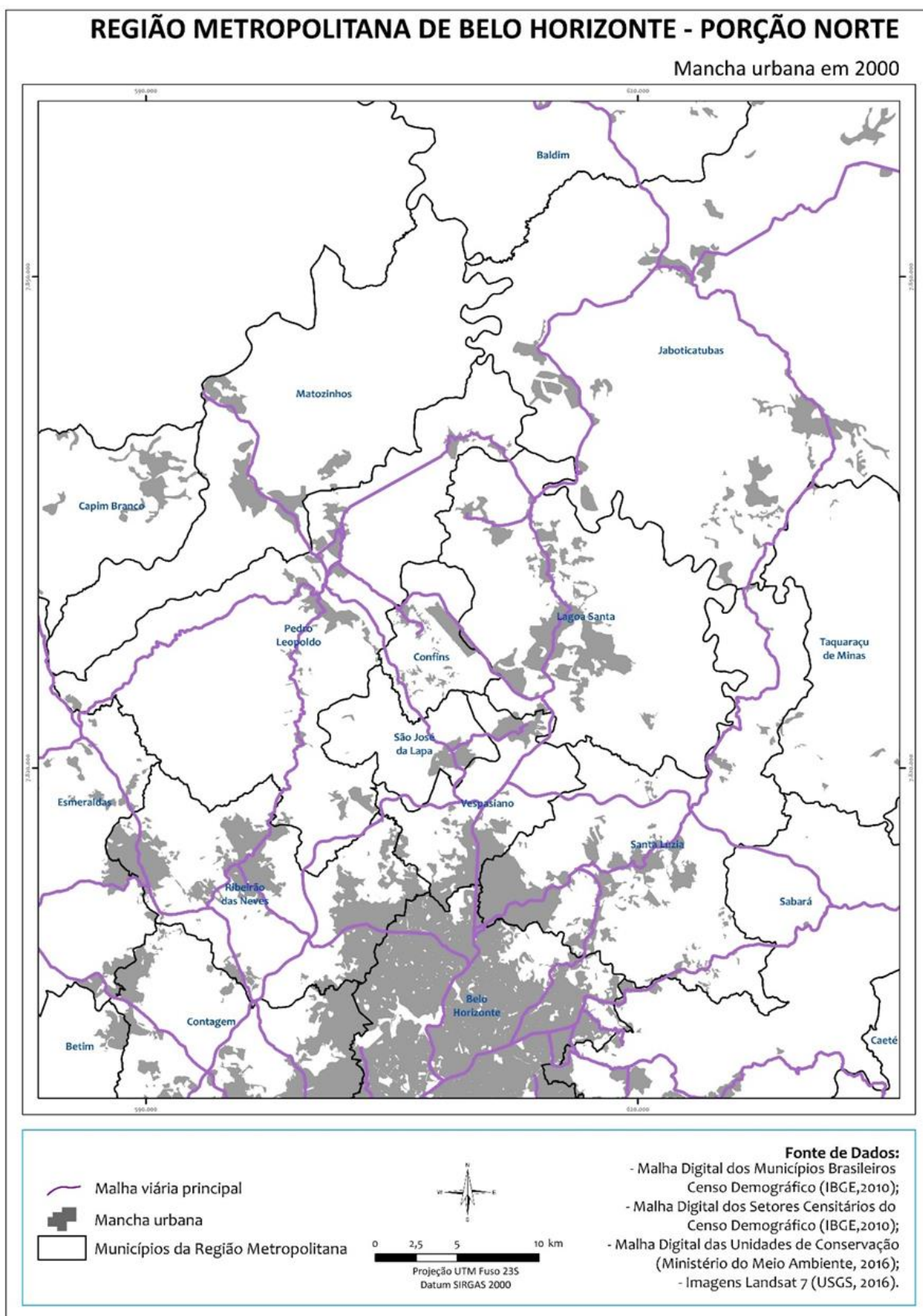
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e NGD (2015).

Figura 41: Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 1991.



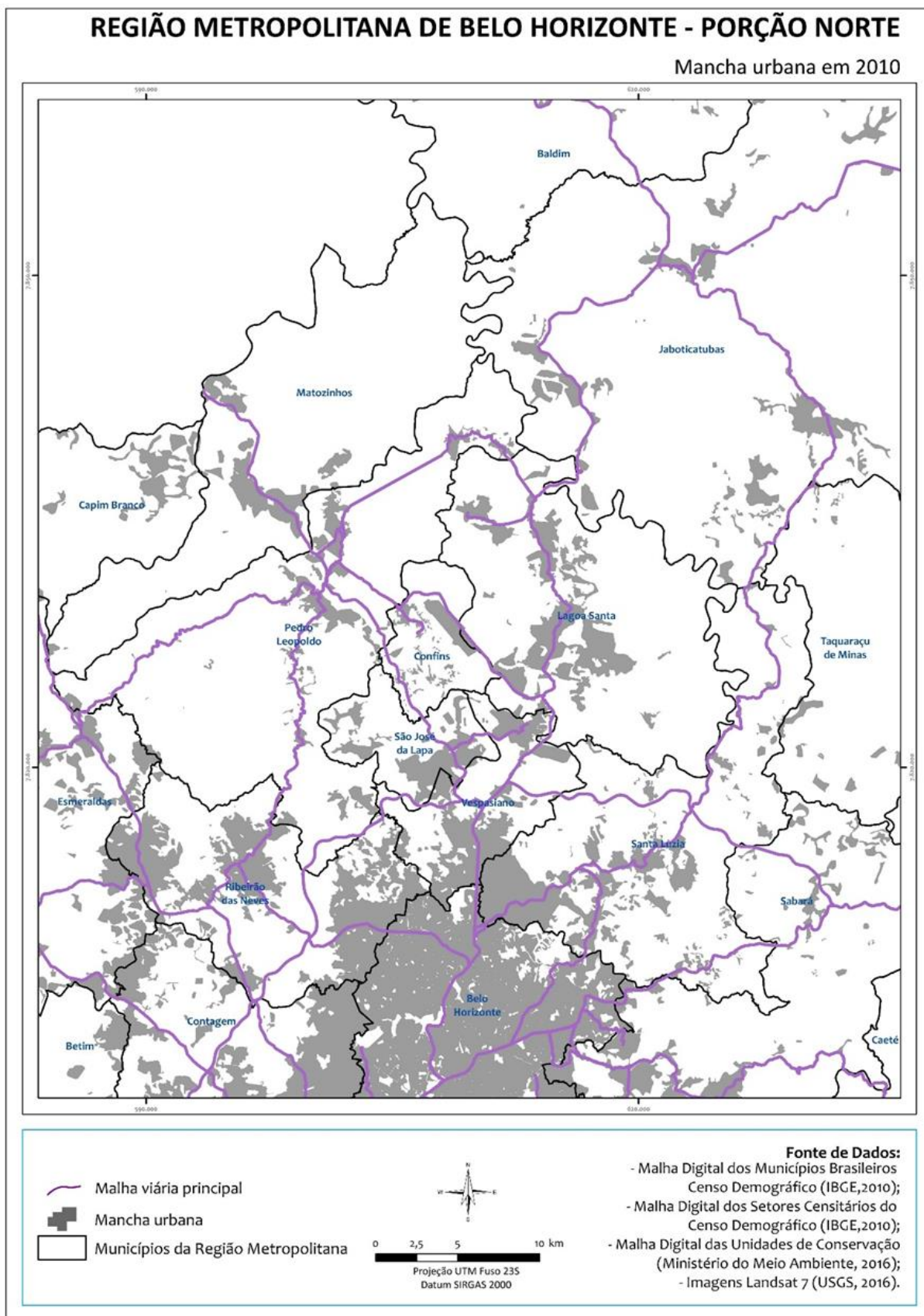
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e USGS (2016).

Figura 42: Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 2000.



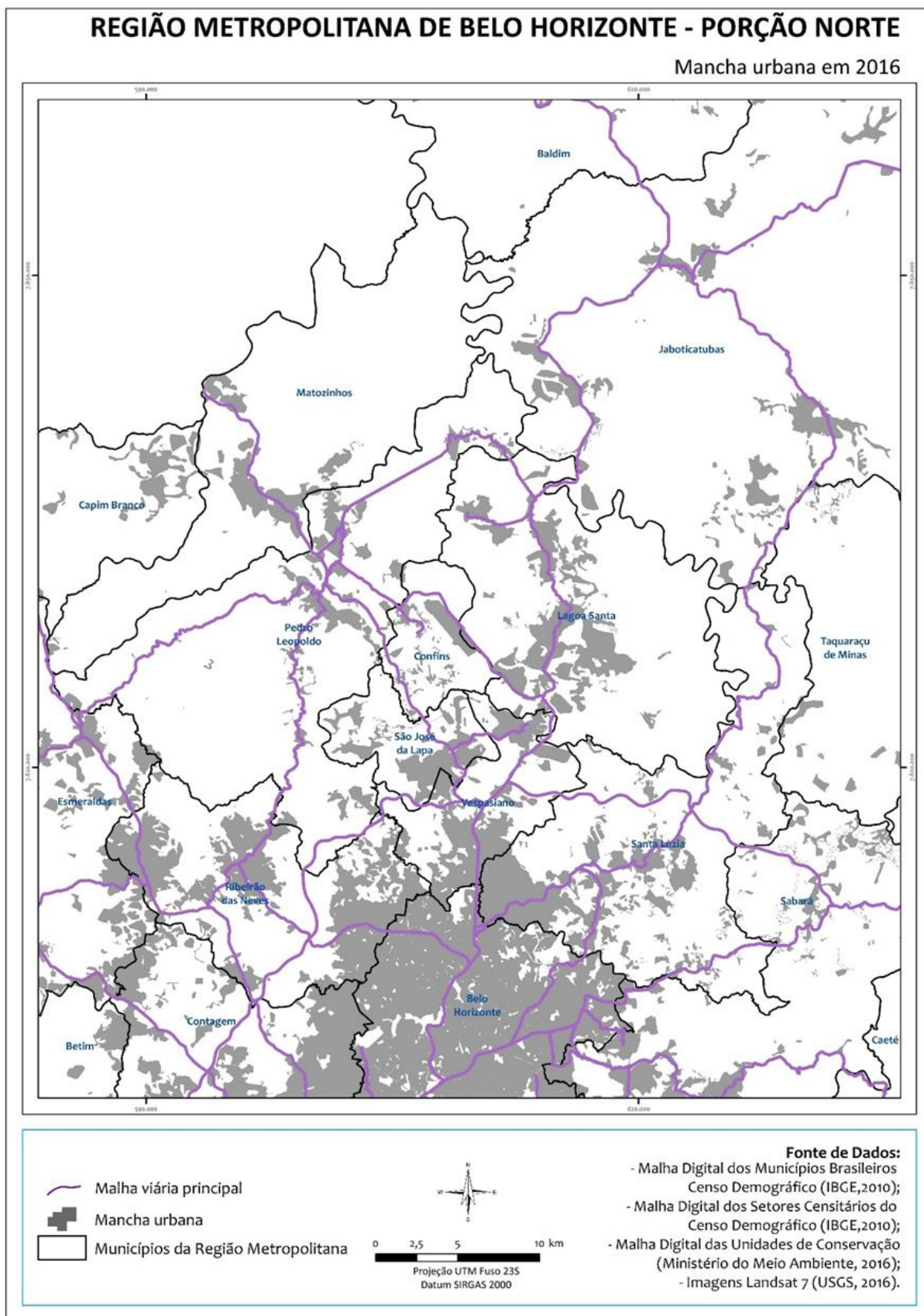
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e USGS (2016).

Figura 43: Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 2010.



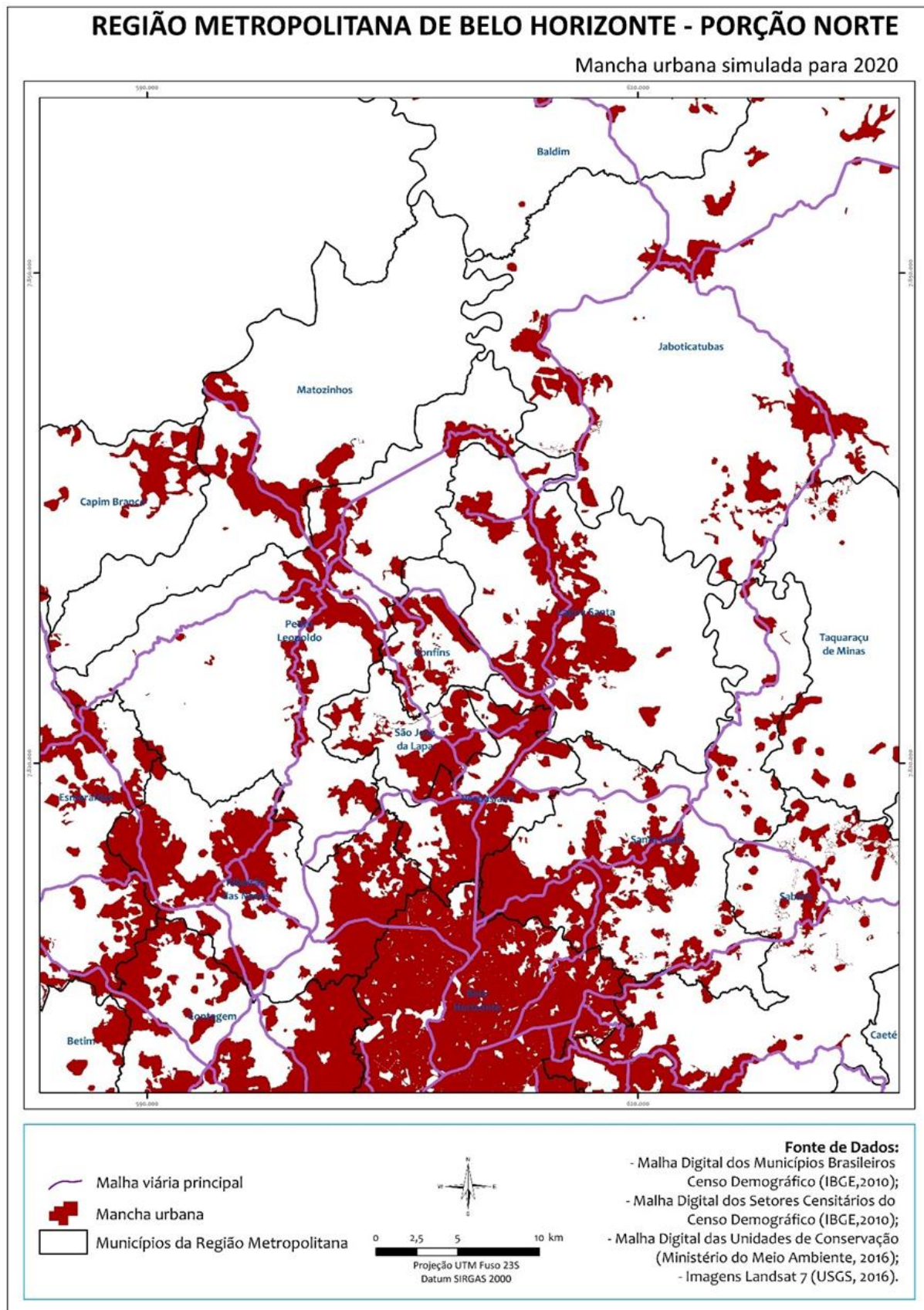
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e USGS (2016)

Figura 44: Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - 2016.



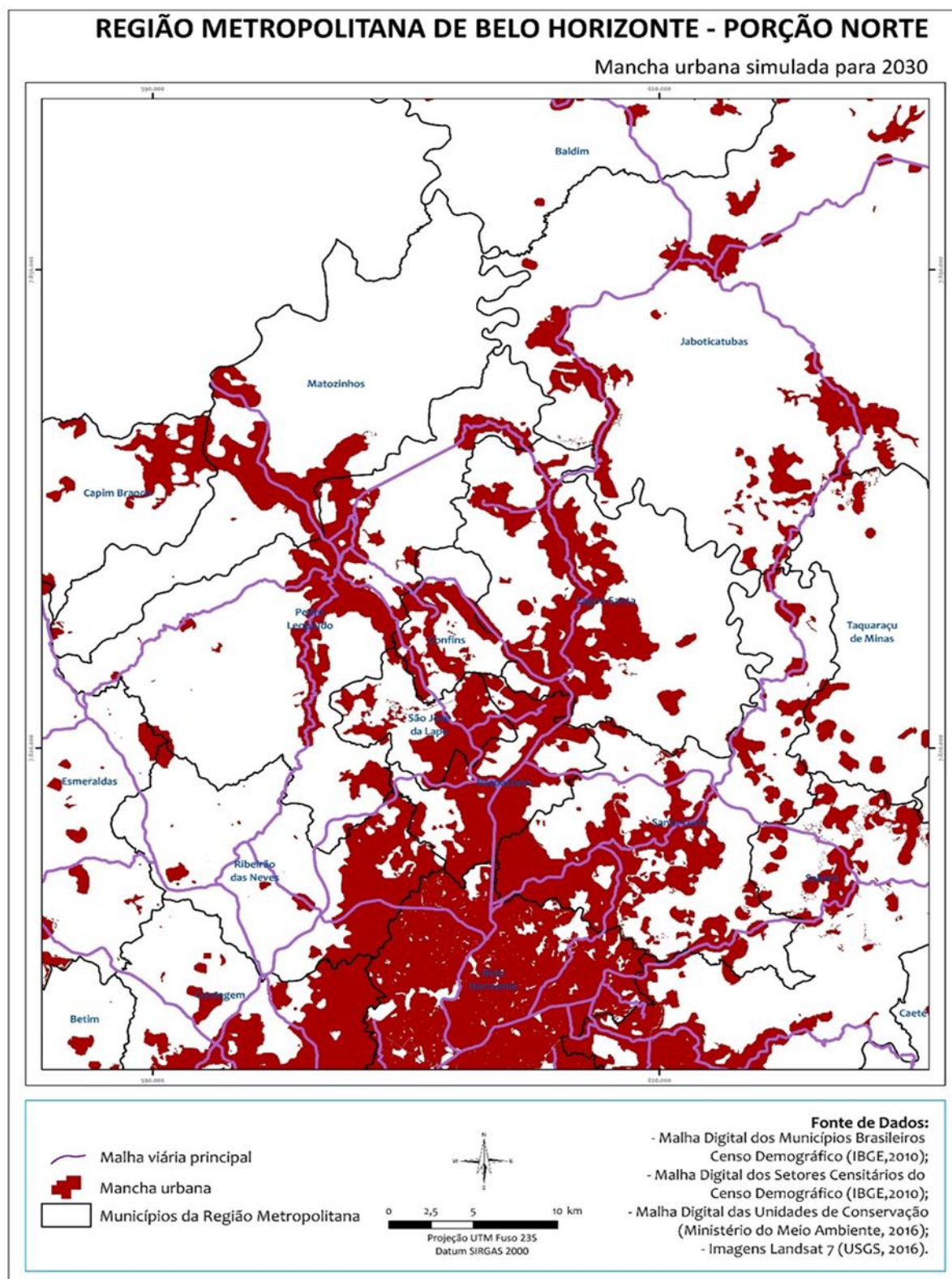
Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e USGS (2016)

Figura 45: Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - Simulação 2020.



Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e USGS (2016).

Figura 46: Mancha urbana na Porção Norte da RMBH - Simulação 2030.



Fonte: Elaboração própria sobre base IBGE (2010) e USGS (2016)

Da análise das figuras 41 e 42, vê-se que as manchas urbanas de 1991 e 2000 mostram claramente o interstício entre a região de Venda Nova e o longo percurso até o aeroporto, bem como o isolamento das sedes municipais. As manchas seguintes,

43 e 44 referentes a 2010 e 2016 mostram um avanço na conurbação com a região norte de Belo Horizonte, enquanto a região do aeroporto e a sede de Pedro Leopoldo permanecem isoladas.

A mancha projetada para 2020, Figura 45, já mostra a interligação da mancha urbana em toda a região, incluindo a sede de Pedro Leopoldo e espaços mais abrangentes e densos na região de Lagoa Santa. Matozinhos, Jaboticatubas e Capim Branco, que alteram sua inserção na RMBH.

Da observação da evolução da forma e ocupação da porção Norte da RMBH, nas últimas três décadas, destaca-se a clara e vigorosa intervenção e participação do poder público, em seus vários níveis. Aliando-se aos interesses dos agentes hegemônicos políticos e econômicos na conformação da região, o público operou através dos sucessivos investimentos estruturantes e políticas públicas que alteraram a estrutura na RMBH, e para a articulação interna da mesma. Essa intervenção também alterou o papel metropolitano da região norte, fortalecendo a sua competitividade, principalmente em relação ao vetor sul.

A implantação da alça Norte do Rodoanel ensejaria a união do Vetor Norte ao Vetor Sul, diluindo suas fronteiras e processos, deslocando para a região de encontro desses dois vetores o protagonismo da RMBH, transformando, possivelmente, esses dois processos vetoriais em uma única mancha urbana.

A configuração atual do Vetor Norte é mais adequada às demandas da urbanização neoliberal, embora seu fortalecimento já fosse uma intenção política e pública desde a década de 1930 e que nunca foi abandonada. A presença da mineração calcárea que correu paralelamente às iniciativas de industrialização foi outra presença forte na região, apesar de seu caráter predatório em relação aos recursos ambientais.

França e Melo (2019) descrevem os investimentos na região Norte da RMBH:

O Estado então faz obras como, a linha Verde, a Cidade Administrativa, centros, relacionado à aeronáutica como, o Centro de Instrução e Adaptação Aeronáutica (CIAAR) e Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial (CTCA), cria novas linhas de transporte público e faz a infraestrutura de novos loteamentos visando melhorar o acesso e trazer maior número de pessoas para o Vetor. O setor imobiliário usando desse potencial acaba por incentivar a implantação de hotéis, zonas comerciais, de lazer e de habitação, principalmente condomínios de luxo, em áreas próximas ao aeroporto e ao novo centro de governo do estado, como pode ser (FRANÇA; MELO, 2019, p. 85)

Tonucci e Freitas fazem considerações da mesma ordem que Melo, quando apresentam que os investimentos e planos do poder público na região buscavam alargar as possibilidades de exportações da RMBH, a atração de capitais externos e criação de novas alternativas para a moradia das classes de renda mais alta na RMBH (TONUCCI FILHO; FREITAS, 2020, p. 11).

É interessante observar que se uma ponta do vetor norte está no município de Belo Horizonte e a outra está na região de Lagoa Santa, que como a parte de BH, também não é nova. Sua importância remonta a década as décadas de 1930/40 e tem origem no governo de Getúlio Vargas, como veremos a seguir.

No Brasil, a industrialização e o desenvolvimento econômico liderado pelo Estado foram a busca de todos os governos entre os anos 1930 e os anos 1970.

Getúlio Vargas foi uma figura central na construção do pacto e do Estado desenvolvimentista, seguido por Juscelino Kubitschek, embora com abertura maior para os investimentos diretos das empresas multinacionais. No campo político, havia a intenção romper estruturas das velhas oligarquias cafeeiras, propondo um novo projeto para o país em que a burguesia industrial que se formava tomaria a frente da economia.

Ao lado disso, já desde a Revolução de 1932, lideranças militares associadas a Vargas, encabeçadas pelos generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, começaram a instituir vínculos entre potência industrial e potência militar.

Segundo Pimenta (2008):

Ao assumir o governo em 1930, pondo fim ao antigo sistema oligárquico, Getúlio Vargas busca nacionalizar o país através da centralização do poder e de uma série de medidas políticas. Nessa perspectiva, a aviação se tornou um instrumento de divulgação do nacionalismo, tanto no que concerne à integração territorial, como também ao projeto desenvolvimentista (PIMENTA, 2008, p. 13).

A ideia passa a se concretizar em 1933, quando o “Arc en Ciel”, um avião trimotor francês, partiu de Paris e pousou em Natal (RN), sendo essa a primeira travessia comercial do Atlântico Sul (HOLANDA, 2012).

Naquele mesmo ano, Getúlio Vargas recebeu a visita do projetista da aeronave, René Couzinet, que lhe propôs estabelecer uma linha nacional de produção de aeronaves, o que ia ao encontro do ideário nacional-desenvolvimentista de Vargas naquele momento (TORRES FILHO, 2011, p. 35).

Figura 47: René Couzinet.



Fonte: Photothèque de la ville de La Roche-sur-Yon (2022).

Já em 1935, Couzinet integrou a comissão formada por representantes do Exército, da Marinha e da Aviação Civil que definiu a localização da fábrica em Lagoa Santa (HOLANDA, 2012).

Entre as vantagens do local, estava o fato de existir ali a lagoa apropriada ao teste de hidroaviões.

Na década de 1930, Lagoa Santa era apenas um quase despovoado distrito do município de Santa Luzia, na Região de Belo Horizonte.

As péssimas vias de acesso pareciam alongar os 38 quilômetros de distância para a capital. Não havia mão de obra qualificada nem infraestrutura urbana.

Apesar disso, a comissão nomeada pelo então presidente Getúlio Vargas considerou que o clima seco protegeria da corrosão as chapas de metal.

Além do mais, se ficasse próxima ao litoral, a empresa seria alvo fácil para um eventual ataque (HOLANDA, 2012).

Em 1º de setembro de 1935, Vargas, autoridades civis e militares lançaram a pedra fundamental das futuras instalações.

Vianna (1993, p. 4) descreve a solenidade desse dia:

Mas a coisa não iria ficar apenas com aviões da Escola de A viação do Exército (Campo dos Afonsos), que mandou uma esquadrilha de 5 CSO, para inaugurar a pista. Também um hidroavião de 8 passageiros, “Sikorsky-S-38” bimotor, da Pan American Airways System, que fazia a linha Estados Unidos - Brasil (3 dias), veio à Lagoa Santa e “batizou” as águas lacustres de Minas. Levava 8 passageiros, além dos 2 tripulantes. Dizem, até, que o Presidente Vargas aceitou um convite e fez um sobrevoo de 15 minutos!

Segundo Holanda (2012), em seguida, o Decreto-Lei nº 617, de 15 de agosto de 1938, autorizou a abertura de concorrência pública para a construção da fábrica (BRASIL, 1938). A única proposta recebida foi da Construções Aeronáuticas S/A, que reunia empresários brasileiros e franceses, tendo Couzinet como diretor técnico, que foi declarada vencedora. O contrato assinado em 1940 garantia condições muito favoráveis ao negócio, havendo autonomia administrativa e comercial, isenção de impostos e garantia de 15% de lucro sobre as encomendas.

Em 1944, a fábrica ficou pronta, mas só começou a produzir aeronaves em 1946, já que governo e os empreendedores se depararam, em 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Embora a primeira fase das obras da fábrica estivesse concluída no início de 1943, era difícil importar equipamentos e maquinário dos Estados Unidos, envolvidos no conflito (HOLANDA, 2012).

Em 1951, foi fabricado o último dos 81 aviões North American Texan 6, conhecido como T-6 ou também como Celacanto. Em 1952, alguns T-6 feitos em Lagoa Santa foram os primeiros modelos pilotados pela Esquadrilha da Fumaça.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a fábrica, localizada em Lagoa Santa (Minas Gerais), construiria os aviões, os famosos AT-6D, que eram utilizados para o treinamento avançado dos pilotos. Em função da grande quantidade de aeronaves que foram oferecidas no mercado de todo o mundo com o fim daquela contenda, houve a rescisão do contrato da CAP com a Fábrica de Lagoa Santa. Com isso, o Ministério da Aeronáutica assumiu a sua administração em 1º de outubro de 1949. A partir de 1951, a Fábrica de Lagoa Santa ficou com a responsabilidade de executar a revisão geral e outros serviços de manutenção das aeronaves T-6 que já operavam na FAB. Esta tarefa teve sua responsabilidade dividida com o Parque dos Afonsos, que estava encarregado dos motores, hélices, instrumentos e acessórios. Em 1954 seria criado o Parque de Aeronáutica de Lagoa Santa, através do Decreto Nº34.984, de 28 de janeiro de 1954, que continuaria com as atividades que eram desempenhadas pela Fábrica de Lagoa Santa (HOLANDA, 2012).

Figura 48: Fábrica de aviões em Lagoa Santa.



Fonte: IBGE, Guerra, Antônio Teixeira (1958).

Figura 49: Texan 6, conhecido como T-6 e popularmente como Celacanto.



Fonte: Arquivo EM.

Figura 50: O Celacanto.



Fonte: Arquivo EM.

O Celacanto, apelido que faz referência a um peixe sarcopterígio, ficou bastante popular e muitas décadas depois, na década de 1980, aparecia citado num pouco compreendido grafitti repetido em vários locais no Rio de Janeiro.

Figura 51: Grafiti citando o Celanto no Rio de Janeiro.



Fonte: Autoria desconhecida.

Figura 52: Aviões produzidos na fábrica de Lagoa Santa em 1950.



Fonte: Santos (2022).

Com a Segunda Guerra Mundial já em curso na Europa, o Presidente Getúlio Vargas sancionou, em 20 de janeiro de 1941, o Decreto-lei nº 2.961 (BRASIL, 1941a), criando o Ministério da Aeronáutica e designando Joaquim Salgado Filho, um civil, primeiro-Ministro da pasta. Em seguida, em 22 de maio de 1941, por meio do Decreto-Lei nº. 3.302 (BRASIL, 1941b), Vargas cria a Força Aérea Brasileira (FAB) e modifica o nome de várias organizações militares que seriam subordinadas à FAB.

A forte ligação entre o desenvolvimentismo nacionalista da era Vargas, a criação da Aeronáutica e seus futuros desdobramentos, é mencionada no depoimento do ex-ministro da Aeronáutica Nero Moura:

A Aeronáutica deve a Getúlio o seu nascimento, em 1941. Getúlio sempre gostou de viajar de avião, viajou muito, naturalmente, foi o primeiro presidente a viajar de avião por todo o país. Criou a Aeronáutica, nomeou o Salgado Filho ministro, apoiando-o sempre na sua brilhante administração, sem dúvida facilitada pela nossa aliança com os Estados Unidos e a quantidade de material que recebemos. De qualquer modo, fez o máximo pela aviação durante o Estado Novo e depois, na minha administração (MOURA, 1996, p. 311).

Segundo Pimenta:

No início do ano de 1941, com o slogan “Dêem asas ao Brasil” o jornalista e empresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello promoveu a Campanha Nacional de Aviação. Seja uma atitude de marketing do empresário ou então uma política de responsabilidade social e empresarial, o grupo de Chateaubriand trouxe transformações para o cenário aeronáutico brasileiro e mereceu a atenção do jornal OESP (PIMENTA, 2008, p. 56).

Assim, a região de Lagoa Santa, com sua relevância atual que envolve alta tecnologia e incorpora a imagem da aeronáutica como um valor simbólico, vem de uma ideia de desenvolvimento e investimento da era Vargas, anterior à primeira

guerra mundial que teve continuidade depois desta. Em diferentes ritmos, esta política chega até os dias de hoje, quando se incorpora às intenções da produção do espaço, num processo neoliberal, onde agentes públicos e do mercado pretendem oferecer suporte de uma aguardada luminosidade, com uma ajuda do tempo e das coalizões, como veremos adiante. Esse é o movimento da extremidade mais ao norte do vetor.

O contexto atual, diferente da era Vargas é o da produção neoliberal do espaço urbano. Havey ensina que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HAVEY⁹, 2008 apud CASTRO; CIAMPI, 2020, p. 3).

Para tal, parte-se da crença na liberdade baseada na propriedade privada e no mercado competitivo, cabendo ao estado criar e preservar a estrutura institucional apropriada a essas práticas.

Magalhães (2015, p. 39) observa que:

O neoliberalismo – ou a própria dinâmica histórica do capitalismo – é um processo profundamente vinculado ao aparato estatal, que constitui uma dinâmica de reciprocidade com o âmbito do poder instituído e do jurídico, mas que tem uma dependência causal fundamental com estas esferas, sendo consequências e não causas de suas configurações.

Com a introdução de setores tecnológicos considerados de ponta, tais como bioquímico e aeroviário, as políticas e investimentos públicos, aliados aos setores hegemônicos locais buscavam capacitar concorrentemente a RMBH, deslocando-a da dependência da mineração. Aqui entra o que podemos chamar de aspecto luminoso nesse processo, já que perseguia a inclusão tecnológica na globalidade, embora o projeto de utilizar o Aeroporto de Confins como terminal alfandegário de grãos e outras commodities do agronegócio tenha permanecido importante no contexto.

Tonucci e Magalhães (2017, p. 434) consideram que:

[...] o solo urbano situado nos territórios vinculados a esse nexo econômico de alto valor agregado ganha poder de mercado e se torna uma oferta inserida num padrão de concorrência monopolista ainda mais acentuado que anteriormente, ampliando sua capacidade de extração de renda da terra, fundamental no processo de

⁹ HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

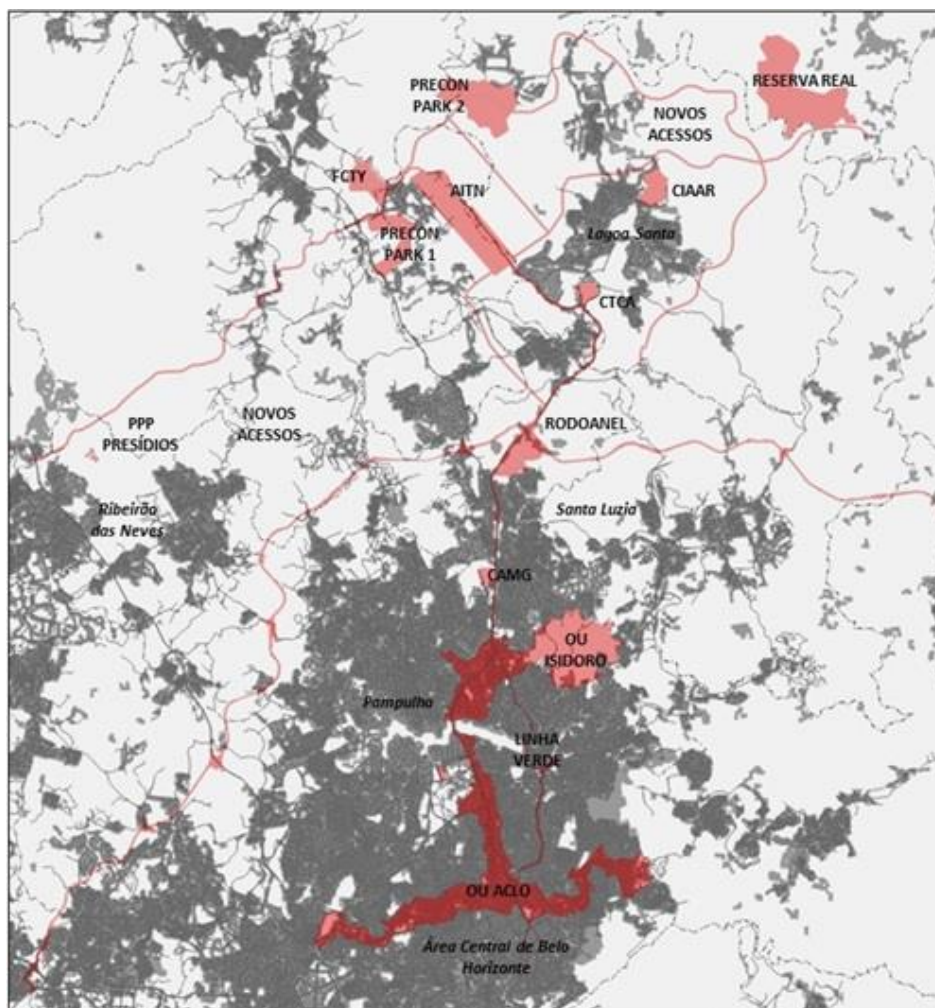
aprofundamento da financeirização do mercado imobiliário – que se torna, ao fim e ao cabo, a financeirização da própria cidade.

Tonucci Filho e Freitas (2020, p. 72) ensinam também que:

Alinhado a esse projeto, em dezembro de 2008, o Governo do Estado contratou a consultoria Jurong Internacional, de Cingapura, para preparar um plano estratégico para a RMBH, orientado pelo conceito da Aerópolis, tal como idealizado pelo consultor norte-americano John Kasarda, que resultou no Plano Macroestrutural do Vetor Norte de 2010.

Morado e Freitas (2017) apresentam o seguinte mapeamento das intervenções no Vetor Norte.

Figura 53: Intervenções no Vetor Norte da Região Metropolitana de BH.



Fonte: Morado e Freitas (2017), com base em Instituto Horizontes (2006, p. 1).

No sentido de clarear a percepção apresentamos, a seguir, breve resumo das intervenções propostas e realizadas na região.

Em 2006, o Instituto Horizontes foi contratado pelo Estado para apresentar o “Programa de Ações Imediatas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável no Vetor

Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte” que apresentava uma visão do Vetor Norte no documento: “RMBH e a coalizão pró-desenvolvimentista do Vetor Norte”, a qual não usaremos nesse trabalho, já a presença do municio de Esmeraldas não faria sentido no presente estudo e não se coaduna com a noção de vetor que adotamos aqui.

O Plano de Ações Imediatas para o Vetor Norte é iniciativa, no nível institucional, do Grupo de Governança Metropolitana, do Programa de Desenvolvimento e Gestão da RMBH. O Plano foi objeto do Termo de Parceria assinado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e o Instituto Horizontes.

A Introdução do documento apresentado pelo Instituto Horizontes (2006) diz:

Dentro dessa visão busca-se com o Programa evitar a repetição de experiências passadas, como a que ocorreu com o Vetor Oeste da RMBH na década de 70, por ocasião de implantação do complexo automotivo da Fiat e de uma série de investimentos em melhorias na malha viária e de transportes. Naquela oportunidade o desenvolvimento desordenado anulou em grande parte os benefícios dos investimentos públicos e privados realizados na região, tendo sido responsável pelo desenvolvimento e formação do mais agudo processo de reprodução de periferias de que se tem notícia, principalmente em Ribeirão das Neves e Ibirité (INSTITUTO HORIZONTES, 2006, p. 13).

O mesmo documento traz uma importante observação a respeito da geologia:

E finalmente temos a questão ambiental que dadas as características peculiares da região, caracterizada pela presença do complexo ambiental do Carste, é imprópria para a ocupação urbana intensiva em função da fragilidade de suas estruturas calcárias, sujeitas à dissolução por drenagens subterrâneas. Sem considerar a importância que a região representa como ativo ambiental, paisagístico, histórico, cultural, turístico e científico em função do seu acervo de grutas, dolinas, lagos naturais, sítios arqueológicos e, principalmente, devido à presença da “Mata Seca”, formação de floresta decidual típica da região, que se desenvolve nos sítios calcários com deficiências hídricas e que tem como característica principal o desfolhamento da maioria das árvores na estação seca (INSTITUTO HORIZONTES, 2006, p. 14).

A publicação da Imóveis Domínio (2013), na internet traz a observação, que nos parece de natureza técnica à do trabalho feito pelo instituto citado:

O Instituto Horizontes há uns 5 anos fez um estudo sobre o desenvolvimento do Vetor Norte para o Governo de Minas gerais para facilitar um plano de ações imediatas para o vetor norte. A rigor, o plano de ações imediatas considera as seguintes dimensões na abordagem dos processos que ocorrem no vetor norte: A ampliação da acessibilidade local e regional, o Desenvolvimento de

empreendimentos de inovação tecnológica, a preservação de ativos ambientais, culturais e científicos e a gestão compartilhada a ser construída através de processos participativos. A visão de futuro é um referencial importante para a mobilização e ativação de forças sociais e econômicas em torno de metas de desenvolvimento. No caso específico as ações propostas, no que se refere ao controle integrado do uso do solo, não podem prescindir do comprometimento de todos os atores, não só os que licenciam (Prefeituras, Órgãos do Estado e da União) como os que fornecem os serviços básicos (COPASA, CEMIG, DER, GASMIG, EMBRATEL, telefônicas, etc.). Não há como se imaginar um controle do uso do solo sem fiscalização e com as agências públicas implantando serviços em loteamentos ou empreendimentos não licenciados.

Posteriormente, em 2010, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) contrata o “Plano Macroestrutural e Estratégico da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Hub do Corredor Multimodal)” (MINAS GERAIS, 2010), que tem como objeto o entorno direto do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN) e inclui a mesma área do documento do Instituto Horizontes (2006), excluindo apenas o município de Esmeraldas.

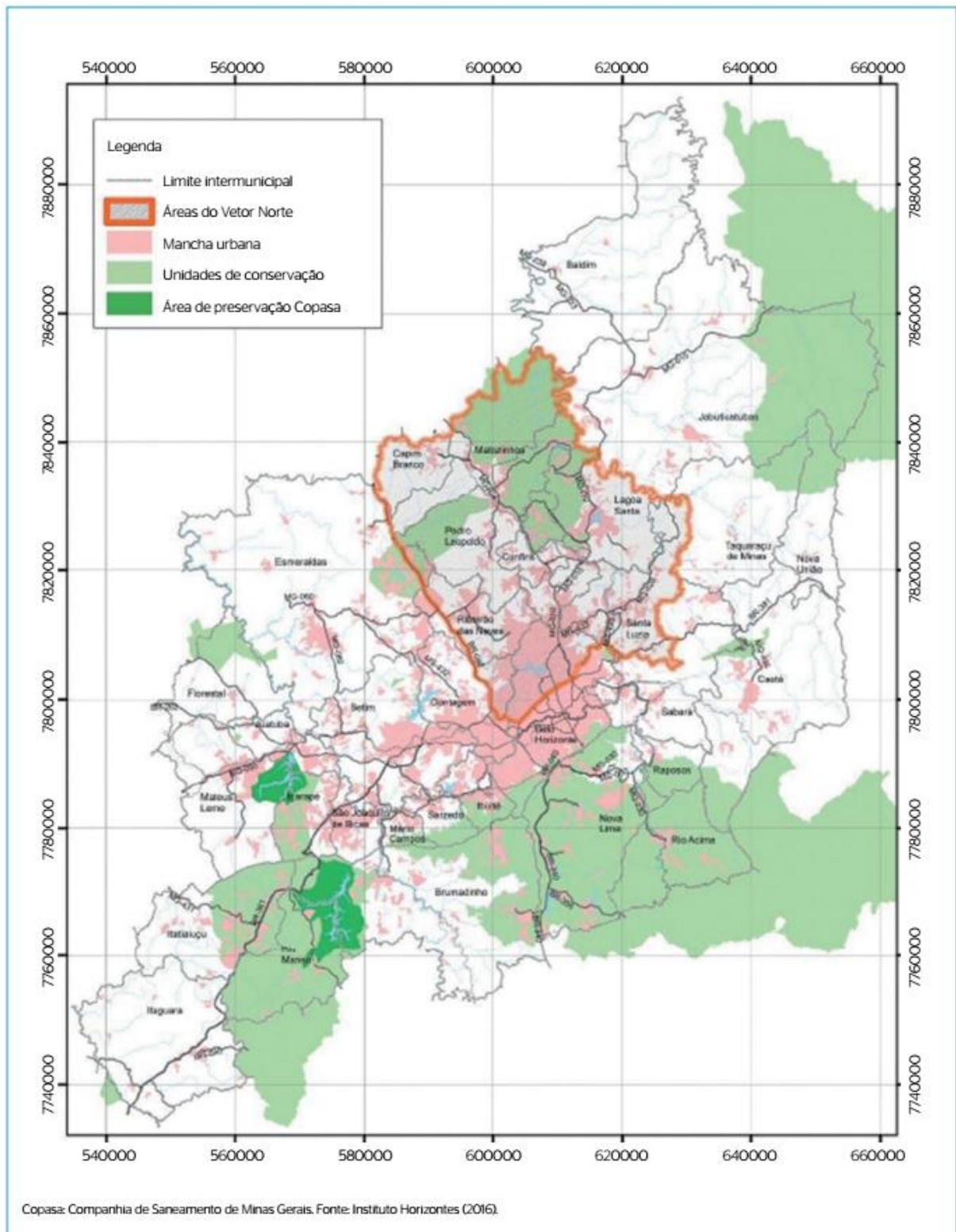
Em 2013, o Estado contratou a elaboração do “Master Plan Econômico RMBH e Entorno” (MINAS GERAIS, 2014), que modificou a área de abrangência dos estudos e propostas que vinham sendo conduzidas, passando a resumir-se entorno do AITN e incluir parte da região oeste e sul.

Um empreendimento importante nesse contexto é construção do trecho norte do rodoanel, projeto já existente e sempre presente no planejamento da malha viária de RMBH, embora tenha apresentado mudanças de traçado e articulações durante os seguidos processos de discussão.

Em 2005, o presidente do Instituto Horizontes, Fernando Furtado, declarou a respeito da questão:

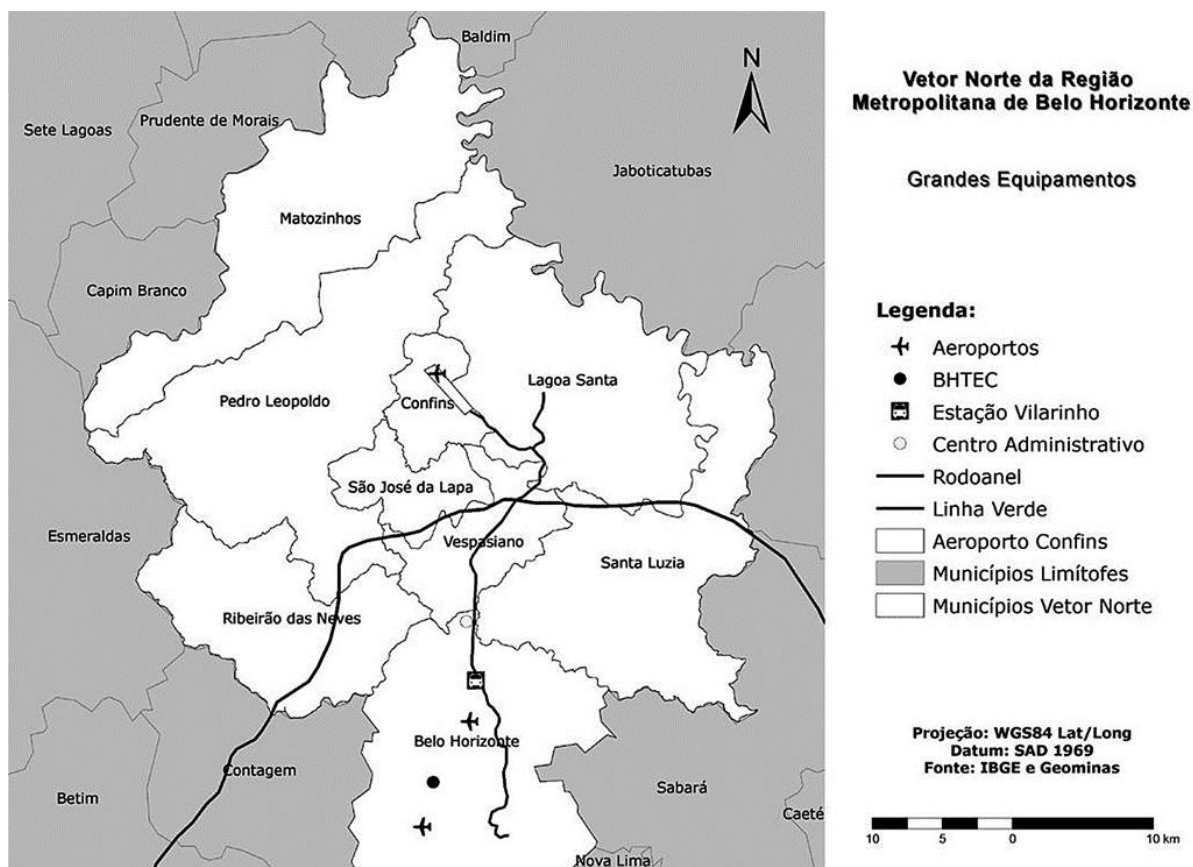
Quando você considera essa região de Confins como polo de desenvolvimento, percebe que tudo aquilo que for gerado naquela região vai precisar, necessariamente, chegar ao Anel Rodoviário, ou seja, quase no Centro da capital, para depois se articular para os grandes eixos de transportes, como São Paulo, Vitória e Brasília. (GRANDE BH..., 2005).

Figura 54: Vetor Norte, Instituto Horizontes.



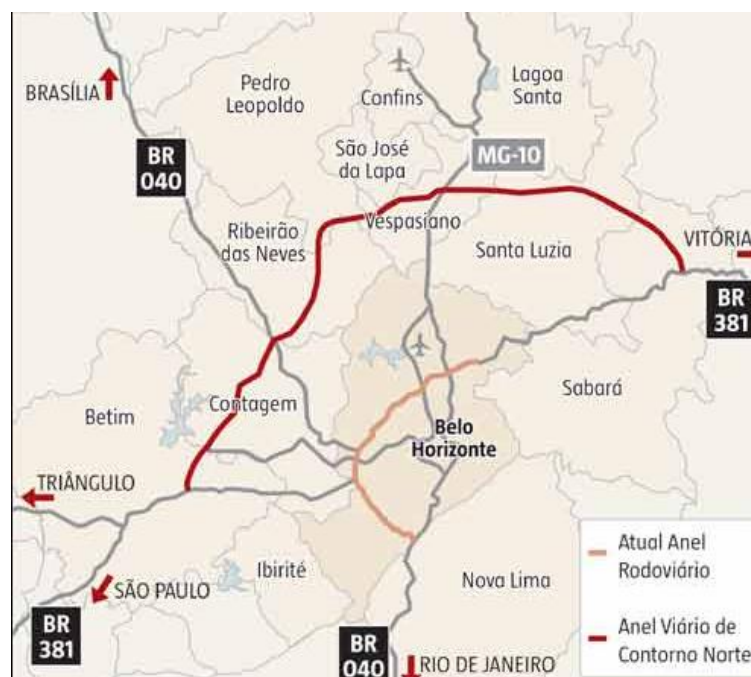
Fonte: Instituto Horizonte (2006, p. 25).

Figura 55: Vetor Norte, Proposta da Jurong Consultores.



Fonte: Minas Gerais (2010).

Figura 56: Rodoanel Norte.



Fonte: Grande... (2005).

Em 2021, o Estado retoma os trabalhos de consulta pública para a contratações de projetos e abertura de Parceria Público-Privada (PPP). O site oficial do Governo do Estado de Minas Gerais na retomada dessas consultas públicas esclarece que serão objeto da intervenção 10 municípios da RMBH: Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Belo Horizonte, apesar de não interceptada, também é um dos municípios diretamente impactados pela diminuição do fluxo de veículos de carga em seus limites (MINAS GERAIS, 2021).

As perspectivas locais em relação ao rodoanel, a nosso ver, são de que parte dos municípios de Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Vespasiano e Santa Luzia possam sofrer mudanças estruturais drásticas capitaneadas por atividades imobiliárias voltadas aos setores industriais e de serviços, bem como da habitação de renda alta e também do adensamento de áreas de menor renda devido a estes municípios estarem inseridos no eixo estruturador do Rodoanel.

Esses não foram os únicos estudos e planos institucionais envolvendo o Vetor Norte. A proposta do PDDI recomenda incentivar a um novo centro metropolitano na região, na intenção de múltiplas centralidades para RMBH.

As propostas institucionais têm fundamentos diferentes e mostram que, no bojo do poder público, a visão do vetor não é consensual, não obstante, a força de agentes envolvidos, sua capacidade de articulação e associação e ao aporte de várias intervenções públicas levam o espaço do vetor à mudanças que alteram o papel na estrutura metropolitana.

Tonucci Filho e Freitas (2020, p. 64) dizem a respeito das novas centralidades propostas no PDDI:

Para o Centro Metropolitano Norte, o PDDI, considerando os inúmeros empreendimentos e intervenções públicas previstas para o vetor norte da RMBH, recomendou a criação de um centro de nível metropolitano capaz de polarizar este território, que hoje abriga grande contingente de população de baixa renda.

[...] O plano recomendou ainda promover a integração deste centro com as demais centralidades através de sua integração à rede de transporte de massa proposta, e com os demais centros urbanos da sua proximidade (Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Confins). Este novo centro deveria também ser dotado de intensa vida urbana e identidade cultural associada ao rico patrimônio arqueológico, histórico e ambiental do Complexo Ambiental e Cultural Carste presente em grande parte do vetor norte.

Pode se observar a identificação do setor imobiliário e outros atores econômicos poderosos na RMBH com as propostas oriundas do Master Plan.

9.2.1 Empreendimentos propostos para o Vetor Norte

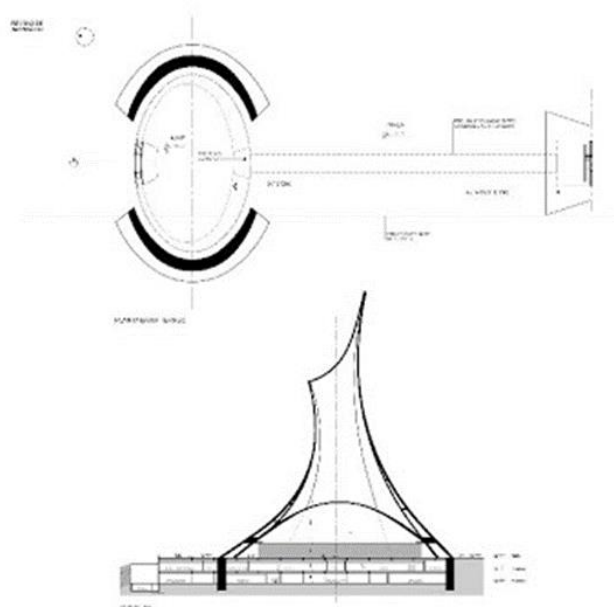
Além das infraestruturas citadas, alguns novos empreendimentos se destacam no vetor.

A Catedral Metropolitana de Belo Horizonte Catedral Cristo Rei, na região da Avenida Cristiano Machado, projeto de Oscar Niemeyer. A seu respeito, o jornal Estado de Minas reproduz a fala arcebispo metropolitano dom Walmor Oliveira de Azevedo:

O patrimônio traz a fé e a religiosidade enraizadas na cultura e na vida do povo mineiro. Um exemplo é a Igreja de São Francisco de Assis, símbolo e coração do complexo arquitetônico da Pampulha, e bem perto está a catedral. Aí está a indicação do nascimento do Circuito Niemeyer, unindo a Pampulha, a Cristo Rei a Cidade Administrativa (também projetada por Niemeyer) pela Avenida Pedro I, passando pelo final da Avenida Cristiano Machado e seguindo pela rodovia MG-10. Trecho que merece ser reconhecido como uma grande avenida com o nome de São João Paulo II. É hora de novas audácias e novos passos pelo bem de Minas e dos mineiros (ÚLTIMA..., 2016).

O que se percebe é que o arcebispo é bem articulado com o pensamento da maior parte dos agentes envolvidos no vetor norte. A catedral, ainda em obras, já está funcionando.

Figura 57: Catedral Metropolitana Cristo Rei.



Fonte: Última... (2016).

Figura 58: Catedral Metropolitana Cristo Rei.



Fonte: Última... (2016).

Outro empreendimento importante é o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Lagoa Santa, responsável pela formação de oficiais da FAB.

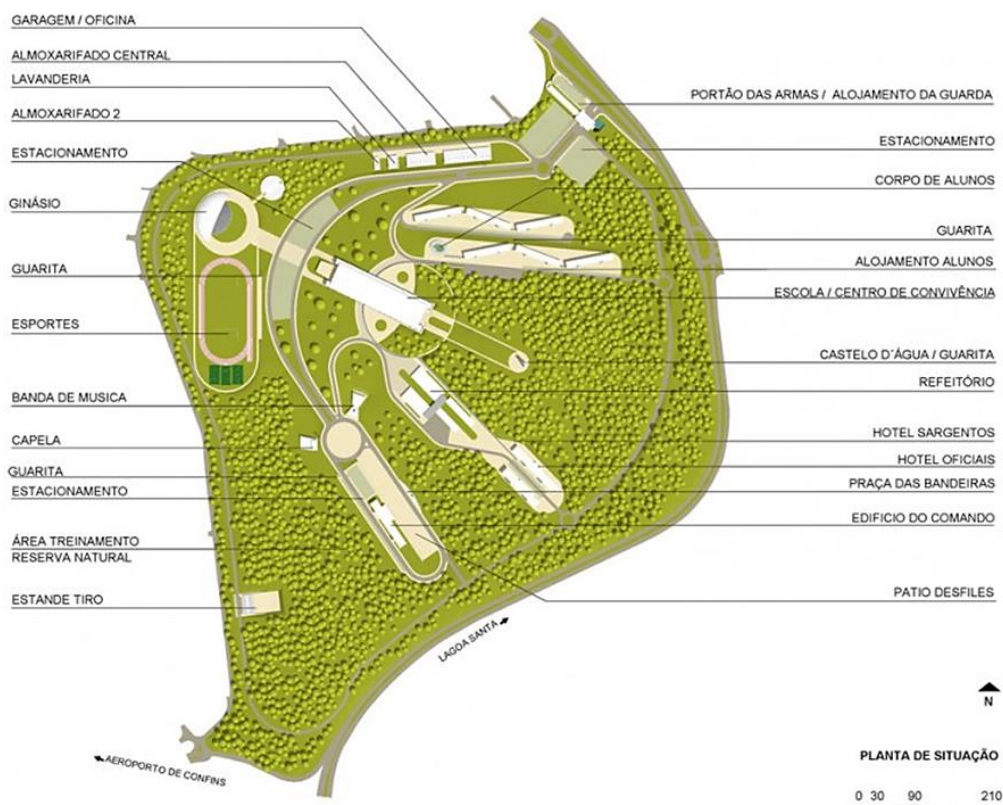
A FAB inaugurou, em 5 de dezembro de 2018, a nova sede do CIAAR, no município de Lagoa Santa, região metropolitana de Belo Horizonte - MG. A unidade, voltada para a formação e adaptação de oficiais, compõe-se de conjunto de edifícios em uma área de 711.000 m².

Figura 59: CIAAR, Lagoa Santa. 2018.



Fonte: Agência Força Aérea (2018).

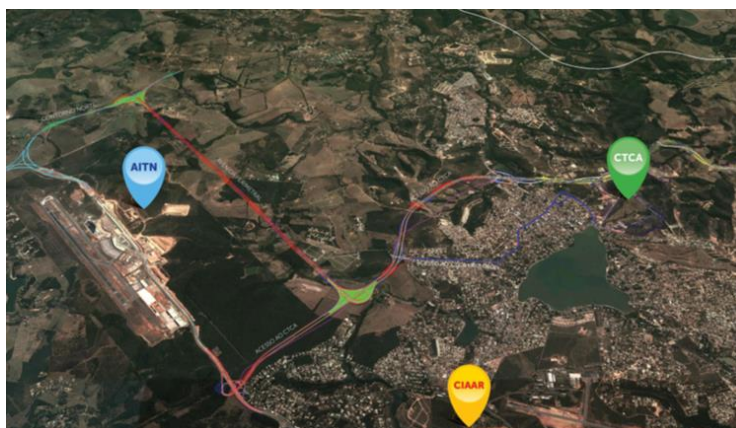
Figura 60: Planta de localização do CIAAR.



Fonte: João Diniz Arquitetura (2020).

Há ainda outro empreendimento ligado à aeronáutica proposto para a região, o Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial de Minas Gerais (CTCA), que seria um complexo destinado ao uso da iniciativa privada dentro do setor aeroespacial e de defesa. No entanto só foi construído um prédio da uma escola, que custou R\$ 14 milhões. Com obras concluídas em 2017, a unidade está fechada desde então. A área onde está localizada a proposta é conhecida como Fazenda da antiga Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBEM).

Figura 61: Localização proposta para o CTCA.



Fonte: Folheto integrante do acervo da autora (2014).

Em 2019, a atual gestão do Estado de Minas Gerais apresentou a seguinte proposta para a área:

A instalação do primeiro laboratório-fábrica de ligas e ímãs de terras raras do Brasil, o LabFabITR, localizado em Lagoa Santa/MG, Região Metropolitana de Belo Horizonte, segue em ritmo acelerado. Após a fase de acabamento, em que se encontra agora o projeto, será realizada a finalização dos trabalhos de obra civil. A previsão é que as obras sejam terminadas até o final de 2019. O empreendimento é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 2020a, p. 2).

Em seu relatório referente de atividades de 2019, a CODEMGE elenca o empreendimento para instalação do laboratório-fábrica de ligas e ímãs de terras raras, o LabFabITR:

Desenvolvido desde 2015, o projeto progrediu em 2019, e a previsão é de que o LabFab seja inaugurado em 2020, com capacidade de produção anual de 23 toneladas e expansão projetada para 100 ton/ano. É uma iniciativa que conecta jazidas, processo sustentável e competitivo, pesquisa e desenvolvimento (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 2020a, p. 2)

O Relatório da CODEMGE apresenta esse empreendimento, no ramo da aeronáutica:

INDÚSTRIA DE AVIAÇÃO E SERVIÇOS S/A - IASA IAS é uma indústria de venda de equipamentos de precisão e prestação de serviços de manutenção no ramo aeronáutico, localizada em São José da Lapa/MG. Recebeu a classificação do Ministério da Defesa brasileiro “EED”, Empresa Estratégica de Defesa. Assim como a HELIBRAS, o aporte na IAS está no âmbito dos incentivos da CODEMGE ao segmento aeroespacial de Minas Gerais e no fortalecimento dessa vertical de desenvolvimento.

A Companhia investiu na IAS R\$ 27 milhões em 2015, participando no capital da empresa com 15%. Registrou o recebimento de dividendos, em 2016, de R\$ 2 milhões, e o recebimento de juros sobre capital próprio de R\$ 339 mil, em 2018, e R\$ 415 mil, em 2019.

A IAS cresceu e se tornou a única empresa autorizada na América Latina a realizar as manutenções nas turbinas dos fabricantes Rolls Royce, Klimov e Pratt & Whitney — esta última realizou em 2019 grande investimento, montando uma estrutura de produção e testes dentro do site da IAS. A empresa tem continuamente ampliado sua qualificação, como, por exemplo, com a certificação recebida em 2019 do órgão regulador da aviação civil chilena (DGAC), permitindo que a IAS realize serviços de manutenção em motores M250 Series e RR300 instaladas em aeronaves homologadas no Chile (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 2020b, p. 28)

Ainda nesse Relatório, a CODEMGE esclarece:

Por meio dos estudos que embasam seu planejamento estratégico, a CODEMGE identificou o segmento aeroespacial como prioritário para Minas Gerais, em virtude de que é um setor sempre na fronteira tecnológica, que gera empregos de alto nível e que compreende atividades industriais que produzem alta agregação de valor. Minas Gerais possui ainda boa base tecnológica, com instituições referência em aeronáutica, como a UFMG e a Universidade Federal de Itajubá (UUNIFEI) (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, 2020b, p. 33)¹⁰

Voltando ao tema da nossa escolha do vetor norte para esse estudo de caso, o conjunto de investimentos no vetor aponta que a dinâmica encontrada nesse eixo justifica nossa escolha dessa região para a investigação acerca dos espaços luminosos e mesmo da relação desses com os espaços opacos. Outro aspecto que apoia nossa escolha é a existência na região de ocupações tradicionais, em boa parte, anteriores à própria região metropolitana, remontando os processos de ocupação iniciais de Minas Gerais.

Assim, a linha Verde, a Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), a ampliação do próprio aeroporto de Confins e a implantação de um polo de serviços a ele ligado, além da implantação de serviços de base tecnológicas na região, trouxeram, como era esperado pelos investidores, uma nova configuração do vetor, que passou a se constituir numa alternativa ao vetor sul.

A implantação do trecho do rodoanel na área norte a articularia ao vetor sul, diminuindo a polaridade entre esses dois vetores, e impactariam também a função da região central da RMBH.

França, Souza e Vargas (2019, p. 80) afirmam que:

No estágio contemporâneo de governança baseada na neoliberalização, a expansão e a desconfiguração da cidade tradicional monocentral coloca em relevo a necessidade de definição das novas morfologias urbanas emergentes. Estas “transcendem a noção do urbano, incorporando reestruturação produtiva e as novas relações do capital, favorecidas pelos avanços no meio técnico-científico-informacional, esboçam a noção de uma metrópole transformada, ou ainda, complexificada.

Núcleos urbanos tradicionais na região tomam novas funções e se incorporam de maneira enfática ao mercado de terras destinado às populações mais ricas e à

¹⁰ Há uma ação do Ministério Público contestando esse empreendimento por considerar a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) empresa de capital misto, desdobrada da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), como ilegítima para a gestão de recursos naturais de interesse estratégico (MINAS GERAIS, 2018).

população que trabalha nas novas atividades, embora, funções tradicionais também sejam mantidas. Observam-se alterações nos preços da terra e no perfil do mercado imobiliário na região, com a participação de investidores mais articulados no país e fora dele, em substituição aos investidores locais que atuavam na região, amplia-se a demanda habitacional envolvendo várias faixas de renda, atendidas de forma diferenciada, ampliando as desigualdades sociais no vetor.

As autoras destacam a importância de se abordar a que tem sido conhecida como a “teoria dos regimes” para uma compreensão da dinâmica urbana atual:

A Teoria dos Regimes Urbanos tem como principal abordagem metodológica a investigação da cooperação entre os setores público e privado através da formação de coalizões, de forma a articular diversos setores e linhas institucionais visando a produção social. Refere-se à análise das relações que se estabelecem a partir de coalizões estabelecidas entre atores governamentais e não-governamentais para a promoção do desenvolvimento econômico, e sob quais condições os diferentes tipos de coalizões governamentais emergem, consolidam-se, tornam-se hegemônicas e se transformam (FRANÇA; SOUZA; VARGAS, 2019, p. 82).

A análise incorporando esse prisma é bastante coerente com o processo em curso no vetor norte, onde identifica-se uma articulação/coalizão entre poder público, entidades privadas, públicas, além de agentes de mercado, com destaque para os imobiliários.

Tonucci e Magalhães observam que:

[...] há também um fortalecimento progressivo de formas de operação e realização do neoliberalismo a partir do Estado nas escalas local e regional – em grande medida a partir do imperativo das chamadas vantagens comparativas e de uma forma de planejamento e gestão em busca de uma suposta eficiência pautada pelos padrões do mercado, logo, abrindo terreno para sua expansão e predomínio (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017, p. 434).

Esse processo, que tem como ponta de lança a consolidação da aerópolis, impacta o vetor norte de forma diferenciada ao que vinha ocorrendo na RMBH, não obstante seja uma tradição o investimento público abrindo espaço para os mercados na região.

Assim, até o comportamento do que poderiam ser os espaços opacos na região se dá de forma diferenciada do que poderíamos observar anteriormente, sendo estes suprimidos, circunscritos ou incorporados como mercadorias culturais, que valorizam, por seu caráter único e peculiar, o mercado imobiliário da região. Capelas, lagoas, saberes populares, festas, patrimônio arqueológico: tudo é assimilado. Se parte da

gruta Lapa Vermelha, Lagoa Santa, décadas atrás virou cimento, provavelmente as restantes componentes do mesmo complexo não serão vendidas como commodities.

Uma aerópolis tende a ser constituir em um não lugar, conceito cunhado na década de 90 pelo antropólogo francês Marc Augé (1994, p. 167), já que as propostas existentes relativas a elas são muito semelhantes, guardando poucas características particulares; podendo estar em muitos outros lugares, em muitos outros países e não apresentem características identitárias, históricas ou relacionais que as diferencie.

Outra observação diz respeito às estratégias de implantação desses investimentos que seriam da mesma natureza dos investimentos efetuados durante a modernidade com forte aporte de recursos do poder público, como por exemplo, Cidade Industrial, Distrito Industrial Camilo Pena, polo metalmeccânico de Contagem e Betim e outros.

Em associação a esses investimentos, em sua maioria públicos, o setor imobiliário alcança grande vigor no vetor, com a implantação de parcelamentos com lotes de áreas superiores a 1.000 m², para possibilitar a destinação de terrenos a condomínios residenciais de alta renda. O mesmo expediente é adotado em Pedro Leopoldo e Sabará, ao definirem altos valores para o tamanho mínimo de lotes, como forma de evitar que seus territórios permaneçam como locus de urbanização de baixa qualidade e ocupação da população de baixa renda. Esse processo imobiliário amplia as diferenças sociais dentro do próprio vetor e na também na RMBH.

Magalhães (2015, p. 120) diz:

O próprio mercado imobiliário situado nos territórios de grande concentração deste circuito do terciário avançado passa a atuar nestes termos, inserindo uma dimensão subjetiva no seu processo produtivo, buscando transformar a imagem dos espaços que constroem de forma a potencializar seu valor agregado.

E mais adiante, ainda na mesma página, completa:

Nisto, cria-se uma canalização de parte substancial do valor adicionado na economia imaterial urbana na direção da remuneração de uma renda da terra potencializada por esta própria base, que por sua vez tem na localização um insumo fundamental e inescapável para sua realização, aumentando o poder de monopólio do landlord rentista (MAGALHÃES, 2015, p. 120).

Em paralelo ao avanço do neoliberalismo em escala ampla, o capitalismo contemporâneo é marcado por uma expansão do setor financeiro e em sua proeminência política em relação a outros setores e grupos de interesse anteriormente mais fortes nos espaços de disputa entre capitais (MAGALHÃES, 2015, p. 127).

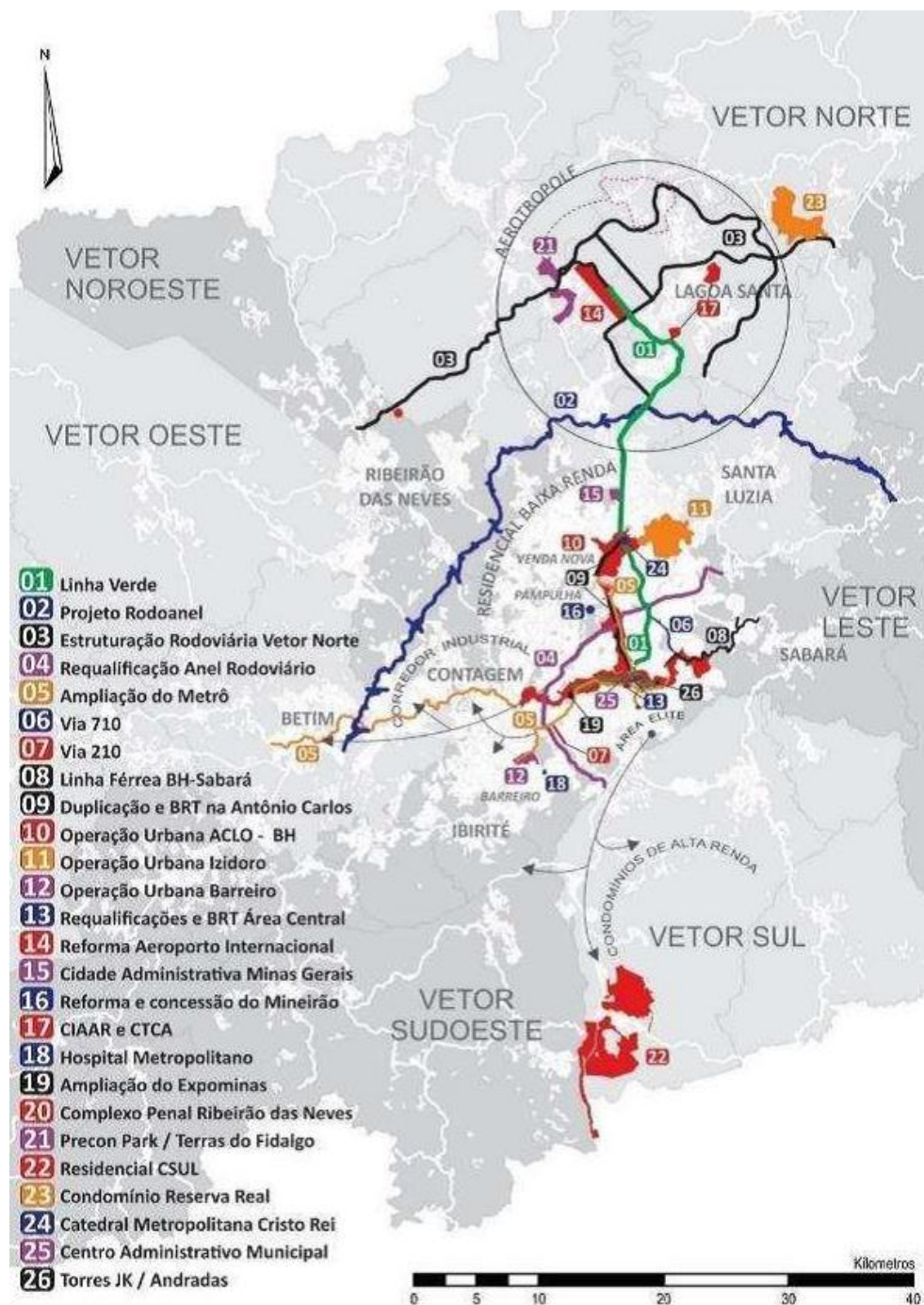
As situações anteriores em que o poder público agia diretamente são substituídas pela conjugação de interesses e, para além disso, pela associação em termos dos investimentos e intervenções entre poder público e agentes políticos e econômicos hegemônicos, traduzindo-se numa descentralização e horizontalidade do processo de produção do espaço, que agora incorpora e articula elementos de diversas escalas, incluindo aquela simbólica de carácter cotidiano, passando a se apropriar também desta, enquanto os fragmenta.

Um mapeamento do conjunto dos investimentos no Vetor Norte pode ser visto na Figura 62, onde se observa a pluralidade de agentes envolvidos no processo de consolidação do vetor.

O espaço do vetor tem se mostrado muito flexível e moldável, daí tomá-lo como possibilidade de abrigar espaços luminosos. Não só o patrimônio urbano e cultural tem sido alterado, justaposto ou substituído, como também o ambiental, já que o ambiente Cársico, onde se localizam a maior parte das áreas antes não ocupadas, está sob enorme pressão pelas novas atividades.

O processo de ocupação recente mostra poucas preocupações em relação às populações tradicionais já residentes na região e no incremento das desigualdades socioeconômicas ali presentes acarretadas pelos processos de metropolização e periferização nele presentes.

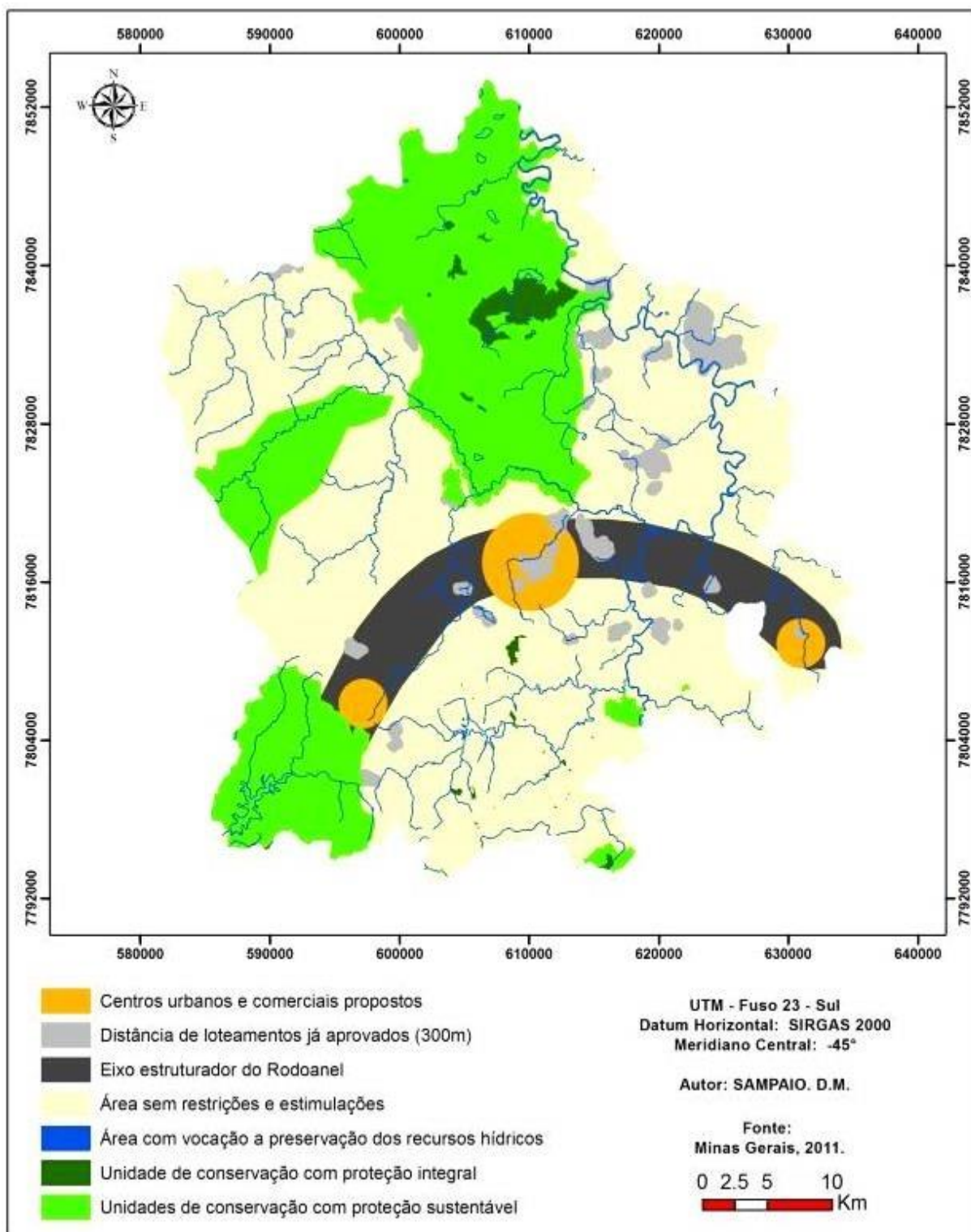
Figura 62: Investimentos no vetor Norte da RMBH.



Fonte: Freitas (2016, p. 143).

Na Figura 63 podemos observar as variáveis restritivas e estimuladoras para a expansão urbana que operam na área. Essas condições coincidem com a evolução atual do processo urbano ainda não saturado.

Figura 63: Variáveis restritivas e estimuladoras para a expansão urbana, Vetor Norte.



Fonte: Sampaio (2014, p. 70).

9.2.2 Patrimônio Ambiental

Para mostrar particularidades e rebatimentos locais da atual dinâmica do vetor com seu processo de ocupar áreas vazias ou adensar áreas ocupadas, será útil uma

breve apresentação do patrimônio cultural e ambiental, que representa um dos grandes riscos desse processo.

Em termos de patrimônio ambiental, causa maior preocupação a área Cárstica¹¹, por sua sensibilidade e também pelo desconhecimento de todos os processos hídricos subterrâneos do relevo até sua confluência com o Rio das Velhas, na Bacia do Rio São Francisco. Como já nos referimos, O Ribeirão da Mata e o Córrego Samambaia são os dois cursos d'água superficiais da poção final do trecho do vetor Norte, aqui considerado.

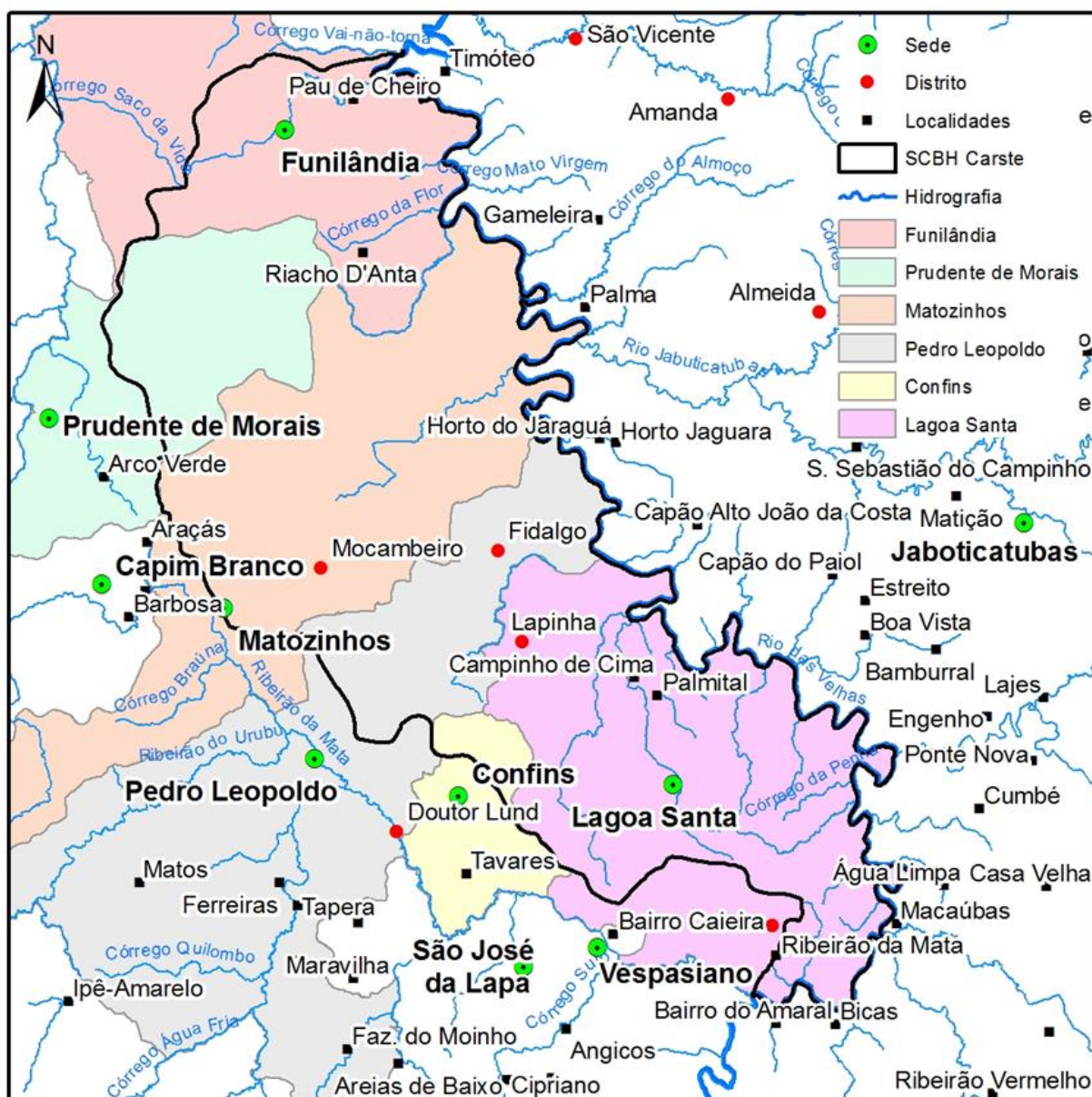
A sub-bacia do Ribeirão da Mata integrante da bacia do Rio das Velhas/São Francisco, localizada ao centro-Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte com uma população de cerca de 950 mil habitantes, a bacia do ribeirão da Mata é composta pelos municípios de Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e São José da Lapa.

A região é muito sensível aos usos antrópicos, tanto em termos da ocupação urbana, como também pela atividade da mineração, que vem há muitas décadas comprometendo seus recursos naturais e culturais.

Em termos dos recursos hídricos, as intervenções antrópicas têm sua amplitude muitas vezes desconhecidas: já os canais subterrâneos do Carste não são totalmente conhecidos e merecem muita atenção dado sua fragilidade.

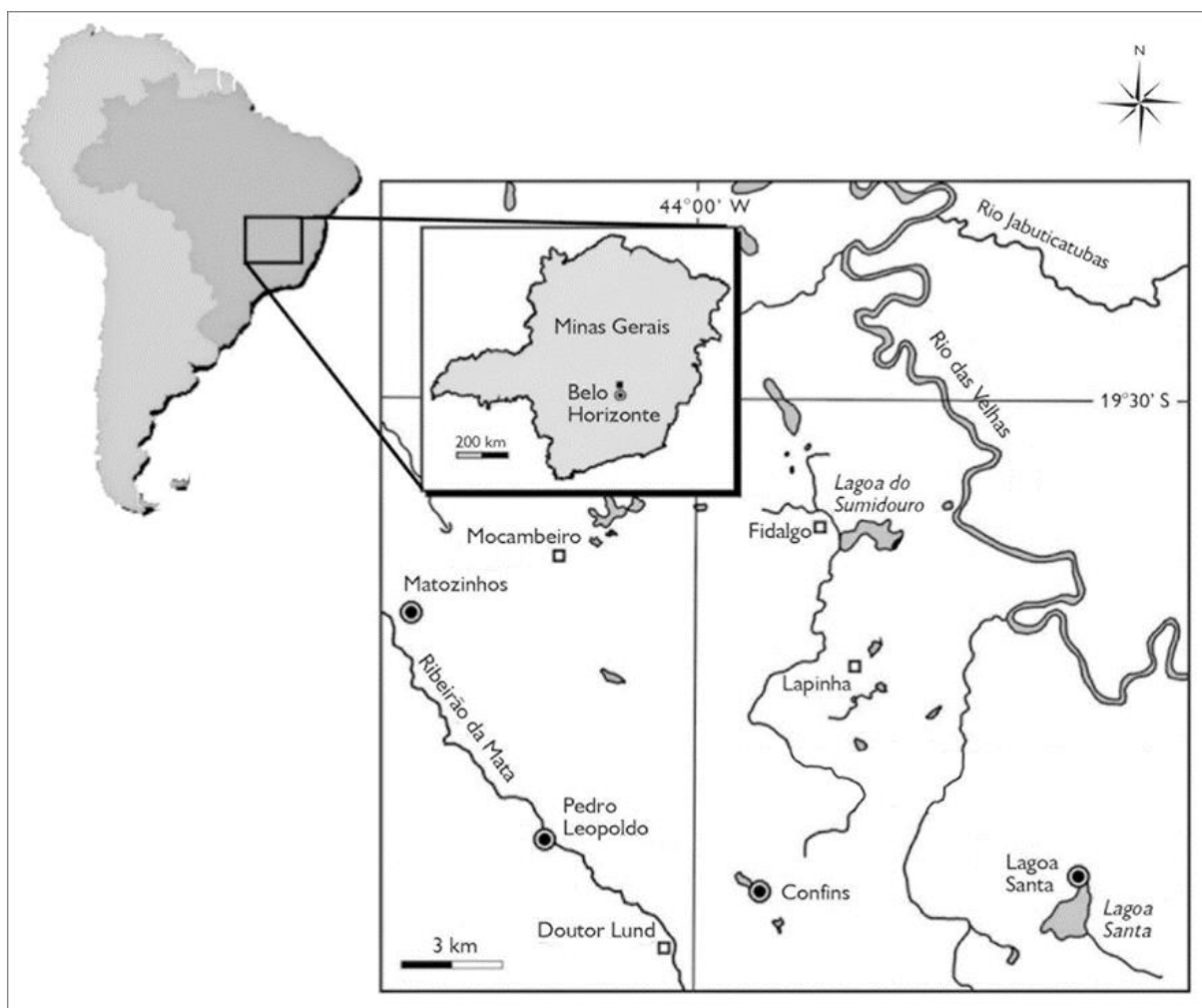
¹¹ O termo "carste" é oriundo da região de Karts, na Iugoslávia, onde pela primeira vez foi estudado esse tipo de relevo. Entretanto, esse mesmo fenômeno é encontrado em Carso (Itália), Causes (França), Altamira (Espanha), Kentucky e Flórida (Estados Unidos) e em muitos outros lugares do mundo. No Brasil, o ambiente cárstico pode ser encontrado principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Ceará e outros (LLADÓ, 1970).

Figura 64: Sub-bacia do Ribeirão da Mata.



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (2013).

Figura 65: Localização da região arqueológica de Lagoa Santa.



Fonte: Gloria, Neves e Hubbe (2017).

Pode-se dizer que a arqueologia brasileira se iniciou no território de Minas Gerais e nessa região, ainda no século XIX, com o naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund, que descobriu os primeiros sítios arqueológicos em Lagoa Santa e Matozinhos, sendo considerado o “Pai da Arqueologia” no Brasil.

A Lapa da Cerca Grande, localizada no município de Matozinhos (distrito de Mocambeiros), foi tombada e inscrita pelo Iphan, em 1962, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. É um maciço calcário que se localiza na região do Rio das Velhas. Em 1837, foi visitada por Lund, que encontrou restos de muitos animais extintos do período Pleistoceno. Uma das grutas apresenta cerca de 100 desenhos rupestres, representando cenas de caça e animais existentes na região (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [20--?], p. 639).

Segundo Marcos S. Campello (2018, p. 23) temos que:

[...] a região carstica de Sete Lagoas – Lagoa Santa foi dividida em duas unidades carbonáticas, da base para o topo: Membro Pedro

Leopoldo e Membro Lagoa Santa. O Membro Pedro Leopoldo é composto por calcários silicosos, com predomínio de calcissiltitos e calcilutitos laminados, com intercalações terrígenas argilosas. Já o Membro Lagoa Santa constitui um pacote de calcarenitos mais homogêneos.

Neste setor, destacam-se os empreendimentos destinados à produção de cimento, cal, construção civil e corretivo de solo, direcionados à exploração principalmente dos calcarenitos do Membro Lagoa Santa. No setor da cal, as minerações Ical e Belocal, situadas no município de São José da Lapa, e EIMCAL em Matozinhos (Figura 8), enquanto que na produção de cimento tem-se a Cimentos Liz, em Lagoa Santa (Figura 9), e Cimento Lafarge, em Pedro Leopoldo. Na produção de cal, material para construção civil e corretivo de solo tem-se como exemplos a Intercement Brasil S.A., em Matozinhos, mineração Lapa Vermelha, em Pedro Leopoldo e Transmita Mineração S.A., instalada em Sete Lagoas. Na produção de brita, tem-se a Mineração Fazenda dos Borges, em Pedro Leopoldo. Ainda no município de Sete Lagoas encontram-se empresas que exploram os calcilutitos silicosos da interface das formações Sete lagoas-Serra de Santa Helena. Dentre essas, está a Mineração Paraíso, que produz as “Pedras portuguesas” destinadas ao calçamento dos passeios.

[...]

Ainda merecem destaque pela produção comercializada de calcário e dolomito as empresas: Agroindustrial Delta de Minas S.A., no município de Sete lagoas, Agrimig Calcário, em Arcos, Holcim (Brasil) S.A. e a Mineração Fazenda. dos Borges, ambas no município de Pedro Leopoldo.

A mineração de calcáreo, tendo a lapa Vermelha como uma das maiores, atuou inicialmente em região hoje pertencente ao município de Confins e trouxe grandes passivos ambientais e culturais à região, dado seu grande porte, falta à época de parâmetros de controle e de proteção institucional.

A Mineração Lapa Vermelha (MLV) iniciou suas atividades no ano de 1967, com o objetivo de explorar a jazida de calcário existente na fazenda Lapa Vermelha, localizada nos municípios Pedro Leopoldo e Confins.

Em 1968, já de posse da Portaria de Lavra, a empresa iniciava suas atividades em área de aproximadamente 400 hectares de superfície própria. Em seguida, instalou-se a primeira unidade de britagem, sendo toda sua produção destinada aos mercados de construção civil e siderurgia (MINERAÇÃO LAPA VERMELHA, 2021).

A mina da Mineração Lapa Vermelha está localizada em uma das mais importantes regiões brasileiras em termos de arqueologia e paisagem cárstica, o “Carste de Lagoa Santa”. Atualmente, devido aos trabalhos de lavra, a área da Mina

Lapa Vermelha¹² encontra-se alterada em relação ao seu aspecto geomorfológico original. Sabe-se que sua extensão compreendia um compartimento rebaixado onde se localizava a caverna Lapa Vermelha de Lagoa Santa. Esta caverna, caracterizada por suas grandes dimensões, foi mapeada, segundo Rubbioli e Auler¹³ (2002 apud SOUZA E SILVA, 2003, p. 9), pelo norueguês Peter Andréas Brandt (SAMPAIO, 2014, p. 41).

9.2.3 Uso do solo e mercado imobiliário

Como já mencionado, as alterações de uso do solo e expansão dos parcelamentos não se deu, em sua maior parte, por substituição de espaços edificadas, mas pela ocupação de espaços vazios, o que gerou uma configuração de mosaico, onde uma situação anterior pode estar ao lado de uma intervenção nova, sem que haja nenhuma relação ou diálogo entre elas. A novas inserções em sua maior parte são segregadoras, excludentes e seu funcionamento se dá intramuros.

A estratégia que orienta o uso do solo e do mercado imobiliário no vetor é a de tomar toda a cidade como espaço de acumulação de capital, numa urbanização extensiva, e no caso, com uma migração rica para as periferias, concentração de riquezas e aumento das desigualdades sociais.

Todos os empreendimentos no vetor têm como objetivo, não só atração e ampliação das atividades econômicas produtivas de base tecnológica de ponta, mas também a dinamização do mercado imobiliário voltado para os setores de renda alta, que é um grande aliado quanto às ações em curso.

Tonucci e Magalhães apontam:

Nisso, o solo urbano situado nos territórios vinculados a esse nexo econômico de alto valor agregado ganha poder de mercado e se torna uma oferta inserida num padrão de concorrência monopolista ainda mais acentuado que anteriormente, ampliando sua capacidade de extração de renda da terra, fundamental no processo de aprofundamento da financeirização do mercado imobiliário – que se

¹² Peter Lund descobriu na Lapa Vermelha e na Gruta do Sumidouro, entre 1835 e 1845, milhares de fósseis de animais extintos da época Pleistoceno – além de 31 crânios humanos em estado fóssil no que passou a ser conhecido como o Homem de Lagoa Santa. A Lapa Vermelha IV, onde foi descoberto o crânio de Luzia é um sítio arqueológico de extrema fragilidade, que requer cuidados que implicam na permissão de visita apenas para pesquisadores autorizados (MINAS GERAIS 4/Lapa-Vermelha).

¹³ RUBBIOLI, E. L.; AULER, A. Peter Andréas Brandt e os levantamentos topográficos das grutas pesquisadas por Lund. *O Carste*, v. 14, n. 1, p. 18-23, jan. 2002.

torna, ao fim e ao cabo, a financeirização da própria cidade (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017, p. 2).

Se do ponto de vista das inovações tecnológicas, as mudanças são existentes, mas não estão consolidadas na amplitude proposta e na inter complementariedade dos processos, no setor imobiliário o avanço foi grande e tem caráter consolidado em muitas regiões.

Importante lembrar que mercado imobiliário tem construído o imaginário da vida urbana ideal a partir da negação do espaço público, enfatizando a qualidade dos condomínios e shoppings, onde se abrigariam as qualidades do espaço a ser usufruída por um grupo pequeno e capaz de pagar por elas.

Em seu site, o Alphaville Minas, em Vespasiano, da empresa do grupo Gafisa ao atendimento do mercado imobiliários de alto padrão, um dos empreendimentos emblemáticos da região, apresenta-se como:

Ocupando uma área de 873.283 m², o Alphaville Minas Gerais foi projeto em cada detalhe para aproveitar o melhor do terreno natural, aliado com toda a qualidade construtiva da Alphaville Urbanismo.

O resultado é um residencial com infraestrutura de qualidade, muitas áreas de lazer e sustentabilidade ambiental (ALPHAVILLE URBANISMO, [2020]).

O grupo Gran Viver, outro empreendedor de grande visibilidade no setor, apresenta no seu site:

O Complexo Gran Park foi cuidadosamente desenvolvido para se tornar um importante agente no desenvolvimento da Centralidade Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O objetivo, desde sua concepção, foi criar um local que pudesse equilibrar residenciais de qualidade, áreas de lazer e convívio comum e ainda áreas para instalação de comércio e indústrias limpas.

Após o lançamento de 4 residenciais fechados no vetor norte, seguindo as diretrizes de uma nova centralidade, a Gran Viver abriu pela primeira vez os lotes para o uso misto. Isso significa que podem ser construídos comércio e residenciais multifamiliares (GRAN VIVER URBANISMO, 2018).

O atraso na implantação do rodoanel impediu a boa articulação do vetor norte ao sul e a eixos rodoviários importantes, trazendo também frustrações em relação à consolidação do conjunto de projetos propostos para a área.

Assim, há hoje, uma defasagem entre as possibilidades tecnológicas vislumbradas e o mercado imobiliário, o que pode reforçar a função dormitório para

populações de renda alta na região, com a expulsão das populações de rendas média baixa e baixa atualmente residentes na região, ampliando desigualdades sociais, bem como ampliando movimentos pendulares de deslocamentos das pessoas aí residentes, comprometendo as redes viárias e de transportes.

Ensinam Couto e Mendes (2020, p. 59):

A desigualdade na forma de produzir o espaço, tomando como premissa a participação conjunta de diferentes agentes sociais sobre os processos espaciais de valorização do preço da terra urbana, tem culminado na promoção e surgimentos de espaços periféricos homogêneos e fragmentados do contexto urbano, que hierarquiza a condição de existência da vida e de cidadania.

Os motivos dessa defasagem são amplos e complexos, implicando variáveis nacionais, internacionais, bem como as regionais e locais. Embora desafiador, não cabe nesse trabalho as análises que clareariam esses cenários.

A situação de pandemia teve um papel relevante no desempenho de setores importantes da economia, diminuindo-lhes o desempenho. Todavia, o setor imobiliário voltado para os mercados de renda alta não se ressentiu nesse contexto, tendendo a manter seu desempenho.

Nas situações em que o processo histórico resultou em práticas de espoliação, a lógica instrumental neoliberal ganha mais força e tende a agravar as desigualdades sociais. Assim, os efeitos produzidos pela pandemia adquirem impactos diferenciados.

Couto e Mendes (2020, p. 57) esclarecem:

- A formação histórica e territorial das diferentes regiões brasileiras, cujas cidades e espaços metropolitanos decorrentes desse processo tendem a expressar certas tendências na produção e organização de seus espaços;
- O nível de inserção das cidades e das aglomerações metropolitanas brasileiras na lógica de produção capitalista nacional e internacional;
- As particularidades e singularidades na produção e organização dos espaços intraurbanos no Brasil.

A pandemia de Covid-19 não significa apenas uma crise do neoliberalismo como modelo econômico, mas é também, ela mesma, uma crise de natureza neoliberal.

As análises publicadas em espaços mantidos por agentes imobiliários são otimistas, como as observações apresentados por um deles:

- A Indústria da Construção continua sua trajetória de crescimento. O índice de nível de atividade mostra aquecimento do setor.

- Os empresários do setor estão otimistas, demonstram intenção no aumento do investimento, e isso aumenta a atividade e empregabilidade do setor. Essa movimentação é incomum para essa época do ano, mas pode ser lida como uma tentativa de recuperar o tempo perdido.
- Setores que fornecem insumos não estão com o crescimento tão acelerado quanto o da construção civil, e isso causa escassez de material e aumento de preço. Este fator pode frear o crescimento atual.
- No entanto, 2021 segue com previsão otimista para o setor (PORTO BELLO ENGENHARIA, 2021).

Outra publicação observa:

Outro dado animador é o aumento do valor de mercado das incorporadoras e construtoras de capital aberto. De acordo com a pesquisa Economática, o valor dessas empresas atingiu um recorde em dezembro de 2019, somando R\$ 42,4 bilhões (NAKAMURA, 2020).

É impossível mensurar os impactos causados pela pandemia do coronavírus na economia brasileira e no mercado imobiliário. Contudo, já é possível traçar um perfil inicial do comportamento do setor.

Em 2019, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil cresceu 1,6% em relação a 2018.

Nos primeiros três meses de 2020, o setor registrou uma queda de 2,4% em comparação com os três meses anteriores. Considerando somente o número de propriedades vendidas, reduziu em 1,2% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

A partir do segundo trimestre, os números começaram a aumentar. Na cidade de São Paulo, foram 161 alvarás para novas obras no período, o que representa uma elevação de 13,4% se comparado com a mesma época do ano anterior.

Esse crescimento não era esperado no início da pandemia, com as medidas de isolamento social e paralização de atividades econômicas, o que na verdade não atingiram os processos de produção no setor (SOTECO EDIFICAÇÕES, 2021)

Em 2020, apesar da crise econômica e sanitária o setor expandiu 26% de acordo com dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

9.3 SEDES MUNICIPAIS E NÚCLEOS URBANOS

Digo sempre a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam as palavras. É justamente por esse impossível que a verdade provém do real. (LACAN, 1993, p. 11).

Antes de iniciar a abordagem desse tópico, gostaríamos de fazer essas observações de inspiração Lacanianas acerca questões das representações como são também abordadas por Lacan e nesse momento do trabalho poderão ser úteis, considerando que opacos e luminosos são metáforas:

- Tomar: a estrutura como “o arranjo de um todo em partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo, que se condicionam mutuamente” (BENVENISTE, 1988, p. 9, v. 1).
- Mostrar: que a metáfora é verificada entre dois significantes, existindo uma substituição, onde na cadeia signifiante um assume o lugar do outro.
- Mostrar que a metáfora é aquilo que está no lugar de outra coisa. A metáfora “[...] indica que é na substituição do signifiante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação” (LACAN, 1998, p. 519).

Embora a ideia de município parecesse, a princípio, menos importante que a de vetor no presente trabalho, o desenvolvimento do tema mostrou a importância de se abordar as sedes municipais envolvidas na análise, pois só nesse recorte que foi possível identificar espaços ligados às culturas tradicionais e principalmente em relação à vivência das comunidades afrodescentes. Se as representações do vetor norte dão conta da frente visível do processo, as sedes municipais abrigariam o avesso, aquilo se oculta, onde estão as linhas soltas, recortadas.

Analisando as narrativas de moradores antigos e o discurso do planejamento e intervenções neoliberais, encontramos grandes conflitos, embora, parte dos desses moradores que se julgam proeminentes no município põem-se de acordo com os novos pactos. Falta-lhes, a nosso ver, a percepção do quanto o protagonismo deles se diluiu frente aos novos atores que não tem sobrenome, nem rosto e movem-se no sentido dos ganhos dos mercados, incluindo os financeiros.

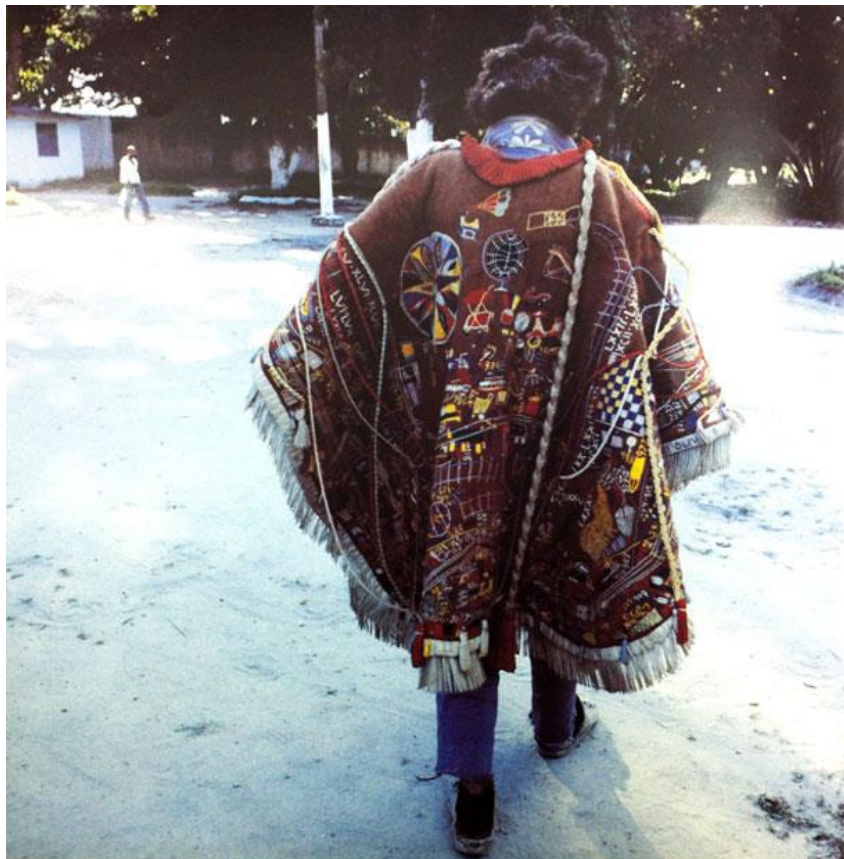
A fala dos moradores antigos abarca as práticas culturais tradicionais, incluindo aquelas das populações afrodescentes, mas a narrativa dos novos atores políticos é totalmente apartada dessa cultura e passado, é como uma refundação da cidade.

Encontramos essas manifestações tradicionais em todos os municípios e em muitas localidades elas mantem um vigor, que só não é maior, pensamos, pelas dificuldades vividas pelas comunidades onde elas ocorrem.

Uma das percepções importantes em relação as culturas tradicionais foi a de que elas formam uma camada, um manto diáfano, por todo o território, esgarçado, na

maior parte das vezes, mas vigoroso no seu conjunto, eloquente em sua persistência. Um manto, cuja metáfora poderia ser tomada do artista Arthur Bispo do Rosário¹⁴

Figura 66: Arthur Bispo vestindo o seu Manto da Apresentação.



Fonte: Firmo (2012).

Em seu peculiar trabalho com fragmento de tecidos, bordados e objetos reciclados unidos por fios e fiapos bordados, memórias que conduzem à narrativa tais como a do Manto da Apresentação, seu talvez seu trabalho mais surpreendente, feito ao longo da vida para a sua chegada ao céu, o manto representa os seus referenciais, do lado de fora imagens e textos de seu universo particular, do lado de dentro, nomes de pessoas queridas, escolhidas,

¹⁴ Arthur Bispo do Rosário: Sua obra consiste numa grande coleção de objetos que ele reuniu, teceu, organizou, classificou, como um grande arquivista que coletava pedaços da vida cotidiana para levá-los à luz, no reino dos céus. Passou quase toda a sua vida em um mesmo lugar: o centro psiquiátrico Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro. Muitos dos objetos que colecionava e organizava criam grupos tipológicos da vida cotidiana – que ele chamava de "vitrinas" –, como se realmente quisesse mostrar para alguém que não nos conhecesse o que usamos para beber, vestir, comer, construir, celebrar. Com as Linhas que desfiava de uniformes e lençóis, Arthur Bispo do Rosário teceu o Manto da apresentação, considerado por muitos a sua obra síntese (MORAIS, 1989).

Esse recorte mais abrangente nos registros como sugerimos, não está feito nos mapas encontrados, nem nos buscadores de pesquisa, onde identificar mesmo um simples nome é uma tarefa árdua, nem sempre bem-sucedida.

Ribeiro et al. (2002, p. 36) colocam a seguinte observação, que nos parece adequada à situação encontrada no sentido da ausência/lacuna percebida:

Assim, a nova fase do capitalismo emerge tanto sob o signo da radicalização da exclusão como sob a pressão de novas contradições sociais, que (re)significam os vínculos passado-presente-futuro(s). Encontra-se em curso, após a quebra das promessas societárias da modernização, uma disputa, latente ou frontal, de projetos, transformadora da leitura dos recursos e de sentidos da existência [...]. A leitura de resistências à opressão e à exclusão impõe o mapeamento analítico de práticas diárias e das táticas de sobrevivência que têm permitido a afirmação de identidades sociais até recentemente ocultadas pelos projetos políticos da modernidade.

Seguem Ribeiro et al. (2002, p. 42):

Hoje, o ponto exato no tempo-espaço – encontrado com apoio em satélites e no GPS (CASTILHO, 1999) – favorece os deslocamentos ágeis exigidos pelos fluxos da economia, pela logística do agir militar estratégico e pelo monitoramento preciso de recursos e de riscos à produtividade.[...] (Esse ponto sem autoria) não contém nem memória nem narrativa.

Em outro texto Ribeiro (2011, p. 8), ensina que:

Realmente, precisa-se de uma nova cartografia, de uma cartografia da ação que inclua as descobertas, e também as mazelas, do cotidiano. Esta cartografia, não necessariamente expressa em mapas, relacionada ao diálogo entre urbanismo e sociologia aqui proposto, deverá enfrentar os desafios epistemológicos da indissociabilidade entre espaço e tempo. [...] Uma cartografia objetiva e subjetiva que não renegue o pequeno, aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância por constituir-se na única resistência possível nos enredos e descaminhos do mapa do medo.

Voltando à obra, os autores afirmam que:

A leitura de resistências à opressão e à exclusão impõe o mapeamento analítico de práticas diárias e das táticas de sobrevivência que têm permitido a afirmação de identidades sociais até recentemente ocultadas pelos projetos políticos da modernidade (RIBEIRO et al., 2002, p. 35).

Seguindo o referido texto os autores apresentam a seguinte consideração:

O olhar predominante da modernidade – aquele que classifica, desenha e conta, mas que sobretudo omite a escuta ou a compreensão de narrativas – renega assim, a não ser por belíssimas exceções, a experiência dos que praticam o espaço; dos que, por imbricações culturais extraordinárias, compõem e engendram o tecido social (RIBEIRO et al., 2002, p. 40).

Foi nesse ponto do trabalho foi necessário organizar as informações apuradas de forma a fazerem um sentido que ultrapassasse o que pudesse ser apenas fragmentos dispersos, mas que pudessem se articular num entendimento mais amplo.

Embora, em muitos casos as comunidades mantenham contato entre si, não há uma organização entre elas, o que se traduz em um nível de fragmentação, isolamento e, em muitos casos, às possibilidades de dissolução das mais frágeis.

As celebrações dessas comunidades afrodescendentes têm o teor semelhante àqueles presentes no Quilombo dos Arturos, e também daquelas citadas na literatura sobre o tema, embora não sejam literalmente repetidas, os santos festejados muitas vezes são diferentes e também a presença do sincretismo com o catolicismo se dê de maneiras diferenciadas. Os recursos materiais das comunidades também são diferenciados, o que se reflete no preparo das festividades.

Um fato que mostra a precariedade, por um lado e, a importância dessas práticas para as comunidades envolvidas foi o roubo da imagem de Nossa Senhora do Rosário subtraída da capela do distrito de Sumidouro em 1981 e apenas recuperada pela comunidade em 2014, num processo longo e tumultuado, que só logrou êxito a partir da condução feita pelo Ministério Público de Minas Gerais, após muitos laudos técnicos, contestações, idas e vindas envolvendo investidores conhecidos nos chamados mercados de arte. Nos mais de 30 anos em que a comunidade foi privada de sua imagem, os eventos denunciaram veementemente o roubo, como nas procissões com o andor vazio: o lugar da ausência, do insubstituível, da violência contra aquele povo.

O processo de fragmentação apresentado pelo vetor teria rompido fronteiras que diferenciariam espaços pós-modernos entre si e em relação à sua inserção nos processos produtivos, principalmente aqueles mais verticalizados e menos dependentes das horizontalidades, levando essa situação ao paroxismo e mesmo, eliminado essas fronteiras ou as tenha tornado mais sutis. Assim, opacidade e luminosidade teriam várias gradações no espaço e, que em alguns casos, não se excluiriam.

Coelho (2015, p. 38) ensina que:

[...] a existência de tecidos contíguos, mas justapostos ou aglutinados, com características morfológicas e sociais semelhantes ou contrastantes, e que não necessariamente estabelecem articulações entre si, é também uma importante característica desse processo a ser considerada para sua definição.

Podemos tomar a situação descrita por Coelho como sendo a fragmentação.

A ideia de estrutura vetorial não se mostrou adequada à amplitude da análise pretendida, assim a ideia da justaposição veio a ser mais apropriada.

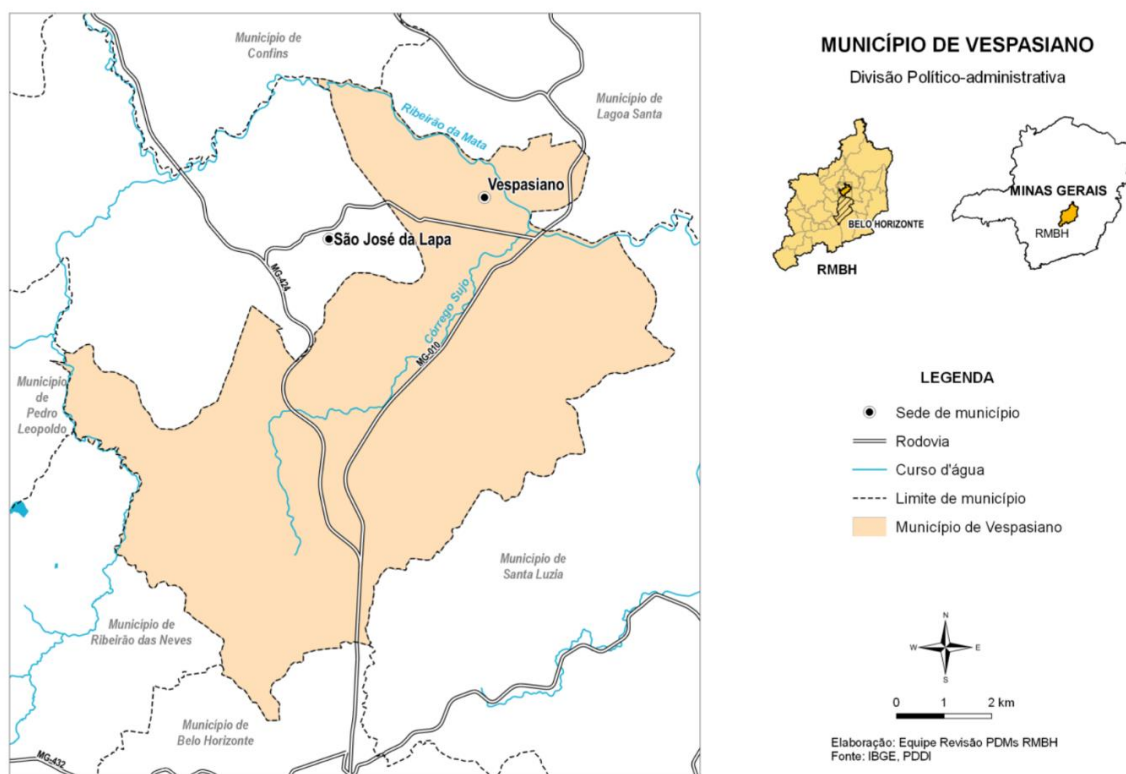
As infraestruturas disponíveis e a importância que tomou a ampliação do mercado imobiliário nos processos de configuração dos espaços tornam as fronteiras mais diluídas, ampliando a abrangência de inserção do processo produtivo, ou de etapas dele, podendo sobrepujar condições locais, ou mesmo incorporá-las, e, inclusive consumi-las.

Santos diz que “As porções territoriais dotadas de informação competem vantajosamente com as que dela não dispõe.” (SANTOS, 1996, p. 194). Isso é verdade considerando-se o sistema global tradicional de produção tecnológica e as possibilidades de inserção neles. Quando consideramos que a cultura e também o mercado da terra são ativos muito valorizados no mercado atual, as condições de competitividade podem se alterar.

O vetor norte, que apresentou maior desenvolvimento, teve nesse desenvolvimento fatores importantes como o investimento público (Cidade Administrativa, sistema viário, entre outros), a presença do complexo tecnológico ligado à presença de Aeroporto de Confins) como também espaços e vazios e recursos naturais consideráveis, além de uma rede de cidades e povoados, em sua maior parte “opacos”, que não ofereceram maiores resistências às mudanças desejadas na configuração de uma nova forma do espaço metropolitano. Estes espaços e seu histórico de ocupação passam a ser analisados e são: Vespasiano, Pedro Leopoldo, Distrito Fidalgo/Sumidouro, Distrito de lagoa de santo Antônio, Distrito de Vera Cruz de Minas, Lagoa Santa, Distrito da Lapinha, Distrito Lagoinha de Fora, Confins, São José da Lapa, Distrito Inácia de Carvalho.

9.3.1 Vespasiano

Figura 67: Município de Vespasiano.



Fonte: Universidade Federal De Minas Gerais (2017c).

Por volta de 1738, instalou-se na região a 1ª Cia. de Ordenança de Minas Gerais e, por volta de 1745, com a chegada dos primeiros mineradores em busca de riquezas, fazendo surgir, desta maneira, o primeiro núcleo habitacional da região.

Na Fazenda do Capão, também de propriedade de D. Marianna Joaquina da Costa, surgiu o Arraial do Capão, que manteve essa denominação até o ano de 1897, onde se localizaram as primeiras casas em terrenos vendidos e doados à futura paróquia. Ao redor do Arraial, expandiram-se fazendas agropecuárias, Fazenda Maçaricos, Angicos, Barreiro e Varginha onde se cultivava a cana-de-açúcar, o milho e o feijão e se criava gado. Mais tarde, desenvolveu-se a indústria de cal (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017a, p. 266).

Em 1969, instalou-se na sede do município, a primeira grande indústria, a Cia. Alterosa de Cervejas (mais tarde ocupada pela Cia. Antártica de Cervejas) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017a, p. 266).

Em 1973, instalou-se a SOEICOM às margens do Ribeirão da Mata. O distrito Industrial “Prof. José Vieira de Mendonça” foi implantado em 1976 e aí se instalaram indústrias de grande e médio porte, como a Mannesmann Demag Ltda., Belgo Mineira

Bekaert Artefatos de Arame Ltda. E mais tarde, a Indústria Gessy Lever Ltda, cujas instalações, hoje, são ocupadas pelo Laboratório Hermes Pardini (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017a, p. 266).

O Conjunto Morro Alto, que faz divisa com Belo Horizonte foi construído em 1979 pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e inicialmente teve dificuldades de comercialização das unidades.

Em 2 de janeiro de 1983, o município de Belo Horizonte foi atingido por fortes enchentes nas margens do Ribeirão Arrudas, a região do Perrela, foi das mais atingidas, com a destruição da maior parte das moradias. Diante de tal calamidade, o governador mineiro e o prefeito de Belo Horizonte propuseram a construção de 2.000 casas em Belo Horizonte para atender aos atingidos pela chuva, com recursos do Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), o que naquele momento mostrou-se inviável dentro dos padrões administrativos e urbanísticos vigentes. Essa dificuldade levou à busca de alternativas. A opção escolhida pelo poder público foi a de transferir os desabrigados para 1.676 unidades não comercializadas do Conjunto Morro Alto. Essa transferência se deu ainda no início de 1983. Esse evento marca fortemente a conurbação urbana naquela região num processo de periferação metropolitana, atualmente modificado pela presença do Centro Administrativo e a Linha Verde, que pressionam essas periferias.

Embora o município já fosse conurbado com Belo Horizonte, como mencionado, foi a implantação de Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, na divisa com Vespasiano, que acentuou essa condição, impactando o município e alterando a tipologia dos parcelamentos e das novas edificações.

No núcleo urbano da sede ainda encontramos parte da sua morfologia inicial e parcelamentos com ocupação mais antiga, com a presença de populações de renda média e baixa. Assim, Vespasiano apresenta certa continuidade de ocupação e alguma unidade de povoamento, pois os bairros que circundam o centro mantêm estreita vinculação com a parte tradicional da cidade, situada às margens do Ribeirão da Mata.

Nestes bairros (Centro, Célvia, Caieiras, Santo Antônio, Názia, Jardim Itaú, Lourdes, Jardim Alterosa, Central Park, Fagundes) permaneceram as tradicionais características e de atendimento ao cotidiano com predomínio de residenciais, centro de pequeno comércio e serviços e centro administrativo (CÂMARA DE VESPASIANO, 2014).

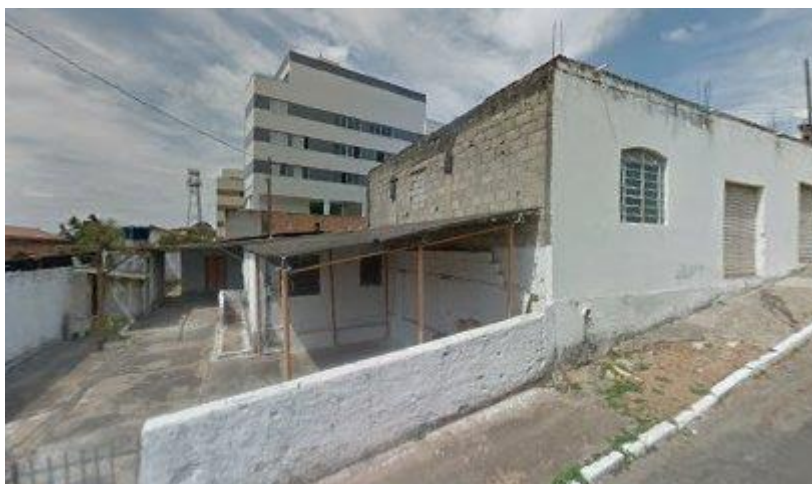
Também aí encontramos algumas manifestações culturais ligadas à essas populações, tais como o Boi da Manta da Fazenda do Barreiro e a Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário, que remonta a década de 1930.

Figura 68: Boi de manta, 2018, Bairro da Glória, Vespasiano.



Fonte: Boi da Manta Vespasiano (2018).

Figura 69: Sede das primeiras Guardas de Congo e da capela de N. Sra do Rosário, Vespasiano.



Fonte: Google (2021).

Figura 70: Marinheiros de São Jorge - Bairro Célvia - Vespasiano, 2016.



Fonte: Machado (2016).

Figura 71: Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário, 2018, Vespasiano.



Fonte: Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário - Vespasiano, Facebook.

Figura 72: Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário, 2018, Vespasiano.



Fonte: Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário - Vespasiano, Facebook.

Figura 73: Associação Guarda Congo de Nossa Senhora do Rosário e Guarda Marinheiros do Divino Espírito Santo, 2018, Vespasiano.



Fonte: Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário - Vespasiano, Facebook.

Uma capela, mantida pela Comunidade Tradicional Congadeira de Vespasiano, foi construída e consagrada à Nossa Senhora do Rosário, pelas famílias de algumas das primeiras guardas de que se tem registro no município. Está Localizada à Rua São Vicente, 169 - bairro Lourdes - Vespasiano MG, antiga residência do sr. José da Assunção, Capitão Carambola, e de sua esposa, sra. Raimunda Joana de Paula, Rainha Perpétua da Guarda Congo Nossa Senhora do Rosário (MAPAS DA CULTURA, 2020).

Relatos de moradores antigos mencionam que a região dos arredores paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, conhecida “Favela”, era ocupada por famílias afrodescendentes oriundas das fazendas do entorno, de quilombos da Serra do Cipó e outras oriundas do período da construção da via férrea e instalação da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), em 1897.

É nessa região que se encontra o Congado de Vespasiano e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, construída nos fundos da residência do Capitão Carambola.

As Guardas de Congado de Vespasiano apresentam conteúdos e calendários semelhantes aos Arturos, porém tem menor número de membros e maior dificuldades financeiras para a realização das festas. A inexistência de um território quilombola unificado que pudesse apoiar e legitimar as práticas também é uma diferença significativa.

Figura 74: Guarda de Moçambique de São Benedito, rua Bahia - bairro Celvia, Vespasiano, 2015.



Fonte: Lara (2015).

Figura 75: Guarda de Marinheiros, Vespasiano, 2017.



Fonte: Guarda de Marinheiro São Jorge (2017).

Os relatos referem-se também a mudanças no padrão da ocupação dos bairros Célvia e Lourdes, que a partir da década de 1980, tem recebido populações de maior renda. Esse processo afetou a comunidade congadeira que desde então viu seu território de devoção diminuir devido à expansão imobiliária e por danos estruturais ao imóvel da capela, em consequência da construção dos imóveis no entorno (MAPAS DA CULTURA, 2020).

As comunidades mais antigas na sede de Vespasiano estão cada vez mais cercadas por novos padrões de ocupação no município e desigualdade social vem se ampliando. Novos parcelamentos como o Condomínio Gran Park, ou Alphaville Vespasiano, empreendimentos articulados com os novos padrões do vetor e a inserção de edificações multifamiliares na malha urbana, configuram uma nova estrutura urbano no município.

É interessante observar a quantidade de “parques” ou “jardins” na denominação de novas ocupações: Jardim Alterosa, Jardim Maria José, Parque Jardim Alterosa, Parque Jardim Itaú, Parque Jardim Encantado, Jardim Daliana, entre outros.

Figura 76: Área Central de Vespasiano.



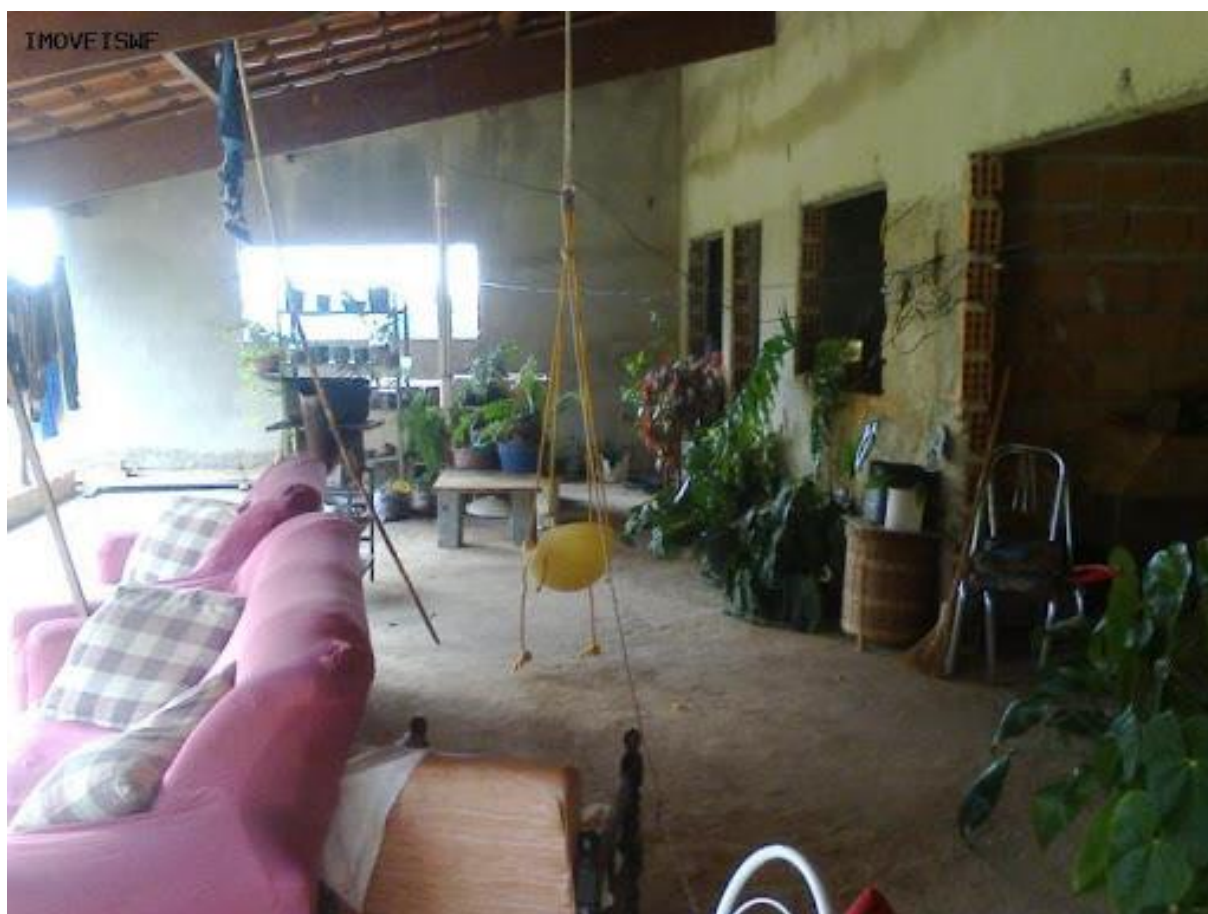
Fonte: Site da Prefeitura Municipal Vespasiano (2020).

Figura 77: Nova Pampulha, Vespasiano.



Fonte: Maxwel de Castro Imóveis (2021).

Figura 78: Casa à venda, Jardim Daliana, Vespasiano.



Fonte: Imóveis WF (2021).

Figura 79: Condomínio Gran Park, Vespasiano.



Fonte: Residencial Gran Park Douro (2022).

Figura 80: Mudança de padrões de ocupação na região impactada pelo Centro Administrativo (Nova Pampulha), Vespasiano.



Fonte: Trovit (2022).

Figura 81: Conjunto Morro Alto e Serra Verde.



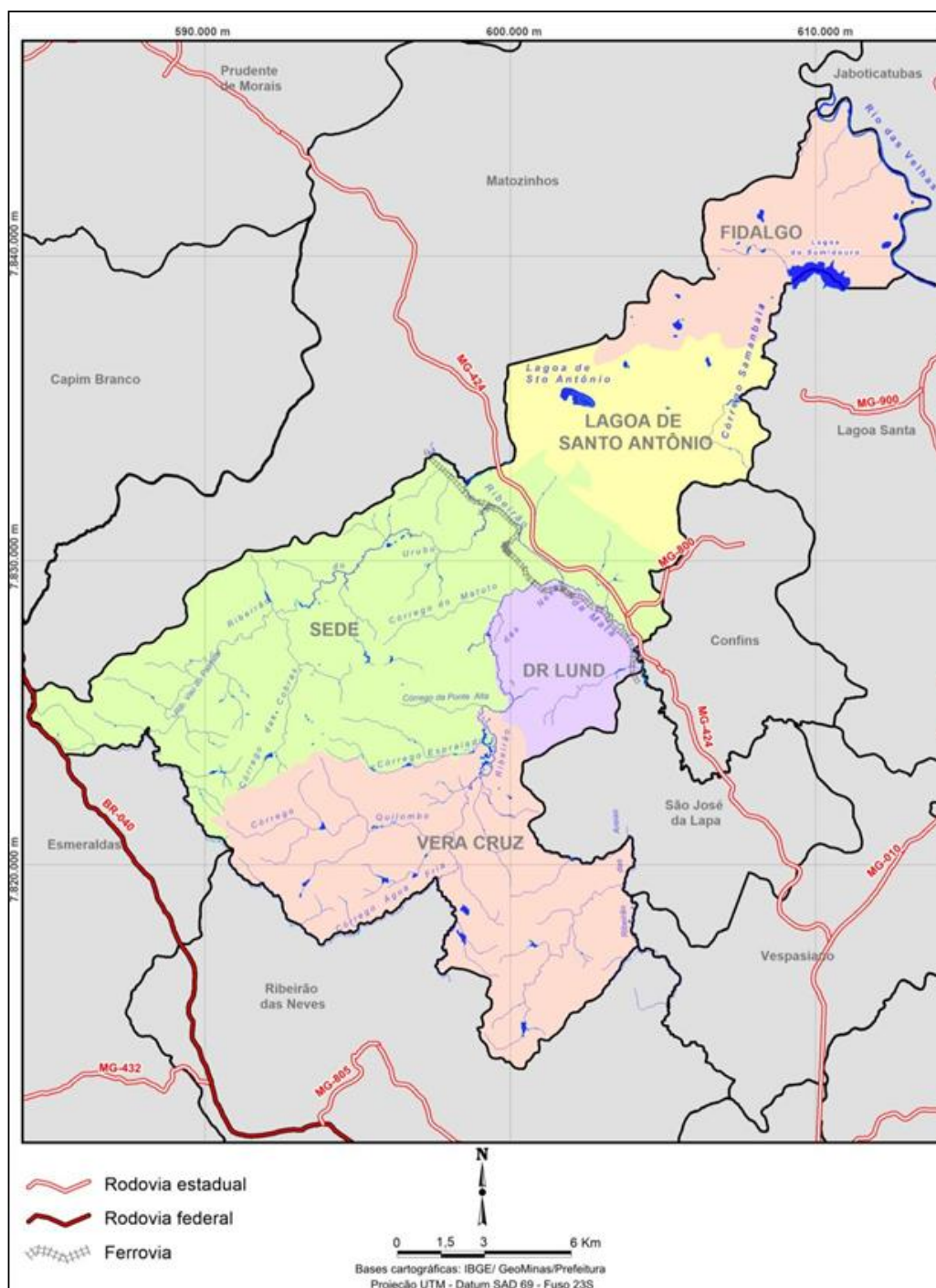
Fonte: Morro Alto (2021).

9.3.2 Pedro Leopoldo

O município é constituído por cinco' distritos: Pedro Leopoldo, Doutor Lund, Fidalgo/ Sumidouro, Lagoa de Santo Antônio e Vera Cruz de Minas.

A região foi uma das primeiras a ser ocupada em Minas Gerais, na Quinta do Sumidouro, está a terceira igreja mais antiga de Minas, a capela de Nossa Senhora do Rosário, erguida pelo bandeirante Fernão Dias, quando aqui morou em 1694.

Figura 82: Município de Pedro Leopoldo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo (2014).

Pedro Leopoldo não teve seu início no ciclo do Ouro, sua economia se baseava nas fazendas que abasteciam áreas mineradoras do centro do estado, como por

exemplo a Fazenda da Jaguará, a maior da região com 600 alqueires (e 700 escravos) e teve seu vínculo decretado por Dona Maria I no final do século XVIII.

Até 1920, quatro anos antes da emancipação, Pedro Leopoldo era parte do distrito de Matozinhos que, por sua vez, pertencia a Santa Luzia.

A estrada para Belo Horizonte foi inaugurada em 1926 e passava pela serra das Aroeiras, via Vera Cruz, Neves, Campanhã e Venda Nova.

Em 1985, inaugurou-se sua primeira indústria, a Fábrica de Tecidos Cachoeira Grande, em torno da qual a cidade passou a girar.

Figura 83: Fábrica de tecidos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo (2022).

Outra atividade importante na região foi a Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo, com 448 hectares, criada na década de 1920 pelo Governo Federal, com o objetivo de dar suporte tecnológico ao avanço da pecuária regional. A fazenda foi ao longo do tempo desativada e passou a alojar, a partir de 1978, o Laboratório Nacional de Referência Animal (LARA), hoje denominado Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais (LANAGRO).

A partir de 1993, passou a ser ocupada pela Escola de Veterinária da UFMG, com o objetivo de utilização do espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão. A regularização fundiária, em fase final, possibilita a proposição de transformar a mesma em um Centro de Produção Sustentável, aberto a visitação pela comunidade. O Centro objetiva recuperar, preservar e disponibilizar o acervo histórico da Fazenda, assim como criar unidades demonstrativas de avanços tecnológicos, tendo como diretriz principal o conceito de produção sustentável, com ênfase na preservação ambiental e uso racional da terra.

Figura 84: Fazenda Modelo Pedro Leopoldo (casa Dr. Joviano).



Fonte: Casa... (2022).

Algumas manifestações culturais do município, que permanecem até hoje, têm sua origem ligada com à fábrica de tecidos e também à Fazenda Modelo.

Por exemplo, em 1924, com a realização da I Exposição Agropecuária do Ministério da Agricultura, no dia 6 de janeiro. evento que aconteceu na Fazenda Modelo foi feita a primeira foto da Corporação Musical Cachoeira Grande, que neste ano de 2021 completa 109 anos. Ela foi fundada em 1912 pelos operários da fábrica de tecidos.

A banda do distrito de Vera Cruz, um ano mais antiga, é de 1911, bem como como o próprio distrito cuja origem remonta à década de 1710, sendo o mais antigo que Pedro Leopoldo, este distrito só passou a pertencer à Pedro Leopoldo, em 1923, antes, fez parte de Sabará e Contagem.

Quanto à Corporação Musical Cachoeira Grande, a maestrina Ana Carolina Pietra (2016, p. 52) observa em sua dissertação: “Atento aqui para o fato de que, a história da banda está fortemente atrelada às práticas das igrejas católicas pelo fato de seu maior contexto de atuação, desde os anos iniciais, ser o centro da cidade”.

A autora diz ainda:

Isso não significa de forma alguma, que a cidade de Pedro Leopoldo seja hegemônica, uma vez que a cultura local sempre foi fortemente marcada pelas atuações das comunidades quilombolas (como em Pimentel) e pelas festas de reisado e congado -inclusive a banda participou, durante a abertura da festa de Nossa Senhora do Rosário, no bairro de Magalhães (PIETRA, 2016, p. 52).

Figura 85: Corporação Musical Cachoeira Grande, 1924.



Fonte: Pietra (2016).

Outro patrimônio cultural da cidade, organizado pelos operários da fábrica foi o Boi da Manta, que saiu pela primeira vez em 1919. O Boi da Manta acontece também nas comunidades de Fidalgo, Quinta do Sumidouro, Lagoa de Santo Antônio, Vera Cruz, Santo Antônio da Barra e Dr. Lund.

Figura 86: Boi da Manta, Pedro Leopoldo.



Fonte: Lamounier (2019).

Figura 87: Vista parcial de Pedro Leopoldo, na década de 70 (família Kuchenbecker).



Fonte: Alves (2020).

A construção da CIMINAS, hoje Lafarge-HOLCIM, a segunda grande cimenteira da cidade, deu-se em 1973, ela seguiu, em duas décadas, à Cauê, consolidando o papel das cimenteiras na economia do município, esse papel perdurou por quase 50 anos.

A chegada da CIMINAS provocou grande transformação na malha urbana e essa forma urbana ainda é forte na cidade.

As mudanças na sede deixam os moradores saudosos, como podemos ver nas observações feitas em blog local: “Pedro Leopoldo já teve Jockey Clube, Campo de Aviação, Concurso Glamour Girl de Minas Gerais, o Complexo Esportivo chamado Cepel com piscina olímpica, entre várias grandiosidades (Aqui PL).”.

Apesar das mudanças no vetor, rua principal é o maior centro comercial de Pedro Leopoldo, embora as atividades estejam se deslocando para outro trecho desta, em relação à área de ocupação inicial da cidade.

Por sua relativa distância em relação à linha Verde, Pedro Leopoldo manteve mais independência em seu núcleo urbano e menor impacto pelas mudanças no vetor, o que tem sido alterado, como mostra a sequência de imagens de luzes apresentada anteriormente e que também pode ser visto na sequência das manchas de evolução urbana.

As manifestações culturais da sede aqui citadas mantem relevância no município, bem como o Quilombo Pimentel, existente há mais de 100 anos.

No início da República Velha estima-se que a população era de três mil negros. A principal atividade das famílias que ali residiam era a agricultura familiar.

As terras do quilombo foram doadas por fazendeiros aos escravos alforriados pela Lei Áurea. Paulo de Paula Nascimento foi um dos escravos que chegados de Angola juntamente com aproximadamente outros que receberam as terras como doação.

Cerca de três mil pessoas já teriam residido no Quilombo Pimentel, que, hoje, tem cerca de 60 famílias confinadas em 2,5 hectares, menor que sua área inicial. Essa comunidade vem sendo assolada por conflitos de terras com seus confrontantes.

A igrejinha do quilombo é uma das construções que resiste até hoje. Antigamente a estrada ligava a região sul do Urubu ao bairro de Santo Antônio da Barra, permitindo maiores conexões que as atuais.

Resende (2020, p. 70) registra o depoimento de um morador que mostra as dificuldades que a comunidade vem passando:

Ser quilombola é uma honra e ao mesmo tempo o pessoal fica como se diz... tem muita gente que não gosta de ser quilombola, de falar que mora no quilombo, acho que eles têm medo de bullying, tem medo de assumir que é quilombola. Agora, tem gente que tem, como ele disse, preconceito de falar que é quilombola, acho que é vergonha. Isso, nós temos, muita gente, mesmo na nossa família.

Figura 88: Capela do quilombo Pimentel.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo.

Em 7 de março de 2010, o quilombo foi certificado pela Fundação Palmares e em 3 de agosto de 2021 iniciou-se a demarcação das terras (FUNDAÇÃO PALMARES, 2016).

Figura 89: Comunidade Quilombola do Pimentel.



Fonte: Centro de Estudos do Trabalho e das Desigualdades (2020).

Figura 90: Comunidade Quilombola do Pimentel.



Fonte: Resende (2020).

Figura 91: Corporação Musical Cachoeira Grande.



Fonte: Perfil da Corporação no Facebook (2017).

Figura 92: Sede Pedro Leopoldo.



Fonte: Lamounier (2019).

Figura 93: BEMO OFFICE, proposto para Pedro Leopoldo.



Fonte: Bemo Office (2018).

9.3.3 Distrito Fidalgo/Sumidouro

Esse é um importante distrito do ponto de vista cultural do município, onde a presença do patrimônio ambiental e cultural se destacam.

Como já mencionamos anteriormente, está localizada aí a terceira igreja mais antiga de Minas, a capela de Nossa Senhora do Rosário, cuja construção é atribuída ao bandeirante Fernão Dias, volta de 1694.

Figura 94: Casa da Quinta do Sumidouro no Distrito de Fidalgo em Pedro Leopoldo - MG.



Fonte: Jablonsky (1958).

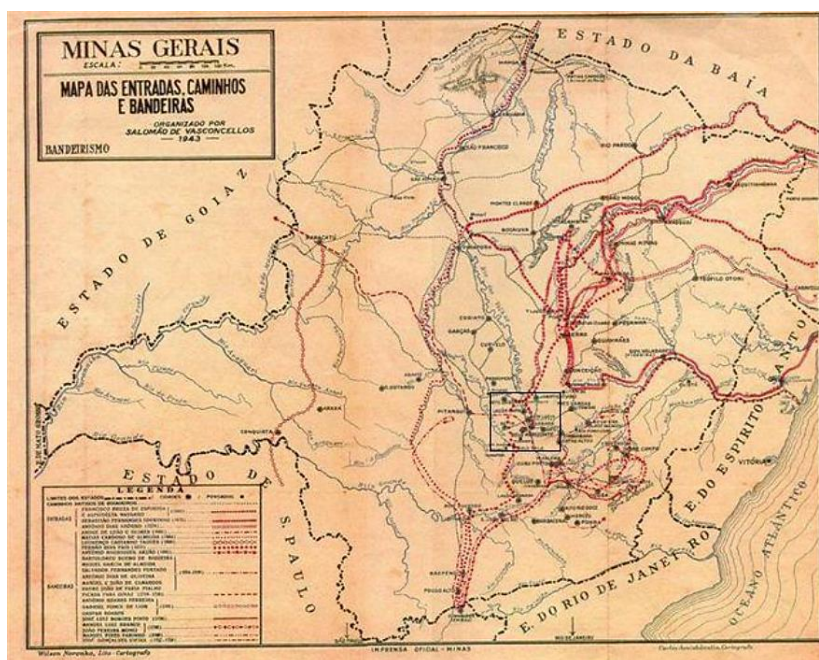
A capela e o conjunto onde se localiza são bens tombados pelo IEPHA:

O tombamento estadual do conjunto histórico da Quinta do Sumidouro foi realizado por meio do decreto estadual n.º 17.729, de 27 de janeiro de 1976, e abrange a Capela de Nossa Senhora do Rosário e a casa e sítio denominados Quinta do Sumidouro. O decreto determinou a inscrição da Capela no Livro de Tombo n.º II — de Belas Artes — e do conjunto inclusive a casa e o terreno da Quinta do Sumidouro no Livro de Tombo n.º III — Histórico, das Obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

Segundo o IEPHA, em seu site oficial:

Fidalgo originalmente era um arraial denominado São João do Sumidouro que, em 1923, foi elevado à condição de distrito de Pedro Leopoldo. Situa-se na rota de exploração dos sertões do sudeste no século XVII, sendo importante também por ter como seu provável fundador o bandeirante Fernão Dias Paes Leme. A capela mantém

Figura 96: Mapa das entradas, caminhos e bandeiras.



Fonte: Vasconcellos (1944, p. 345 apud MENDES, 2009).

Figura 97: Recorte entradas e bandeiras.



Fonte: Mendes (2009).

Esses fatos se dão porque alguns que encontravam em companhia de Fernão Dias passaram a conspirar contra sua vida, sob o comando de José Dias Pais, mameluco, filho natural de Fernão, tal conspiração foi descoberta. Embora tenha perdoado aos outros envolvidos, a seu filho José Dias, Fernão Dias decretou a pena de morte pelo enforcamento.

Mendes relata que

Nesse tempo, o arraial do Sumidouro florescera consideravelmente e, assim, seus habitantes não sofriam carestia de víveres. Na Quinta haviam sido plantadas roças, havia na região caça e pesca abundante, pois se situava às margens do caudaloso Rio das Velhas (MENDES, 2009, p. 47).

Fernão Dias faleceu no arraial da Quinta do Sumidouro, no ano de 1681. O corpo foi embalsamado e enviado a São Paulo para ser sepultado na Capela de São Bento.

Depois da morte de Fernão Dias, seu filho Garcia Rodrigues Paes e tendo a corte enviado o Fidalgo D. Rodrigo de Castelo Branco para fiscalizar e enviar notícias, estabeleceu-se uma grande rixa entre eles, que se desenrolou por um longo tempo.

Mendes (2009) narra que no bojo desse conflito foi marcado um encontro entre eles, ao qual poderiam comparecer apenas Borba Gato e Dom Rodrigo, ambos acompanhados somente de dois pajens, porém:

[...] a discussão não se deu arrazoadamente e, os dois pajens de Borba Gato, sentindo nas palavras de Dom Rodrigo ameaças e insultos, num repente, mataram o enviado do rei a tiros e só não vieram a liquidar também os dois que o acompanhavam por serem detidos pelo genro do governador das esmeraldas. O fato tomou tão grande vulto que a localidade em que se deu o assassinato de Dom Rodrigo ficou conhecida como Alto do Fidalgo, hoje apenas Fidalgo, distrito situado entre a Quinta e o Sumidouro (MENDES, 2009, p. 49).

A região entra para a história marcada por esses acontecimentos, que são relembradas pelos moradores até hoje.

Figura 98: Quinta do Sumidouro e parte do Fidalgo (novo).



Fonte: Imagem Google Maps (2021).

Nessa região não observa o padrão e o ritmo e crescimento da sede, nem do vetor Norte, embora haja algumas ocorrências de parcelamentos nos novos padrões do vetor, a população originária permanece no local e suas práticas culturais tradicionais estão presentes, não com a exuberância dos Arturos, mas de acordo com a capacidade dos moradores, que as financiam. Outra questão, é que, nos Arturos há uma crescente consciência da luta pela reafirmação da cultura afrodescendente, e nessa região, há uma permeabilidade maior em relação à religião católica, e menos consciência histórica da importância das origens. Os ritos mantêm semelhanças.

Em Fidalgo há a Folia de São Sebastião, a Folia do Divino e a Folia de Nossa Senhora do Rosário.

A Imagem de Nossa do Rosário do século XVIII, em madeira policromada, pertencente à Capela de Nossa Senhora do Rosário do distrito foi roubada em 1º de dezembro de 1981, quando foi retirada do último degrau do trono do altar da igreja. Esse fato abalou muito a comunidade envolvida. A imagem foi devolvida quase 30 anos depois, com a intervenção do Ministério Público de Minas Gerais em final de 2014.

Figura 99: Congado Sumidouro.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosario e São Geraldo (2013).

Figura 100: Congado Sumidouro, andor vazio pelo roubo da imagem.



Fonte: EM Jornal (2014).

Figura 101: Matinas, Congado do Sumidouro.



Fonte: Eder Fotos (2012).

Figura 102: Sítio na beira da Lagoa de Fidalgo.



Fonte: Zap Imóveis (2022).

Figura 103: Festa de Nossa Senhora do Rosário, Fidalgo, 2014.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosario e São Geraldo (2014).

O Parque do Sumidouro está em grande parte nesse distrito e parte em Pedro Leopoldo e possui muita importância do ponto de vista natural e cultural, todavia, não será desenvolvido nesse ponto do trabalho, pois já foi abordado anteriormente e estender essa abordagem fugiria do escopo do trabalho.

Figura 104: Lagoa do Sumidouro.



Fonte: Adriano Gambarini (2012).

O Parque Estadual do Sumidouro foi criado no dia 3 de janeiro de 1980, pelo Decreto Estadual nº 20.375 (MINAS GERAIS, 1980a), alterado pelo Decreto nº. 20.598, de 04 de junho de 1980 (MINAS GERAIS, 1980b), e Decreto nº. 44.935 de 03 de novembro de 2008 (MINAS GERAIS, 2008) e definido pela Lei nº 19.998, de 29 de dezembro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011). Possui área total de 2.004 hectares.

Figura 105: Lagoa do Sumidouro e arraial do Fidalgo (novo), ao fundo, 2014.



Fonte: Lagoa... (2014).

9.3.4 Distrito Lagoa de Santo Antônio

A Lagoa de Santo Antônio no distrito do mesmo é uma lagoa cársica de fundo de dolina com variação de seu nível de acordo com o regime hídrico. Está localizada na APA Carste a menos de 5 km do Parque Estadual do Sumidouro. A lagoa tem um

histórico de degradação: três minerações no seu entorno com detonações diárias, uma estrada asfaltada que corta o seu meio, barramento do seu sumidouro e histórico de contaminação de algas cianofíceas.

A região tem organização comunitária bastante combativa.

Figura 106: Lagoa de Santo Antônio, 2012.



— Redes interceptoras dsubmersas dentro da lagoa
 * Estação elevatória local da estação elevatória também sob área inundada

Fonte: ONG Movimento Lagoa Viva – SOS Lagoa Santo Antônio.

Figura 107: Lagoa de Santo Antonio, 2021.



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (2013).

Figura 108: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo, Lagoa de Santo Antônio.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo (2019).

Figura 109: Guarda Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo, Lagoa de Santo Antônio, 2015.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo (2015).

Figura 110: Condomínio na Lagoa de Santo Antônio.



Fonte: Lugar Certo (2022).

9.3.5 Distrito de Vera Cruz de Minas

Enquanto Pedro Leopoldo surgiu na década de 1890, a região de Vera Cruz já era povoada desde a década de 1710.

As Igrejas do Distrito são típicas do período colonial brasileiro, destacando a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Sebastião, essa última construída por escravos. Essas igrejas são referência para as festas Distrito.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário tem a movimentação das guardas congo. Na festa de São Sebastião há a queima de fogos e a missa e procissão, com a presença de visitantes devotos do santo. A carência de registros acerca das manifestações culturais do distrito é admirável visto a importância histórica do mesmo.

As principais atividades econômicas foram, na primeira metade do século XX, o cultivo de milho, feijão, arroz e cana de açúcar, a criação de gado (de leite e de corte) e porcos, eram fabricados na localidade açúcar, rapadura, fubá, farinha de mandioca e cachaça. Essas atividades apresentam hoje pouco vigor.

Figura 111: Igreja Nossa Senhora do Rosário, Vera Cruz de Minas.



Fonte: Vera Cruz de Minas (2022).

Figura 112: Igreja São Sebastião, Vera Cruz de Minas.



Fonte: Igreja... (2022b).

Figura 113: Capela São Vicente de Paula, Vera Cruz de Minas.



Fonte: Capela...(2021).

Figura 114: Congado Vera Cruz de Minas, 2012.



Fonte: Vera Cruz de Minas (2021).

Figura 115: Festa Nossa Senhora do Rosário, Vera Cruz de Minas, 2017.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo (2017).

Figura 116: Festa Nossa Senhora do Rosário, Vera Cruz de Minas, 2017.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo (2017).

Figura 117: Guarda de São Benedito, Vera Cruz de Minas, 2019.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo (2019).

Figura 118: Boi da Manta, Vera Cruz de Minas, 2015.



Fonte: Kelly de Freitas Fotografia, Facebook.

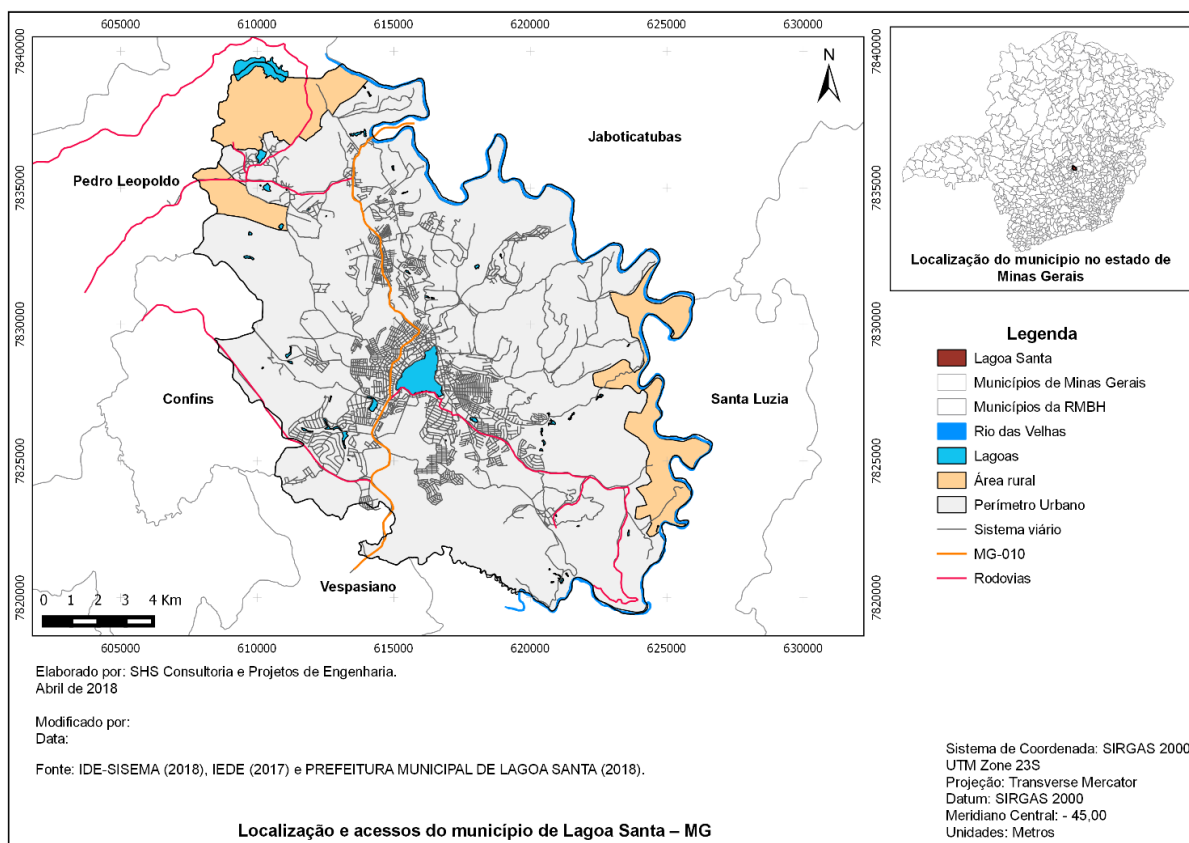
Figura 119: Igreja São João Batista, da localidade Dr. Lund.



Fonte: Igreja... (2022c).

9.3.6 Lagoa Santa

Figura 120: Município de Lagoa Santa.



Fonte: Prefeitura Municipal de Lagoa Santa (2018).

É o município de maior destaque na poção ao norte de vetor, pelos fatores que já foram abordados ao longo do desenvolvimento do trabalho.

O município emancipado em 1938, divide-se em três distritos: Lagoa Santa, Lapinha, e Lagoinha de Fora. Esses distritos são bastante diferenciados entre si, sendo que o da Lapinha tem uma dinâmica mais independente do distrito sede.

A freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Lagoa Santa foi criada em 1823, quando se separou da Freguesia de Santo Antônio da Roça Grande.

A localidade inicial foi fundada em 1733 pelo bandeirante Felipe Rodrigues, quando esse se estabeleceu ali.

Como já foi dito anteriormente, habitaram a região, há mais de 12 mil anos, tribos de caçadores e coletores, cuja espécie ficou conhecida como “o **homem de Lagoa Santa**”, essa ocupação foi primeiramente estudada pelo naturalista e botânico Peter Wilhelm Lund, por volta de 1835.

Figura 121: Lagoa Santa, Lagoa principal, 2013.



Fonte: Câmara Municipal de Lagoa Santa (2013).

É o município de maior destaque na poção ao norte de vetor, pelos fatores que já foram abordados ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Segundo Mendes (2009, p. 55):

A primeira nomeação para a região foi Lagoa Grande, em seguida Lagoa das Congonhas do Sabarabussu. A nomeação atual tem origem na crença do poder das águas da lagoa central da cidade, que possuiria minerais com propriedades de cura. Sendo uma crença popular ou não, no ano de 1749 foi dada a autorização para a

construção de uma capela em louvor à Nossa Senhora dos Remédios e anos mais tarde, em 1819, foi erguida uma capela definitiva em honra de Nossa Senhora da Saúde. No ano de 1750, compareceu ao arraial o então ouvidor de Sabará, Manuel Nunes Velho, para demarcar locais reservados aos arruamentos e os locais para banho na lagoa.

A região de Lagoa Santa não tinha tradição de fazendeiros escravocratas, os descendentes de escravos que ali se estabeleceram vieram de fazendas próximas, e, não há notícias de trabalho escravo em Lagoa Santa, mas ao lado disso, duas Fazendas da região, possuíam senzalas, do Conde Dolabela (Fazenda S. Sebastião) e a Fazenda do Saco (hoje Morada dos Pássaros).

A presença do Dr. Lund e sua equipe, a importância de seu trabalho arqueológico e fato de ter ele vindo a residir no local foi muito importante para o desenvolvimento do núcleo tradicional de Lagoa Santa.

Figura 122: Capela da fazenda São Sebastião.



Fonte: Marilda (2022a).

Lagoa Santa teve sua origem, na região da capela de Nossa Senhora da Conceição, construída no final do século XIX, e tombada pelo município desde 2001.

Essa capela teve uma polêmica envolvendo sua origem, já que não havia documentos que justificasse sua existência, ao que se verificou-, ser a “capela” pertencente à fazenda do bandeirante Felipe Rodrigues, uma capela particular então. Tal igreja, como era denominada, separou-se da fazenda, por direito de passagem para as de terras além do morro do alto da igreja da Conceição. Não tinha documentação legal da servidão de passagem.

Figura 123: Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Morro do Cruzeiro.



Fonte: Igreja... (2022a).

Proprietários destas terras além Morro do Cruzeiro, procuraram melhorá-la, acrescentando-lhe o Cruzeiro. Um dos pontos mais altos da cidade, o cruzeiro deu nome à região que é uma das mais antigas da cidade.

As festividades em honra á Nossa Sra. da Conceição ocorrem ali, todos os anos, em 08 de dezembro.

Figura 124: Largo Matriz Nossa Senhora da Saúde, hoje, Praça Dr. Lund.



Fonte: Marilda (2022b).

A festa da padroeira de Lagoa, Santa Nossa Senhora da Saúde, conhecida como a festa de agosto, iniciou-se em 1823 e ocorre na primeira quinzena do mês de agosto com diversas atividades, como novenas, barraquinhas, jogos, parque de diversão, shows e leilões.

A residência do Dr. Lund, localizava-se nas imediações.

Lagoa Santa tinha apenas 60 casas quando o dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801–1880) chegou e se embrenhou pelas cavernas e grutas da região cárstica. Ele causou logo estranhamento entre a população por colecionar ossos que encontrava enterrados nas lapas – uma prática que, para ele, significava desvendar e revelar ao mundo científico a pré-história do país que escolheu para viver e onde permaneceu por 45 anos, sem nunca voltar à terra natal (WERNECK, 2022).

Há um depoimento importante sobre essa residência e a relação com a população vizinha, Karl H. K. Burmeister (1807-1892), naturalista alemão de grande prestígio no meio acadêmico da época, veio ao Brasil em 1850 e, em 1851, em seu livro “Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”, de 1853, relata:

[...] A 8 de junho, iniciam-se, em Lagoa Santa, os grandes festejos de Nossa Senhora do Rosário. Durante essa festa, o escravo sai, por alguns dias, da situação de oprimido para sentir-se não somente livre, mas também um homem forte a influir nos destinos do mundo. [...] Na casa do Dr. Lund vi a filha do seu mordomo ostentando no pescoço e nos braços correntes de ouro de considerável valor [...] Acompanhado por toda sua corte o ‘Rei’ desfila pela localidade, em solene e alegre procissão, ao som de uma banda de música, com estandartes e cantores, e dirige-se até a igreja, onde recebe a benção do Padre [...] terminando tudo num lauto banquete. [...] Depois a vida entra novamente nos eixos [...] Essa festa, de pouco interesse para os brancos, é de grande importância para os pretos, e nenhum destes aceitaria trabalho em tal período nem que se lhes oferecesse uma fortuna [...] (RIBEIRO, 2020).

A presença do Dr. Lund e de cientistas europeus que pesquisaram a região e mantinham estreita relação com Lund, como Johannes Eugenius Bülow Warming, botânico, que permaneceu aí por três anos como seu secretário, e Ludwig Riedel, botânico alemão que realizou viagens com Lund em 1833 e 1834, foi muito importante tanto cientificamente, como em termos culturais, já que permitiam a interação da sua cultura de origem e a local (WERNECK, 2022).

Figura 125: Casa do Dr. Lund.



Fonte: Riedel (1869).

Lund tinha temperamento nervoso quando se tratava da passagem de gado, perto de sua residência. Então, fez um pedido aos vaqueiros que não passassem em sua porta, ou seja, no largo da matriz, onde residia em modesta casa conforme foto original.

Enviou com o pedido uma pequena quantia, e foi obedecido. Os vaqueiros mudaram a direção do gado (MARILDA, 2009).

Peter Lund faleceu em 1880. Foi sepultado em Cemitério particular, idealizado pelo mesmo, à sombra de dois pequizeiros. Posteriormente, a casa do Dr. Lund foi transformada em escola, conforme seu desejo (MARILDA, 2009).

Figura 126: Banda de música Santa Cecília, data possível 1919.



Fonte: Câmara Municipal de Lagoa Santa.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi construída pelos negros e situava-se na rua Marechal Deodoro, a 50 m do Centro Catequético e a 300m da Matriz de Nossa Senhora da Saúde. É nessa capela que se realizam, atualmente em outubro. As festividades incluem a principal saída das guardas de Congado em Lagoa Santa que acontecem no dia 7 de outubro ou no domingo mais próximo deste dia e festejam-se três Santos: Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito. No encerramento da novena são recebidas várias Guardas de Moçambique, de Congos, de Congo Feminina e Candombés de outras cidades.

Figura 127: Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 2020.



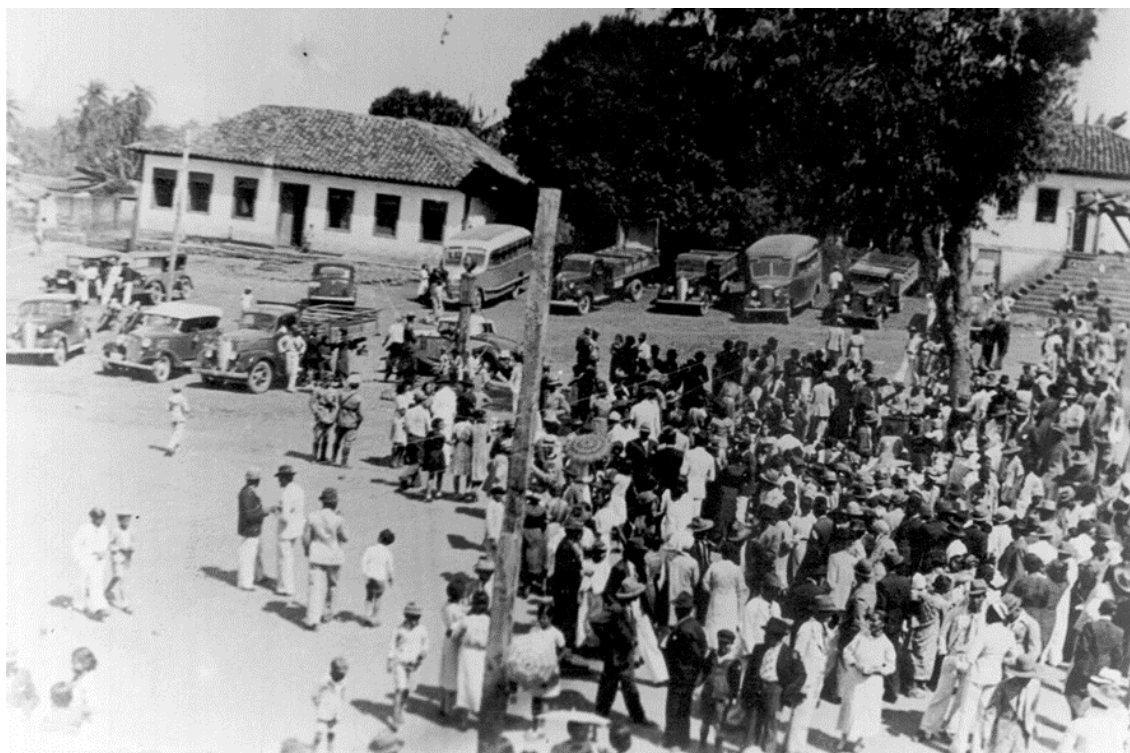
Fonte: Ribeiro (2020).

Figura 128: Missa conga na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 2009.



Fonte: Prefeitura Municipal de Lagoa Santa (2009).

Figura 129: Lagoa Santa - Festa de agosto de 1930.



Fonte: Lagoa Santa (2018).

Um evento do século XX é muito citado por fontes locais e aqui apresentamos a narrativa encontrada no site da prefeitura:

Em meados de 1842 a região de Lagoa Santa foi palco de combates da Revolução Liberal. Nos dias de 4 e 5 de agosto de 1842, no arraial de Lagoa Santa, a força insurgente liberal, resistiu tenazmente ao ataque dos legalistas que, apesar da vantagem numérica e de equipamentos, viram seu comandante Coronel Pacheco ser ferido ao início da batalha. Registros ainda revelam o movimento na cidade de Lagoa Santa “[...]a população apoiava abertamente os rebeldes, ajudando a distribuição de munição, durante as pelejas [...]”. Após o ocorrido, em 6 de agosto, o destacamento que tinha resistido tão bravamente no Arraial de Lagoa Santa se viu obrigado a se dispersar, em função da falta de provisões e reforços. Posteriormente, em 20 de agosto, após a derrota dos liberais na batalha de Santa Luzia, parte das tropas insurgentes se retiram tomando o caminho de Lagoa Santa, o que mostra o engajamento da população na causa liberal. A batalha na região do município se deu a partir dos subúrbios, quintais e, notadamente, na Mata das Jangadas, então nas proximidades da Lagoa Central (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA, 2019).

Entre os eventos culturais do município estão também o Moçambique de Santana celebra Nossa Senhora do Rosário no Centro da cidade e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, no bairro Campinho; contudo, como não há guarda responsável pela festa, geralmente as demais guardas do município participam de sua realização (BELONE, 2017).

A nossa narrativa do período relativo ao século XX até os dias hoje estão descritos em outra parte do presente trabalho, quando abordamos desde as ações do governo Getúlio na região até a nova de abordagem das políticas de investimentos públicos e privados no vetor, que como foi ressaltado anteriormente, sofre grande pressão imobiliária.

Figura 130: Imóvel residencial, posto à venda no Bairro de Lundicéia, 2022.



Fonte: Acervo da autora (2022).

9.3.7 Distrito da Lapinha

A região da Lapinha compreende os bairros da Lapinha e Sangradouro.

As atividades econômicas estão muito vinculadas ao turismo, principalmente devido ao patrimônio espeleológico e às áreas de preservação ambiental.

A Gruta da Lapinha, localizada no distrito da Lapinha em Lagoa Santa, tem circuito aberto à visitação com cerca de 300 metros de extensão, distribuídos em 12

salões que recebem nomes relacionados às características dos espeleotemas que se formam em diferentes partes da caverna.

O Museu da Lapinha, localizado na entrada da Gruta da Lapinha em Lagoa Santa, foi fundado em 1972 por Mihály Bányai a partir dos artefatos coletados, adquiridos e estudado por ele na região (site do Parque).

Atualmente, o Museu possui cerca de 8.000 peças que formam um acervo composto por ossadas humanas, artefatos cerâmicos e líticos, fósseis, minerais e animais taxidermizados.

Além disso, o Rota das Doceiras da Lapinha, onde as doceiras vendem seus produtos é bastante conhecida e revela um aspecto importante da cultura local.

Na segunda quinzena de setembro, a Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário da Lapinha promove os seus festejos.

A região tem sido objeto de parcelamentos voltados à segunda moradia.

Figura 131: Igreja do Rosario - Lapinha



Fonte: Site da Prefeitura Lagoa Santa

Figura 132: Missa Conga, Distrito da Lapinha, 2014.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosário e São Geraldo (2014).

Figura 133: Festa de Nossa Senhora do Rosário - Distrito da Lapinha, 2018.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa (2000).

9.3.8 Distrito Lagoinha de Fora

Quanto ao Distrito de Lagoinha de Fora, bastante integrado à sede, o acesso se dá a partir pela Avenida Getúlio Vargas, contornando a Lagoa Central, por cerca de 2,5 km até alcançar a Rua Conde Dolabela e posteriormente a Rua João Batista.

O distrito tem questões de regularização fundiária, já que os terrenos pertenciam inicialmente às antigas fazendas, muitas de propriedade hoje desconhecida, pertencentes a espólios não regularizados.

9.3.9 Confin

Figura 134: Localização Município de Confin.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

Os municípios de Lagoa Santa e Confin estão intimamente ligados no que diz respeito à sua história. Ambas abrigam rico e diversificado conjunto de lagoas e grutas que guardam resquícios da presença do homem primitivo nos arredores. Ossadas pré-históricas foram retiradas das grutas de Confin, assim como de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo (MENDES, 2009, p. 54).

Figura 135: Quermesse de São José - Confins, sem data.



Fonte: Minas Gerais (.).

Figura 136: Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Confins.



Fonte: Bezerra (2022).

Figura 137: Guarda Conga de Confins, 2013.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosario e São Geraldo (2013).

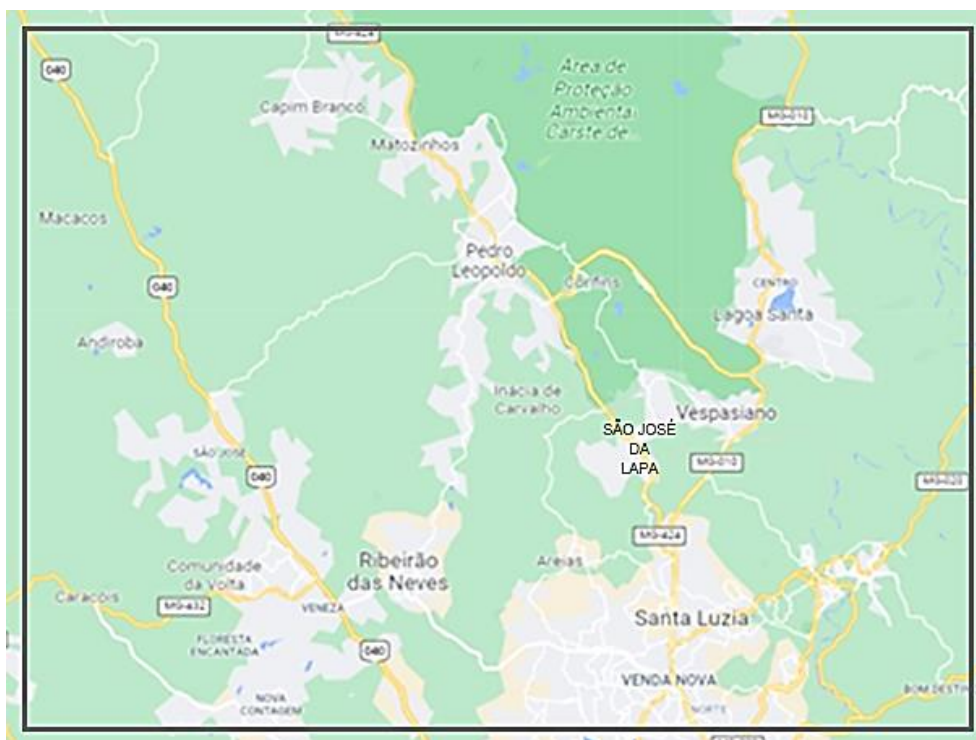
Figura 138: Guarda Conga de Confins, 2013.



Fonte: Guarda de Nossa Senhora do Rosario e São Geraldo (2013).

9.3.10 São José da Lapa

Figura 139: Localização do Município de São José da Lapa.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps em 13/9/2021

São José da Lapa foi emancipado em: 27 de abril de 1992, desmembrando-se do município de Vespasiano, seu nome original era Carrancas, sendo sua história vinculada à de Vespasiano, principalmente ao distrito de Inácia de Carvalho.

A origem do povoado é datada como sendo de 1870, a partir da construção, por Joaquim da Silva Menezes, de uma Capelinha, onde hoje é a Praça Dumas Chalita, no centro do município.

Os familiares do Fundador assinaram o documento de doação do terreno em torno da capelinha ao patrimônio da Igreja São José.

Joaquim de Souza Menezes era casado com Maria Joaquina da Conceição, filha do primeiro proprietário das terras, Manoel Dias da Cunha, a quem essas terras foram dadas pelo rei de Portugal por meio de carta de Sesmaria.

São José da Lapa se desenvolveu muito lentamente dos anos de sua existência e tem, em parte do seu território, atividades de mineração calcárea e também passivos ambientais significativos decorrentes dessas atividades.

A Corporação Musical São José da Lapa foi inaugurada em 23 de maio de 1943 e teve como maestros: Sr. Mário Pereira da Luz, Dumas Chalita e Benvido de Assis.

Figura 140: São José da Lapa.



Fonte: Prefeitura São José da Lapa, Facebook (2021).

Figura 141: Igreja de São José, São José da Lapa, 2021.



Fonte: Prefeitura São José da Lapa, Facebook (2021).

Figura 142: Quermesse na praça em frente à igreja de São Jose, abril 2022.



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 143: Vista de São José da Lapa, 2019.



Fonte: Fraga (2017) (L2F Drones) Vespasiano

Figura 144: Mineração em São José da Lapa, 2017.



Fonte: Fraga (2017) (L2F Drones) Vespasiano.

Figura 145: Vista de São José da Lapa, 2017.



Fonte: Fraga (2017) (L2F Drones) Vespasiano.

Figura 146: Vista de São José da Lapa, 2020.



Fonte: Ricardo Bressano, EM (2020).

Figura 147: Comemoração de Corpus Christi, São José da Lapa, 2022.



Fonte: Paróquia São José (2022).

Figura 148: Festa de Reis, São José da Lapa, 2020.



Fonte: Prefeitura.

9.3.11 Distrito Inácia de Carvalho

Trata-se de um povoado rural, com predominância de atividades agrícolas. Há uma ligação grande entre o distrito e o município de Vespasiano, do qual foi desmembrado em 27 de abril de 1992.

Há poucas citações sobre o distrito e o registro de suas atividades culturais.

Figura 149: Distrito Inácia de Carvalho, 2022.



Fonte: Fabiana Almeida / TV Globo.

Figura 150: Cartaz Cavalgada saindo de Dr. Lund até o distrito de Inácia de Carvalho, 2019.

★ V CAVALGADA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO ★




05/05/2019
SAÍDA DO BAR DO MURILO EM DR. LUND, EM DIREÇÃO A CAPELA DO DIVINO EM INÁCIA DE CARVALHO

★ ABERTURA DO EVENTO COM CUNHA & CAPITÃO

A PARTIR DAS 11:00HORAS

ENTRADA FRANCA

SHOW COM FELIPE SANTOS

TRAGA SUA FAMÍLIA

APOIO
DINHO DE PRETINHO
TRANS BARROSO
FRIGO VITOR "A MARCA DA CARNE"
BETO ALUGUEL DE MESAS E CADEIRAS
RÁDIO LIBERDADE
DEPÓSITO IRMÃOS COSTA
PESQUE PAGUE "LAGOS DOURADOS"
SÍTIO MARISU
EDUARDO COSTA DA RÁDIO ITATIAIA

REALIZAÇÃO
NICODEMOS
CASSIO
SIDNEY

Fonte: Irmandade do Divino Espírito Santo (2019).

10 ESPAÇOS LUMINOSOS E ESPAÇOS OPACOS: COTEJAMENTO DAS DUAS CONDIÇÕES EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

Acerca do conceito de espaços luminosos, tomamos inicialmente as palavras de Ribeiro (2012, p. 66) ponderando que:

Na reflexão deste conceito, é necessário destacar, inicialmente, a longa duração do ideário da iluminação, bastando citar: “a luz da razão”, “à luz da inteligência”; “a luz do espírito”. À luz, associada ao conhecimento, à ciência, à arte superior e à metafísica, se opõe, tanto na religião como na ciência, à escuridão dos sentidos, às pulsões da carne, ao pecado e aos meandros mais ameaçadores da natureza. A luz, refletindo e permitindo o exercício da visão, constitui-se, no caso, na síntese entre técnica e ação subjacente às propostas de evolução.

Opacidade e luminosidade dos espaços não podem ser tomadas como um par antimônico, não são da mesma ordem, podem conviver lado a lado, e podem mesmo se transmutarem um no outro, já que são intimamente ligados às condições culturais e sua plasticidade.

A opacidade pode não ter sua maior dimensão através da inserção na globalidade pela presença pequena ou domínio insuficiente das técnicas mais recentes, mas pode ter essa dimensão através de aspectos da sua cultura. Assim, sua dimensão horizontal e cotidiana, que facilita sua inserção em redes e articulações horizontais, a finalidade imposta de fora, de longe e de cima é também geradora da contrafinalidade, localmente gerada. Esses espaços seriam “o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 1994, p. 93).

Seria outra forma de luminosidade: através de uma possibilidade de visibilidade externa ou vertical. A heterotopia existente entre os Arturos e sua vizinhança, que a princípio poderia prejudicá-los, circunscrevê-los, resulta numa condição que os protege, que os distingue.

Os pares dicotômicos vêm da nossa necessidade de nomear, organizar e dominar, no sentido do conhecimento. Os fenômenos, que assim nos parecem previsíveis e mapeáveis, e poderemos fazer a opção “se comemos o doce ou guardamos o dinheiro”, mas não temos essa opção, esses objetos, essas metáforas não são distintos e nem divisíveis. Não há doce e não há dinheiro, ou melhor, comer o doce não significa não ter o dinheiro, não significa poder comprar o doce, ou que o doce esteja à venda, ou que seja possível comprá-lo. Não significa nem mesmo que

doce seja doce, ou mesmo que exista, enfim são armadilhas que a nossa racionalidade nos faz.

Tomando os Arturos como exemplo, onde estaria sua contrafinalidade?

Para além de suas práticas, de sua herança, de sua continuada renovação do seu legado, de sua capacidade de se inserir nas formas atuais de difusão e comunicação, devemos considerar também particularidades da localização dos Arturos, hoje estratégica na RMBH.

A localização dos Arturos é uma variável importante para a sua visibilidade, característica que outras comunidades da mesma natureza não possuem.

A diferenciação processos de crescimento do vetor norte em relação ao sul o sistema técnico/tecnológico e financeiro hegemônicos, que no momento atual têm capacidade ampliada de se instalar em diversos lugares. Não obstante a existência de processos pré-existentes nesses lugares, rompe a horizontalidade dos espaços onde se instalam, que não se devem exatamente à condição de opacos ou luminosos, mas a condição a que Santos (1996) se refere:

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo (SANTOS, 1996, p. 29).

Outra questão que se coloca nesse momento seria a natureza do luminoso, que a princípio parece nos levar à ideia de que num determinado espaço se reuniriam recursos técnicos inovadores, ou com força para tal, de maneira que pudessem ser aglutinadores em um processo, que se conectado/articulado com a ordem globalizante poderia integrá-la.

À força desse processo poderíamos chamar de luminosidade e ela própria poderia conduzir mudanças em sua forma inicial.

Teríamos então a existência dos recursos iniciais como pré-condição e sua capacidade de aglutinação e conceção com os processos globalizantes como realização de sua luminosidade.

Teríamos a possibilidade e a realização como dois momentos distintos, numa corrida entre possibilidades, onde outras condições da inserção na ordem globalizante seriam tão decisivas para sua realização como a existência de seus recursos iniciais.

A ilha iluminada em meio ao mar escuro é uma fantasia de quando pensávamos que os recursos tecnológicos fossem imediatamente indutores da ação dos capitais

circulantes. Despida essa ilusão, nem podemos identificar nossos processos luminosos com firmeza.

Podemos ver possibilidades, que ensejadas pela forte ação dos poderes públicos aliados com parcelas de investidores privados, nos apresentam as formas mais sedutoras possíveis, e ao cabo e final teremos um espaço realmente modificado pelo capital imobiliário, numa mimese de um processo luminoso.

11 CONCLUSÕES

As conclusões aqui apresentadas são fruto do trabalho feito incluindo todos os percalços acrescentados pela pandemia sanitária desencadeado pelo Covid-19.

Desse percurso resulta a percepção de que não há contornos precisos ao se avaliar se um território seria luminoso ou opaco; há uma gama incontável de situações intermediárias entre esses dois opostos. Além de que, espacialmente, eles podem se mesclar. Assim a divisão que podemos fazer seria mais de caráter funcional e territorial.

A consideração do território é fundamental para essa análise, facilitando, se não contornos precisos, a abrangência dessas condições. Os trabalhos dessa natureza ficam expostos às diferentes concepções autorais e dimensões constitutivas. Optamos por não estabelecer limites lineares, como das dos álbuns de colorir, talvez tenhamos aquarelado esses limites, buscando demonstrar a delicadeza dessas fronteiras e respeitar suas superposições.

A força que o mercado imobiliário adquiriu nas últimas décadas não preserva qualquer território que lhe interesse. Assim as bases culturais e tecnológicas não são suficientes para criar uma fricção que o impeça de se estender. A grande Luminosidade pretendida pelo projeto neoliberal para a área atropela qualquer oposição que pudesse ser representada por possíveis espaços opacos, dada a envergadura e coalização entre interesses articulados pelos atores políticos e econômicos envolvidos no processo.

Tudo é passível de se tornar mercadoria e ser consumido, como também o processo oposto. É possível, diante da descartabilidade das mercadorias, por exemplo, centros históricos são abandonados, mas podem vir a ser vendidos novamente, com uma reabilitação ou requalificação ou uma operação urbana.

Reafirmando o posto anteriormente, não se pode nomear, na RMBH, senão de forma precária, espaços luminosos, pois que estão ligados à existência de uma base tecnológica de ponta, cuja extensão não é de todo estabelecida. Tampouco está dimensionada capacidade estruturas se desenvolverem sem a presença destacada do mercado imobiliário. O mercado imobiliário não é luminoso. Não obstante, o mercado busque mimetizar nos espaços urbanos recentes as características físicas de espaços que aconteceriam pari e passu à produção de base tecnológica. Não se

pode tomar a situação do luminoso como definida, mesmo que em alguns momentos ele se aproxime dessa condição, sem, todavia, tê-la alcançado.

As alterações das noções de tempo ao longo da história são bastante profundas, com rupturas na Renascença, também nos séculos XVIII, XIX e XX, com a revolução industrial e processos de urbanização, modernidade, a pós-modernidade e a atual fragmentação. Essas alterações acompanham as mudanças no modo de produção, tecnologia e poder. O final do século XX e o início do século XXI trazem a multiplicidade de visões, ao mesmo tempo em que a globalização uniformiza espaços e, paradoxalmente, aumenta a distância entre inclusão e exclusão, o que diminui a essa própria multiplicidade.

Não poderíamos deixar de falar da pandemia, já ela mostrou muito claramente a fragilidade das nossas condições urbanas, já que a lógica instrumental neoliberal ganha mais força e tende a agravar as desigualdades sociais. Assim, os efeitos produzidos pela pandemia também ganharam novas feições e projeções, que têm grande influência nos espaços estudados, principalmente no Vetor Norte.

Couto e Mendes (2020, p. 59) asseveram:

A desigualdade na forma de produzir o espaço, tomando como premissa a participação conjunta de diferentes agentes sociais sobre os processos espaciais de valorização do preço da terra urbana, tem culminado na promoção e surgimentos de espaços periféricos homogêneos e fragmentados do contexto urbano, que hierarquiza a condição de existência da vida e de cidadania.

O que seria o luminoso, o veloz, está ao lado da cidade de ninguém, o vetor norte analisado no trabalho mantém, aparentemente, um foco que insiste num por vir “luminoso”, que talvez nunca chegue. Em seus interstícios, sobrevivem pequenos fragmentos de estruturas que já estavam lá, formando agora um caleidoscópio que gira mais lento do que seria desejável em face aos aportes de investimentos feitos ali. Essa metáfora funciona em um contexto em que não há uma correspondência, uma relação biunívoca, ela apresenta a grande possibilidade de desdobramentos. A próxima imagem já tem as peças da qual se moldará, será luminosa? Não sei, excludente, tenho certeza.

Quando da apresentação dos objetivos do presente trabalho, eu formulei algumas questões às quais responderia nas conclusões e aqui estou fazendo isso. Algumas perguntas perderam a importância no caminho de seu desenvolvimento, outras eu não tinha respostas e continuo não tendo, maior parte pode ser respondida.

- O que é o tempo no espaço urbano atual?
- O trabalho mostra o tempo no espaço urbano atual é, de fato, simultâneo e múltiplo, características que já trazia historicamente, mas que foi ampliado pelo processo urbano desde a Renascença.
- O que é simultaneidade no espaço urbano atual?
- Sim, a resposta é vinculada à anterior.
- Há simultaneidade de tempos e espaços na RMBH?
- Sim, a resposta é vinculada às duas anteriores. O desenvolvimento do trabalho aponta para essa conclusão.
- Essa simultaneidade seria explicável pela existência de espaços opaco e espaços luminosos?
- Não, não há conexão entre a simultaneidade e as possibilidades atribuídas aos espaços opacos ou luminosos.
- O que seria um espaço Luminoso?
- O que seria um espaço opaco?

Lembrando Santos (1999, p. 194), territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais seriam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização e são aqueles denominados territórios luminosos. Os espaços onde não se encontram essas características estariam incluídos nos chamados de territórios opacos. Essas duas condições refletem a distribuição desigual dos recursos tecnológicos no espaço global e a capacidade de inserção vertical numa economia globalizada, em contraste com a manutenção de características horizontais, ligadas ao cotidiano.

- Existiriam relações entre espaços luminosos e espaços opacos? Sim, mas não necessariamente uma relação de polaridade e sim a relação existente entre pares de uma estrutura.
- Qual o papel da cultura na formação do espaço urbano atual?
- O trabalho se pergunta ainda se haveria o que poderíamos chamar de Tempo Metropolitano, finito e moldável como o próprio fenômeno metropolitano? Sim, poderíamos dizer que existe um tempo metropolitano, que o dito Espaço Metropolitano é uma acumulação de espaços que sustentam um modo de produção que necessita dessa disponibilidade e simultaneidade de eventos para que possa se realizar, assegurando os interesses da acumulação e da

financeirização. As alterações das formas de produção levam igualmente a alterações dos espaços e de suas inter-relações. Assim, são espaços datados e sua existência está vinculada ao seu adequado funcionamento diante dos interesses hegemônicos de cada momento. Esvaziados os interesses, o sentido metropolitano também o é. A região metropolitana fantasma seria uma enorme periferia, tal qual no filme de ficção científica, já não mais tão ficção.

- Seria o tempo cultural também uma variável formadora da condição metropolitana? Não, o sistema de produção é a principal variável, as outras características advêm daí.
- Seriam as regiões de agitação e fragmentação máximas também regiões que parecem melhor preparadas para sobreviver na globalização? A princípio sim, a se manter a lógica atual da globalização, mas uma valorização das commodities reverteria a atual desvalorização das commodities, que poderiam passar a condição de lastro em transações entre economias. Esse tema se afasta da análise proposta nesse trabalho.
- As afirmativas feitas no tempo presente são verdadeiras quando apontam sentidos para o futuro? Não há certezas nesse sentido, já que as condições globais se encontram em processos rápidos de mudanças significativas, aceleradas pelos eventos de caráter bélico que ocorrem no momento. Inclui-se nesse cenário possíveis alterações de polaridades, com fortes rebatimentos nos sistemas financeiros. Os processos locais, ou seja, horizontais, parecem mais protegidos, bem como as tendências nacionalistas parecem fortalecidas. É precoce essa avaliação, no momento desse trabalho.
- Quanto ao futuro, no mundo globalizado onde a luz é um sonho: quem pode sonhar? No mundo de quem não pode sonhar globalizado, o céu é de estrelas mesmo. As cidades apagam as luzes das ruas, a conta é muito cara. No pós-mundo, as lanternas são aplicativos de celulares. Teríamos espaços/ fragmentos? Fios de seda invisíveis os articulariam como grandes teias de aranha? Não sei.

A última pergunta e sua resposta poderiam sintetizar essa conclusão.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA FORÇA AÉREA. Cerimônia marca entrega da nova sede do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica. Brasília: AFA, 2018.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ALPHAVILLE URBANISMO. *Alphaville Minas Gerais*. Vespasiano: Alphaville, [2020]. Disponível em: <https://alphavilleurbanismo.com.br/residencial/alphaville/alphaville-minas-gerais>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- ALVES, Bianca. Vista parcial de Pedro Leopoldo. *Aqui PL*, Pedro Leopoldo, 01 set. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdhyhnaj>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- AUGÉ, Marc. *Le sens des autres: actualité de l'anthropologie*. Paris: Fayard, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BAGÚ, Sergio José Bejaran. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1984.
- BARRETO, Jupyra Vilela. O ser dos entes que vêm ao encontro no mundo circundante; uma análise do parágrafo 15 de ser e tempo demartin heidegger. *Existência e Arte*, v. 4, n. 4, jan./dez. 2008.
- BARRETO, Marcio. *O significado do tempo: Einstein e Bergson*. São Paulo: UNICAMP, 2005.
- BATISTA, Antonieta. *Paróquia Nossa Senhora do Rosário*. Igreja Nossa Senhora do Rosário. Contagem, 22 out. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/antonietambatista/>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Tradução P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BELONE, Ana Paula Lessa. Levantamento dos Bens Culturais de Natureza Imaterial do município de Lagoa Santa - MG. Belo Horizonte: Belone, 2017.
- BEMO OFFICE. Centro de Pedro Leopoldo. 19 dez. 2018. Disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/regi%C3%A3o-metropolitana-de-belo-horizonte-mg.2136004/page-9>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- BENVENISTE, É. *Problemas de Lingüística Geral*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1988. 2 v.
- BERDIAEFF, N. *Solitude and society*. Translated by George Reavey. London: Geoffrey Bles, 1938.

BEZERRA, Fernando. *Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Confins - MG*. Confins, 2022. Disponível em: <https://www.ferias.tur.br/fotos/2971/confins-mg.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BOI DA MANTA VESPASIANO. *Página Artes e Espetáculos*. Facebook - Vespasiano, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/boidamantavespasiano/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, 05 out. 1988, p. 1.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Cria o Ministério da Aeronáutica. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1941a.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.302, de 22 de maio de 1941. Dá nova denominação às Forças Aéreas Nacionais e aos seus estabelecimentos. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1941b.

BRASIL. Decreto Lei nº 617, de 15 de agosto de 1938. Autoriza a contratar, mediante concorrência pública, o estabelecimento de uma fábrica de aviões. *Diário Oficial da União*, seção 1, 18 ago. 1938, p. 16545.

BRASIL. Decreto nº 10.308, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). *Diário Oficial da União*, 03 abr. 2020, p. 9.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, 21 nov. 2003, p. 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Portaria nº 104, de 16 de maio de 2016. O Presidente Substituto da Fundação Cultural Palmares, no uso das atribuições [...], resolve: Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral n.º 017 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO. *Diário Oficial da União*, seção 1, nº 96, 20 maio 2016.

CÂMARA DE VESPASIANO. *História de Vespasiano MG*. Vespasiano: Câmara de Vespasiano, 30 set. 2014. Disponível em: <https://www.camaravespasiano.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-de-vespasiano-mg/6491>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. Lagoa Central. Lagoa Santa: Câmara Municipal, 03 jan. 2013. Disponível em: <https://www.cmlagoasanta.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/lagoa-central/6074>. Acesso em: 6 ago. 2022.

CAMPELLO, Marcos Santos. Rochas carbonáticas. In: PEDROSA-SOARES, Antônio Carlos; VOLL, Eliane; CUNHA, Edson Campos (Coord.). Recursos minerais de Minas Gerais on line: síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica, e meio ambiente de Minas Gerais. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/rochas-carbonaticas/> Acesso em: 03 mar. 2021.

CAPELA São Vicente de Paula. Vera Cruz de Minas, 2021. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-45801609/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *América latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. v. 2. p. 75-88. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/04alessand.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007a. 123 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CASA Dr. R. Joviano (Fazenda Modelo). Pedro Leopoldo, 2022. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-43623730/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 639p.

CASTRO, Moacir Silva; CIAMPI, Helenice. A crise do capital, a nova ordem econômica e o programa fundo do milênio para a primeira infância. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 25., online, 2020. *Anais...* São Paulo: ANPUH-SP, 2020.

COELHO, Leonardo Loyolla. Dispersão, fragmentação e paisagem: relações entre dinâmicas naturais e urbanas no vetor oeste da Região Metropolitana de São Paulo. 2015. 373p. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS (CBH Rio das Velhas), Unidade territorial Estratégica Ribeirão da Mata, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE. *LabFab/ITR*. Belo Horizonte: CODEMGE, 2020a. Disponível em <http://www.codemge.com.br>. Acesso em: 9 mar. 2021.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE. *Relatório da Gestão 2019*. Belo Horizonte: CODEMGE, 2020b. Disponível em: <http://www.codemge.com.br/wp-content/uploads/2020/09/relatorio-gestao-codemge-2019.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2021.

COSTA, Karla Tereza Ocelli. Arturos. *Filhos do Rosário: nas práticas sociais, uma história que se revela na Festa de Nossa Senhora do Rosário*. 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2013.

COSTA, W. D.; SILVA, A. B. Hidrologia dos meios anisotrópicos. In: FEITOSA, Fernando A. Carneiro; MANOEL FILHO, João (Coord.). *Hidrogeologia: conceitos e aplicações*. 2 ed. rev. Fortaleza: CPRM, 2000. 391p.

COUTO, A. C. O.; MENDES, L. A. S. (Orgs.). Reflexões geográficas em tempos de pandemia. Ananindeua: Itacaiúnas, 2020. 106p. Disponível em: <https://tinyurl.com/2kckjpd7>. Acesso em: 12 jul.2022.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (ABHO), 6, 2011, Pelotas. Conferência de Abertura. Pelotas: Associação Brasileira de História Oral, 2011.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Ed.). *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. p. 33-46.

DOMÍNIO IMÓVEIS. O que é o Vetor Norte. 21 dez. 2013. Disponível em: <https://www.imoveisdominio.com.br/noticias/o-que-e-o-vetor-norte-4959>. Acesso em: 21 abr. 2019.

EDER FOTOS. Café da manhã servido por Dona Neném. *Blog Matuteiros*, 2012. Disponível em: <https://culturadepedroleopoldo.wordpress.com/2012/08/>. Acesso em:

FIRMO, Walter. *Dossiê Arthur Bispo do Rosário*. Obras históricas de Arthur Bispo do Rosário e sua participação na 46. Biennale di Venezia, 26 set 2012. Disponível em: <http://www.bienal.org.br/post/351>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p.

FRANÇA, Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira; SOUZA, Carolina Amaral Guimarães de Lima; VARGAS, Ana Clara. Estado e território na urbanização neoliberal políticas de desenvolvimento regional na região metropolitana de Belo Horizonte. In: CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS. As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças, 2019, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2019.

FRANÇA, Bárbara Lúcia Pinheiro Oliveira; MELO, Ana Clara Vargas. Território e desenvolvimento seletivo na nova ordem urbana ultraliberal: a produção do circuito imobiliário e suas contradições no vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. *Anais...* Vitória: SIMPURB, 2019. p. 78-97.

FREITAS, Daniel Medeiros. *Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2016. 489p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,

FUNDAÇÃO PALMARES. *Comunidades certificadas*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

GLORIA, Pedro; NEVES, Walter Alves; HUBBE, Mark. História das pesquisas bioarqueológicas em Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, v. 12, n. 3, p. 919-936, dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222017000300919&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2021.

GRAN VIVER URBANISMO. *Complexo Gran Park*. Belo Horizonte: Gran Viver Urbanismo, 2018. Disponível em: <https://granviver.app.br/site/empreendimento/complexo-gran-park/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GRANDE BH discute projeto para desafogar o Anel Rodoviário. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2005.

GUARDA DE MARINHEIRO SÃO JORGE. *Foto da capa dele*. Facebook - Vespasiano, 27 fev. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr424vtz>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GUARDA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO E SÃO GERALDO. *Festa de 2019*. Lagoa de Santo Antônio, 16 jan. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/salvemariafidalgo/?ref=page_internal. Acesso em: 30 jul. 2022.

GUARDA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO E SÃO GERALDO. *Festa de Nossa Senhora do Rosário, Fidalgo-MG*. Lagoa de Santo Antônio, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/salvemariafidalgo/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GUARDA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO E SÃO GERALDO. *Festa do Rosário em Confins-MG*. Confins, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/2hnpxsd2>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GUARDA DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO E SÃO GERALDO. *Festa do Rosário, Fidalgo-MG*. Confins, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/salvemariafidalgo/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169-190.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Atlas, 1989

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDEGGER, M.; BOSS, M. (Org.) *Seminários de Zollikon*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2009.

HOLANDA, Tiago. Aviões de guerra entre as montanhas de Minas. *Estado de Minas*, Seção Gerais, Belo Horizonte, 29 set. 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/w662vbyx>. Acesso em: 18 jul. 2022.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 740 p.

IGREJA de Nossa Senhora da Conceição. Morro do Cruzeiro, 2022a. Disponível em: <https://tinyurl.com/zfuh4azd>. Acesso em: 22 ago. 2022.

IGREJA São Sebastião. Vera Cruz de Minas, 2022b. Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-45799717/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

IGREJA São João Batista. *Aparência*. Dr. Lund (Pedro Leopoldo), 2022c. Disponível em: <https://tinyurl.com/2j472u4y>. Acesso em: 24 ago. 2022

IMÓVEIS WF. *Casa à venda*. Vespasiano, 2021. Disponível em: <http://www.imoveiswf.com.br/imovel/354328/casa-venda-vespasiano-mg-jardim-daliana>. Acesso em: 12 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Equipe Macrozoneamento. *Mapa de evolução de Parcelamentos na RMBH*. Rio de Janeiro: IBGE, mai. 2014, p. 20.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. *Síntese da geologia, recursos minerais e geomorfologia*. Belo Horizonte: IBAMA/CPRM, 1998. 21p. (Série APA Carste de Lagoa Santa - MG).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2)*, Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio Arqueológico - MG. *IPHAN - Minas Gerais*, Patrimônio Arqueológico, Brasília, IPHAN, [20--?]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/639>. Acesso em: 10 jul. 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. *Referências Culturais - Comunidades dos Arturos*. Contagem: IEPHA/MG, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/3zkd7xr8>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. *IPAC/MG - Comunidade dos Arturos*. Contagem: IEPHA/MG, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/46s5auwc>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. *Quinta do Sumidouro*. Contagem: IEPHA/MG, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3t2saxyv>. Acesso em: 16 ago. 2022.

INSTITUTO HORIZONTES. Programa de Desenvolvimento e Gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Vetor Norte da RMBH. Programa de Ações Imediatas. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/26jb6xmw>. Acesso em: set. 2019.

IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. *Cartaz Cavalgada saindo de Dr. Lund, em direção à Capela do Divino em Inácia de Carvalho*. Distrito Inácia de Carvalho, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/mtwr9zks>. Acesso em: 31 jul. 2022.

JABLONSKY, Tibor. *Casa da Quinta do Sumidouro no Distrito de Fidalgo em Pedro Leopoldo/MG - Guerra, Antônio Teixeira, 1924-1968*. Pedro Leopoldo: IBGE, 1958. Disponível em: <https://tinyurl.com/ypmcffes>. Acesso em 10 ago. 2022.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JOÃO DINIZ ARQUITETURA. *Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica*. Belo Horizonte: João Diniz Arquitetura Ltda., 2020. Disponível em: <http://www.joaoediniz.com.br/projetos.php?id=13&sub=46>. Acesso em: 25 jul. 2022.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOGA, Dirce. O Plano Decenal: Diagnóstico, Perspectivas e as Diversidades Estaduais e Regionais. In: ENCONTRO REGIONAL CONGEMAS/COGEMASES REGIÃO SUDESTE, 18., 2016, Brasília. *Anais...* Brasília: CONGEMAS, 2016.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LAGOA do Sumidouro e arraial do Fidalgo (novo), ao fundo. Wordpress, 01 jan. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr2rv2t9>. Acesso em: 05 ago. 2022.

LAGOA SANTA. Eventos e Festividades - Festa de Nossa Senhora da Saúde padroeira da Cidade - Festa de Agosto. *Wikiwand*, ago. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/mtkffkbh>. Acesso em: 05 ago. 2022.

LAMOUNIER, Patricia. *Boi da Manta: uma tradição pré-carnavalesca! De saias pelo mundo, Pedro Leopoldo, 2019*. Disponível em: <https://desaiaspelomundo.com.br/boi-da-manta/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LARA, Adriana Alves. *Festa da Guarda de Moçambique de São Benedito, rua Bahia - bairro Celvia Vespasiano*. Facebook - Vespasiano, 25 out. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/vereadoraadrianalara>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LEFEBVRE, Henri. *El manifesto diferencialista*. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 1975. [Título original: Le manifeste différentialiste, 1970].

LEFEBVRE, Henri. L'urbanisme aujourd'hui: mythes et réalités. Les Cahiers du Centre D'Études Socialistes, n. 72-73, 1967.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Tradução: Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: La production de l'espace.

LEFEBVRE, Henri. Le droit à la ville. *L'Homme et la société*, n. 6, p. 29-35, 1967.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro, 2006.

LEPERA, Elisabete Sofia. *Sincronicidade: o tempo de Kairós na psicoterapia*. Contribuições da abordagem sistêmico-simbólica. São Paulo: Vetor, 2004.

LLADÓ, Noel Llopis. *Fundamentos de hidrogeología cárstica: introducción a la geoespeleología*. Barcelona: Blume, 1970.

LUGAR CERTO. Lote à venda no bairro Alphaville Minas Gerais. Disponível em: <https://tinyurl.com/5d4kuu2u>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MACHADO, Wagney. Festa da Guarda de Marinheiro de São Jorge e N.S. do Rosário em Vespasiano. Vespasiano, 23 abr. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/39p9m3at>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. 2015. 271p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2015.

MAPAS DA CULTURA. Ministério da Cultura. *Associação Guarda Congo de Nossa Senhora do Rosário e Guarda Marinheiros do Divino Espírito Santo*. Nº SNIIC: SP-18309. Brasília: MinC, 2020. Disponível em: <http://mapas.cultura.gov.br/espaco/18309/> Acesso em: 15 set. 2021.

MARILDA, Maria. Capela da fazenda São Sebastião. *Crônicas de Maria Marilda*, Lagoa Santa, 2022a. Disponível em: <https://tinyurl.com/39ecdubr>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MARILDA, Maria. Desenvolvimento histórico: do largo da matriz e seus primeiros nomes. *Crônicas de Maria Marilda*, Lagoa Santa, 2022b. Disponível em: https://www.lagoasanta.com.br/cronicas/maria_marilda/cronicas_marilda_ago_09_arquivos/PB-pcadrlund60b.jpg. Acesso em: 10 ago. 2022.

MARILDA, Maria. *Lagoa Santa: Contrastes*. Lagoa Santa, 1 out. 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/ytpd79k3>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MÁRIO Brás da Luz, da Comunidade Quilombola dos Arturos, morre de Covid-19. *O Tempo*, 7 maio 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdhuaz6>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MARQUES, Yara Landre. *Metropolização: uma abordagem para além do Território*. 2013. 178p. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MAXWEL DE CASTRO IMÓVEIS. *Lote Nova Pampulha*. Viçosa, 2021. Disponível em: <https://maxweldecastroimoveis.com.br/imovel/lote/nova-pampulha/CSA6605>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MENDES, Letícia Rodrigues Guimarães. *A Hidronímia do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MENDONÇA, Jupira Gomes; DINIZ, Alexandre Magno Alves; ANDRADE, Luciana Teixeira. *Transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 44.816, de 21 de maio de 2008. *Minas Gerais Diário do Executivo*. 26 nov. 2008.

MINAS GERAIS. Decreto nº 20.375, de 03 de janeiro de 1980. Cria o Parque Ecológico do Vale do Sumidouro e dá outras providências. *Minas Gerais Diário do Executivo*, 04 jan. 1980a.

MINAS GERAIS. Decreto nº 20598, de 4 de junho de 1980. Declara de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação de pleno domínio, terrenos e benfeitorias necessários à implantação do Parque Estadual do Sumidouro, e retifica a denominação constante do Decreto nº 20.375, de 3 de janeiro de 1980. *Minas Gerais Diário do Executivo*, 05 jun. 1980b, p. 5, col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44.935, de 3 de novembro de 2008. Amplia o Parque Estadual do Sumidouro localizado nos Municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo e declara a área de ampliação de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação. *Minas Gerais Diário do Executivo*, 04 nov. 2008.

MINAS GERAIS. Lei Ordinária nº 19.998, de 29 de dezembro de 2011. Define os limites e confrontações do Parque Estadual do Sumidouro, localizado nos municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, e dá outras providências. *Minas Gerais Diário do Executivo*, 30 dez. 2011, p. 4.

MINAS GERAIS. Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais. Ocorrência de graves irregularidades ocorridas na transformação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – CODEMIG – de empresa pública em sociedade de economia mista – sociedade anônima de companhia aberta, com a sua consequente cisão parcial, bem como a criação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE e autorização para que se realize a alienação de ações da empresa. Belo Horizonte: MPMG, 06 abr. 2018. Disponível em: <http://www.mpc.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/CODEMIG.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MINAS GERAIS. Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), Unidade de PPP, Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <http://www.ppp.mg.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Master Plan Econômico da RMBH. Aerótrópole Belo Horizonte e seu Hub AITN. Concepção, Planejamento e Implementação. Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE). Plano Macro Estrutural e Estratégico da Região Metropolitana de Belo Horizonte: JURONG CONSULTANTS Pte Ltd, Belo Horizonte. 2010.

MINERAÇÃO LAPA VERMELHA. *História*. Pedro Leopoldo: MLV, [20--?]. Disponível em: <https://www.lapavermelha.com.br/quem-somos>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MORADO, Denise; FREITAS, Daniel Medeiros de. As grandes intervenções urbanas na RMBH. *Observa SP*, 20 jan. 2017.

MORAIS, Frederico. *Catálogo da exposição 'Registros de minha passagem pela terra: Arthur Bispo do Rosário'*. Rio de Janeiro: Escola de Artes Visuais do Parque Lage, 1989.

MORRO ALTO. *Barrio Vespasiano*. Vespasiano, 2021. Disponível em: <https://es.foursquare.com/v/morro-alto/4fb167c2e4b04792c45fd5a8>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MOURA, Nero. *Um voo na História*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MOURA, Valdiki. Orixá Tempo. Tudo no tempo tem tempo. Mitos e lendas do candomblé. *Revista de Notícias*, 24 dez. 2012. Disponível em: <https://blogdovaldikim.com.br/orixa-tempo-tudo-no-tempo-tem-tempo-mitos-e-lendas-do-candomble/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MUSEU HISTÓRICO DE CONTAGEM. Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira. *Antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1920*. Contagem: MHC, 22 out. 2022.

NAKAMURA, Juliana. Retomada da construção deve ter continuidade em 2020. *Revista Digital AECweb*, Belo Horizonte, 10 jan. 2020. Disponível em <https://www.aecweb.com.br/revista/materias/retomada-da-construcao-deve-ter-continuidade-em-2020/1956>. Acesso em: 6 maio 2020.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Espaço e subjetividade na cidade privatizada. 2013. 250 p. Tese [Doutorado em Geografia] - Instituto de Geociencias, Universidade Federal de Minas Gerais, Bel Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Rafael Fabricio. Contribuição do conceito de rugosidade espacial para o entendimento provisório dos conteúdos urbanos e o potencial escancaramento das contradições sociais na metrópole. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA - EGAL, 15, 2015, Havana. Memórias... Havana: Distribuidora Nacional ICAIC, 2015. v. 01. p. 2296-2296.

PARÓQUIA SÃO JOSÉ. Comemoração de Corpus Christi. *Facebook*, São José da Lapa, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/msfpk96p>. Acesso em: 18 ago.. 2022.

PHOTOTHÈQUE DE LA VILLE DE LA ROCHE-SUR-YON. René Couzinet avec une maquette de projet de l'Aérodrome à ailes multiples. In: CALOYANNI, Emmanuel. René Couzinet (1904-1956) de la gloire à la déchéance. Disponível em: http://aerostories.free.fr/constructeurs/couzinet/RC360_01.JPG. Acesso em: 24 ago. 2022.

PIETRA, Ana Carolina Malaquias. *"Do apito da Fábrica aos sons da orquestra": percurso histórico-musical da Corporação Musical Cachoeira Grande*. 2016. 166p. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PIMENTA, Renata W.S. *A aviação no jornal O Estado de São Paulo: um discurso em tempo de paz e de guerra*. 2008. 94p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3963/1/000404683-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PLANEJAMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (PLAMBEL). *A estrutura da RMBH. O processo de formação do espaço urbano 1897-1985*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1986.

PLOTINO. *Eneada Tercera*. Buenos Aires: Aguilar, 1965.

PORTO BELLO ENGENHARIA. *Quais as consequências da pandemia*. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.portobelloengenharia.com.br/construcao-civil-em-2020-quais-as-consequencias-da-pandemia-no-setor>. Acesso em: 8 abr. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. *Festa de Nossa Senhora do Rosário* - Distrito da Lapinha Lagoa Santa/MG. Lagoa Santa: Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 24 set. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdfsfi28>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. *Festa de Nossa Senhora do Rosário*. Lagoa Santa, nov. 2009. Disponível em: https://www.lagoasanta.com.br/capela_rosario/festa_n_s_do_rosario_2009.htm. Acesso em: 18 jul. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. *História - Revolução de 1842*. Lagoa Santa, 04 fev. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/sut3vytr>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. *Plano de Saneamento Básico Municipal*. Lagoa Santa, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/53m3w6zr>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO. *A fábrica de tecidos*. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/3jzzeh9r>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Diagnóstico Situacional do Plano Diretor de Pedro Leopoldo*. 2014. Disponível em: https://pedroleopoldo.mg.gov.br/?page_id=833. Acesso em: 18 ago. 2022.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. *O pátio interno escolar como lugar simbólico*. Um estudo sobre a interrelação de variáveis subjetivas e objetivas do conforto ambiental. 2006. 393p. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RESENDE, Lilian Cristina. *Prática de Enfermeiros da Equipe da Estratégia de Saúde da Família em Comunidades Quilombolas Sob o Prisma da Ética Feminista*. 2020. 137f. Tese (Doutorado em Enfermagem e Saúde) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

- RESIDENCIAL GRAN PARK DOURO. *Gran Park Douro*, Residencial Fechado, Vespasiano - MG. Disponível em: <http://m.saggaimoveis.com.br/imovel/lotes-em-condominio/vespasiano/residencial-gran-park-douro/2112>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. *Por uma cartografia da ação*: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, v. 15, n. 2, 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Homens lentos, opacidades e rugosidades*. Contraponto, Redobra, v. 9, n. 3, p. 58-71, 2012.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, Catia Antonia (Org.). *Território e ação social*: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2011.
- RIBEIRO, Cleito. A Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. *Portal Impacto*, Lagoa Santa, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www.portalimpacto.com.br/a-capela-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-pretos/>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- RIBEIRO, Luiz C. Q. Metamorfoses da Ordem Urbana da Metrópole Brasileira: o caso do Rio de Janeiro. *Sociologias*, v. 18, n. 42, p. 120-160, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p89x4mv>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- RIEDEL, Augusto. *Morada do Dr. Lund em Lagoa Santa* (Coleção Thereza Christina Maria). Lagoa Santa: [editor não identificado], [ca. 1869]. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/2014/manifest>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- SAMPAIO, Daniel Álvaro. *Modelado cárstico ou karstico e modelado eólico*. [S. l.: s. n., ca. 2017]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47499663-Modelado-carsico-ou-karstico.html>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- SAMPAIO, Daniel Martins. Modelagem da cobertura do solo urbano no Vetor Norte da RMBH e projeções de cenários futuros considerando as novas infraestruturas viárias previstas. 2014. 103p. Dissertação (Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SANTOS, Francisco. Aviões de guerra entre as montanhas de Minas. *Guerra e armas*, Arquivos do Blog, abr. 2022. Disponível em: <https://guerraearmas.wordpress.com/tag/avioes-antigos-da-fab/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, jun. 1999.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Nélío. Memórias e histórias de Contagem: Igreja do Rosário. *Revista por dentro da história*, v. 3, n. 4, p. 26, ago. 2011.

SANTOS, Suely Virgínia. *Quilombos e Educação Escolar Quilombola: estudo introdutório sobre subjetividade e atitudes reativas às afetações psíquicas causadas pelo escravismo e racismo no Brasil*. 2016. 278p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SHINZATO, Edgar. *O carste da área de proteção ambiental de Lagoa Santa (MG) e a sua influência na formação dos solos*. 1998. 100p. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, João Augusto. *A Comunidade dos Arturos: religião, espaço público e memória*. 2018. 144p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOTECO EDIFICAÇÕES. O que mudou no mercado imobiliário após a pandemia. São Paulo: SOTECO, 2021. Disponível em: <https://www.soedil.com.br/blog/o-que-mudou-no-mercado-imobiliario-apos-a-pandemia>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SOUZA E SILVA, Joana Cruz. *Caracterização hidrogeológica ambiental da área de influência da Mina Lapa Vermelha, na Região Cárstica de Lagoa Santa, MG*. 2003. 293p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SOUZA, Joseane. *A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o Caso Específico do município de Ribeirão das Neves*. 2008. 194p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2008.

TATIANA, Lêna. Preço de imóveis sobe até 20% em condomínios da Grande BH. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 2 mar. 2013. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/preco-de-imoveis-sobe-ate-20-em-condominios-da-grandebh-1.146453>.

TONIN, Juliana Viveiros. *Tudo Sobre Iroko: O Orixá do Tempo*. iQuilíbrio, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p8ftdb4>. Acesso em: 21 mar. 2021.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; FREITAS, Daniel Medeiros. Planejamento metropolitano e grandes projetos urbanos: concepção e descaminhos da política de novas centralidades na RMBH. *Cadernos Metrópole*, v. 22, n. 47, p. 61-84, 2020.

TONUCCI, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 39, p. 433-454, maio/ago. 2017.

TORRES FILHO, Carlos Roberto. *Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico (SBDA): a formulação da política aeronáutica brasileira(1950-1955)*. 2011. 160p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TROVIT. *Imóveis à venda em Nova Pampulha*. Disponível em: <https://imoveis.trovit.com.br/nova-pampulha>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ÚLTIMA obra de Oscar Niemeyer, nova catedral de BH chega a nova etapa graças a doações. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI-RMBH. Produto 6 - Relatório Final - Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários [em seis volumes]. Belo Horizonte: UFMG, 2011. v. 1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano Diretor do Município de Vespasiano, 2017c. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br:8081/plano/pm-vespasiano.htm>. Acesso em: 25 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano Diretor do Município de Baldim, 2017b. Disponível em: <https://tinyurl.com/bde9symc>. Acesso em: 25 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano Diretor do Município de Capim Branco, 2017c. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc697ukw>. Acesso em: 25 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Produto 6 - Relatório da Leitura Técnica de Vespasiano: Processo de Revisão do Plano Diretor do Município de Vespasiano, agosto 2017a. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/produto-6-Vespasiano-1.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ - FASE, 2002.

VERA CRUZ DE MINAS. *Congado Vera Cruz de Minas*. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/mtpverrt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

VERA CRUZ DE MINAS. *História de Vera Cruz de Minas*. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/nhcrnxvv>. Acesso em: 10 ago. 2022.

VIANNA, Ivan Martins. Pedra fundamental da fábrica de aviões. *Revista Aeronáutica*, n. 192, p. 4, maio/jun. 1993. Disponível em: <https://tinyurl.com/h33fc3uu>. Acesso em: 11 maio 2018.

VIEIRA, Camila Camargo. *No Giro do Rosário*: dança e memória corporal na Comunidade dos Arturos. 2003. 168p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WERNECK, Gustavo. Há 140 anos, o mundo perdia o genial homem das cavernas. *Jornal Estado de Minas*, 31 maio 2020.

ZAP IMÓVEIS. *Sítio na beira da Lagoa de Fidalgo*. Pedro Leopoldo: Zap, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/mtece6d9>. Acesso em: 25 ago. 2022.